

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DANIEL VELOSO HIRATA

Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida

v. 1

São Paulo
2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida

DANIEL VELOSO HIRATA

Tese apresentada ao Programa
De Pós-graduação em Sociologia do
Departamento de Sociologia da
Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade
de São Paulo, para a obtenção
do título de Doutor em Sociologia

Orientador: Profa. Dra. Vera da Silva Telles

v. 1

São Paulo
2010

Resumo

O presente trabalho é um estudo das relações entre as formas do controle social e os ilegalismos populares através de uma pesquisa etnográfica desenvolvida em um bairro da periferia de São Paulo. De um lado a tentativa é perspectivar alguns lugares de incidência do controle social, suas redes econômicas e políticas, a partir de três postos de observação: uma pequena birosca, o transporte clandestino e um ponto de venda de drogas; de outro lado procurou-se estudar as condutas que se constroem nestes pontos de inscrição dos mercados urbanos informais, ilegais e ilícitos e sua correlativa exposição ao perigo da morte. Neste cruzamento entre a incidência da mecânica do poder, as tramas dos ilegalismos populares e suas condutas correspondentes talvez seja possível compreender algumas das dinâmicas deste mundo social que se produz entre o informal, ilegal e ilícito, também a vida e a morte.

Palavras-chave

Cidade – Ilegalismos – Controle Social – São Paulo – Práticas Urbanas

Summary

This dissertation consists of a study of the relations between the types of social control and the mass ilegalisms by means of an ethnographic research study conducted in a neighborhood located on the favelas of São Paulo. On one hand, this attempt aims at finding some locations that suffer the incidence of this social control, their economical and political networks, based on three observation points: a small *birosca* (a small store, generally in a slum, where food and alcoholic drinks are sold), illegal transport and crack houses; on the other hand, it also aims at studying the conducts built in these points of insertion of the informal, illegal and illicit urban markets and their correlated exposure to the risk of death. In this crossroads between the incidence of the mechanics of power, the plots of the mass ilegalisms and their corresponding conducts, it may be impossible to understand some of the dynamics of this social world, which takes place between informal, illegal and illicit issues, as well as between life and death.

Key-words

City – Ilegalisms – Social Control – São Paulo – Urbans Pratices

ÍNDICE

Introdução.....	07
Parte I	23
Introdução.....	24
Capítulo 1.....	32
Cidade e Civilidade	32
A Cidade como Laboratório: a dupla natureza	36
Cidade, mercado e circulação.....	40
Simmel e Park	44
A análise Ambiental de Park.....	52
O mosaico e a crise	55
Análise Ambiental e Crime.....	58
Região moral e Intervenção	65
Capítulo 2.....	70
Fazer a Pesquisa Urbana: Perspectivar a gestão governamental	70
Equipamentos do Poder e Normalização.....	79
Pesquisa de Campo nas Margens do Estado	85
Ilegalismos e a Cidade: Mercadoria política e Cidade como Bazar	92
A dimensão territorial.....	99
Condutas	106
Por uma sociologia urbana do poder.....	116
Parte II	131
Introdução.....	131
Capítulo 1- Piolho e a Biroasca: mercado e oportunidades.....	143
Piolho	143
Biroasca	165
Capitalismo de cassino.....	165
Balcão de oportunidades	171
Fiscal dos Fiscais	179

Capítulo 2- Hernandez, produção da desordem e gestão da ordem	184
Hernandes	184
O Processo de Regularização dos Perueiros.....	190
Privatização da CMTC	190
Associações e Cooperativas	197
Mercadoria política 1.....	200
A criação as SPTrans e a “guerra contra a máfia dos perueiros”	208
Mercadoria política 2.....	213
O dispositivo eletrônico, o PCC e a luta dos perueiros ..	219
Nota em relação aos Partidos Políticos	225
 Capitulo 3- Paulo e a Biqueira: Proceder e justiça.....	228
Paulo.....	228
Biqueira	263
O funcionamento.	263
Interno	263
Posições	263
Atividades não prescritas.....	268
Mediações Locais	274
Externo	281
Polícia	281
PCC	287
Debates.....	293
História Pessoal e memória coletiva	306
O Aprendizado dos limiares entre o legal e o ilegal.....	313
Representações de Guerreiros e Vermes.....	319
 Conclusão- Vida Loka.....	328
Prelúdio	328
Sobre a Guerra e os Guerreiros.....	332
A Herança da Guerra.	336
O Guerreiro e o Verme.....	342
A Palavra, promessa de futuro.	350
Os caminhos incertos da vida loka.....	354
 Bibliografia.....	359

Introdução

A tentativa deste texto é de construir uma perspectiva crítica frente às questões que serão trabalhadas, isto quer dizer procurar entrever a maneira pela qual as relações de poder e dominação são parte constitutiva do objeto de estudo. No que há de específico neste trabalho, uma etnografia realizada nas periferias de São Paulo a partir de alguns pontos de inscrição dos mercados urbanos informais, ilegais e ilícitos, sua correlativa exposição ao perigo da morte e suas formas de conduta correspondentes, trata-se de expor as relações de poder que são operantes na relação entre os chamados ilegalismos populares¹ e as formas do controle social.

Acredito que foi um pouco através desta perspectiva de trabalho frente ao poder que o coletivo de pesquisa que se reuniu em torno da pesquisa coordenada pela professora Vera Telles decidiu realizar seminários sobre um dos pesadores mais agudos das relações de poder: Michel Foucault. Durante mais de três anos nos dedicamos aos cursos proferidos no Collège de France por Foucault durante o período de 1975 a 1978². Os cursos dão acesso a um momento na trajetória de Foucault que já foi considerado uma espécie de silêncio entre os livros *Vigiar e Punir* e *a História da*

¹ A palavra ilegalismo foi cunhada por Michel Foucault no livro *Vigiar e Punir*. Ao contrário da idéia de crime, que pressupõe um conjunto classificatório de práticas a partir da lógica da transgressão da lei, o conceito de ilegalismo coloca em evidência uma estratégia global que organizaria uma gestão diferencial destas práticas. Inversamente a idéia de que a lei organiza um campo de interdições e transgressões, esta gestão diferencial dos ilegalismos produziria, sob a forma da lei, uma administração seletiva de tolerâncias e repressões. Os ilegalismos não seriam acidentais nem imperfeições mais ou menos inevitáveis, mas um elemento absolutamente positivo do funcionamento social, cujo papel é previsto na estratégia geral da sociedade. Estas relações estratégicas parecem apontar para o sentido do político que se encontra inserido na gestão diferencial dos ilegalismos, sendo a pergunta fundamental: O que faz que, em uma taxonomia de infrações possíveis, algumas sejam toleradas e outras repreendidas senão as relações de força que são constitutivas da sociedade? Ver FOUCAULT, Michel. *Suveiller et Punir*. Paris: Éditions Gallimard, 1975. (a tradução brasileira não faz a distinção entre ilegalismos e ilegalidades).

² FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade* (Curso no Collège de France- 1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999. FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território e População* (Curso no Collège de France- 1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008. FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica* (Curso no Collège de France- 1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Sexualidade, mas de fato foram anos de profundo estudo acerca de um conjunto de questões que ficaram conhecidos através da noção de governamentalidade. A governamentalidade é um conceito que articula uma pesquisa genealógica do Estado moderno através de um percurso histórico que inicia-se na antiguidade grega, a pastoral católica, passando pela razão de estado, para finalmente chegar no liberalismo clássico e o neoliberalismo contemporâneo. Este percurso ilumina uma expansão intensiva do oikos, que na Grécia Clássica limitava-se às práticas de gestão da casa e da família, e que passa a multiplicar suas formas de incidência em diferentes domínios. No século XVI esta gestão se aproxima do Estado como uma forma de governo e, durante o século XVIII, a partir da emergência do fenômeno da população, a economia passa a ser o nível de realidade pertinente para a organização da gestão do Estado³.

“O Rei reina, mas não governa”, a possibilidade deste enunciado parece chamar a atenção para o momento em que governo começa a ocupar um lugar central na dinâmica da mecânica dos dispositivos de poder⁴. Mais do que o Rei, é o Ministro que parece ser o personagem central da maneira pela qual o exercício do poder passa a ser realizado, portanto não mais a decisão soberana como o centro da questão política, mas sim a gestão das populações. A extensão do campo da administração sobre as vidas que compõe o corpo social parece demonstrar a força da racionalidade econômico-governamental que se impõe para todo o sistema de poder, não substituindo a racionalidade política – jurídica, mas sim a vitalizando a partir de outra forma de exercício do poder. O governo das populações refere-se a um campo de questões distante do voluntarismo legalista das teorias e práticas

³FOUCAULT, Michel. Segurança, Território e População (Curso no Collège de France- 1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

⁴FOUCAULT, Michel. Segurança, Território e População (Curso no Collège de France- 1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

associadas à soberania, que procurava estabelecer a congruência entre uma vontade soberana e seus fins através de leis referentes a um território constituído e um povo correspondente⁵. Para o governo trata-se de gerir uma população a partir de suas formas específicas e intrínsecas de sua dinâmica, estabelecendo a correta maneira de conduzir uma multiplicidade de indivíduos em constante movimento, de dispor de um meio que é constituído de pessoas e coisas e que tem suas regras de funcionamento a serem compreendidas para o bom governo. É neste sentido que, a partir do século XVIII a população se constitui como o nível pertinente de realidade que estabelece a maneira pela qual a gestão governamental deve ser realizada: ela é o elemento que deve ser compreendido através de diferentes tipos de saberes práticos, construídos para desvelar o seu funcionamento e, ao mesmo tempo, servindo de pontos de apoio para a intervenção do governo, hora limitando e hora apontando como deve ser feita a boa gestão das populações⁶. Através desta analítica de técnicas de controle heterogêneas entre si, articuladas em sua composição pelo funcionamento de diferentes racionalidades políticas, o autor retoma a sua ontologia do presente, abrindo caminho para toda uma perspectiva crítica do mundo contemporâneo.

Mas, do que se trata esta crítica? Para Foucault, no momento da pastoral católica a crítica do governo das almas se realizou por uma recusa do magistério eclesiástico por meio de um retorno as Escrituras; no momento da razão de Estado a crítica foi uma

⁵ FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território e População* (Curso no Collège de France- 1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

⁶ Esta é uma distinção importante trabalhada pelo autor na diferença entre os regimes de jurisdição e os regimes de veridicação. No exemplo específico do exercício de poder realizado em relação ao problema do mercado, trata-se de uma passagem do Estado jurisdicional, que procura produzir o mercado a partir de um conjunto de leis, regulamentos e decisões soberanas, cujo voluntarismo desejava organizar as trocas mercatis, para um Estado veridicional, que procurava compreender as lógicas internas de funcionamento do mercado, suas leis intrínsecas e maneiras de funcionar e, a partir disto conduzir o mercado para o seu bom funcionamento. O autor expande esta distinção entre jurisdição e veridicação para os seus outros campos de pesquisa, como a loucura, o crime e a sexualidade, onde esta passagem também seria decisiva. Ver. FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica* (Curso no Collège de France- 1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

denúncia da injustiça e da ilegitimidade das leis e uma recusa da obediência; no momento moderno, em que o governo se realiza através da gestão da população como um lugar de construção de uma verdade ou de um nível pertinente de realidade, a crítica deveria incorporar também certa “indocilidade refletida”, não aceitando a verdade em que se organiza a autoridade do governo e disputando os termos da discussão através do que o autor chama de política da verdade⁷. Acredito que nada pode ser mais atual e fecundo para a reflexão sobre a prática sociológica do que esta maneira de se posicionar frente à produção do conhecimento.

Esta tese tem como um de seus objetivos uma reflexão acerca da maneira pela qual a sociologia urbana, uma das formas destes conhecimentos práticos que serviram como ponto de apoio para a gestão das populações, no caso a população urbana, poderia atentar para os efeitos de poder que são próprios a sua prática e, posteriormente, procurar desenvolver uma perspectiva crítica em relação à gestão dos chamados “problemas urbanos”, especialmente a questão dos ilegalismos populares, fora do quadro do combate a “violência urbana”, do controle do crime e da punição. Sendo a sociologia urbana um campo que freqüentemente se constituiu em oposição à pretensa universalidade da lógica econômica, mas por muitas vezes em consonância com a necessidade de realizar a gestão urbana, parece-me importante refletir sobre a prática de pesquisa que realizamos nas cidades. Neste sentido, antes da freqüente reflexão acerca da relação entre o pesquisador e o pesquisado, parecia-me mais importante compreender as relações entre o pesquisador, o saber por ele produzido e seus efeitos de poder. É por isto que esta tese inicia-se com algumas considerações acerca das complexas relações entre pesquisa e gestão das populações urbanas. As relações de poder

⁷ FOUCAULT, Michel. O que é a Crítica? In. BIROLI, Flavia e ALVAREZ, Marcos (orgs.). Cadernos da F.F.C. Marília: UNESP-Marília publicações, 1991.

que são constitutivas dos objetos da pesquisa sociológica são igualmente presentes na maneira pela qual a pesquisa é construída. Atualmente, cada vez mais o resultado dos crescentes números da produção científica visam uma espécie de avaliação das políticas que são conduzidas pela ação estatal e seus pontos de apoio⁸: avaliações de programas e suas metas, das flutuações das cifras estatísticas, impactos das “boas práticas”, sugestões de como atuar frente aos “problemas sociais” como a pobreza, a segregação sócio-espacial, a chamada violência urbana. Evidentemente que isto não é um problema em si novo, mas parece atingir cada vez mais o centro das preocupações científicas, incluindo a participação freqüente em fóruns e conselhos que realizam a gestão destes “problemas” e que, se constituídas como modelo eficaz, servirão de referencia como experiências de “boas praticas”. Central aqui é a compreensão de um estímulo a uma produtividade cada vez maior por meio de avaliações que incitam a lógica concorrencial, ou seja, o estímulo à uma performance máxima no quadro de um “social de competição⁹”.

Neste sentido, como ponto de partida para esta tese, procurei organizar as pesquisas dos sociólogos de Chicago, isto para pensar a emergência desta maneira de se posicionar frente à “gestão dos problemas urbanos”, especialmente no que tange a questão da violência que ocorre nas cidades. Pioneiros na associação entre crime e espaço, esta tradição sociológica parece-me especialmente interessante para compreender o que está em jogo nesta relação entre a pesquisa e os dispositivos do controle social. Partindo da imagem da cidade como laboratório social, onde seria possível

⁸ DARDOT, P. E LAVAL C. *Néolibéralisme et subjectivation capitaliste*. Cités 41, Paris, PUF, 2010. Em uma belíssima discussão conduzida pelos autores, eles apontam para o sentido da palavra avaliar, ou seja, estabelecer um valor, peça fundamental para a constituição dos mercados. Mais do que reforçar a conhecida crítica segundo a qual se denuncia o absurdo e a redução da maneira pela qual se constrói um numero para a produção científica ou a ação das políticas publicas, trata-se de atentar para a importância do sistema generalizado de avaliações como suporte e apoio para a construção da grade de ações autoreferenciais da lógica mercantil na produção do que seria o social.

⁹ DONZELOT, Jacques. *Le Social de Competition*. Revue Esprit, Novembre 2008.

identificar as variáveis que constroem o urbano como um meio, esta tradição tem como perspectiva a construção de uma estrutura pragmática, a cidade como artefato, em vista de um ordenamento ou um campo de intervenção possível do homem sobre o homem. É através desta perspectiva que o crime poderia ser identificado precisamente como fenômeno que ocorre em lugares circunscritos, as regiões criminogênicas, em seguida estabelecer quais seriam as condutas desviantes que corresponderiam a este meio problemático, e finalmente definir as formas da intervenção normalizadora nestes lugares. Tudo isto será melhor explicado na primeira parte desta tese, sendo importante neste momento, somente apontar de qual maneira os autores de Chicago serão estudados.

Longe de um denunciamento que acusaria a tradição sociológica de Chicago como falsa, a idéia é que a riqueza da análise assim realizada reside no fato de iluminar claramente a maneira pela qual o crime é concebido, medido, organizado e combatido, portanto, oferecendo uma poderosa grade de legibilidade das ações governamentais. Talvez, a lição mais importante do legado de Chicago é a demonstração da pertinência do crime como fenômeno urbano e espacialmente organizado na perspectiva da boa gestão governamental das cidades. O que se pretende a seguir é uma tentativa de organizar alguns autores que considerem centralmente a questão do poder em sua prática de pesquisa e nos objetos estudados. Desta maneira, procurou-se deslocar a perspectiva de pesquisa de Chicago, em direção a inscrição dos indivíduos e dos grupos sociais em um sistema de posições e de relações estabelecidas e definidas na situação e nas circunstâncias de sua relação com o poder e a prática governamental, isto incluído o próprio pesquisador. Será exatamente neste sentido que alguns trabalhos, em sua maioria de orientação foucaultiana, serão expostos. De um lado pensar a pesquisa e seus efeitos de

saber/poder, ou seja, a prática de pesquisa como um lugar objetivado e de objetivação, inserido nas tramas de dispositivos de normalização das populações que se procura estudar. De outro, perspectivar as práticas governamentais a partir de atitudes, gestos, astúcias, intrigas, enfim, estratégias de ação que são feitas atravessando a incidência do poder em suas múltiplas formas de atuação através do enquadramento e dos limites colocados pelo poder que tenta organizar, perseguir, marcar, inscrever, conduzir e dirigir.

O quanto as intenções deste texto contemplam os seus objetivos somente a sua leitura e discussão futuras poderão dizer, mas o ponto de partida de todo o trabalho foi sempre crítico em relação a maneira pela qual esta racionalidade gestonária se encontra no coração das pesquisas atuais. Esta tentativa de construção de uma perspectiva crítica para a análise sociológica acerca das cidades e dos ilegalismos populares será explorada na pesquisa empírica. A maneira de conduzir a pesquisa de campo, o conjunto de questões que se propõem estudar e as conseqüências analíticas que se procurou explorar foram pensadas a partir das relações de poder que são constitutivas da prática de pesquisa e dos objetos que se procura compreender.

* * *

A primeira vez que fui para a Favela da Colina foi em 2001, ainda como bolsista de iniciação científica da professora Vera da Silva Telles. Iniciávamos uma pesquisa que, modificada, ampliada e desdobrada está próxima de completar quase dez anos neste momento. O que nos levou a este lugar foi o cruzamento de duas circunstâncias da pesquisa de campo. Em primeiro lugar a "fama" de que este seria o lugar mais violento da região. Durante uma

primeira fase da pesquisa, percebíamos todo um jogo de alteridade entre os moradores dos diversos “jardins” e “vilas” que compõem os bairros deste distrito da zona sul de São Paulo, de forma que a violência sempre era considerada pior no bairro vizinho, não no bairro em que as pessoas faziam parte. Achávamos que isto fazia parte de uma dinâmica de representações que envolviam as histórias de violência que todos estavam envolvidos e, ao que parece, isto em parte é verdade. Mas o curioso é que neste jogo difuso de referências cruzadas que envolviam a região de pesquisa, havia um bairro que fazia convergir às representações da violência e suas histórias. Tratava-se de um lugar que, muito mais que os outros, as pessoas apontavam como o mais violento, o centro onde ocorriam as histórias mais terríveis. Este lugar, que vou chamar por comodidade de rua X, situa-se ao lado de um conjunto habitacional, no coração do bairro que chamarei de favela da Colina. Chamávamos, brincando, esta curiosa cristalização das histórias violentas de “mistérios da rua X”. Este mistério nos acompanhou durante grande parte do trabalho que foi realizado nos anos subsequentes e, ainda hoje, não sabemos se conseguimos uma resposta satisfatória. De toda maneira, ao longo deste período, construímos algumas hipóteses de pesquisa, que não conseguirei esgotar na presente pesquisa e encontra-se de alguma forma elaborada nos diversos textos que escrevemos que atravessam a questão da violência. A segunda circunstância de pesquisa de campo foi que, naquele momento, um presidiário conseguia finalmente ganhar os “ares da liberdade” e, sabendo de nossa presença no bairro, desejava nos contar sua história. Feito o primeiro contato com Paulo, iniciamos uma série de entrevistas que futuramente deveriam ser organizadas em um livro que ainda procuramos realizar a publicação. Paulo é um narrador extremamente hábil e minucioso e possui uma capacidade reflexiva fora do normal, o que fez que rapidamente percebêssemos que a

historia de sua vida era uma fonte de informações preciosa do mundo social que se passa dentro e fora das regras da lei.

Com o passar do tempo, Paulo nos apresentou seus parceiros e começamos então a realizar outras entrevistas, percursos que se sobrepunham, compondo uma rede de trajetórias que, pouco a pouco, colocavam em cena uma historia social local. O trabalho passou de uma trajetória individual para, rapidamente, se transformar em uma rede densa e complexa de muitas outras que, em sua composição, nos ajudava a entender a historia que havia feito daquele lugar uma peça singular na região. A parte mais fundamental deste trabalho tem como referencia este trabalho conjunto com a professora Vera Telles, não apenas no que diz respeito à realização das entrevistas, como também a construção desta espécie de “quebra-cabeças” que foi se formando nesta composição de trajetórias, assim como a elaboração de hipóteses sociológicas acerca dos processos de acumulação e transformação da experiência coletiva das vidas incertas e perigosas entre o legal e o ilegal. Somente este trabalho contínuo, lento e com a pretensão de ser o mais detalhista possível nos permitiu, posteriormente, ensaiar hipóteses que de alguma maneira tratassem das questões que compõem a questão da violência.

De fato, quando nos lançamos para a o desafio de pesquisar este bairro “mal afamado” as questões de pesquisa não tinham a violência como centro de nossas preocupações, mas sim as relações contemporâneas que articulavam cidade e trabalho. A partir deste eixo temático que situava-se entre as reconfigurações espaciais da metrópole paulistana e as transformações do mercado de trabalho, procurávamos entender, de forma exploratória, as práticas que estavam ocorrendo em São Paulo na virada dos anos 1990 e, depois 2000, problematizando as noções correntes de exclusão do mercado de trabalho e segregação espacial. O interesse que foi despertado a partir destas circunstancias de nosso encontro com Paulo com

certeza não foi o irritante apelo de horror, de desconcerto e impacto que freqüentemente justifica o trabalho de pesquisa em áreas violentas, nem a imposição da violência como agenda de pesquisa por sua crescente importância na pauta da boa gestão das cidades. Tratava-se de prospectar as formas pelas quais a economia informal, ilegal e ilícita nos informaria sobre as transformações sociais, políticas e econômicas contemporâneas na cidade de São Paulo e, este bairro, parecia ser um lugar promissor de prospecção nesta direção.

Foi nesta direção que o trabalho foi conduzido e através de Paulo foi possível, por exemplo, começamos a compreender melhor o tráfico de drogas, setores da economia informal como os perueiros, da economia ilegal como o contrabando de mercadorias, assim como uma infinidade de pequenas práticas ligadas aos ilegalismos populares. Neste primeiro momento, Paulo havia me apresentado a um amigo de longa data que tinha uma pequena birosca no bairro. A partir desta pequena birosca e as conversas que ocorriam entre uma cerveja e outra, toda a maneira pela quais algumas das oportunidades da economia informal eram elaboradas ou retransmitidas puderam começar a ser compreendidas. O número de pessoas que passavam nesta birosca para conseguir saber ou transmitir informações acerca do que “estava rolando” no bairro era realmente impressionante. A quantidade de esquemas que rapidamente se espalhariam pela cidade, nos fazia pensar que aquela pequena birosca era uma espécie de retransmissor das inovações dos ilegalismos populares. Lembro-me da incrível sintonia, por exemplo, da maneira pela qual as máquinas de caça níqueis passaram a ser combatidas com maior rigor e as recomposições do mercado de oferta e demanda; das formas de compra e venda de mercadorias roubadas “da moda” e os esquemas de interceptação de mercadorias em constante transformação seguindo as técnicas de rastreamento por satélite;

dos esquemas cada vez mais “Just-in-time” de compra e venda de equipamentos roubados de som para automóveis; das formas de falsificação de dinheiro e a maneira correta de fazer circular as notas falsas; de golpes de cartão de crédito que eram criados para burlar o controle intenso das empresas. Depois de algum tempo, estas histórias apareciam nos jornais que cobrem o cotidiano da metrópole, confirmando que se tratava de um lugar “de ponta”, altamente conectado com as tendências que se espalham na cidade em matéria de ilegalismos. Esta dinâmica das oportunidades que são criadas ou retransmitidas nesta birosca ou este “balcão de oportunidades”, que com certeza existe igualmente espalhada em toda a cidade, é o que será discutido no primeiro capítulo dedicado a trajetória de Piolho.

Conforme as entrevistas e o trabalho de campo foram se desenvolvendo, o repertório de práticas foi se tornando mais amplo, mas talvez, mais importante que isto, outras questões de pesquisa puderam ser exploradas de forma mais sistemática. Ao mesmo tempo em que compreendíamos a maneira pela qual os diversos negócios funcionavam internamente, percebíamos que uma dimensão fundamental para compreender esta economia eram as formas de regulação extralegais. Como uma economia que funcionava fora das regras dos mercados formais era organizada? Curioso e cheio de conseqüências foi o fato de não encontrarmos nesta formas de regulação uma ausência do Estado ou formas paralelas de economia no sentido de uma não intersecção entre o mundo oficial e extra oficial. O que percebíamos eram justamente formas de incidência do Estado a partir de negociações que ocorriam entre os agentes responsáveis pelo controle destas economias não legais e as pessoas que atuavam nestes setores da economia. Foi então necessário compreender como estas formas de regulação eram produzida neste jogo relacional entre o formal e o informal, o legal e o ilegal, o lícito e o ilícito. Neste ponto da

pesquisa o alcance de questões passou a ser outro e, de certa maneira, a perspectiva de descrição e análise parecia se construir em uma direção mais interessante. Isto porque não ficaríamos mais restritos as renovadas práticas de viração popular, mas, talvez, poderíamos avançar na compreensão de uma dinâmica de funcionamento mais estruturadora destas práticas. Para além de uma pesquisa que quisesse romper com os estereótipos da vida nas periferias através de uma descrição mais fina das praticas relacionadas aos ilegalismos populares, parecia que um horizonte crítico mais profundo poderia ser esboçado. Agora trabalhávamos também com as práticas de traficantes, mas também suas relações com os policiais, de perueiros clandestinos e fiscais, da relação destes com os partidos políticos, formação de caixas de campanha e grupos ligados aos negocio ilícitos. Esta direção me pareceu importante e profícua e pretendo continuar este estudo para compreender as relações que delineiam uma espécie de economia política dos ilegalismos populares, projeto que somente pode avançar em uma pesquisa de maior duração. Este conjunto de questões será discutido no capítulo que trata do transporte clandestino e o processo de regularização, seguindo a trajetória de Hernandes. O momento de incorporação de uma segmento de parte da economia informal na esfera formal é revelador das formas de transformação e acumulação de esquemas que envolviam de diversas maneiras o poder oficial e suas formas de fiscalização, controle e representação e as regulações extra oficiais, o clientelismo e as formas de arrecadações não declaradas de dinheiro, agora publico. Desta forma, o processo de regularização dos perueiros pode ajudar na compreensão da maneira pela qual esta economia chamada de subterrânea é organizada, e como se transforma historicamente.

Mas ainda havia mais uma questão que o contato com Paulo e seus parceiros permitiu entrever. Trata-se da experiência social das

peças que atravessam estes limiares do legal e do ilegal, a maneira pela qual vivenciam os tortuosos e perigosos caminhos da vida nos interstícios da lei. Ainda que de maneira diferente segundo a atividade da qual fazem parte, viver nas periferias de São Paulo participando destes mercados que compõem os ilegalismos populares não é exatamente fazer parte da pobreza como miséria, do pauperismo como ausência de possibilidades, ou da necessidade da ajuda como motor da experiência urbana. Considero que a questão se desenvolve ao redor do que chamei de sobreviver na adversidade: em primeiro lugar uma experiência de enfrentamento das dificuldades imanentes às complexas e desiguais formas de distribuição da riqueza não formalizada que circulam na cidade; em segundo, para além das formas de subsistência das pessoas e suas famílias, esta experiência diz respeito à construção de formas de respeito e dignidade relacionada a um jogo de forças que pode conduzir a morte, visto como não previsível, e que, portanto, exige certo proceder nas suas formas de conduta correspondentes. Com isto procurei refutar duas tendências das análises acerca da dimensão social das práticas que ocorrem nos interstícios do legal e do ilegal. De um lado, não acredito que a participação das pessoas nas perigosas formas em que estão inscritos os ilegalismos populares seja condicionada exclusivamente pelo impulso adaptativo em relação a estes mercados ou de interesses que tenham em vista apenas a prosperidade econômica e o desejo de consumo. Uma das lições que Paulo e seus parceiros a todo o momento ensinavam aos sociólogos que realizavam a pesquisa é que a decisão de participar destes mercados passava, em primeiro lugar, por uma reflexão moral e não por um cálculo instrumental ou uma escolha irrefletida e irracional. Paulo e seus parceiros não me pareciam nem máquinas calculistas dos custos e benefícios de suas escolhas, nem hedonistas irracionais movidos por desejos de consumo orgásticos. Muito pelo contrário, o que parece mover os

participantes deste universo social é uma busca por dignidade, uma luta cotidiana e reflexiva acerca das formas de respeito. Mas, de outro lado, tão importante quanto esta constatação em relação às formas de respeito e dignidade é o fato de que, muitas vezes, é exatamente esta busca que os conduz a própria destruição de suas vidas. Aqui encontramos talvez o ponto mais importante deste percurso de pesquisa: o que me levou a escrever as páginas que se seguem é uma perspectiva que não procura realizar uma crítica através de uma vitimização das pessoas que conheci, mas para ser completamente fiel e justo com o que talvez procuraram me transmitir, colocar em relevo a posição ativa de suas decisões a partir de uma reflexão acerca das condições de exposição a violência a que estão submetidos.

É no campo destas questões que a descrição e análise da maneira de funcionamento da biqueira de Paulo será realizada. Ao que parece, a maior exposição à morte na biqueira faz dela um lugar onde estas questões parecem ter um relevo mais acentuado. A descrição da biqueira será realizada a partir da análise da experiência social que se desenvolve nas complexas e perigosas tramas que permitem a sua organização. Para finalizar, como uma pequena conclusão, seguirá uma pequena análise das músicas dos Racionais MC's que parecem estar em consonância com as questões centrais deste trabalho, especialmente no que tange ao proceder, ou seja esta conduta de enfrentamento do mundo social que é presente nas periferias paulistanas. A partir das letras das músicas dos Racionais MC's, as representações associadas a este proceder podem ser melhor trabalhadas, especialmente a imagem do guerreiro e do verme, representações associadas a esta forma de conduta que parece se dirigir ativa e reflexivamente frente aos desafios de sobreviver na adversidade.

* * *

Finalmente, os agradecimentos. Em primeiro lugar a Vera Telles, como orientadora e parceira de trabalho: como orientadora foi a pessoa que me ensinou o “ofício de sociólogo”, da realização das entrevistas, a organização do material empírico, a construção das questões, o cuidado com o texto, mas principalmente, por me conduzir sempre em direção a ousadia do estudo e não a redução metodológica; como parceira de trabalho tivemos a coragem e persistência de realizar a pesquisa na Favela da Colina, e posteriormente, elaboramos boa parte das questões de trabalho que estão aqui presentes e que continuarão a ser o norte de futuras pesquisas.

Este trabalho também não teria sido possível sem o coletivo do GENI, Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos. Durante todo o tempo em que estudamos e continuamos a estudar Foucault, muitas questões puderam ser elaboradas em nossas intermináveis reuniões. Alessandra, Carlos, Eliane, Fernanda, Rafael, Tatiana e Zé César foram grandes interlocutores deste texto. À Zé, parceiro do quarto dos estudos avançados da casinha, todo o meu respeito e consideração pela ajuda em muitos dos momentos difíceis desta tese, especialmente no que diz respeito à parte teórica.

Robert Cabanes, grande amigo que durante anos percorreu as periferias de São Paulo e me ajudou muito em minha passagem na França. Também na pequena pesquisa, que gostaria imensamente de continuar, no bairro mais rebelde da França desde 2005. Além disto, cabe dizer que me apresentou a livros importantes, especialmente etnografias difíceis de serem encontradas.

Também a Angelina Peralva, que me acolheu da melhor maneira possível em Toulouse e Paris me permitindo aproveitar o tempo de minha estadia, além de ter oferecido a oportunidade de expor o meu trabalho na Universidade de Toulouse e me colocando em contato com os excelentes seminários da EHESS.

Devo agradecer ao CNPq, que me concedeu uma bolsa durante três anos deste trabalho, portanto em uma parte importante da pesquisa de campo. Devo também a CAPES a bolsa concedida durante o ano que passei na França no chamado doutorado sanduíche, onde foi possível me dedicar inteiramente aos estudos e realizar todo um levantamento bibliográfico importante para este trabalho.

Por fim, os agradecimentos mais importantes são para as pessoas que fazem parte da tese como personagens, que por circunstâncias evidentes não posso dizer os nomes, mas que são antes de tudo parceiros que sempre estarei lado a lado. Então, um salve para todos os moradores do bairro em que a pesquisa foi realizada, especialmente a família, só quem é sabe.

* * *

Parte I

“Nasci em um tempo em que a maioria dos jovens havia perdido a crença em Deus, pela mesma razão que os seus maiores haviam tido – sem saber por quê. E então, porque o espírito humano tende naturalmente para criticar porque sente, e não porque pensa, a maioria destes jovens escolheu a Humanidade para sucedâneo de Deus. Pertencço, porém, aquela espécie de homens que estão sempre na margem daquilo a que pertencem, nem vêem só a multidão de que são, senão também os grandes espaços que há ao lado. Por isso nem abandonei Deus tão amplamente como eles, nem aceitei nunca a Humanidade. Considerei que Deus, sendo improvável, poderia ser, podendo pois dever ser adorado; mas que a Humanidade, sendo uma mera idéia biológica, e não significando mais que a espécie animal humana, não era mais digna de adoração do que qualquer outra espécie animal. Este culto da Humanidade, com seus ritos de Liberdade e Igualdade, pareceu-me sempre uma revivescência dos cultos antigos, em que animais eram como deuses, ou os deuses tinham cabeças de animais. Assim, não sabendo crer em Deus, e não podendo crer numa soma de animais, fiquei, como outros da orla das gentes, naquela distancia de tudo a que comumente se chama Decadência. A Decadência é a perda total da inconsciência; porque a inconsciência é o fundamento da vida. O coração, se pudesse pensar, pararia.”

Fernando Pessoa, O livro do Desassossego.

“A Sociologia Urbana começa quando a citè política é substituída pela população”

Christian Topalov, Os saberes da cidade: tempos de crise.

Introdução

Esta parte será organizada em dois capítulos principais. Em primeiro lugar segue-se uma organização da tradição sociológica conhecida como ecologia urbana, proposta que tem como fundadores alguns pesquisadores reunidos na Universidade de Chicago no início do século XX. A chamada escola da Chicago, é importante ressaltar, reúne um conjunto de pesquisadores e abordagens muito maior do que os reunidos nesta primeira parte, mas no que tange as bases do que foi chamado ecologia urbana e as suas pesquisas acerca do fenômeno do crime, acredito que a organização proposta contempla razoavelmente o essencial. A segunda parte organiza alguns autores que não constituem uma tradição sociológica, mas que me parecem importantes para uma revisão crítica à proposta da ecologia humana no que tange a questão do poder. O que me parece tornar pertinente reunir estes autores é justamente algo que os difere da ecologia humana porque constroem uma perspectiva de trabalho cujo centro é o controle social.

A escolha de organizar os textos relativos à escola de Chicago em relação a outras tradições da sociologia urbana não é casual. Em primeiro lugar foram os primeiros a tentar sistematizar as relações entre crime e espaço de um ponto de vista sociológico. Mas a importância deste pioneirismo não se resume apenas ao lugar ocupado por esta tradição no quadro mais amplo dos estudos urbanos. O fato é que a perspectiva da sociologia urbana pensada no início do século XX em Chicago continua a ter um plano de atualidade notável. Mesmo transformada durante todo o século, os seus pressupostos parecem ainda alimentar em grande parte a prática de pesquisa sobre as cidades, particularmente no que se

refere os estudos sobre a chamada “violência urbana”. A ecologia urbana atravessou as críticas de seu caráter funcionalista nos EUA¹⁰, assim como as acusações de ser uma ideologia urbana realizada pela sociologia urbana crítica¹¹. Mais tarde, recuperou seu vigor, sobretudo através de uma leitura feita por Issac Joseph, Yves Grafmeyer¹² e Ulf Hannerz¹³, que renovavam as leituras que haviam sido feitas anteriormente. Mais importante, contudo, que as reviravoltas e peripécias que cercam a recepção e a transformação desta tradição dentro do ambiente acadêmico, a maneira de propor as questões relativas aos “problemas urbanos” persistiu de forma muito importante nas práticas da boa gestão das cidades. A perspectiva analítica dos autores de Chicago parece-me, atravessou o século de forma vigorosa através pela sua pertinência para as práticas de gestão das populações urbanas. Isto especificamente em quatro pontos, que serão, cada um deles, desenvolvidos no primeiro capítulo:

Primeiro, uma aposta no progresso e seu desenvolvimento, sobretudo a partir da idéia nascente de uma ordem urbana ligada ao princípio da civilidade. Segundo Christian Topalov¹⁴, tratava-se de organizar a partir da idéia do progresso a ordem espacial, política e moral das cidades a partir de três pontos: primeiro, a aparente desordem espacial deveria ser suplantada por um ordenamento coerente baseado em bases científicas que organizariam a expansão urbana, segundo, a partir da representação da cidade como berço da democracia, a produção da cidadania como nova forma da relação entre os habitantes das

¹⁰ PLUMER, Kenneth (editor). Chicago School of Sociology: critical assessments. Londres; Nova York: Routledge, 1997.

¹¹ CASTELLS, Manuel. A Questão Urbana. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1983.

¹² GRAFMEYER, Yves e JOSEPH, Isaac. L'École de Chicago: Naissance de l'écologie urbaine. Paris : Champs Flammarion, 2004..

¹³ HANNERZ, Ulf. Exploring the city: inquiries toward an urban anthropology. New York: Columbia University Press, 1980.

¹⁴ TOPALOV, Christian. Os Saberes da Cidade: tempos de crise?. Espaço e Debates, ano XI, número 34, 1991.

idades, terceiro, a fabricação destes cidadãos e de um novo de tipo de vínculo social que perpassaria a sociabilidade popular. As pesquisas urbanas encontrariam, desta forma, o seu plano de referencia que é pragmático e experimental, devendo isolar no meio urbano os fenômenos à serem modificados em vista do progresso urbano. De fato, o horizonte do progresso orientou quase todas as diferentes tradições de pesquisas urbanas não se resumindo aos autores de Chicago, mas neste caso será apresentada a partir da tradição norte americana.

Segundo, a estrutura pragmática que trabalha, fabrica e organiza o meio urbano como um artefato que faz da cidade um laboratório de análise e, ao mesmo tempo, um campo de intervenção possível do homem sobre o homem. A idéia de que o mundo social pode e deve ser objeto de um saber prático que permite descrever e analisar a realidade em relação com aquilo que se quer que ela se torne. Natureza humana que se constitui como o que é e o que deve ser, sendo desta maneira objeto de um novo estatuto profissional, diferente do trabalho benévolo ou filantrópico característico dos reformadores, considerados moralistas e não científicos.

Terceiro, uma dinâmica do urbano como lugar de tensões abertas e instabilidades permanentes como objeto da sociologia urbana. Como disciplina o que deve ser objeto de estudo é o meio urbano e seus efeitos ambientais sobre o homem e a atuação criadora do homem sobre este espaço, que produz reconfigurações a cada instante. Denomino de análise ambiental o dispositivo de pesquisa que pensa como o meio urbano pode exercer influencias sobre os comportamentos de indivíduos e grupos sociais.

Quarto, a natureza humana aberta e indeterminada constitutiva destes tempos de crise possibilitariam o desenvolvimento de diferentes códigos morais divergentes do meio urbano, as regiões morais. Trata-se de espaços onde códigos

morais divergentes operam, sendo estes constitutivos da fragmentação da vida das cidades e a crise como condição do tempo presente. Este mínimo denominador, que produziria as solidariedades locais, no caso de uma intervenção no ambiente, deveria ser o centro e foco da atuação das organizações da sociedade civil e do Estado com vista de promover as condutas que seriam consideradas benéficas para o conjunto da cidade e limitar aquelas consideradas não compatíveis com a vida citadina urbana.

A tentativa na segunda parte do texto seria de pensar como a questão do poder no que tange a gestão das populações urbanas poderia servir de aporte crítico a esta perspectiva. A partir de algumas pesquisas realizadas por diferentes grupos de pesquisa, procurarei deslocar a perspectiva de Chicago para a inscrição dos indivíduos e dos grupos sociais em um sistema de posições e de relações estabelecidas e definidas na situação e nas circunstâncias de sua relação com o poder e a prática governamental. Com isto não se pretendeu afirmar a perspectiva ambiental como falsa. De fato, trata-se de perceber como esta análise, cujos pressupostos são tão recorrentes nas intervenções urbanas em geral e do crime que ocorre nas cidades em particular, produz efeitos que devem ser alvo da pesquisa que pretende compreender o próprio crime. Se tomarmos como centro as práticas que são construídas no ponto de contato com o poder, a riqueza dos diagnósticos e prognósticos de Chicago é incomensurável. Eles iluminam de maneira precisa a forma pela qual, do ponto de vista do governo das populações urbanas o crime é concebido, medido, organizado, e combatido, portanto, oferecem uma poderosa grade de legibilidade das ações governamentais. Talvez, a lição mais importante do legado de Chicago é a demonstração da pertinência do crime como fenômeno urbano e especialmente organizado na perspectiva da boa gestão governamental das cidades.

O sutil, mas importante, deslocamento proposto aqui é de perspectivar a produção deste conhecimento e as práticas governamentais a partir de atitudes, gestos, astúcias, intrigas, enfim, estratégias de ação que são feitas atravessando a incidência do poder em suas múltiplas formas de atuação através do enquadramento e dos limites colocados pelo poder que tenta organizar, perseguir, marcar, inscrever, conduzir e dirigir. Portanto, para a compreensão do fenômeno do crime, ou melhor, a problematização do crime como fenômeno, a análise deveria trabalhar os percursos considerados criminais de forma articulada com o que a incidência da prática governamental procura produzir. Desta forma, as relações que se estabelecem entre a prática criminal e o governo é o centro da análise, e não o sujeito da análise. Esta perspectiva de trabalho que procurei desenvolver deve muito ao trabalho de Michel Foucault, que talvez tenha conseguido formular de forma mais bem acabada uma análise do poder e suas formas de normalização. Em primeiro lugar Foucault atenta para as relações de saber e poder que são constitutivos do conhecimento, os efeitos que são produzidos no campo delimitado pelo poder, as relações entre estas dimensões contidas nos jogos de verdades que estruturam o conhecimento e as práticas do poder. Em segundo, realizar a pesquisa exatamente a partir destas relações de poder e saber, como uma maneira de dar relevo para a importância destas nos enunciados e práticas a partir de uma posição crítica, e desta maneira chamar a atenção para as técnicas de controle e normalização, ou dito de outra maneira desassujeitar os saberes que se pretende produzir.

Nesta direção, cujos sentidos serão trabalhados de maneira mais precisa e detalhada que nesta apresentação sintética, os estudos reunidos na segunda parte parecem compartilhar uma abordagem frente ao poder e a dominação, ainda ambas tenham pontos de partida diferentes. Um primeiro conjunto de pesquisas

que serão expostas foi realizado ao redor de um grupo chamado CERFI¹⁵ (Centre d'Étude, de Recherche et de Formation Institutionnelles). Este grupo, de curta duração, organizou uma série de estudos dos equipamentos urbanos pensados como dispositivos de normalização, chamados posteriormente de equipamentos do poder. Pensando a cidade como uma espécie de rede de dispositivos de gestão e controle dos seus habitantes, o grupo inovou os estudos urbanos justamente porque colocava como o centro de interesse não a ampliação dos equipamentos urbanos, mas sim o questionamento de seu papel dentro de uma economia geral do controle e de uma estratégia global da normalização das populações urbanas. Em seguida, outro conjunto de pesquisas será discutido, a partir de um grupo de antropólogos reunidos em torno da idéia de pensar o Estado a partir de suas margens¹⁶. Através da pesquisa de campo procuram entender o problema do governo das populações e suas formas de normalização a partir de práticas situadas nas margens do Estado. Este segundo conjunto de pesquisas não tem como objeto especificamente as cidades, mas acredito que podem ajudar a problematizar a prática de pesquisa de campo em suas relações com o governo das populações. Aqui também se pretende pautar as questões a partir de uma analítica dos dispositivos de poder, mas a partir das práticas e não propriamente dos equipamentos que constituem um lugar, ou seja, das ações que atravessam o conjunto heterogêneo de instituições que compõem o controle social.

Seguindo as pistas oferecidas por estes dois conjuntos de pesquisas e seus grupos correspondentes a tentativa continuou a perseguir a maneira de realizar a pesquisa a partir de uma

¹⁵ FOURQUET, François e MURARD, Lion. Les Équipements du Pouvoir. Paris : Union Générale d'éditions, 1973.

¹⁶ DAS, Veena e POOLE, Deborah. Anthropology in the margins of the State. Oxford, Santa Fe: James Currey, School of American Research Press, 2004.

perspectiva crítica do poder. O primeiro conjunto de pesquisas parecia avançar na compreensão de como a estrutura urbana, pensada a partir dos equipamentos de normalização, poderia ser considerada como uma rede de dispositivos de controle. O segundo conjunto de pesquisas parecia apontar na direção de como uma descrição e análise das práticas cotidianas permitiria pensar a incidência destes dispositivos positivando um campo de ação que por vezes se alinha, e por outras contrasta, com a dinâmica do poder. Trata-se de fato de pontos de partida diferentes para a realização da pesquisa: de um lado o estudo de uma trama heterogênea de instituições e sua incidência sobre os habitantes das cidades, de outro partir das práticas de seus habitantes ou objetos destas instituições para pesquisar em seguida o funcionamento dos dispositivos de normalização. Considero que longe de serem incompatíveis, estas maneiras de fazer a pesquisa são complementares e oferecem dois pontos de partida que ajudam a compreensão do campo de incidência do poder e as práticas que o atravessam.

Partindo então desta perspectiva crítica do poder comum aos dois grupos, mas pensando esta dupla entrada, seria possível voltar à discussão entre crime e cidade. Neste sentido o capítulo seguinte trata do conceito de mercadoria política¹⁷ e a imagem da cidade como bazar¹⁸. O conceito de mercadoria política teria um potencial descritivo e analítico de iluminar a maneira pela qual a cidade se revela na relação com os dispositivos do poder. O ponto preciso do interesse deste conceito são as zonas de produção e reprodução dos mecanismos do poder, produzidos cotidianamente nas práticas que podem ser flagrados nas situações que atravessam o campo aberto

¹⁷ MISSE, Michel. Crime e Violência no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.

¹⁸ RUGGIERO, Vincenzo e SOUTH, Nigel. The late-modern City as a Bazaar. *British Journal of Sociology*, vol 48, numero 1, 1997.

das negociações em torno das mercadorias políticas. A mercadoria política é um conceito de descrição e análise da maneira pela qual o poder e o crime se organizam e reorganizam. A escala pertinente da mercadoria política é a cidade, onde as negociações em torno da proteção que garante o funcionamento dos mercados ilegais e ilícitos funcionam em relação com os poderes que organizariam o seu controle. Ao pensar as negociações em torno da mercadoria política como uma relação situada no coração das cidades, chegamos finalmente à imagem da cidade como bazar, um plano de referência distinto para situar os ilegalismos urbanos em suas interações com as dinâmicas do poder das cidades contemporâneas. As negociações próprias ao bazar, produzidas nos limiares dos bloqueios e interditos são parte constitutiva das práticas relacionadas aos ilegalismos situadas nos interstícios do legal, ilegal e ilícito e o mundo oficial. Para realizar a pesquisa a partir destas noções, mais uma vez a tentativa foi de desdobrar a dupla entrada da realização da pesquisa nas cidades, ou seja, de um lado pensar as formas de incidência e inscrição do poder como produtora dos territórios urbanos e, de outro, as práticas ou condutas que atravessam este campo definido pelo poder.

Este percurso talvez fragmentário e arriscado parece-me articulado em torno de uma perspectiva comum que pensa a pesquisa a partir de suas relações com o poder. A fecundidade ou total irrelevância destas considerações são de inteira responsabilidade do autor.

* * *

Capítulo 1

Cidade e Civilidade

Um dos pressupostos dos estudos sociológicos acerca da cidade moderna é a emergência da população como fenômeno identificável e a sua relação com o espaço. Nestes estudos, a população é um fenômeno que emerge a partir de uma série de transformações que conduziram ao deslocamento de um enorme contingente humano em direção as cidades. Estas transformações, que foram identificadas em diversas partes do mundo em momentos distintos, teriam feito que no ambiente urbano uma grande concentração de pessoas se aglomerassem, a chamada população urbana. Trata-se da urbanização das grandes metrópoles que se formam a partir do processo de industrialização, mesmo que estes dois processos tenham relativa autonomia. O diagnóstico generalizado destes estudos nascentes é que este processo que conduz a esta grande densidade populacional está relacionada à uma série de problemas que ocorrem nas cidades: as epidemias e os miasmas, as habitações insalubres e impróprias, os diversos tipos de crime, as sedições, a instabilidade do trabalho e a vagabundagem. A emergência da população e os saberes mobilizados para a compreensão deste fenômeno em suas relações com um projeto urbano constituem a cifra pela qual pretendo conduzir este modesto percurso entre alguns autores.

Segundo Christian Topalov, poderíamos distinguir mais ou menos claramente dois momentos dos estudos da cidade

moderna¹⁹. Em primeiro lugar o momento dos estudos conduzidos pelos reformadores sociais, os chamados “saberes parciais” sobre a sociedade urbana, onde se encontra a estatística sanitária, a epidemiologia, a criminologia ambientalista, as primeiras observações sistemáticas de habitações populares. Estes estudos percebiam a população urbana como uma massa pouco diferenciada, localizada em espaços urbanos precisos onde se concentravam as epidemias, o crime e a insurreição. É neste momento em que as classes populares são pensadas como “perigosas” e contra o risco em potencial destes agrupamentos populacionais um dispositivo foi produzido em duas frentes: de um lado a repressão ao perigo das sedições a partir da violência de Estado cuja história é bem conhecida, de outro lado os mecanismos de assistência destinados a atuar sobre os indivíduos e suas famílias. Este primeiro momento Topalov chama de disciplinante – repressivo.

Em segundo lugar, os estudos são conduzidos por outro perfil de pesquisa, que tem origem quase que simultaneamente em diversos lugares do mundo, na França, na Inglaterra e nos EUA. São estes lugares que irão desenvolver uma produção mais sistemática sobre as cidades. As antigas “classes perigosas” passam a ser vistas de maneira mais fracionada, são classificadas segundo categorias particulares onde são diferenciados, por exemplo, o vagabundo e o desempregado ou os retardados mentais e os delinqüentes. Também os estudos passam a se diferenciar de maneira em que os problemas relativos às condições de trabalho, de moradia e de saúde serão estudadas por profissionais diferentes. A incidência dos dispositivos que atuam neste universo vai continuar a ser realizada segundo o duplo crivo da assistência e da

¹⁹ TOPALOV, Christian. *Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX*. In: RIBEIRO, L. C. Q. & PECHMAN, R.(orgs.). *Cidade, povo, nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

repressão estatal, mas segundo outras bases de critérios que combinam as formas do momento disciplinante – repressivo, com os modelos administrativos – científicos. Ainda que fosse de interesse central a análise do primeiro momento dos estudos acerca das populações urbanas, o esforço aqui será de concentrar-me no segundo momento, onde os reformadores sociais cedem lugar aos especialistas. Não pretendo realizar isto porque este momento marcaria os estudos “científicos” das cidades modernas, ainda que estes estudos reivindiquem para si este estatuto. Mais do que uma análise acerca do progresso da razão no sentido de um tratamento mais objetivo e livre de preconceitos acerca do tema, o que me interessa é, sobretudo realizar um breve percurso nas novas configurações da relação entre o tipo de conhecimento produzido e as tecnologias de intervenção social que são construídas neste momento.

Entre os países que são precursores desta nova maneira de pensar as cidades, irei me concentrar nos autores da chamada Escola de Chicago, cuja linha de pesquisa, ainda que muito diferenciada internamente, ficou conhecida como a ecologia humana. Podemos encontrar nestes autores todas as características deste momento de emergência de uma análise moderna das cidades e suas populações. Em relação a todos os problemas relativos a coexistência densa da população, o tratamento será realizado sobre as bases de um conhecimento acerca das variáveis que organizam as leis que regem a população. A idéia central da nascente sociologia e antropologia urbana seria a de que seria possível encontrar uma ordem dentro da aparente desordem das populações urbanas²⁰. Os diversos problemas que a convivência deste agregado humano no mesmo espaço produz são vão de questões de saúde pública, as formas de habitação, o crime, a

²⁰ TOPALOV, Christian. Os Saberes da Cidade: tempos de crise?. Espaço e Debates, ano XI, número 34, 1991.

circulação dos habitantes e das mercadorias. A organização dos seus espaços, as formas de relação entre os seus habitantes ou ainda da articulação entre o espaço e habitantes são as questões centrais. Consideradas como antro da desordem porque sujas muito fechadas em si mesmas, focos de doenças a população urbana pode se comportar de maneiras desordenadas, mas as cidades guardavam, contudo, um potencial de ordem a ser desenvolvido. Este potencial seria portador de um impulso civilizatório importante que deveria ser cultivado e a cidade deveria ser pensada e organizada de tal maneira que pudesse realizasse as suas promessas emancipatórias. A idéia, portanto, de uma ciência prática capaz de iluminar a ordem escondida que pode ser capaz de conduzir as cidades e as populações urbanas a uma direção de desenvolvimento de suas melhores potencialidades. Estes são os termos para a comparação de Topalov das praticas da ciência nascente com os reformadores utópicos:

“uma representação do progresso e do método prático que conduz e define as categorias fundamentais da análise científica. É toda a diferença e toda a semelhança entre a ciência progressista moderna e a utopia. Os cientistas, ao contrario dos utopistas, sabem que o social nasce do social e que a ação deve obedecer as leis da realidade que se pretendem permitir que ela seja modificada.”²¹ “

É desta maneira que a alguns textos da chamada Escola de Chicago vão ser analisados. Agora, o que é esta realidade que procuram entender? Quais são as leis que comandam esta realidade? São estas questões que procurarei desenvolver.

* * *

²¹ TOPALOV, Christian. Os Saberes da Cidade: tempos de crise?. Espaço e Debates, ano XI, número 34, 1991.

A Cidade como Laboratório: a dupla natureza

Robert Ezra Park em seu texto "A Cidade como um laboratório social" começa da seguinte maneira:

"Descrevemos a cidade como o habitat natural do homem civilizado: é na cidade que são desenvolvidas a filosofia e a ciência, fazendo do homem, não somente um animal racional, mas um animal sofisticado. Isto quer dizer, em primeiro lugar, que é no meio urbano- em um mundo feito pelo homem – que este acendeu pela primeira vez a uma vida intelectual e adquiriu as características que mais o distinguem dos animais de espécie inferior e do primitivo. A cidade e o ambiente urbano representam a tentativa a mais coerente e, de qualquer modo, e a mais bem sucedida para transformar segundo nossos próprios desejos o mundo no qual vivemos. Mas, se a cidade é o mundo que o homem criou, é também o mundo no qual doravante é obrigado a viver. Assim, indiretamente e sem ter claramente consciência da natureza de sua obra, ao criar a cidade, o homem se recria a si mesmo.

É neste sentido e é em respeito a isto que se pode considerar a cidade como um laboratório social.²² "

Este ponto de partida de Park é muito significativo para a compreensão de toda a forma pela qual a sua abordagem é construída. Em primeiro lugar, a definição de Park da cidade trabalha com a idéia de que a cidade é um meio onde se desenvolve o Homem ou como dirá em outros textos a natureza humana. Meio aqui pensado como espaço onde existe uma composição de diversos elementos que o constituem como um ambiente, e a natureza humana pensada como as características que fazem do Homem um animal diferenciado, capaz de produzir obras. A cidade seria o meio por excelência para que a natureza humana pudesse se desenvolver

²² PARK, Robert E.. The City as a Social Laboratory. In SMITH, T.V. e WHITE, Leonard D. (editores). Chicago: an Experiment in Social Science Research. Chicago: University of Chicago Press, 1929.

na plenitude de suas potencialidades e, portanto, o lugar ideal para a compreensão desta natureza. De outro lado, Park também ressalta que o Homem não tem controle absoluto desta sua grandiosa obra que é a cidade, sendo também obrigado a viver neste meio que exerce influências sobre ele, recriando-o. Evidentemente a recriação é parte constitutiva das capacidades humanas, mas não se pode excluir também o sentido de recriação como a impossibilidade do controle absoluto desta sua obra e, portanto, sendo este o seu habitat natural ou o seu meio, a produção de efeitos sobre o Homem. Esta é a importância da cidade: é um artefato produzido pelo homem que pode produzir o próprio homem, ou seja, a natureza humana cria e adapta-se ao meio urbano. Uma das fascinações que a cidade exerce sobre Park é, assim, esta imagem de um artefato que pode ser produzido pelo homem:

“A aparição da cidade e da vida urbana são eventos recentes; o homem se formou e adquiriu a maior parte de suas características inerentes e hereditárias em um meio onde conduzia uma vida muito próxima dos animais de espécie inferior, sob a dependência direta da natureza (...) mas as possibilidades da vida humana se alargaram com o nascimento das comunidades urbanas(...)A nova ordem social, entretanto, é mais ou menos uma criação artificial, um artefato. Ela não é nem absoluta e nem sagrada, mas pragmática e experimental.”²³”

É esta estrutura pragmática que trabalha, fabrica e organiza o meio urbano como um artefato que faz da cidade um laboratório de análise e, ao mesmo tempo, um campo de intervenção possível do homem sobre o homem. Este é o sentido que Topalov assinalava acima como o elemento que aproximava e, ao mesmo tempo, distanciava as análises científicas das utopistas: de um lado

23 PARK, Robert E.. The City as a Social Laboratory. In SMITH, T.V. e WHITE, Leonard D. (editores). Chicago: an Experiment in Social Science Research. Chicago: University of Chicago Press, 1929.

compartilham a idéia de que o mundo social pode e deve ser objeto de um saber prático que permite descrever e analisar a realidade em relação com aquilo que se quer que ela se torne. Apesar disto, Park faz questão de marcar a diferença de seu método prático e experimental a partir de um novo estatuto profissional, diferente do trabalho benévolo ou filantrópico característico dos reformadores, considerados moralistas e não científicos. Estes profissionais são os especialistas das questões urbanas e, a sociologia urbana faz parte deste campo de produção de conhecimento. Este novo profissional e seus instrumentos serão, assim, capazes de realizar de maneira mais eficaz as promessas dos reformadores em relação às populações urbanas, ou seja, criar as condições de desenvolvimento do homem, mas sobre bases científicas e não morais. O objeto destes especialistas é o meio urbano, que longe das determinações da natureza, é um artefato humano que pode e deve ser um campo de intervenções que produzam efeitos sobre as populações urbanas.

Mas uma importante questão deve ser esclarecida: se o homem produz o meio urbano e, se este é o lugar por excelência da realização das potencialidades humanas, porque esta intervenção no meio? Porque não devemos simplesmente deixar o Homem e sua obra se realizarem mutuamente? A resposta deve ser feita por partes, pois se encontra no centro de toda a construção teórica realizada por Park e alguns de seus colegas. Esta é a questão que tentarei desenvolver ao longo de toda esta primeira parte. Em primeiro lugar, a cidade devido ao fato de ser o lugar de uma existência mais longe da natureza e mais próxima de uma idéia de civilização, é o lar de todos os problemas que isto implica²⁴. Continuemos com os textos de Park que podem ajudara entender esta questão.

²⁴ PARK, Robert E. *The City as a Natural Phenomenon*. In, PARK, Robert E. *Human Communities*. New York: Free Press, 1952.

“A cidade foi sempre uma fonte abundante de materiais clínicos para o estudo da natureza humana, porque ele sempre foi a fonte e o centro da transformação social. Em uma sociedade perfeitamente estável onde o homem ascendeu à um completo equilíbrio biológico e social, temos poucas chances de ver surgir problemas sociais, e as inquietudes, os conflitos interiores, as ambições, que estimulam a energia do homem civilizado e foram ao mesmo tempo um problema para ele mesmo e para a sociedade.”²⁵ ”

Ao mesmo tempo em que a cidade é o lugar para a realização humana ela provoca problemas, esta é a primeira chave para a compreensão da relação entre meio urbano e homem. Na verdade, trata-se da articulação entre os dois sentidos da relação entre meio e natureza humana e, portanto, os dois sentidos da cidade como laboratório: a compreensão de uma relação entre o Homem e seu meio que, se em virtualidade poderia conduzir a realização de suas potencialidades, não se constitui como um caminho necessário. É exatamente por isso que, portanto, o meio urbano deve ser produzido na direção em que este potencial seja desenvolvido. Contudo, são os mesmos processos que fazem do homem um animal com potencialidades distintas que produzem os problemas no meio urbano. Os problemas referentes às populações das cidades são concomitantes com a abertura para o desenvolvimento das potencialidades do homem. Será então importante trabalhar sempre a partir de uma relação móvel e problemática, onde se procura a realização da natureza do homem e, ao mesmo tempo, ao fazê-la, será preciso identificar o que pode limitá-la ou destruí-la. Trata-se de um duplo sentido de natureza: a natureza é constitutiva do homem ao mesmo tempo em que deve ser produzida. Ao mesmo tempo em que “é” é o que “deve ser”, esta parece ser a chave da questão paradoxal posta por esta idéia de natureza.

* * *

²⁵ PARK, Robert E.. The City as a Social Laboratory. In SMITH, T.V. e WHITE, Leonard D. (editores). Chicago: an Experiment in Social Science Research. Chicago: University of Chicago Press, 1929.

Cidade, mercado e circulação

É chegada a hora, então de compreender do que se trata esta transformação ou quais são os processos que conduzem o homem a estar mais próximo de *sua* natureza, que produz os problemas do meio urbano, e que a partir de métodos científicos deve ser objeto de uma compreensão para a realização de suas capacidades humanas. Esta transformação está diretamente ligada ao mercado e a economia monetária. É de Simmel, mestre de Park, a famosa frase de que “A metrópole sempre foi a sede da economia monetária²⁶”. A principal característica das grandes cidades é a sua relação com o dinheiro, esta é a articulação fundamental para Simmel pensar o fenômeno urbano, ao ponto de seu texto mais célebre sobre a cidade ser pensado no interior de sua proposta de uma filosofia do dinheiro²⁷. É sobre o signo do dinheiro que é possível compreender todas as séries de transformações econômicas, sociais e políticas que mudaram a experiência humana que passou pela intensificação dos fluxos do mercado, a formação das indústrias e a modernidade nascente. Na emergência deste enorme conjunto de transformações operacionalizadas pela economia monetária, a cidade ocupa um papel central: espaço onde se realizam mudanças da estrutura material de produção, circulação e consumo, lar da expressividade dos novos traços constitutivos das interações entre seus habitantes, lugar de uma nova ordem jurídica e política.

O ponto de partida de partida e o conceito central para a compreensão destas transformações sociais, econômicas e políticas, cujo centro a cidade ocupa é a circulação. Em Simmel tanto a

²⁶ SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. Mana, vol.11, n.2, 2005.

²⁷ “O conteúdo desta conferência, por sua própria natureza, não remonta a uma literatura própria. A fundamentação e apresentação de suas principais idéias histórico-culturais é dada pela minha Philosophie des Geldes.”. SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. Mana, vol.11, n.2, 2005.

relação entre proximidade e distância, centro da sociabilidade propriamente urbana, como a intensificação dos estímulos nervosos, elemento básico da compreensão do tipo psíquico do homem metropolitano, estão relacionados à circulação da economia monetária. A circulação é um elemento-chave desta economia monetária que permite as trocas de mercadorias, que organiza os deslocamentos de pessoas no espaço urbano, e que está no centro da maneira pela qual os contatos entre os habitantes da cidade são realizados. Influenciada por esta perspectiva, a ciência pragmática e experimental de Park e seus colegas mobiliza todo um investimento na compreensão de como as circulações se fazem no meio urbano, pensando quais seriam as circulações que produziram um efeito social organizador ou desorganizador, e virtualmente, sobre este estado de circulação constante, como distinguir os perigos iminentes dos benefícios que esta pode produzir. A circulação, produzida pela economia monetária, é o impulso que condiciona o meio urbano para a incerta realização das potencialidades humanas. Quando Park cita um provérbio alemão que se refere ao ar livre das cidades, trata-se da livre circulação das cidades modernas em contraposição à cidade antiga.

“A cidade antiga era principalmente uma fortaleza, um lugar de refugio em tempo de guerra. A cidade moderna, pelo contrário, é principalmente uma convivência de comércio, e deve a sua existência à praça do mercado em volta da qual foi erigida. A competição industrial e a divisão do trabalho, que provavelmente mais fizeram pelo desenvolvimento dos poderes latentes da humanidade, somente são possíveis sob a condição da existência de mercados, dinheiro e outros expedientes para facilitar os negócios e o comércio.

Um velho adágio alemão reza que o ‘o ar da cidade liberta o homem’(Standt Luft macht frei).²⁸ ”

²⁸ PARK, Robert E. The City suggestions for Investigation of Human Behavior in the Urbain Environment. In.PARK, Robert E. e BURGUESS, Ernest W. The City suggestions for Investigation of Human Behavior in the Urban Environment. Chicago: University of Chicago Press, 1925 (1984).

De fato existe uma enorme convergência entre a escala dos fenômenos urbanos, o mercado e a circulação. A cidade antiga à que se refere Park era caracterizada por uma especificidade jurídica e administrativa que a isolava do resto de um território marcadamente rural. Espacialmente as cidades se apresentavam como um espaço murado com uma população muito adensada e diferenciada econômica e socialmente do campo. Com o crescimento do comércio e, posteriormente, da demografia urbana colocava-se o problema do adensamento cerrado na parte interior destes muros. Surge o problema da realização do comércio entre a cidade e seu entorno mais imediato e também o seu entorno mais distante, portanto, a necessidade de romper os bloqueios que este enclave provocava. Trata-se de um desbloqueio econômico, jurídico, administrativo e espacial da cidade antiga. Os problemas postos por esta necessidade de desbloqueio das cidades é que detona uma inversão na posição que a cidade ocupa dentro dos dispositivos de poder que organizam o governo: as cidades passam de uma posição marginal em relação às grandes organizações e mecanismos territoriais do poder medieval para a posição central na transformação destes mecanismos, passam a ser o grande lugar de mecanismos novos de poder que irão responder a problemas que anteriormente não se colocavam senão de maneira marginal²⁹. Nesta nova mecânica do poder, a circulação ocupa, como posto anteriormente, o ponto de partida e conceito central. Para responder aos problemas que a necessidade do desbloqueio das cidades exigia, a circulação em um sentido amplo foi imperativa: como deslocamento, troca, contato, como forma de dispersão e distribuição e, sobretudo, na maneira de pensar como as coisas devem circular ou não. Os problemas específicos ligados a circulação são conhecidos e não merecem ser desenvolvidos com

²⁹ FOUCAULT, Michel. Segurança, Território e População (Curso no Collège de France- 1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

maiores detalhes: em primeiro lugar, evidentemente, a garantia do comércio, em segundo lugar, o arejamento para eliminar todos os lugares onde se concentravam os miasmas que causavam a morte de populações adensadas, em terceiro a rede de ruas que se ligava as estradas externas que permitiam as mercadorias chegarem e serem enviadas, em quarto, a vigilância das populações flutuantes cujo afluxo tinha aumentado com a intensificação dos mercados³⁰. A cidade moderna teria, assim, como característica principal a facilitação e proteção da livre circulação de pessoas e mercadorias.

O mercado e a cidade seriam os lugares onde a circulação produziria efeitos desejáveis e indesejáveis, mas de toda a maneira é a escala do meio urbano que deve ser pensado para que a natureza humana possa ser realizada. E, se o meio é este lugar dos fluxos da circulação que o mercado produz, o impulso principal da natureza humana que produz este meio é a troca. A propriedade fixa e estável que caracterizava o restrito mercado medieval seria apenas um prelúdio para intensa circulação imposta pela maior velocidade dos fluxos monetários, sendo exatamente esta intensificação da troca, deste impulso da natureza humana, o capaz de libertar o homem das velhas lealdades. A cidade, por sua vez, seria o grande palco deste processo que liberta o homem, o meio por onde estes fluxos monetários passam e produzem as novas liberdades. Mas não se pense que esta liberdade poderia funcionar sem o seu inverso, a proteção e a segurança como condições necessárias para seu bom funcionamento.

* * *

³⁰ LE GOFF, Jacques. Por Amor às Cidades. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998..

Simmel e Park

De maneiras diferentes podemos aproximar e separar Simmel e Park, mestre e aluno, na forma pela qual ambos tratam os fenômenos do mercado e sua influencia na constituição da humanidade econômica que é a sociedade moderna. Primeiro o mestre. Para Simmel, como foi dito, as grandes cidades como as sedes da economia monetária são os lugares onde a multiplicidade, a concentração e a velocidade das trocas atingem patamares tais que a relação indivíduo sociedade é redefinida. Esta redefinição é realizada por partes, em momentos históricos distintos, através de impulsos diferentes, com princípios e características que se opõem e combinam ao mesmo tempo.

“O século XVIII encontrou o indivíduo em ligações violentadoras, que se tornaram sem sentido, de tipo político e agrário, corporativo e religioso — limitações que coagiam os homens como que a uma forma não natural e a desigualdades há muito injustas. Nesta situação surgiu o clamor por liberdade e igualdade — a crença na completa liberdade de movimento do indivíduo em todas as relações sociais e espirituais (...). Ao lado desse ideal do liberalismo cresceu no século XIX, por um lado por intermédio de Goethe e do Romantismo, por outro por meio da divisão econômica do trabalho, a idéia de que os indivíduos, libertos das ligações históricas, querem então também se distinguir uns dos outros. Agora o suporte de seu valor não é mais o "homem universal" em cada singular, mas sim precisamente a unicidade e incomparabilidade qualitativas. Na luta e nas escaramuças mútuas desses dois tipos de individualismo, a fim de determinar o papel dos sujeitos no interior da totalidade, transcorre a história interior e exterior de nossa época. A função das cidades grandes é fornecer o lugar para o conflito e para as tentativas de unificação dos dois, na medida em que as suas condições peculiares se nos revelam como oportunidades e estímulos para o desenvolvimento de ambas.”³¹

³¹ SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. Mana, vol.11, n.2, 2005.

Aqui se faz claro a distinção que Simmel processa entre o que chama individualismo quantitativo e individualismo qualitativo. O primeiro tipo de individualismo, estreitamente associado com o desenvolvimento da economia monetária, foi produzido através da libertação das lealdades feudais que ligavam o indivíduo antigo com a nobreza, o Estado e a Igreja. O individualismo quantitativo, portanto, é o produto da autonomia em relação a estes vínculos de dominação que impediam os indivíduos de serem iguais. Trata-se do individualismo ligado ao problema da igualdade, ou seja, o indivíduo como ser não dependente dos vínculos feudais, autônomo e livre. A relação deste tipo de individualismo com a economia monetária é claramente expressa na conhecida característica niveladora do valor de troca: trata-se da referência ao que é comum, reduzindo toda e qualquer qualidade a quantidades, tendo em seu centro a realização calculável, previsível, objetiva, mensurável de todas as coisas. As relações de distinção, de extração nobre, são exatamente o oposto do nivelamento que o dinheiro produz, reduzindo as diferenças qualitativas da distinção nobre em quantidades calculáveis a partir de uma equivalência produzida pela indistinção do valor de troca³². O correlativo deste nivelamento das qualidades pessoais em favor de uma equivalência dos membros da sociedade é a produção das leis e direitos universais e do homem universal³³. Este indivíduo abstrato, genérico e universal é produto do século XVIII, dos processos históricos cuja expressão se encontra na Revolução Francesa e nos fisiocratas e contratualistas da época³⁴. Resultante da mutação do ideal de homem e da construção de uma nova antropologia da natureza humana, este novo ideal do homem universal realiza trocas econômicas e jurídicas: funda as novas bases jurídicas

³² SIMMEL, Georg. The morality of nobility. In Nietzsche: Critical Assessments. CONWAY, Daniel W. Londres; Nova York: Routledge, 1998.

³³ SIMMEL, Georg. Questões Fundamentais da Sociologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

³⁴ SIMMEL, Georg. Questões Fundamentais da Sociologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

universais quando troca seus direitos e funda a economia de mercado quando troca bens.

Este homem abstrato, genérico e universal, produto do nivelamento da economia monetária, é a expressão do que Simmel chama da tragédia da cultura. De outro lado, o ideal da cultura está relacionado ao individualismo qualitativo, que compreende o indivíduo em suas diferenças com os outros, em sua unicidade e especificidade. Curioso que este indivíduo, muitas vezes percebido como hostil ao nivelamento produzido pela economia monetária mantém relações intensas com esta, curioso também que quando se refira ao individualismo qualitativo se refira ao mesmo tempo à Goethe, Nietzsche e à divisão do trabalho. Parece existir um duplo movimento cruzado que realiza passagens entre recuo e pertencimento ou, mais exatamente, entre proximidade e distância do indivíduo frente ao mundo da economia monetária. O individualismo qualitativo pode se apresentar em Simmel na reserva ou no distanciamento em relação ao mundo da economia monetária. Este recuo para o desenvolvimento da personalidade única e no cultivo de si no refugio de sua interioridade. O tema das articulações conflitivas entre a cultura objetiva e subjetiva poderia ser pensado nesta chave, ou seja, na recusa do nivelamento da economia monetária em prol da exploração da interioridade³⁵. Um segundo sentido poderia ser a busca da perfeição do indivíduo como valor objetivo, ou seja, o trabalho sobre si a partir de um enriquecimento de sua existência. Trata-se da procura de situações, acontecimentos, conhecimentos e obras cuja vontade se expressa em um sujeito ativo³⁶. Finalmente, o terceiro sentido está ligado a divisão social do trabalho, ou seja, resultado da diferenciação produzido pela especialização decorrente da divisão do trabalho. Enquanto a produção é orientada ao consumo interno a uma

³⁵ WAIZBORT, Leopoldo. *As Aventuras de Georg Simmel*. São Paulo: Editora 34, 2000.

³⁶ SIMMEL, Georg. *Pour Comprendre Nietzsche*. Mayenne: Le Promeneur, 2006.

comunidade específica, ou enquanto as trocas se realizam no interior deste grupo, a circulação é restrita e as diferenças no processo produtivo são pequenas. Quando a produção começa a ser feita em direção ao exterior da comunidade, a circulação rapidamente ganha uma maior intensidade de fluxos, conduzindo a uma especialização dos papéis produtivos, portanto, a divisão do trabalho começa a ser posta em curso. A economia liga e separa, ao unir cria a autonomia e o nivelamento, ao separar produz a diferença. A autonomia e independência só podem ser obtidas através da interdependência e diferenciação correspondente a este processo de especialização da divisão do trabalho. É por isto que esta mesma busca de uma diferenciação rumo à unicidade que exige um cultivo de si também é uma resultante, pelo menos como ponto de partida, da economia monetária e as relações quantitativas. Parece-me que a questão de Simmel parece ser uma indagação acerca da possibilidade de constituição de um sujeito no interior da tragédia da cultura. Este sujeito seria capaz de inaugurar uma nova forma de equivalência para além do nivelamento produzido pelo dinheiro e uma nova liberdade a partir da diferença.

De fato, os dois tipos de individualismo não são completamente opostos, mas, ao mesmo tempo conflitantes e complementares. O conceito de indivíduo de Simmel comporta estas duas dimensões e adquire aqui um caráter processual, que é ao mesmo tempo lógico e histórico. Para compreender isto, o elemento central, que articula estas duas dimensões, mais uma vez, é a circulação, ou antes, a mobilidade. Trata-se de um movimento de passagem da fixidez, da invariância e da estabilidade à mobilidade, a variação e a desestabilização. Do ponto de vista do desenvolvimento da economia monetária, a circulação do dinheiro e divisão do trabalho é o que produzem, ao mesmo tempo, um meio comum de intercâmbio que equaliza as diferenças para a troca,

ou seja, o dinheiro, e as diferenciações que a especialização da produção exige.

“A doutrina da liberdade e da igualdade é o fundamento histórico-espiritual da livre concorrência; e a doutrina das diferentes personalidades é o fundamento da divisão do trabalho. O liberalismo do século XVIII põe o indivíduo sobre os seus próprios pés, e ele deve progredir à medida que se sustenta. A teoria afirmou que a constituição natural das coisas cuidaria para que a livre concorrência entre os indivíduos levasse à harmonia de todos, que o todo se sairia melhor em uma situação em que os indivíduos buscassem vantagens sem qualquer parcimônia; esta foi a metafísica com a qual o otimismo natural do século XVIII justificaria a livre concorrência. Com o individualismo do ser outro, com o aprofundamento da individualidade que culminaria com a incomparabilidade tanto da essência quando da realização para qual o indivíduo tem vocação, se encontrou também a metafísica da divisão do trabalho (...) As conseqüências da concorrência irrestrita e da unilateralização dos indivíduos pela divisão do trabalho para a cultura interior certamente não permite dizer que elas sejam exatamente incrementadoras desta cultura. Talvez haja, para além da forma econômica de cooperação destes dois grandes motivos sociológicos- os únicos até agora realizados- uma forma mais elevada, que representaria o ideal velado de nossa cultura prefiro crer, porém, que, com a idéia da personalidade puramente livre e de personalidade puramente singular, ainda não se disse a última palavra sobre a individualidade.”³⁷

A grande cidade como sede da economia monetária, da circulação do dinheiro e da mais alta divisão do trabalho é o palco onde estes dois tipos de individualismo se chocam e se completam a todo instante, é na cidade em que o individualismo quantitativo igual e livre se encontra em relação e tensão com o individualismo qualitativo diferente e único. Esta tensão estaria longe de encontrar o seu fim, sendo Simmel muito cauteloso ao dizer que estes dois tipos de indivíduos são também o limiar entre a tragédia da cultura e o seu ideal. A cidade aproxima o homem universal e o indivíduo singular. Em Simmel a vida individual é a base do conflito entre

³⁷ SIMMEL, Georg. Questões Fundamentais da Sociologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

indivíduo e sociedade, sendo a tensão mais importante a demanda da sociedade de ser uma unidade orgânica de maneira que cada indivíduo empregue as suas forças a serviço de ser parte integrante de um conjunto de funções que a constituem. O indivíduo, contudo, querendo ser pleno em si tem como impulso resistir a esta demanda da sociedade, sem pensar apenas na utilidade que pode ter para a sociedade. Nesta tensão entre indivíduo e sociedade, Simmel propõe a perfeição do indivíduo como um valor objetivo e indiferente em relação ao seu significado para os outros, no máximo casual em relação a este. De fato, de maneira ainda mais radical, Simmel realiza uma equação do "social versus o humano".

"A sociedade – e e seu representante no indivíduo, a consciência ético-social – exige incontáveis vezes uma especialização que, como foi salientado, deixa atrofiada ou destrói a totalidade do ser humano. No que tange ao seu conteúdo, ela se coloca como inimiga das qualidades que devem ser chamadas de universalmente humanas. (...) os valores da humanidade, que se medem com base em nosso maior ou menor interesse neste mundo ideal, tem uma relação somente accidental com os valores sociais – embora muitas vezes com eles se cruzem.

Por outro lado, as qualidades puramente pessoais- como força, beleza, profundidade de pensamento, grandeza de convicção, indulgência, distinção, coragem e pureza de coração – têm significados autônomos totalmente independentes de seus entrelaçamentos sociais. São valores do ser humano e, como tais, totalmente separados dos valores sociais, que sempre se baseiam nos efeitos dos indivíduos. Eles certamente são elementos do acontecer social, simultaneamente como efeitos e causas³⁸."

Se, em muitos pontos na construção da problemática de modo geral Park se aproxima de Simmel, sua análise das cidades possui algumas nuances que me parecem igualmente importantes. Ambos os autores viveram em cidades que retinham de maneira muito particular o espírito do moderno onde as características desta

³⁸ SIMMEL, Georg. Questões Fundamentais da Sociologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

modernidade são expressas em seus habitantes e nas relações que se constroem entre elas, em oposição a vida não urbana³⁹. As características conflitantes dos habitantes das cidades aproximam-se ao se operem ao membro da pequena comunidade, onde a divisão do trabalho e a circulação monetária encontram-se retraídas. As relações estreitas da pequena comunidade não comportam nem o indivíduo livre e igual, nem o diferente e singular: todos os habitantes estão presos aos vínculos de dependência pessoal e estão organizados a partir de sua dessimetria correspondente, de outro lado, são fixos em círculos de pertencimento restritos que não permitem o desenvolvimento de singularidades entre eles. Exatamente sobre estes pontos, ou seja, a oposição das características dos habitantes das cidades em relação ao mundo rural os ensaios de Simmel acerca da sociedade moderna irão servir como inspiração para Park estabelecer os princípios de uma sociologia empírica acerca da relação entre meio urbano e a natureza do homem. A ciência pragmática e experimental de Park usa o meio urbano como um plano de referência a partir do qual as categorias espaciais de Simmel possam tomar uma forma mais imediatamente visível no ambiente da cidade. Ao falar dos estudos realizados em Chicago Park expõe isto muito claramente.

“um das mais importantes séries de estudos locais empreendidos pela Universidade de Chicago é aquela que comporta a delimitação e caracterização de todos os ares importantes da cidade. Este estudo é baseado sobre um postulado

³⁹ Parece haver entre ambos uma aproximação muito grande na compreensão do desenvolvimento de uma aceleração da mobilidade cujos traços já descritos intensificam a perda de uma integralidade ou unidade do homem: a aceleração dos fluxos monetários e a divisão do trabalho; o fenômeno populacional e os deslocamentos demográficos, a aceleração dos meios de comunicação de massa, a industrialização, enfim, todos os processos que conduzem a fazer da grande cidade o centro mais expressivo deste novo mundo que se desenhava frente a ambos, um em Berlin e o outro em Chicago. Seja a Berlin que destruía todo o passado arquitetônico para construir prédios mais modernos, seja a Chicago que produz seu nascimento como um espelho do futuro são cidades em que todos estes fenômenos são realmente muito visíveis. Ver: WAIZBORT, Leopoldo. As Aventuras de Georg Simmel. São Paulo: Editora 34, 2000.

que um conhecimento mais completo dos lugares e das pessoas da cidade lançara uma nova luz sobre a extraordinária variação, segundo os diferentes ares urbanos, da quantidade e extensão dos abandonos, divórcios, atos de delinqüência, crimes e outros testemunhos de desorganização social. Por lá, este estudo será útil a todo serviço social que procura se ocupar diretamente ou indiretamente destes problemas, mas, determinando com a maior precisão as condições pelas quais os experimentos sociais são efetivamente conduzidos, ela fará daqui em diante a cidade como um laboratório social⁴⁰."

* * *

⁴⁰PARK, Robert E. The City suggestions for Investigation of Human Behavior in the Urban Environment. In. PARK, Robert E. e BURGUESS, Ernest W. The City suggestions for Investigation of Human Behavior in the Urban Environment. Chicago: University of Chicago Press, 1925 (1984).

A análise Ambiental de Park

Mas, ao trabalhar com a idéia da cidade como laboratório ou clínica, no sentido de ser o meio para o estudo dos traços da natureza humana Park, ao mesmo tempo, se aproxima e se distancia de Simmel. De um lado se aproxima ao perceber, a partir do campo de experiências do homem urbano, um horizonte de expectativas aberto e indeterminado. De outro lado se distancia através de sua perspectiva de um estudo dos efeitos ambientais ausente em Simmel. A cidade como laboratório parece comportar certa pragmática do estudo do homem que não faz parte da teoria do moderno de Simmel. O valor objetivo da perfeição do indivíduo independente de seu significado, efeito ou utilidade para o corpo social, que opõe o social versus o humano, parece não ser equacionado por Park. Como laboratório, a cidade é um lugar onde toda a cadeia de efeitos das ações individuais deve ser examinada, decomposta, analisada. Perspectiva de intervenção sobre um meio urbano, que expressa a natureza humana para a construção de um artefato que é a cidade. Park procura entender o funcionamento da natureza urbana através das cidades para, posteriormente, utilizar estes conhecimentos no aperfeiçoamento destas qualidades naturais em proveito do corpo social como um todo. Onde Simmel vê uma tensão fundamental, aberta e indeterminada, Park examina e decompõe o funcionamento de uma natureza, igualmente aberta e indeterminada, mas que tem como horizonte ser um suporte para uma intervenção de tipo ambiental.

“Através das ocasiões que ela oferece, em particular aos tipos humanos excepcionais ou anormais, uma grande cidade tende a estender e revelar publicamente de maneira massiva todos os traços e todas as características da natureza humana, ordinariamente obscurecidos e abafados nas comunidades menores. Em uma palavra, a cidade torna visível o bem e o mal na natureza

*humana, mas de maneira excessiva. Este é o fato que, talvez mais que todos os outros, justifica a idéia segundo a qual a cidade é um laboratório ou uma clínica onde a natureza humana e os processos sociais podem ser estudados facilmente e com proveito*⁴¹. ”

A ciência pragmática e experimental de Park consegue se realizar como estudo do homem das cidades no momento em que os processos ligados ao desenvolvimento da sociedade urbana podem ser analisados a partir de uma perspectiva espacial. Ao tornar as características da natureza humana no meio urbano reconhecíveis espacialmente seria possível decompor, descrever e analisar estes fenômenos como em um laboratório. Para isto, os modelos da biologia forma essenciais a Park. Com ajuda destes modelos foi possível pensar a distribuição espacial dos habitantes das cidades, portanto pensar a relação entre sociedade e espaço ou as posições e deslocamentos dos indivíduos e instituições das cidades. A relação à primeira vista pode parecer estranha entre a distribuição espacial de plantas no meio natural e o homem nas cidades. Contudo, o denominador comum desta equação é um modelo dos estudos dos efeitos das distribuições espaciais de populações de seres vivos em um meio dado. A biologia surge para entender as formas pelas quais uma determinada população de espécies vivas se distribui espacialmente. Ao contrário da história natural que se preocupava com a classificação dos seres vivos e depois a análise das coerências funcionais dos organismos, a biologia constrói o seu campo de estudos nas relações constitutivas e reguladoras destes diferentes organismos com o meio, ou seja, os processos de distribuição, adaptação, mutações, eliminações etc⁴². Estes estudos sobre as populações de seres vivos e o seu meio,

⁴¹ PARK, Robert E. The City suggestions for Investigation of Human Behavior in the Urbain Environment. In. PARK, Robert E. e BURGUESS, Ernest W. The City suggestions for Investigation of Human Behavior in the Urban Environment. Chicago: University of Chicago Press, 1925 (1984).

⁴² CANGUILHEM, Georges. La Connaissance de La Vie. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1985. Especialmente o capítulo Le vivante et son millieu.

passagem da história natural à biologia, serão aproveitados por Park na construção do modelo das distribuições das populações no meio urbano. Como em um laboratório, a análise pragmática e experimental do meio urbano permite a decomposição e a descrição dos processos de competição no espaço pelas posições privilegiadas através da dominância, da invasão, da sucessão das populações.

Não se trata, entretanto, de um determinismo biológico ou de um sistema normativo fechado. O determinismo biológico, que se apresentava através de teorias eugenistas da época era um dos adversários de Park⁴³. Tratava-se, prioritariamente de uma análise ambiental, onde o meio urbano pode exercer influências sobre os comportamentos de indivíduos e grupos sociais. Mas estas influências não aparecem como uma norma que condicione a ação segundo um sentido preciso, um campo mais ou menos aberto de práticas. Os aspectos considerados no meio urbano combinam múltiplas seqüências causais que se entrecruzam: a geografia urbana, a economia da circulação dos fluxos monetários, as diversas formas de combinações culturais e sociais que formam a cidade. Todos estes elementos do ambiente urbano produzem uma situação de instabilidade que é a marca das cidades dada a intensa mobilidade ou circulação própria ao meio urbano. Esta dinâmica do urbano como lugar de tensões abertas e instabilidades permanentes é a marca que Park criou e que a sociologia urbana carrega, com maior ou menor grau de variação, como traço mais ou menos fundamental deste então: Como disciplina o que deve ser objeto de estudo é o meio urbano e seus efeitos ambientais sobre o homem e a atuação criadora do homem sobre este espaço, que produz reconfigurações a cada instante.

* * *

⁴³ GRAFMEYER, Yves e JOSEPH, Isaac. L'École de Chicago: Naissance de l'écologie urbaine. Paris : Champs Flammarion, 2004. FREITAS, Wagner Cinelli de Paula Freitas. Espaço Urbano e Criminalidade: lições da escola de Chicago. São Paulo: IBCCRIM, 2002.

O mosaico e a crise

Evidente que podem existir regularidades que permitem compreender algumas das tendências da variação desta natureza, mas, a compreensão das diferentes formas através das quais esta meio é combinado é o elemento chave para o seu estudo. Este desenvolvimento diferencial que a competição pelo ambiente urbano comporta, resultante das diferenças dos indivíduos entre si, torna, portanto, difícil a previsão das tendências relativas aos comportamentos humanos. As diferentes maneiras através das quais os indivíduos podem se comportar não são dadas de forma uniforme como pensavam os teóricos de uma natureza humana baseada na universalidade e na igualdade dos homens, mas sim, por suas diferenças particulares. Mas, decompondo as possibilidades de combinações sociais, culturais, econômicas e territoriais estes fenômenos podem ser analisados por meio de pequenas incursões nas diferentes partes que a cidade comporta. A imagem célebre de Park é a de um mosaico de pequenos mundos particulares que se tocam sem se interpenetrar. É através das diferentes formas de combinação de experiências que a circulação metropolitana proporciona que os comportamentos podem ser estudados. Ao mesmo tempo, é a segregação espacial que produz os diferentes ares urbanos da cidade é a expressão disto e a cidade tenda a potencializar este processo.

“Os processos de segregação estabelecem distâncias morais que fazem da cidade um mosaico de pequenos mundos que se tocam, mas não se interpenetram. Isto possibilita ao indivíduo passar rápida e facilmente de um meio moral a outro, e encoraja a experiência fascinante, mas perigosa, de viver ao mesmo tempo em vários mundos diferentes e contíguos, mas de outras formas amplamente separados. (...) nem o criminoso, nem o defeituoso, nem o

gênio, tem na cidade pequena a mesma oportunidade de desenvolver sua disposição inata que invariavelmente encontra na cidade.⁴⁴”

A experiência humana, fascinante e perigosa de passagens entre estes diversos pequenos mundos, é a marca da instabilidade que conduz a crise. A crise como um momento de desestabilização continua é a condição perpétua da natureza humana expressa nas cidades. A crise é este fenômeno natural que detona uma circularidade de efeitos que contaminam e multiplicam os casos e ocorrências de desequilíbrios na cidade⁴⁵. Evidentemente este efeito circular tem um impacto diferencial segundo os ares naturais, que por sua vez tem características distintas quanto ao tipo de combinações mobilizadas que a caracterizam. São estas características que vão estabelecer as adaptações, simbioses ou concorrências dos membros dos ares naturais da cidade.

“O efeito do meio urbano é intensificar todos os efeitos de crise. O termo crise não deve ser entendido em um sentido violento. Está envolvido em qualquer distúrbio de hábito. (...) qualquer tensão de crise envolve três possíveis mudanças: maior adaptação, eficiência reduzida ou morte. Em termos biológicos, sobrevivência significa ajustamento bem sucedido a crise, tipicamente acompanhado por uma modificação de estrutura.⁴⁶”

⁴⁴ PARK, Robert E. The City suggestions for Investigation of Human Behavior in the Urbain Environment. In. PARK, Robert E. e BURGUESS, Ernest W. The City suggestions for Investigation of Human Behavior in the Urban Environment. Chicago: University of Chicago Press, 1925 (1984).

⁴⁵ É neste sentido que a bolsa de valores assume o lugar de um modelo sintético desta natureza humana. Trata-se de um lugar de variações calculáveis de crise, onde as composições e recomposições de grupos são realizadas de maneira intensa. A crise, o calculo de riscos, e controle deste jogo probabilístico incessante se realizam. O artefato urbano e o controle social são expostos em um grau máximo de clareza. PARK, Robert E. The City suggestions for Investigation of Human Behavior in the Urbain Environment. In. PARK, Robert E. e BURGUESS, Ernest W. The City suggestions for Investigation of Human Behavior in the Urban Environment. Chicago: University of Chicago Press, 1925 (1984).

⁴⁶ PARK, Robert E. The City suggestions for Investigation of Human Behavior in the Urbain Environment. In. PARK, Robert E. e BURGUESS, Ernest W. The City suggestions for Investigation of Human Behavior in the Urban Environment. Chicago: University of Chicago Press, 1925 (1984).

O laboratório social de Park poderia identificar no mosaico de pequenos mundos que compõem os ares naturais da cidade os lugares que a crise produziria efeitos mais indesejáveis e, assim, tentar modificar as series causais que produzem os efeitos sociais mais perigosos. Desta forma, organizando as seqüências circulares de efeitos do meio artificial das cidades sobre o homem, a ciência das cidades conseguiria potencializar as qualidades positivas da natureza humana.

* * *

Análise Ambiental e Crime

A análise ambiental de Park pode ser melhor considerada se tomamos um dos diversos domínios de pesquisa da universidade de Chicago e detalhamos os procedimentos, resultados, diagnósticos e prescrições que são decorrentes do tipo de pesquisa acerca das cidades. Serão expostos sumariamente aqui alguns dos estudos acerca do crime e da criminalidade conduzidos por membros da universidade que Park fazia parte e ajudou a desenvolver. Os estudos sobre o crime foram conduzidos desde o início da Universidade de Chicago passando por muitas das gerações de pesquisadores que se sucederam. Não se pretende aqui realizar um levantamento exaustivo de todos os estudos, mas sim de, a partir da exposição das teses gerais de algumas das principais pesquisas e de sucintos comentários das experiências de intervenção desenvolver alguns dos pontos que foram sumariamente discutidos na parte precedente no que se refere especificamente ao fenômeno do crime.

Antes, contudo, no intuito de reconhecer o trabalho dos pesquisadores de Chicago de forma mais ampla que os textos de Park, irei recapitular rapidamente alguns dos pontos já discutidos que me parecem centrais na construção das questões acerca do crime. Em primeiro lugar a descrição e análise das características do fenômeno da população forma descritos de forma mais sistemática por Louis Wirth⁴⁷. É em seu conhecido texto acerca do fenômeno urbano como modo de vida que estas características são mais claramente explicitadas. O tamanho, a densidade e a heterogeneidade da população urbana seriam as características populacionais que produziriam a dissolução dos laços comunitários

⁴⁷WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In VELHO, O. G. (org.), O fenômeno urbano, Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1987.

na direção de um ambiente impessoal, racional e baseado na competição entre os seus membros. O modo de vida urbano, que combinaria distancia e impessoalidade tem aqui como conceito chave a mobilidade populacional, principio segundo o qual as três características básicas de tamanho, densidade e heterogeneidade poderia ser organizadas. Segundo lugar o crescimento das cidades e a distribuição espacial dos seus habitantes foi o tema ao qual se debruçou Ernest W. Burgess⁴⁸. A partir da centralidade da zona dos negócios de Chicago (Loop), dos padrões de transporte e comunicações assim como da rede viária, o centro exerceria uma atração que organizaria as disputas pela terra urbana. A caracterização das diversas zonas seria organizada, desta maneira, no célebre formato radial concêntrico. Este mapa foi uma referencia importante na tentativa de entender as os processos de invasão e sucessão no uso da terra pelas populações móveis dos habitantes de Chicago. Park foi o pesquisador com a formulação mais geral e sofisticada dos processos que organizariam a vida das populações no meio urbano a partir do seu conceito já citado de áreas naturais. A idéia de um mosaico de mundos que se tocam sem se interpenetrar apóia-se na teoria do moderno de Simmel, mas ganha verdadeiramente o caráter experimental de um estudo da cidade como laboratório apoiando-se, de um lado na análise das características das populações urbanas de Wirth como também em sua distribuição espacial de Burgess.

Poderíamos dizer que estes três autores e, sobretudo Park, foram os responsáveis pelo assentamento das bases segundo as quais os estudos sobre o crime foram realizados. Nem todos os estudos acerca do crime foram conduzidos posteriormente aos textos publicados pelos três autores. Importante, contudo, é que a

⁴⁸ BURGUESS, Ernest W. The Growth of the City: an introduction to a research project. In.PARK, Robert E. e BURGUESS, Ernest W. The City suggestions for Investigation of Human Behavior in the Urban Environment. Chicago: University of Chicago Press, 1925 (1984).

perspectiva geral das pesquisas segue a organização dos efeitos das características populacionais e do ambiente urbano nos fenômenos relacionados ao crime. Isto é claro já nos dois livros precursores *The Unadjusted Girl* de William I. Thomas e em *The Hobo: The Sociology of the Homeless Man* de Nels Anderson, alguns anos mais tarde o livro *The Gang: A Study of 1,313 Gangs in Chicago* de Frederic Milton Thrasher também será influenciado por esta perspectiva e, finalmente os livros de Clifford Shaw *The Jack-Roller: A Delinquent Boy's Own Story* e *Juvenile Delinquency and Urban Areas* com Henry D. McKay também podem ser pensados nesta direção.

Nestas pesquisas sobre o crime é especialmente evidente a aproximação entre Park, Burgess e Wirth na construção da imagem de Chicago como laboratório sócio - ambiental. O estudo de Frederic Trasher sobre as gangues de Chicago é considerado como pioneiro pelo fato de estabelecer as relações entre a formação dos grupos de delinqüentes e seus aspectos territoriais⁴⁹. Alguns anos depois Clifford Shaw e Henry McKay, considerados os principais representantes da criminologia de Chicago, seguiram esta mesma perspectiva espacial aberta por Trasher ao trabalharem sobre as "high delinquency areas"⁵⁰. Para Trasher, o conceito considerado por ele mesmo como o mais significativo de sua pesquisa era o de interstícios. Isto em um duplo sentido: a gangue encontraria a sua posição nas fissuras e fraturas da organização social e a sua região no mapa da cidade seria encontrada nos interstícios de diferentes zonas ecológicas de Chicago. Shaw e Mckay também relacionavam as áreas de delinqüência ou as zonas criminogênicas e suas características particulares que conduziriam ao comportamento

⁴⁹HANNERZ, Ulf. *Exploring the city: inquiries toward an urban anthropology*. New York: Columbia University Press, 1980.

⁵⁰SNODGRASS, Jon. *Clifford Shaw and Henry D. McKay: Chicago Criminologists*. In: PLUMER, Kenneth (editor). *Chicago School of Sociology: critical assessments*. Londres; Nova York: Routledge, 1997.

criminal. Nestes autores, como para Park, Burgess e Wirth são as relações entre o meio e homem ou entre as características populacionais e o ambiente urbano que deveriam ser consideradas centrais para o estudo das cidades e, em relação ao fenômeno do crime não seria diferente.

Os estudos sobre o crime se relacionavam de uma forma direta com a pesquisa de Burgess e Park acerca das distribuições espaciais das populações e as particularidades destas pequenas delimitações chamadas áreas naturais. É evidente e conhecida a relação destes autores e a teoria dos círculos concêntricos de Burgess, pois a região dos interstícios ou as áreas delinqüentes onde estas pesquisas foram conduzidas era exatamente a chamada zona de transição ou a zona II. Burgess consideravam a zona II a mais problemática da cidade, com uma característica ambiental de deterioração.

“na zona de deterioração que circunda o setor comercial central, vamos sempre encontrar o que chamamos ‘slums’ e as ‘bad lands’ com suas regiões inundadas pela pobreza, degradação e doenças, e seu submundo de crime e vício.”⁵¹

A zona II pode ser vista também como o lugar onde o mosaico de pequenos mundos que tocam sem se interpenetrar são mais visíveis, é área natural que comporta chinatown, little sicily, greecktown, o inicio do cinturão negro, enfim, os slums e guetos mais importantes da cidade. A partir desta formulação mais geral de Park de áreas naturais, a zona II foi um centro de especial interesse das pesquisas dos sociólogos de Chicago dado as suas características populacionais específicas, sua posição no mapa urbano de Chicago e os fenômenos observáveis a partir desta

⁵¹ BURGUESS, Ernest W. The Growth of the City: an introduction to a research project. In.PARK, Robert E. e BURGUESS, Ernest W. The City suggestions for Investigation of Human Behavior in the Urban Environment. Chicago: University of Chicago Press, 1925 (1984).

relação. Uma grande parte das etnografias foi realizada neste lugar de grupos tão diferentes⁵².

Para Trasher o ambiente mais propício ao desenvolvimento das gangues seria exatamente aquele encontrado na zona II, por apresentar uma deterioração das condições da vida urbana e, ao mesmo tempo ser um lugar de grande diversidade de grupos de diferentes origens. O ambiente da zona II combinaria este dois fatores: uma composição populacional de diversas proveniências já distante das culturas tradicionais/rurais de origem e, um meio urbano deteriorado que isolaria os jovens da cultura dominante. Como nem a família com seus costumes tradicionais, e nem a cultura dominante excludente constituiriam um suporte adaptativo eficaz, a gangue, um grupo de valores e normas próprias, constituir-se-ia a solução de caráter comunitário para este problema de adaptação ao meio urbano. Partindo desta formulação de âmbito mais geral, Trasher vai analisar de forma qualitativa, através de diversas fontes diferentes, 1313 gangues, descrevendo toda a dinâmica social do funcionamento interno de normas e valores destes grupos a partir de suas atividades como os esportes, as diversões, as brigas etc⁵³. Neste modelo, como consequência dos pressupostos teóricos e dos achados empíricos, as gangues podem ser consideradas os grupos mais bem adaptados ao difícil meio que

⁵² Praticamente todas as etnografias clássicas da chamada escola de Chicago foram realizadas na zona II. Além dos estudos sobre o crime, podemos citar os outros estudos clássicos do hobo de Nels Anderson, do gueto de Wirth, da Gold Coast e o Slum de Zorbaugh. ANDERSON, Nels. *The hobo*. Chicago: University of Chicago Press, 1923. WIRTH, Louis. *The Ghetto*. Chicago: The University of Chicago Press, 1928. ZORBAUGH, Harvey W. *The Gold Coast and the Slum. A Sociological Study of Chicago's near North Side*. Chicago: The University of Chicago Press, 1929.

⁵³ Partindo deste material, constrói então em dois planos, um contínuo de desenvolvimento do fenômeno. Do ponto de vista individual, e a amostra de Trasher vai de crianças a adultos, as práticas de pequenas infrações escolares podem facilmente conduzir ao gasterismo. A gangue, em sua maior parte constituída por adolescentes que cabulam aulas e roubam pequenas mercadorias no mercado do bairro podem conduzir ao vandalismo, o desrespeito as autoridades e, finalmente, a criminalidade mais estruturada que constitui o gasterismo. Trata-se da idéia da constituição de uma carreira criminosas. Do ponto de vista do grupo, este contínuo também poderia ser observado, no sentido em que as características organizacionais da gangue também poderiam ser pensadas em paralelo com as organizações criminosas mais estruturadas. Este dois processos são níveis analíticos distintos que se relacionam através da articulação entre estas características populacionais e o ambiente urbano característicos da zona II. Ver THRASHER, Frederic M. *The gang*. Chicago: University of Chicago Press, 1927.

constitui a zona de transição. A gangue seria assim uma forma de interação social encontrada nos interstícios da fraqueza de controle social do repertório cultural da comunidade de origem e do isolamento produzido pela chamada sociedade dominante.

O trabalho de Clifford Shaw e Henry McKay segue esta mesma direção, mas, contudo, de maneira ainda mais radical na análise dos fenômenos ambientais. Em uma pesquisa chamada *Juvenile Delinquency and Urban Areas*, os autores utilizavam a teoria das zonas concêntricas de Burgess como base para desenvolver uma série de outros mapas detalhados acerca do fenômeno do crime, os spot maps, rate maps, radial maps e os zone maps⁵⁴. A conclusão geral foi a confirmação das pesquisas anteriores de que a zona II, de transição, era o lugar que concentrava as maiores taxas de delinqüência. Acrescentavam, contudo, que se tratava de um gradiente tendencial no qual a delinqüência decrescia conforma se afastavam do centro em direção aos subúrbios. Para interpretar estes dados, retomando o tema da crise em Park, os autores caracterizavam as áreas de delinqüência como instáveis ou desorganizadas, curiosamente através justamente da constatação de uma estabilidade dos índices ligados a ocorrência de crimes mesmo com a intensa mobilidade residencial característica da zona II. De um lado os autores constatavam que parte do que consideravam o problema da zona II provinha do processo de invasão pelo comercio e da indústria provenientes do centro em uma zona originalmente residencial. De outro lado, não consideravam este processo a causa da delinqüência, mas sim os processos internos as populações residentes nesta localidade. A interpretação dos dados, então prosseguia a uma análise dos efeitos ambientais que poderiam ser isolados na compreensão da

⁵⁴SNODGRASS, Jon. *Clifford Shaw and Henry D. McKay: Chicago Criminologists*. In: PLUMER, Kenneth (editor). *Chicago School of Sociology: critical assessments*. Londres; Nova York: Routledge, 1997.

delinqüência. A estabilidade dos índices ligados a ocorrência de crimes comprovava não se tratar de uma característica ligada à etnia dada a já citada alta mobilidade residencial dos grupos sociais que se sucediam no espaço da zona II. Os autores concluíram, portanto, que as causas relacionadas aos indicadores criminais estariam relacionadas a outras características ambientais da zona, notadamente o comprometimento dos habitantes com o lugar. Visto como uma área de temporária, os habitantes da zona de transição não constituíam laços com o lugar por considerarem o estatuto de sua residência temporário e, portanto, o suporte social local de proteção contra a delinqüência não conseguia se estabilizar. É neste espaço que a delinqüência passa a encontrar o melhor ambiente para se desenvolver. Na medida em que a população residente não estabelecia o controle social sobre o espaço habitado, a delinqüência crescia e se desenvolveria⁵⁵.

* * *

⁵⁵ O seu sistema de valores e os seus códigos inclusive eram transmitidos segundo as gerações, mesmo fazendo parte de etnias diferentes, o que perpetuava o problema.

Região moral e Intervenção

Park já antecipava parte do diagnóstico de Shaw e McKay no que tange um controle social organizado a partir dos habitantes residentes em uma vizinhança. De fato, se a organização da cidade como um todo foi considerada por Park como já dito, como fundamentalmente estruturada através dos processos de competição, as áreas naturais seriam lugares onde as solidariedades seriam fortemente presentes e importantes para organização sócio ambiental e o controle social. Este lugar de solidariedade que se encontravam dentro dos ares naturais das cidades são as chamadas regiões morais. As regiões morais são lugares, ou seja, com características espaciais, onde normalmente as pessoas se encontram no intuito de compartilhar algum traço pessoal comum.

“A região moral. – é inevitável que os indivíduos que buscam as mesmas formas de diversão, quer sejam proporcionadas por corridas de cavalos ou pela ópera, devam de tempos em tempos se encontrar nos mesmos lugares. o resultado disto é que, dentro da organização que a vida citadina assume espontaneamente, a população a população tende a se segregar não apenas de acordo com seus interesses, mas de acordo com os seus gostos e temperamentos. A distribuição de população resultante tende a ser bastante diferente daquela ocasionada por interesses ocupacionais ou por condições econômicas.

Cada vizinhança, sob as influencias que tendem a distribuir e a segregar as populações citadinas, pode assumir o caráter de uma ‘região moral’. Assim são, por exemplo, as zonas do vício encontradas na maioria das cidades. Uma região moral não é necessariamente um lugar de domicílio. Pode ser apenas um ponto de encontro, um local de reunião.⁵⁶”

⁵⁶ PARK, Robert E. The City suggestions for Investigation of Human Behavior in the Urban Environment. In: PARK, Robert E. e BURGUESS, Ernest W. The City suggestions for Investigation of Human Behavior in the Urban Environment. Chicago: University of Chicago Press, 1925 (1984).

Como Park enfatiza repetidas vezes, a região moral não é necessariamente um lugar ligado a criminalidade ou anormalidade. Trata-se de um espaço onde um código moral divergente opera, sendo constitutivo da fragmentação da vida das cidades e a crise como condição do tempo presente. Somente a natureza humana aberta e indeterminada constitutiva destes tempos de crise possibilitariam o desenvolvimento de tantos códigos morais divergentes do meio urbano. Mas como no trecho citado acima, a cidade produziria em excesso o bem e o mal desta natureza e, a gangue também constituiria regiões morais, sobretudo em áreas naturais como a zona II. Se a comunidade tradicional exercia um controle social mais estrito sobre os membros a ela pertencentes, os novos laços aos quais os habitantes das grandes cidades estão submetidos organizam o controle social de forma diferente. Os costumes perdem a sua força constitutiva e são substituídos pela lei positiva, o papel da família e da igreja se redefine e, a escola, a polícia e as 'organizações' são as formas através das quais o controle social passa a ser exercido.

É a partir desta concepção que os autores de Chicago publicaram diversas histórias de vida para a compreensão de certo perfil criminal. Clifford Shaw repertoriou centenas de histórias de delinquentes, cuja primeira e mais famosa foi Jack Roller⁵⁷, depois publicou o livro *Brothers in Crime*, um inventário de histórias de vida de diversas pessoas. Burgess chegou a declarar que a sociologia empírica americana foi popularizada no mundo todo através das monografias de Shaw⁵⁸. A tentativa de Shaw era, ao mesmo tempo, entender a partir de um caso particular os efeitos do ambiente na conduta desviante e a exploração de uma subjetividade individual que conduziria a um comportamento social

⁵⁷ SHAW, Clifford R. *The Jack Roller. A Delinquent Boy Own Story*. Chicago: The University of Chicago Press, 1930.

⁵⁸ SNODGRASS, JON. *The Jack roller: A fifty-year follow-up*. In: PLUMER, Kenneth (editor). *Chicago School of Sociology: critical assessments*. Londres; Nova York: Routledge, 1997.

delinqüente, sendo a posição neste gradiente entre os efeitos coletivos ou individuais alvo de polemica entre os comentadores de seu trabalho⁵⁹. De toda maneira, seja em seus aspectos sociais ou psicológicos, tratava-se de saber quem era este individuo cuja conduta delinqüente manifesta deveria ser compreendida.

A playground association era uma destas organizações, considerada como um modelo de boa atuação em ambientes degradados e no controle da delinqüência juvenil, isto porque tentava interferir justamente na escala das regiões morais. Ao constituírem-se enquanto regiões morais, as gangues exerceriam influencias nas condutas dos seus membros muito maiores que a igreja, a escola, a família e outras instituições locais. A proposta do playground organizaria o seu trabalho na formação de condutas consideradas mais saudáveis para os jovens. Realizava uma atuação de tipo ambiental, em que a natureza do ser humano, aberta e indeterminada, poderia ser conduzida de forma a transformar o comportamento delinqüente⁶⁰. Concretamente o playground como espaço de lazer deveria ganhar a importância de transformar as condutas consideradas impróprias para os adolescentes ao se constituir como um lugar permanente de associação entre jovens, sendo amparada por instituições como a igreja, a escola e outras associações locais.

“O grupo de jogos é certamente um dos mais importantes fatores na definição dos desejos e na formação do caráter do indivíduo médio⁶¹”

⁵⁹ SNODGRASS, JON. The Jack roller: A fifty-year follow-up. In: PLUMER, Kenneth (editor). Chicago School of Sociology: critical assessments. Londres; Nova York: Routledge, 1997

⁶⁰ PARK, Robert E. Community Organization and Juvenile Delinquency. In: PARK, Robert E. e BURGUESS, Ernest W. The City suggestions for Investigation of Human Behavior in the Urban Environment. Chicago: University of Chicago Press, 1925 (1984).

⁶¹ PARK, Robert E. Community Organization and Juvenile Delinquency. In: PARK, Robert E. e BURGUESS, Ernest W. The City suggestions for Investigation of Human Behavior in the Urban Environment. Chicago: University of Chicago Press, 1925 (1984).

Trasher concordava com Park sobre a necessidade de criar espaços de formação de adolescentes como forma de transformação das condutas dos jovens de gangues. A pouca presença de instituições desta natureza é considerado um dos fatores da influencia das gangues sobre o comportamento dos outros jovens. O que talvez seja uma grande inovação por parte de Trasher é considerar importante incorporar os membros das gangues nos programas deste tipo via a formalização destas organizações e sua condução no comprometimento com a comunidade local de forma mais ampla. Esta foi uma pista para a organização do projeto da Área de Chicago (CAP) conduzido por Shaw, que tinha como centro a organização da comunidade através da mobilização de seus habitantes⁶². Este comprometimento das populações que residiam nestes lugares deveria ser o fator central para uma intervenção nas áreas de alta criminalidade na tentativa de transformar a conduta delinqüente⁶³.

Através da ciência pragmática e experimental de Park, o estudo das áreas naturais se tornavam zonas para serem pesquisadas, classificadas, documentadas, interpretadas de maneira detalhada. Na caso das áreas de alta criminalidade estas

⁶² FREITAS, Wagner Cinelli de Paula Freitas. Espaço Urbano e Criminalidade: lições da escola de Chicago. São Paulo: IBCCRIM, 2002.

⁶³ A CAP começou como uma experiência localizada em pequena escala por uma organização privada e rapidamente se ampliou para três áreas de alta delinqüência de Chicago, sendo depois utilizada com modelo em outras cidades dos EUA. Um trabalho de campo conduzido pela Illinois Institute for Juvenile Research e o Behavior Reserch Fund forneceu as bases empíricas para a sua realização, sobretudo a pesquisa já citada de Shaw e Mckay. Tratava –se da formação de conselhos de residentes locais para a implementação de toda uma série de atividades com vista a promover um ambiente regenerador a um espaço considerada degradado. As atividades, conduzidas por associações como a Boy´s club e a Young Men´s Christian association, incluíam camping, baseball, futebol, basquete, boxe, filmes, ping-pong, piscina, bilhar, jogos de mesa, musica, teatro, ofícios manuais, impressão de jornais e discussões em clubs. O fato mais inovador desta iniciativa capitaneada por Shaw era que os conselheiros deveriam ser composta de residentes locais, e os cargos de gerencia e planejamento deveriam ser realizados também pela população local. Existem muitos textos acerca desta experiência de implementação do modelo ambiental dos pesquisadores de Chicago. Ver especialmente SNODGRASS, Jon. Clifford Shaw and Henry D. Mackay: Chicago Criminalists. In: PLUMER, Kenneth (editor). Chicago School of Sociology: critical assessments. Londres; Nova York: Routledge, 1997. Também KOBWIN, Solomon. The Chicago área Project – a 25 year assessment. In: PLUMER, Kenneth (editor). Chicago School of Sociology: critical assessments. Londres; Nova York: Routledge, 1997.

precisavam ser compreendidas através dos estudos das regiões morais tais como os guetos e slums, ainda que não exclusivamente, penetrando nestes territórios através de uma combinação de descrições etnográficas de seu funcionamento interno e a construção de mapas que colocavam estes lugares em uma posição frente a cidade. A investigação destes locais deveria procurar compreender a natureza dos laços que ligavam as populações residentes e caracterizar os vínculos com a localidade com vista a análise da construção de uma certa ordem moral, a região moral. Este mínimo denominador de solidariedade deveria, no caso de uma intervenção no ambiente, ser o centro e foco da atuação das organizações e do Estado com vista de promover as condutas que seriam consideradas benéficas para o conjunto da cidade e limitar aquelas consideradas não compatíveis com a vida citadina urbana.

* * *

Capítulo 2

Fazer a Pesquisa Urbana: Perspectivar a gestão governamental

Os sociólogos de Chicago não foram os primeiros a realizar pesquisas acerca do crime⁶⁴, mas, sendo o crime um domínio de pesquisa privilegiado desde o início da formação desta universidade, foram pioneiros na produção de estudos que relacionasse crime e espaço de maneira sistemática. É prova do grande impacto da concepção da análise ambiental no que tange o crime, o fato que ela ainda é fortemente presente na forma pela qual os estudos sobre a chamada criminalidade urbana é concebida na contemporaneidade⁶⁵, podendo-se dizer mesmo que quase todas as pesquisas que equacionam a relação entre crime e espaço são de alguma forma herdeiras desta perspectiva. Como já foi sumariamente discutido na primeira parte, a dimensão espacial da análise ambiental é decorrente da forte influencia da biologia como a ciência que descreve a distribuição espacial das populações e analisa os processos decorrentes desta repartição no que seria o seu meio. Estes processos que articulam os diversos territórios da cidade são pensados através das leis naturais de simbiose, rivalidade, subordinação e sucessão, que organizam a competição pelo espaço urbano. De outro lado, localmente se desenvolveriam solidariedades que seriam a base de formação das regiões morais, organizadas em torno de lugares de encontro movidas por

64 Poderíamos mesmo dizer que o crime é um objeto privilegiado da sociologia desde o seu início, em suas mais diversas tradições. Para o caso francês ver. MUCCHIELLI, Laurent. *La découverte du social. Naissance de la sociologie en France (1870-1914)*. Paris, la Découverte, 1998. para uma visão mais global ver SOUTH, Nigel; PLUMMER. Kenneth et ali. *Criminology: a sociological introduction*. Londres ; Nova York: Routledge, 2009.

65 FREITAS, Wagner Cinelli de Paula Freitas. *Espaço Urbano e Criminalidade: lições da escola de Chicago*. São Paulo: IBCCRIM, 2002.

interesses comuns, mas também gostos e temperamentos. Começarei a partir de uma citação de Daniel Cefai.

“A ecologia humana estuda o equilíbrio dinâmico do ‘sistema de relações vitais e funcionais’ entre os homens, que mantém nas configurações de seleção de competição entre os indivíduos, grupos e espécies que lutam pela sua conservação, seu crescimento e sua reprodução, pelo acesso aos recursos e o controle dos territórios. (...) a totalidade orgânica das formas de interdependência ecológica entre os homens, se desdobra em uma ‘ordem moral’, de ‘uma sociedade cultural fundada sobre a comunicação e o consenso’ [Park, 1936, p. 13], que tem uma função de integração e socialização, que cria solidariedades e pertencimento, e que torna possíveis empresas coletivas.”⁶⁶

Não será necessário retornar aos argumentos já expostos na primeira parte do duplo sentido da concorrência e solidariedade, e suas relações com as disputas territoriais e as solidariedades locais. Também seria monótono retomar todo o argumento acerca do caráter criminogênico da zona II e a maneira pela qual esta foi intensamente alvo de pesquisas. Bastaria reter apenas as duas formas pelas quais, no quadro destas análises que espacializam os processos sociais, o crime foi pensado: de um lado a posição das regiões criminogênicas frente a dinâmica de conjunto dos territórios da cidade produziriam as altas taxas de criminalidade e, de outro, as condutas características a formação da região moral destes lugares, por reproduzirem um código moral divergente e perigoso, deveriam ser o nível pertinente do enquadramento da análise da violência urbana. É este diagnóstico, baseado em mapas e histórias de vida, que constroem o prognóstico de que a intervenção experimental deveria ser realizada nesta dupla perspectiva: de um lado a construção de equipamentos e serviços urbanos e de outro a condução das condutas em outra direção, ou seja, compensar os efeitos da competição no nível mais geral e apoiar-se nas

⁶⁶ CÉFAI, Daniel. Le naturalisme dans La sociologie americaine au tounant Du siecle. La gênese de La perspective de l'École de Chicago. Revue Du MAUSS 1/2001(número 17), pg. 261-274.

solidariedades locais para promover a civilidade urbana. Uma lição de boa gestão da violência urbana, cujo modelo os especialistas atuais, com ou sem consciência desta herança, deveriam reverenciar todos os dias. O que Daniel Cefai identifica como o 'dispositivo da pesquisa de campo' nos textos dos autores de Chicago, aspecto central do laboratório urbano pensado por Park, parece estar vinculado diretamente a esta perspectiva ambiental em seus diagnósticos e prognósticos.

" , a qualificação de 'natural' toma muitos sentidos, entrelaçados uns aos outros. - Primeiro a cidade como 'laboratório social' onde o sociólogo dispõe de um 'site naturel' de pesquisa e onde as 'experimentações' do reformismo social podem ser engajadas, fundadas sobre um conhecimento científico e não mais guiadas por um sentimentalismo filantrópico. Este projeto de uma pesquisa naturalista encontra-se ainda hoje no centro do dispositivo de legitimação do dispositivo de pesquisa de campo⁶⁷. "

Será então importante qualificar um pouco melhor do que se trata este dispositivo da pesquisa de campo, para posteriormente pensá-lo para além dos autores de Chicago. Como apontado no início da primeira parte deste texto, os sociólogos de Chicago compartilham com os reformistas a concepção de um saber prático que permite descrever e analisar a realidade em relação com aquilo que se quer que ela se torne, mas marcando uma diferença no tange a idéia de um conhecimento científico tido como mais objetivo e livre do chamado moralismo reformista. Também foi discutido como este saber prático deveria estar em consonância com as instituições que organizariam o controle social das sociedades

67 O autor trabalha de maneira mais sistemática alguns dos apontamentos que foram realizados na primeira parte deste texto, onde procurei estabelecer alguns dos traços constitutivos do que chamei de análise ambiental. Segundo Daniel Cefai a matriz de argumentação e justificação da sociologia realizada em Chicago tem como fundamento a revolução da teoria de Darwin reelaborada através da revolução pragmática. Ver. CÉFAI, Daniel. Le naturalisme dans La sociologie americaine au tounant Du siecle. La gènesse de La perspective de l'École de Chicago. Revue Du MAUSS 1/2001(número 17), pg. 261-274.

baseadas nas chamadas relações secundárias: os tribunais, a polícia e a escola. O saber acerca das cidades funcionaria como um suporte técnico-científico para as decisões dos tribunais, junto com os institutos de pesquisa psiquiátrica, de pesquisa da delinquência juvenil e as organizações civis que apoiavam os projetos de intervenção ambiental como a playground association, a Full House e o início da CAP. Trata-se de um circuito interligado de práticas governamentais e o nascente conhecimento sobre o urbano, cuja emergência está relacionada a instituições auxiliares especializadas cuja concepção e atuação foi descrita nos projetos das áreas de lazer e as atividades educacionais, sociais e culturais. O dispositivo do trabalho de campo, como bem formulado por Cefai, carregaria consigo esta marca em seu fundamento e na sua legitimação.

Christian Topalov vê nas práticas de pesquisa da sociologia urbana de Chicago um princípio de análise que, ainda que se cristalice de forma importante nesta tradição específica, não pode ser resumida a esta. O autor identifica um ponto importante a ser levado em consideração em relação às pesquisas urbanas de forma mais ampla. No momento em que se constituía a perspectiva sociológica das ciências das cidades, nascimento conjunto da sociologia urbana e da cidade moderna, o horizonte mais ou menos declarado que orientava quase todas as diferentes tradições de pesquisas foi o progresso. Juntamente com os mapas e as técnicas quantitativas, o dispositivo da pesquisa de campo foi pensado para ser uma das técnicas de inferência privilegiada de um saber prático que visava desenvolver todas as promessas potencialidades das cidades que o progresso econômico, social, político e moral apontavam. Seguindo criticamente este horizonte da cidade moderna, Topalov comenta tratar-se de organizar nestas cidades, a partir da idéia do progresso, a ordem espacial, política e moral: primeiro, a aparente desordem espacial deveria ser suplantada por um ordenamento coerente baseado em bases científicas que

organizariam a expansão urbana, segundo, a partir da representação da cidade como berço da democracia, a produzir-se-ia a cidadania como nova forma da relação entre os habitantes das cidades, terceiro, a fabricação destes cidadãos e de um novo de tipo de vínculo social que perpassaria a sociabilidade popular. Poderíamos dizer que estas formas da intervenção baseada em métodos experimentais tinham uma dupla incidência: de um lado a infra estrutura urbana, onde o planejamento urbano era feito, sobretudo a partir de dados quantitativos como mapas e indicadores sócio-demográficos estatísticos, de outro os comportamentos esperados dos habitantes das cidades, que poderiam ser compreendidos a partir do trabalho qualitativo a partir da observação participante e das histórias de vida. De um lado

“a ciência urbana nascente toma claramente partido. Só o desenvolvimento do sistema fabril permitirá realizar dois de seus principais objetivos: por um lado, descongestionar as grandes cidades e descentralizar as indústrias para a periferia ou cidades satélites; por outro separar de forma precisa no espaço zonas de trabalho e zonas de residência. Para por fim à desordem urbana – da qual os bairros populares onde se misturam cortiços e oficinas são o símbolo- a esperança está no desenvolvimento da expansão urbana.”⁶⁸

De outro,

“Fabricar cidadãos, moldá-los a partir de uma matéria prima difícil, torna-se para todos um imperativo de ordem prática. Hoje o eufemismo utilizado para designar o mesmo trabalho junto à população é ‘aprendizado da democracia’.”⁶⁹

⁶⁸ TOPALOV, Christian. Os Saberes da Cidade: tempos de crise?. Espaço e Debates, ano XI, número 34, 1991.

⁶⁹ TOPALOV, Christian. Os Saberes da Cidade: tempos de crise?. Espaço e Debates, ano XI, número 34, 1991.

Evidentemente que as transformações da estrutura urbana e dos comportamentos podem ser articuladas em cadeias causais através de, basicamente, dois tipos de correlação: de um lado a forma pela qual as reformas do ambiente urbano poderiam alterar o comportamento dos moradores de certa localidade e, de outro, como a condução destes comportamentos em uma certa direção também favoreceriam a manutenção do ordenamento do espaço da estrutura urbana⁷⁰. Considerando a articulação dinâmica destas duas dimensões da análise e intervenção, o centro de meu interesse segue uma dupla direção: de um lado pensar como o planejamento urbano pensado nos termos de sua infra estrutura e equipamentos pode ser pensado como forma de induzir a condutas esperadas, de outro partirá do dispositivo da pesquisa de campo, para então entender as suas relações específicas com as formas de condução das condutas dos habitantes das cidades. É importante dizer, contudo, que existem modulações importantes na articulação entre as pesquisas acerca das cidades e o governo das populações urbanas. A maior parte dos sociólogos urbanos são críticos de um modelo repressivo das práticas populares, muito mais ligados a uma esquerda reformista, vendo nas práticas populares virtudes democráticas com potencial a ser explorado como modelo de conduta. O dispositivo, em seu fundamento, contudo, permanece o mesmo.

"A ciência urbana é educadora do povo. Os primeiros urbanistas observavam sem prazer, mas com surpresa, que os hábitos populares se contrapõe em geral aos objetivos de melhoria que eles fixavam e esperavam da transformação do espaço construído que ela modifique em profundidade os modos de vida. Mudar a cidade para mudar o povo.

Existem progressistas que recusam esta perspectiva paternalista ou autoritária e procuram no seio do povo os germes de uma racionalidade superior.

⁷⁰ Em Chicago isto era evidente, assim como em suas releituras mais recentes. A teoria das janelas quebradas ou ainda o atual e predominante modelo Colombiano são exemplos atuais e renovados desta forma de articulação entre estas duas dinâmicas, a infra estrutura urbana e as condutas cidadinas.

Eles buscam, portanto, sujeitos sociais que serão os agentes desta racionalidade (...). Estas diversas operações teóricas e práticas tem por propriedade comum o fato de estabelecer mais ou menos explicitamente uma triagem entre o bom e o menos bom para o povo, ao designar o alvo de uma cooperação possível entre os partidários da ciência e os portadores da mudança social. Para ser acreditada, a ciência urbana deve provar sua capacidade de constituir o povo seja em objeto de reforma, seja em sujeito da história e, freqüentemente, os dois ao mesmo tempo.⁷¹”

Para retomar o centro do interesse neste momento a partir de Topalov, poderíamos dizer que, o dispositivo da pesquisa de campo procura compreender os elementos através dos quais seria possível encontrar e isolar as cadeias causais ambientais que conduzem a certos comportamentos. Poder-se-ia, então, através de uma triagem entre as práticas consideradas alinhadas ou contrastantes com o projeto democrático contidas neste meio popular, conduzir as condutas por meio de uma série de incitações ou estímulos a certos comportamentos desejados, maximizando o potencial democrático e minimizando o desvio a este programa. Da mesma maneira, a demanda pela maior e melhor implementação dos equipamentos e serviços urbanos será uma realizada para otimizar a vida dos habitantes da cidade em direção a este mesmo projeto. Apesar disto, estes pesquisadores não se pretendiam normativos em relação às classes populares, ainda que suas relações e compromissos com a boa gestão urbana sejam ambíguos em relação a esta pretensão, talvez por prospectarem neste meio popular as suas potencialidades democráticas. Como na França e nos EUA, no Brasil o mesmo dispositivo da pesquisa de campo foi amplamente utilizado, mesmo que as promessas da cidade moderna não tenham nunca tenham sido concretizadas. Isto porque, mesmo que deslocada geográfica e historicamente, esta posição do

⁷¹ TOPALOV, Christian. Os Saberes da Cidade: tempos de crise?. Espaço e Debates, ano XI, número 34, 1991.

pesquisador constituiu um horizonte político de forte ressonância entre os pesquisadores urbanos, com a mesma intensidade crítica (e suas ambigüidades) que no contexto francês e americano. Para Topalov, os compromissos da gestão urbana estiveram sempre apoiados solidamente e diretamente em uma forma progressista de pensar a teoria e a prática sociológica.

“As relações do pesquisador com o poder político compreendem uma forma particular de ambigüidade. Ao contrário da pretensão normativa dos primeiros urbanistas, ele se pretende o interprete das efetivas necessidades sentidas pelo povo e ignoradas pelos que decidem, tecnocratas e políticos. Sua mensagem é, portanto, geralmente crítica, ao mesmo tempo em que visa ser ouvida pelo poder. Porque ele dá forma ao social que o político ignora e que inquieta o administrador, o pesquisador de campo ou o antropólogo urbano é o informante privilegiado de tecnocrata. Enquanto ele demanda cada vez mais democracia, é como substituto cômodo à democracia representativa que o solicitam.”⁷²”

O problema, ou melhor, a questão posta por Topalov, coloca em uma difícil posição o dispositivo da pesquisa de campo, dada as suas relações evidentes com a preocupação com a boa gestão das cidades. Seria possível a utilização desta maneira de fazer a pesquisa através de outra perspectiva? Nos próximos dois pontos serão expostas, a partir do trabalho desenvolvido em dois coletivos de pesquisa, duas maneiras de propor o trabalho de pesquisa que podem ajudar a problematizar esta questão. O primeiro o CERFI, que se dedicará ao estudo dos equipamentos urbanos pensados como dispositivos de normalização, o segundo os antropólogos que através da pesquisa de campo procuram entender o problema do governo das populações situadas as margens do Estado. Apesar de ambos os coletivos tentarem situar as suas pesquisas em uma linha de continuidade com a proposta de Michel Foucault, o primeiro

⁷²TOPALOV, Christian. Os Saberes da Cidade: tempos de crise?. Espaço e Debates, ano XI, número 34, 1991.

grupo propõe uma genealogia dos equipamentos urbanos, um trabalho mais voltado para a compreensão da estrutura de funcionamento da cidade como rede de instituições enquanto que o segundo procurará esclarecer, a partir do procedimento etnográfico, a maneira como o controle das populações pode ser compreendido a partir das práticas cotidianas.

* * *

Equipamentos do Poder e Normalização

Uma tentativa interessante de abordar a cidade e, particularmente as questões dos equipamentos urbanos, se formou início dos anos de 1970 no Centre d'Étude, de Recherche et de Formation Institutionnelles (CERFI). Fundado por Felix Guattari, o grupo de pesquisas se formou a partir de uma proposta de estudar as cidades através de uma abordagem distinta das existentes naquele momento, ou seja, de um lado o urbanismo inspirada em uma visão culturalista, que via na cidade um campo de significações e representações simbólicas, cuja análise se organizava através de um modelo ou ideal de cidade inspirado na cidade antiga, e de outro lado o urbanismo progressista, espécie de humanismo racionalista, que projetava construir uma cidade adaptada as exigências modernas das funções urbanas determinadas pela industrialização. O balanço crítico das teorias existentes era que, ambas as abordagens partiam da constatação da desordem da cidade moderna produzida pelos processos de industrialização e a conseqüente desestabilização dos laços sociais ou a 'perda do homem', sendo desta forma imperativa a construção de um conhecimento prático que pudesse reintegrar a harmonia do homem com o seu meio artificial. Ainda que houvesse entre estas duas abordagens uma distinção no que tange a perspectiva de, criar uma harmonia nova e racional adaptada ao mundo moderno ou, recriar a harmonia do passado, integrando um imaginário antigo nas condições modernas, ambas as teorias convergiam na concepção que somente através do desenvolvimento dos equipamentos urbanos seria possível encontrar esta harmonia entre o homem urbano e seu meio correspondente, ou melhor, que as necessidades colocadas pela modernidade poderiam ser suprimidas se o homem

estivesse conectado com a rede de equipamentos do processo de produção das cidades⁷³.

O fato é que a partir deste balanço crítico, os autores não conseguiam de forma concreta estabelecer as bases de pesquisas que pudessem avançar em uma direção contrária à das abordagens de como fazer a melhor gestão urbana. A partir do engajamento de Michel Foucault na direção científica do grupo, os trabalhos pareciam conseguir traçar experimentalmente este caminho, sendo este o momento mais fecundo e interessante do CERFI. Foucault participou ativamente de muitas discussões neste grupo, sendo fundamental para a construção das questões que estavam sendo esboçadas na ocasião⁷⁴. A proposta dos trabalhos sob a direção científica de Michel Foucault aparecia como uma tentativa de extensão de sua abordagem genealógica das disciplinas frente aos equipamentos urbanos. O momento em que Felix Guatarri e Gilles Deleuze chamam Foucault para coordenar o trabalho do grupo de pesquisa era duplamente favorável: primeiro porque Foucault começava a desenvolver a genealogia das disciplinas, portanto estava interessado em experimentar e discutir a validade e fecundidade deste procedimento e seus objetos de pesquisa. Segundo, o trabalho acerca da prisão que Foucault desenvolvia, assim como sua militância no Grupo de informações sobre as Prisões (GIP), estava decididamente em relação de convergência com as pretensões do grupo organizado no CERFI, seja pelo viés militante e a possibilidade de extensão da crítica contida no trabalho sobre as prisões, seja pela possibilidade de pesquisar estas questões em outros campos de pesquisa⁷⁵.

⁷³FOURQUET, François e MURARD, Lion. Les Équipements du Pouvoir. Paris : Union Générale d'éditions, 1973.

⁷⁴MOZÈRE, Liane. Foucault et le CERFI : instantané et actualité. Le Portique [En ligne], 13-14 | 2004, mis en ligne le 15 juin 2007. URL : <http://leportique.revues.org/index642.html>.

⁷⁵MOZÈRE, Liane. Foucault et le CERFI : instantané et actualité. Le Portique [En ligne], 13-14 | 2004, mis en ligne le 15 juin 2007. URL : <http://leportique.revues.org/index642.html>.

“Percebia-se que os dispositivos silenciosos de disciplina, não contestados porque fundados sobre um tratamento científico dos sujeitos ‘anormais’, são talvez a própria base da ordem social. Sendo a questão formulada nestes termos, nada mais dela escapa, nem a medicina, nem a escola, nem a moradia, nem a família.”⁷⁶

Deve-se somar a isto um contexto histórico de rebeliões em diversas instituições correcionais, o que fez que se juntassem ao grupo original do CERFI muitos jovens pesquisadores-militantes. O que Foucault oferecia como renovação das abordagens existentes era uma perspectiva distinta frente à questão do poder, colocando no campo dos estudos urbanos o questionamento dos dispositivos disciplinares e seus processos correspondentes de normalização⁷⁷. Alguns dos lugares onde as rebeliões aconteciam como, por exemplo, a prisão, a escola, o hospital e a moradia, não eram pensados como espaços de luta política e, a partir da abordagem de Foucault passaram a ser vistos como frentes de combate político relevantes. Este novo campo político passa a ser também um campo de pesquisas para estes jovens pesquisadores que, inspirados na perspectiva Foucaultiana se reuniam no CERFI. Uma série de trabalhos publicados na revista do CERFI, a *Recherches*, procurava demonstrar que os equipamentos coletivos, que mesmo uma esquerda progressista demandava a necessidade e insuficiência, eram de fato dispositivos de normalização ou equipamentos do poder. Realizaram, então, pesquisas de cunho genealógico da escola, da habitação social, das políticas das famílias e as políticas sociais, da higiene pública, dos asilos, da contabilidade nacional, das áreas de esportes, da justiça de menores, entre

⁷⁶ FOURQUET, François e MURARD, Lion. *Les Équipements du Pouvoir*. Paris : Union Générale d'éditions, 1973.

⁷⁷ TOPALOV, Christian. *Fazer a História da Pesquisa Urbana: a experiência francesa desde 1965*. Espaço e Debates, ano VIII, número 23, 1988.

outras. Partindo destas diversas genealogias dos equipamentos de poder, e questionando sua lógica de tratamento da normatividade, o estudo acerca do urbano passa ser enfrentado de outra perspectiva, não mais a partir da otimização da gestão das cidades, mas de seus efeitos de poder. A cidade passava a ser vista como lugar de convergência e coordenação dos diversos tipos de equipamentos coletivos de normalização⁷⁸.

O procedimento genealógico permitiria operacionalizar uma ruptura decisiva, inédita em estudos urbanos: a idéia que o nascimento dos equipamentos coletivos seria irreduzível a sua função. Seguindo as pistas dadas por Foucault, o nascimento de um equipamento coletivo não poderia ser compreendido pela sua necessidade ou função, mas sim através do esclarecimento do jogo de forças que o permitiu ser possível. Contudo, isto não significaria ignorar o uso, mas se concentrar nos efeitos que imprimem o sentido e a função, ou seja, o estado de forças conflitivas que produz os equipamentos coletivos como meio de codificação, ajustamento, confinamento a partir de seus objetos de incidência.

“O modo de produção dos equipamentos coletivos é de outra ordem que os usos que dele resultam. O que procuramos é como, através de qual jogo de forças, por qual decisão administrativa emergiu ou foi transformado tal ou qual equipamento coletivo; qual fluxo de população, qual refugio social, qual massa móvel foi então fixada, territorializada, subjugada, qual função, qual utilidade foi determinada, imprimida, produzida.”⁷⁹

A idéia de um jogo de forças conduz a análise a uma análise dos conflitos que produziram a emergência dos equipamentos

⁷⁸ Talvez seja em demasia especulativo se perguntar se os trabalhos que foram desenvolvidos sob a direção de Foucault no CERFI o ajudaram a formular a imagem do arquipélago carcerário presente no final do livro “Vigiar e Punir”. De qualquer maneira, esta imagem parece estar em consonância com a idéia da cidade como um circuito interligado de instituições disciplinares normalizadoras pensadas pelo grupo que ele dirigiu.

⁷⁹ FOURQUET, François e MURARD, Lion. Les Équipements du Pouvoir. Paris : Union Générale d'éditions, 1973.

coletivos, portanto, não o ajuste entre a sua função e o meio social que se pretende modificar. Enquanto a maior parte das pesquisas urbanas tinha como referência a cidade como lugar de uma desordem e pensava a forma pela qual transformar o meio urbano na direção de um ideal reformador, esta perspectiva parecia apontar em outra direção, identificando os conflitos que poderiam estar inseridos na própria idéia de ordem urbana. O ordenamento urbano teria como técnica a normalização de seus habitantes por meio de seus diversos equipamentos coletivos, a começar pela habitação e o trabalho fabril, mas também os hospitais, prisões e escolas. O que parece realmente decisivo é que os equipamentos coletivos seriam os meios por onde a normalização seria exercida de maneira mais imediata. É por isso que o termo equipamentos coletivos será ao longo destas pesquisas substituído por equipamentos de normalização ou equipamentos do poder. Isto porque a fixação do normal é a dimensão que irá atravessar todo o campo de estudos dos equipamentos coletivos como efeito de poder cujo par normal/ patológico será organizado segundo cada lócus específico: doente/saudável, estudante/inapto, trabalhador/desempregado, etc.

As brigas internas ao grupo, ligadas a divergências políticas ou intelectuais não permitiram que esta interessante perspectiva de trabalho acerca do urbano obtivesse continuidade. Foucault também fez parte destes conflitos ao não estar de acordo que todas as muitas pesquisas fossem realmente genealógicas, apesar do número em que a abordagem mais geral foi apresentada fosse considerada por ele como próxima de suas pesquisas. O próprio CERFI será fechado alguns anos mais tarde, sendo jamais retomado o projeto inicial de pesquisa. Os trabalhos desenvolvidos neste período tiveram continuidade apenas de maneira isolada e dispersa em outras pesquisas de inspiração foucaultiana, mas não mais pensando a cidade como lugar central que fazia convergir os

objetos destes estudos. O que resta deste momento criativo são apenas os números da revista *Recherches*, que oferecem pistas que poderiam ser seguidas em uma possível retomada desta abordagem.

Ainda haveria mais um ponto que deveria ser levado em conta em relação as pesquisas que foram conduzidas pelo grupo do CERFI. A abordagem crítica destes autores frente aos equipamentos urbanos acabou por conduzir a uma aproximação com os planejadores urbanos que procuravam realizar a mesma gestão urbana, mas assentada sobre outras bases que o modernismo desgastado de Le Corbusier. Os procedimentos de planificação modernos como mapas, gráficos, eixos e hierarquia, passam a ser substituídos por uma visão que privilegiaria uma visão da desterritorialização, dessimbolização, da errância e da deriva. Aproximam-se dos técnicos urbanos que criticavam, para ajudar na realização da boa gestão das cidades⁸⁰. De fato, seria necessário (e interessante) pensar como este tipo de crítica da gestão urbana como normalização acaba por ser objetivado e instrumentalizado posteriormente. De toda maneira, interessa aqui, para a construção do argumento, sobretudo pensar como o procedimento crítico foi construído de uma maneira contrária, ficando para outro momento a reflexão das reviravoltas deste tipo de abordagem.

* * *

⁸⁰ TOPALOV, Christian. *Fazer a História da Pesquisa Urbana: a experiência francesa desde 1965*. Espaço e Debates, ano VIII, número 23, 1988.

Pesquisa de Campo nas Margens do Estado

Outra proposta de pesquisa, mais recente, onde o dispositivo da pesquisa de campo é pensado como uma maneira de entender as práticas que acontecem no interior dos dispositivos gestionários de controle pode ser encontrada no esforço de um grupo de pesquisadores reunidos em um livro intitulado “Anthropology in the Margins of the State”. Trata-se de um seminário organizado em torno da idéia de pensar como as técnicas de pesquisa antropológicas poderiam ajudar na compreensão do Estado a partir do que são consideradas as suas margens. Interessante que, como grande parte dos autores do livro tenta trabalhar a noção de governo de populações, ou de governamentalidade de Foucault, as etnografias tendem a se posicionar de forma diferente das pesquisas habituais frente à questão do Estado. A partir de uma perspectiva foucaultiana, o Estado não poderia ser reduzido às questões relativas a um modelo jurídico (o que legitima o poder?) nem institucional (O que é o Estado?)⁸¹. Ao suspender estas concepções universais da teoria política, que centralizam a discussão sobre o poder no Estado, a pergunta passa a ser acerca das condições difusas, heterogêneas e em constate transformação do poder a partir do estudo do governo⁸². Parece-me que é neste sentido preciso que os autores podem estudar o Estado, entidade já governamentalizada⁸³, como parte do problema ou do conjunto de

⁸¹ O sujeito e o poder. In FOUCAULT, Michel. Dits et Écrites. Paris: Gallimard, 1994.. “encontramos a nossa disposição, graça a história e a teoria econômica, instrumentos adequados para estudar as relações de produção; da mesma maneira a lingüística e a semiótica forneceram instrumentos ao estudo das relações de sentido. Mas, para quem estuda as relações de poder, não existia nenhuma ferramenta definida; tínhamos como recurso as maneiras de pensar o poder que se apoiavam, seja sobre modelos jurídicos (o que legitima o poder ?), seja sobre modelos institucionais (o que é o Estado?). ”

⁸² FOUCAULT, Michel. Segurança, Território e População (Curso no Collège de France- 1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008. Especialmente as aulas de 1 e 8 de fevereiro de 1978.

⁸³ FOUCAULT, Michel. Segurança, Território e População (Curso no Collège de France- 1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.. Aula de 1 de fevereiro. “Desde o século XVIII, vivemos na era da governamentalidade. Governamentalização do Estado, que é um fenômeno particularmente astucioso, pois se efetivamente os problemas da governamentalidade, as técnicas de governo se tornaram a

problemas que formam a questão do governo. Partir do fenômeno do governo permite a estes antropólogos deslocar a metafísica ou o formalismo das teorias da soberania do Estado em direção a analítica do governo das vidas que o constituem em suas práticas cotidianas.

“Como é conhecido, O trabalho de Foucault acerca do biopoder substitui o privilégio da lei e da proibição em uma ênfase da eficácia tática dentro de um campo múltiplo e móvel de forças. Ele mostra que os efeitos são de longo alcance mas nunca estáveis. Sua descrição meticolosa do impacto da estatística e a invenção da população como objeto de saber e regulação mudando a noção de soberania deixou muitas formas de reconceitualizar o Estado, especialmente alterando a ênfase de jurisdições territoriais para a administração da vida .⁸⁴”

Esta antropologia “da experiência biopolítica”, ou seja, da forma como a vida cotidiana encontra-se no centro das preocupações da gestão governamental, foi realizada experimentalmente a partir do que são consideradas tradicionalmente como as margens do poder do Estado. Este horizonte biopolítico é o centro que perpassa o repertório enorme e revelador das pesquisas realizadas em diversos lugares do planeta, como a Colômbia, a Índia, Serra Leoa, África do Sul, Peru e alguns países africanos. Nestes lugares, normalmente considerados como portadores de Estados fracos, incompletos, parciais, ou de nações recentes, os autores trabalharam as formas de produção do que se chama habitualmente de prerrogativas ou fundamentos da ação do Estado, na tentativa de repensar também as análises de Estados

questão política fundamental e o espaço da luta política, a governamentalização do Estado foi o fenômeno que permitiu ao Estado sobreviver. Se o Estado é hoje o que é, é graças a esta governamentalidade, ao mesmo tempo interior e exterior ao Estado.”. Esta discussão acerca da governamentalização do Estado como fonte de vitalidade do Estado mesmo está presente em uma enorme literatura que não convém aqui discutir, mas vale especialmente ver: BUTLER, Judith. Vida Precária. Buenos Aires: Paidós, 2006.

e AGAMBEN, Giorgio. Note Liminaire sur le concept de démocratie. In *Democratie, dans quel état ?* Paris : La Fabrique, 2009.

⁸⁴ DAS, Veena e POOLE, Deborah. *Antropology in the margins of the State*. Oxford, Santa Fe: James Currey, School of American Research Press, 2004.

pensados como fortes, completos e antigos. As pesquisas das margens dos Estados considerados à margem não apontariam para um “desvio” ou uma etapa dentro do quadro de um processo universal de desenvolvimento do Estado, mas constituíram um “convite” a repensar os pressupostos desta concepção universalista.

“Uma Antropologia das margens freqüentemente oferece uma perspectiva única para a compreensão do Estado, não porque captura práticas exóticas, mas porque sugere que estas margens são uma forma necessária da construção do Estado.”⁸⁵

Esta fecunda maneira de pensar o estatuto da informação e a maneira de conduzir o trabalho de campo foi concebida a partir de grupos localizados em regiões não habituais ou não usuais destes países citados. São lugares onde encontramos pessoas que tentavam passar fronteiras e Checkpoints, que trabalhavam na economia não oficial, que atuavam em grupos que promoviam formas de justiça extralegais, multidões deslocadas pela guerra, por políticas estatais de banimento ou ainda conflitos de grupos internos aos países. Nestes lugares, ao contrario de posicionar a análise antropológica tendo como foco a compreensão destes grupos marginais e suas lógicas internas de funcionamento ou dirigir a pesquisa sobre o meio social que influenciaria as suas práticas correspondentes, procurou-se deslocar esta posição para a compreensão desta condição marginal através das linhas de força do funcionamento da mecânica dos processos que a estruturam. O que torna as pesquisas interessantes é justamente o fato que a presença dos poderes governamentais é marcante, ou seja, encontra-se exatamente a força, a produção e a construção das práticas governamentais nestas regiões que poderiam ser consideradas “sem lei” ou caracterizadas pela “ausência do

⁸⁵ DAS, Veena e POOLE, Deborah. *Antropology in the margins of the State*. Oxford, Santa Fe: James Currey, School of American Research Press, 2004.

ordenamento estatal". Mais precisamente, ao ir para o que são consideradas como as margens, o que estes pesquisadores procuram compreender são os pontos de apoio da produção e reprodução da forma como o governo funciona. As margens seriam, portanto, os lugares onde esta mecânica seria pesquisada não para se conhecer a lógica de funcionamento das populações ou grupos que compõem as populações, mas como o lócus da construção permanente e cotidiana das relações de poder em sua relação com os grupos situados nas margens.

"nossa busca pelas margens freqüentemente instalam-se nas praticas que parecem iluminar a contínua refundação da lei através de formas de violência e autoridade que podem ser construídas ao mesmo tempo como extrajudiciais e exteriores, ou prior to, o Estado."⁸⁶

Ao posicionar a pesquisa de campo frente ao que são os objetos da forma de incidência do governo das populações, o que se encontra são as formas concretas das técnicas de gestão do controle ou os efeitos de poder⁸⁷. A todo o momento esta gestão do controle emerge nas pesquisas, sendo exatamente isto o que chamam de "continua refundação da lei" ou a sua construção permanente e cotidiana. Nesta construção cotidiana das atividades do governo, as práticas relacionadas a economia informal e suas formas de regulação legais e extra legais dificilmente poderiam ser pensadas em termos de transgressão da lei, mas sim de uma

⁸⁶ DAS, Veena e POOLE, Deborah. *Anthropology in the margins of the State*. Oxford, Santa Fe: James Currey, School of American Research Press, 2004.

⁸⁷ Aqui, mais uma vez, talvez seja possível ver a influência de uma abordagem Foucaultiana. A análise do poder que é desenvolvida parece remeter a definição realizada em *O Sujeito e o Poder*: "Eu gostaria de sugerir aqui uma outra maneira de avançar em direção a uma nova economia das relações de poder, que seja ao mesmo tempo mais empírica, mais diretamente ligada a nossa situação presente, e que implica mais a relações entre teoria e prática. (...) mais que analisar o poder do ponto de vista de sua racionalidade interna, trata-se de analisar as relações de poder através do enfrentamento das estratégias. Por exemplo, seria preciso talvez, para compreender o que a sociedade entende por 'ser são', analisar o que se passa no campo da loucura. E mesmo, analisar o que se passa no campo dos ilegalismos para compreender o que queremos dizer quando falamos de legalidade." ⁸⁷ *O sujeito e o poder*. In FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrites*. Paris: Gallimard, 1994..

gestão articulada e diferencial do permitido e do interdito. Os agentes do controle não surgem como os atores que aplicariam o interdito de certas práticas, mas negociariam com os supostos transgressores as formas de suspensão da interdição, criando passagens e oportunidades a partir de sua posição conferida pelo mundo oficial. Esta grade de leitura da construção permanente e cotidiana dos poderes oficiais a partir de uma negociação não da interdição, mas de sua suspensão, parece ser profícua como perspectiva do trabalho de campo e hipótese de trabalho.

Esta operação que envolve a aplicação da lei, a partir de normas que são construídas em uma composição de formas legais, extra legais, oficiais, ilegais e ilícitas e seus atores, é pensada em muitos lugares distintos, com resultados que são diferentes entre si dependendo das questões de pesquisa. Algumas pesquisas sobre os mercados informais e ilícitos e as formas de justiça não estatais iluminam como estas se produzem em relação com os funcionários do governo que deveriam combater estas práticas. As relações de narcotraficantes colombianos das FARC, o exercito e a policia são interessantes para pensar isto, especialmente no momento em que as fronteiras entre os policiais e criminosos tendem a serem borradas. Também a biografia de um policial de uma unidade antiterrorista em suas hesitações e afirmações de princípios frente ao grupo em que estava procurava combater. Os estudos sobre os Checkpoints, onde são realizadas inúmeras formas de triagem das populações, onde as pessoas que passam são organizadas, perseguidas, distribuídas, marcadas, contabilizadas, é um campo de pesquisa fecundo da maneira pela qual os poderes governamentais são claramente identificados na sua maneira de operar. Pesquisas que tratam das formas pelas quais o governo das populações confere legibilidade as praticam que acontecem nas margens. Outro campo de pesquisas que merece destaque são aquelas acerca dos lugares onde a condução das condutas populacionais é realizada

em um contínuo trabalho de socialização nas formas da lei. Este é o caso de certos lugares em guerra, onde diferentes formas de ilegalismos tentam ser controlados, mas que normalmente funcionam em convergência com os governos.

O ponto mais importante da análise destas relações imbricadas entre os agentes dotados da forma de autoridade que os Estados os conferem e as outras formas de figuras de autoridade local, é que esta perspectiva de trabalho ilumina como esta composição de regulações legais e extralegis fornece os pontos de apoio através dos quais a construção do poder governamental se constitui efetivamente. O conceito de mercadoria política, que será discutido a frente, coloca-se exatamente neste ponto nodal. De toda maneira, trata-se de lugares de incidência do poder governamental, onde é possível iluminar sua mecânica efetiva, seja do ponto de vista mais geral, no nível estatístico e demográfico, ou no nível mais localizado, das práticas cotidianas. Se da perspectiva da gestão política do Estado o meio ao qual está inserida a população constitui os pontos que fundam e continuamente devem organizar o incompleto projeto de construção do Estado e da sociedade, na perspectiva de uma análise das margens, são os contextos situados de intervenção estatal em sua relação com os grupos localizados nestes lugares que tornam possível pensar algo como o Estado. Os grupos que ocupam as margens não seriam vistos como insuficientemente inseridos nas formas de organização do Estado, mas sim como parte relacional da construção deste. Assim, estes grupos não são pensados a partir da grade analítica da lei e sua transgressão ou de sua divergência frente ao quadro do ordenamento moral- social, mas da constituição contínua, concreta e cotidiana deste ordenamento de forma a pensar as suas articulações.

“Localizados sempre as margens do que é aceito como o território do controle inquestionável do Estado (e sua legitimidade) as margens exploradas neste livro são simultaneamente lugares onde a natureza pode ser imaginada como selvagem e incontrolada e onde o Estado refunda constantemente seus modos de ordenamento e ‘legislação’⁸⁸.”

Este deslocamento estratégico que posiciona as margens como o lócus dos mecanismos concretos do Estado permite pensar uma exploração etnográfica radicalmente distinta dos fenômenos ligados ao crime: Como a violência extralegal pode ajudar na compreensão da violência dita legítima do Estado? De que forma das diferentes formas da justiça não legal podem esclarecer o funcionamento do aparelho judiciário estatal? Em que medida as transformações da economia informal seria necessária a constituição da economia legal? Como os grupos considerados criminais mantêm relações com a política partidária e sua reprodução? O que o mercado de proteção ilumina relações entre Estado e sociedade? Todas estas difíceis questões não processam de forma descontínua a relação entre Estado e sociedade, trabalhando no limiar da produção relacional de um e outro. Ao inverter o foco da pesquisa para as intervenções das práticas governamentais a partir dos grupos situados nas margens, talvez seja possível provocar um curto-circuito no dispositivo do trabalho de campo ao qual se refere Cefai e seu circuito ligado a boa gestão governamental.

“são esses eventos que nos dão a cifra para apreender os campos de força operantes no mundo urbano, a trama de relações, de práticas, conflitos e tensões, enfim a pulsação da vida urbana – a redistribuição de possibilidades, bloqueios, aberturas ou impasses que atravessam e individualizam cada história de vida, mas que também a situam em um mesmo plano de atualidade⁸⁹”.

* * *

⁸⁸ DAS, Veena e POOLE, Deborah. *Antropology in the margins of the State*. Oxford, Santa Fe: James Currey, School of American Research Press, 2004.

⁸⁹ TELLES, Vera e CABANES, Robert (orgs.). *Nas Tramas da Cidade; trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: associação editorial Humanitas, 2006.

Illegalismos e a Cidade: Mercadoria política e Cidade como Bazar

Ao deslocar a perspectiva da pesquisa de campo para a inscrição dos indivíduos e dos grupos sociais em um sistema de posições e de relações estabelecidas e definidas na situação e nas circunstâncias de sua relação com o poder e a prática governamental não se pretende afirmar a perspectiva ambiental como falsa. De fato, trata-se de perceber como esta análise, cujos pressupostos são tão recorrentes nas intervenções contra o crime que ocorre nas cidades, produz efeitos que devem ser alvo da pesquisa que pretende compreender o próprio crime. Se tomarmos como centro as práticas que são construídas no ponto de contato com o poder, a riqueza dos diagnósticos e prognósticos de Chicago é incomensurável. Eles iluminam de maneira precisa a forma pela qual, do ponto de vista do governo das populações urbanas o crime é concebido, medido, organizado, e combatido, portanto, oferecem uma poderosa grade de legibilidade das ações governamentais. Talvez, a lição mais importante do legado de Chicago é a demonstração da pertinência do crime como fenômeno urbano e espacialmente organizado na perspectiva da boa gestão governamental das cidades.

O sutil, mas importante, deslocamento proposto aqui é de perspectivar a produção deste conhecimento e as práticas governamentais a partir de atitudes, gestos, astúcias, intrigas, enfim, estratégias de ação que são feitas atravessando a incidência do poder em suas múltiplas formas de atuação através do enquadramento e dos limites colocados pelo poder que tenta organizar, perseguir, marcar, inscrever, conduzir e dirigir. Portanto, para a compreensão do fenômeno do crime, ou melhor, a problematização do crime como fenômeno, a análise deveria

trabalhar os percursos considerados criminais de forma articulada com o que a incidência da prática governamental procura produzir. Desta forma, as relações que se estabelecem entre a prática criminal e o governo é o centro da análise, e não o sujeito da análise. Os mapas e as trajetórias de vida, assim como todas as intervenções que são elaboradas a partir de sua construção são fatores constitutivos do crime e oferecem o enquadramento a partir do qual este pode ser pensado na prática governamental. Esta proposição encaminha algumas decorrências na prática da pesquisa de campo: impossível pensar criminosos dissociados da polícia, o mercado extralegal sem os fiscais que o controlam, a organização de práticas extrajudiciais sem a incidência do aparelho judiciário e assim por diante. É exatamente a partir desta legibilidade das formas de controle que são estruturadas as formas que escapam a ela, sendo assim importante estar atento ao caráter relacional de ambas na constituição dos fatos, eventos, situações, arranjos, acordos, que são produzidos nesta interação.

O melhor exemplo da dimensão relacional entre das práticas ilegais e os dispositivos estatais do poder seria a discussão relativa à construção social do crime, tal como é trabalhada por Michel Misse. O autor constrói esta questão de forma importante na diferenciação que realiza entre dos níveis analíticos de criminalização, criminação, incriminação e sujeição criminal⁹⁰. Ao trabalhar com a questão do crime a partir da acusação social, o autor, seguindo Foucault, demonstra que no momento moderno o

⁹⁰ “1) a *criminalização* de um curso de ação típico-idealmente definido como ‘crime’ (através da reação moral à generalidade que define tal curso de ação e o põe nos códigos, institucionalizando sua sanção); 2) a *criminação* de um evento, pelas sucessivas interpretação que encaixam um curso de ação local e singular na classificação criminalizadora; 3) a *incriminação* do suposto autor do evento, em virtude de testemunhos ou evidências intersubjetivamente partilhadas; 4) a *sujeição criminal*, através da qual são selecionadas preventivamente os supostos sujeitos que irão compor um *tipo social* cujo caráter é socialmente considerado como ‘propenso a cometer um crime’. Atravessando todos esses níveis, a construção social do crime começa e termina com base em algum tipo de acusação social. ”. MISSE, Michel. “Sobre a construção social do crime no Brasil: esboços de uma interpretação”. In: MISSE, Michel (org.). Acusados e Acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações. Rio de Janeiro: Faperj/Editora Revan, 2008.

objeto da acusação passa do ato da transgressão para o sujeito que a realiza, associando a isto o processo de normalização de que fala Foucault.

“Como modo de operar o poder em uma relação social o uso da acusação avança na modernidade em decorrência do que Foucault (1977; 1996) chamou de ‘passagem da lei à norma’. Quando é a lei que impera sobre a norma, não se pune o sujeito mas, nele, a sua transgressão; quando, ao contrário, é a norma que dita (e reforma) a lei, é o sujeito da transgressão quem está em questão. A acusação especializa-se em refinar a associação entre o sujeito e a sua transgressão, reificando o seu caráter e a sua personalidade como homoganeamente transgressores ou não transgressores. Desaparecem as nuances clássicas e o mundo é dividido em ‘bons’ e ‘maus’ caracteres. (...) na modernidade, a acusação se emancipa da transgressão (que se torna no mínimo moralmente ambivalente ou duvidosa) para se dirigir a subjetividade do transgressor, à sua desnormalização, à sua incivilidade, às suas ‘fraquezas’. Ao investir no acusado uma posição de fraqueza (moral, social, de caráter), aumenta-se o investimento de poder do acusador. A acusação, nessas condições, pode servir de fio condutor para dispositivos que ‘neutralizem’ esta disparidade entre as forças. As afinidades entre as forças capazes de acusar e as forças que, com outros recursos e mais esse, se investem de poder numa relação, constituem o núcleo mínimo do desenvolvimento moderno dos dispositivos de incriminação. A incriminação se distingue da acusação pelo fato que ela retoma a letra da lei, faz a mediação de volta da norma à lei, ainda que sob a égide da norma.”⁹¹

É central esta ambivalência entre a norma e a lei, ou melhor, a forma pela qual a norma, investida do princípio legitimador da lei através de sua aparente neutralidade, organiza a relação da acusação por meio dos conhecidos procedimentos impessoais (o percurso racional legal), para produzir a “verdade” da acusação. Contudo, como a lei funciona tendo como princípio a norma, abre-se um campo de negociação que é o ponto de interesse. Se na tradição anglo saxã é a jurisprudência que organiza este momento

⁹¹ MISSE, Michel. “Sobre a construção social do crime no Brasil: esboços de uma interpretação”. In: MISSE, Michel (org.). Acusados e Acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações. Rio de Janeiro: Faperj/Editora Revan, 2008.

da negociação, tomando como base a tradição inquisitorial brasileira⁹², Misse destaca que, a contradição e as relações entre a criminalização, a criminalização, a incriminação e a sujeição criminal abrem espaço para um modo de negociação direto entre o acusado e os agentes da lei. Trata-se especificamente dos encarregados imediatos da acusação, a polícia, onde estes organizam a normalização sem mediação com a lei, produzindo uma forma da acusação social ilegal.

Este é o espaço onde se desenvolvem as chamadas mercadorias políticas, conceito associado ao capitalismo político de Max Weber⁹³, onde as transações econômicas utilizam recursos baseados no poder e na violência e não na troca pacífica livremente associada⁹⁴. Este espaço próprio das mercadorias políticas, que combinariam uso potencial ou efetivo da força e as regras e procedimentais legais, formariam um mercado parasita da economia informal, ilegal ou ilícita: entre as diversas formas que as mercadorias políticas podem assumir, estabelece-se todo um gradiente que vai do clientelismo à extorsão, passando pela corrupção, propina, proteção, etc. As “ligações perigosas” entre os mercados informais, ilegais ou ilícitos e o mercado políticos seria um dos núcleos centrais para a compreensão da violência que ocorre nas cidades.

O conceito de mercadoria política é de grande importância neste texto porque parece compartilhar a posição analítica que procuro desenvolver. A mercadoria política como conceito posiciona-se frente aos fenômenos relativos aos mercados legais,

⁹² KANT DE LIMA, Robert. Cultura Jurídica e Práticas Policiais: a tradição inquisitorial. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.10, n.4, p.65-84, jun. 1989.

⁹³ Trata-se da distinção entre a dominação patrimonialista e a dominação racional legal, que, ao que parece, Misse não contrapõe, nem logicamente, nem historicamente no contexto brasileiro. Ver: WEBER, Max. Economia e Sociedade. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

⁹⁴ A definição precisa que o autor estabelece: “proponho, em resumo, chamar de mercadorias políticas toda a mercadoria que combine custos e recursos políticos (expropriados ou não do Estado) para produzir um valor de troca político ou econômico.”. MISSE, Michel. Crime e Violência no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.

ilegais e ilícitos, mas não se confunde nunca com a grade de legibilidade que busca normalizar estes mercados. Isto significa que ela não é pensada na perspectiva das formas de controle do crime, mas sim da compreensão destes mercados a partir de um jogo de forças entre os atores envolvidos nestes mercados. O que definiria as esferas das economias formais, informais e ilícitas não seria a transgressão da lei, as oportunidades da infração ou o comportamento criminoso como conduta desviante. Trata-se de uma maior ou menor subordinação ao uso da força nas relações de troca, e neste sentido, uma maior ou menor dependência desta força potencial para que o mercado se realize enquanto tal. O movimento efetivo de combinações que se produzem entre este uso da força por agentes que tem esta prerrogativa garantida ou não pelo Estado é que define as posições das economias formais, informais e ilícitas: a economia informal é dependente do 'mercado parasita' das mercadorias políticas e o mercado ilícito é ainda mais dependente pela criminalização dos produtos que são comercializados⁹⁵. Mas o ponto central do interesse é que, estas posições definidas desta maneira não se fazem a partir do que deveria ser idealmente o Estado e a sociedade, mas sim do jogo de forças que se produz dentro e fora das regulações oficiais. Evidente que isto se constrói em relação com as interdições que são arbitradas, por exemplo, pelo aparelho jurídico, mas neste caso isto é visto como efeito de poder, não como idéia reguladora. Resumidamente, abandona-se definitivamente a perspectiva de normalização através de um ponto de vista da mecânica de funcionamento efetivo destes mercados em sua relação com as formas governamentais.

Esta zona de ambigüidade entre o uso da força e a lei, ou entre o político e o direito é o que Giorgio Agamben chama da

⁹⁵ MISSE, Michel. Crime e Violência no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.

forma própria do estado de exceção⁹⁶. As pesquisas deste filósofo são conduzidas na direção de elaborar uma genealogia da figura jurídica do Estado de Exceção como paradigma de governo, na tentativa de demonstrar que, nas mais diversas tradições jurídicas, a realização do fundamento legal se define em uma relação que se encontra ao mesmo tempo dentro e fora da lei, sendo o mesmo ato da aplicação da lei a sua suspensão⁹⁷. Podemos considerar as formulações de Misse e Agamben distintas na medida em que, para o sociólogo, o espaço das mercadorias políticas é de fato legal, mas de direito ilegal, sendo que para o filósofo, a zona de exceção é a forma legal daquilo que não pode ter forma legal. Contudo, interessante notar que, para o autor italiano, a polícia seria também uma instituição central para a compreensão do estado de exceção, na medida em que, mais do que uma instituição puramente administrativa de execução do direito, a polícia seria a instituição que, por razões da ordem e da segurança, sempre recordaria a relação de violência do soberano contra seus inimigos, lugar da afirmação da decisão da exceção e da indistinção do sujeito criminal⁹⁸. Polícia, portanto, como ponto de iluminação da relação de exceção, pela forma mesma de organização de suas atividades legais e extralegis. Apoiando-se sobre este ponto, diversas pesquisas foram realizadas para compreender este lugar borrado do sujeito criminal na relação entre a ‘polícia’ e os ‘bandidos’⁹⁹. Se admitirmos uma hipotética proximidade entre os autores sob este ponto, talvez isto possa apontar que, esta relação ilegal produzida

96 Partindo da definição de Schmitt do soberano como aquele que “decide sobre o estado de exceção”, o autor diz que esta tradição jurídica teria sido considerada não legítima pelos teóricos do direito exatamente por sua posição limite entre o fato político e o direito. Ver: AGAMBEN, Giorgio. Estado de Exceção. São Paulo: Boitempo, 2004.

97 AGAMBEN, Giorgio. Estado de Exceção. São Paulo: Boitempo, 2004. e AGAMBEN, Giorgio. Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

98 AGAMBEN, Giorgio. Moyens sans Fins: notes sur la politique. Paris: Rivages poche, 2002.

99 DAS, Veena e POOLE, Deborah. Anthropology in the margins of the State. Oxford, Santa Fe: James Currey, School of American Research Press, 2004.

dentro dos mecanismos jurídicos - policiais do poder estatal de que fala Misse possa ser generalizada para além do contexto brasileiro.

Deixando de lado as especulações, o ponto preciso do interesse são estas zonas de produção e reprodução dos mecanismos do poder, produzidos cotidianamente nas práticas que podem ser flagrados nas histórias que a atravessam, por exemplo, o campo aberto das negociações em torno das mercadorias políticas. A mercadoria política, conceito que será amplamente utilizado à frente, teria a potência de iluminar em sua plenitude a maneira pela qual a cidade se revela na relação com os dispositivos do poder demonstrando claramente que a escala urbana é pertinente para a análise das práticas governamentais no que tange ao crime. A pertinência da escala urbana seria, portanto, construída não através da análise dos ambientes que constituiriam as cidades, mas sim pelo fato que a partir desta escala seria possível, através das histórias pessoais e coletivas, descrever e analisar a maneira pela qual o poder e o crime se organizam e reorganizam.

* * *

A dimensão territorial

É a partir desta dimensão relacional das práticas ilegais e os dispositivos governamentais do poder, que podemos então retomar a relação entre crime e espaço, ou a articulação entre as práticas criminais e os territórios da cidade. Partindo do ponto de vista analítico que a discussão acerca das mercadorias políticas nos permite entrever, a relação cidade/crime pode ser pensada de uma perspectiva renovada. Foi neste sentido, talvez, que Michel Misse se apropriou da metáfora da “cidade como bazar” em um dos momentos em que desenvolve a discussão da mercadoria política¹⁰⁰. A imagem da cidade laboratório, tendo como referência as promessas da cidade moderna, talvez fosse insuficiente para contemplar a dimensão complexa que o conceito de mercadoria política ilumina. Também parece ser insuficiente a discussão clássica da cidade legal e ilegal como ponto de partida analítico, tentativa feita a partir do fato que no Brasil a construção da cidade moderna fordista nunca se completou. Neste sentido a perspectiva da cidade como laboratório ou da cidade partida talvez não permitisse observar as estratégias de normalização através das negociações das fronteiras do legal e do ilegal. A cidade como bazar aponta para uma perspectiva de análise que não se constitui como um ponto referencial de como a cidade deveria ser a partir dos modelos pensados pelos sociólogos urbanos e urbanistas, mas afastando o caráter normalizador contido nestes modelos, pode indicar algumas linhas da produção conflituosa do espaço da cidade. Neste sentido, a coerência e convergência com o conceito de mercadoria política é clara: o centro da análise não se encontra nem na referência das promessas da boa gestão urbana, nem no

¹⁰⁰ MISSE, Michel. Crime e Violência no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.

ajuste entre a cidade legal e as práticas efetivas, mas sim, nas negociações que permitem a circulação de riquezas cujo palco são às cidades tendo como lócus os interstícios entre o legal e o ilegal.

“No Bazar das mercadorias ilícitas do Rio de Janeiro, com suas subculturas variadas, sua malandragem e seus tipos sociais, mas também com suas violências específicas, o pesquisador sente a tentação de buscar padrões e uma certa uniformidade na continuidade histórica desses mercados e estabelecer uma nítida separação com os mercados legais e regulados. Ora, nas esferas informais e formais da economia, essa separação não é nem nítida, nem realmente decisiva para uma perspectiva analítica: é, antes, uma representação social normalizadora. Não há exatamente ‘setores’ nestes mercados, já que as fronteiras com os mercados legais e regulados são basicamente tênues e negociáveis.”¹⁰¹

Mas então é necessário explicar o que seria a metáfora da cidade como bazar¹⁰². Em artigo de 1997, Ruggiero e South¹⁰³ cunham a expressão para descrever as intersecções entre os mercados formais e os mercados informais, ilegais ou ilícitos, tal como vêm se configurando, desde meados dos anos 1980, nas metrópoles dos países centrais do capitalismo contemporâneo. A metáfora evocada por Ruggiero e South é precisa e não nomeia um tipo qualquer de mercado, ou seja, não se trata dos mercados em geral, onde se realiza a concentração da venda e a organização espacial das relações de troca, mas sim certa superposição de produtos e relações sociais tendendo a uma fluidez destes bens e interações. Tudo que faz parte do bazar parece seguir o imperativo

¹⁰¹ MISSE, Michel. Crime e Violência no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.

¹⁰² Esta discussão retoma o argumento que foi desenvolvido em uma outra oportunidade no artigo em dupla autoria com Vera Telles. TELLES, Vera e HIRATA, Daniel. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. Revista Estudos Avançados da USP, vol. 21, nº 61, 2007.

¹⁰³ RUGGIERO, Vincenzo e SOUTH, Nigel. The late-modern City as a Bazaar. British Journal of Sociology, vol 48, numero 1, 1997.

da conversibilidade, ou seja, tudo pode ser passível de ser negociado, sendo esta a lógica particular que comanda, organiza, mobiliza e transforma as relações de troca entre as pessoas e seus produtos. Evidente que os autores procuram criar uma imagem que dê conta das articulações entre as práticas urbanas que vem ocorrendo nos interstícios dos mercados informais, ilegais e ilícitos, descrevendo um cenário urbano no qual se expande uma ampla zona cinzenta que torna incertas e indeterminadas as diferenças entre o trabalho precário, o emprego temporário, expedientes de sobrevivência e as atividades ilegais, clandestinas ou delituosas. É justamente nas fronteiras porosas destes mercados formados entre o legal e o ilegal, o formal e informal, que transitam, de forma descontínua e intermitente, as figuras modernas do trabalhador urbano, lançando mão das oportunidades legais e ilegais que coexistem e se superpõem nos mercados de trabalho. Oscilando entre empregos mal pagos e atividades ilícitas, entre o desemprego e o pequeno tráfico de rua, negociam a cada situação e em cada contexto os critérios de aceitabilidade moral de suas escolhas e seus comportamentos. É isso propriamente que caracteriza o bazar metropolitano: esse embaralhamento do legal e ilegal, esse permanente deslocamento de suas fronteiras sob a lógica de uma forma de circulação, as “mobilidades laterais”, de trabalhadores que transitam entre o legal, o informal e o ilícito, sem que por isso cheguem necessariamente a se engajar em “carreiras delinqüentes”.

Mas é importante destacar o plano em que Ruggiero apresenta suas questões, colocando a cidade – o bazar metropolitano – em perspectiva e como plano de referência para situar os ilegalismos urbanos em suas interações com as dinâmicas das cidades contemporâneas e que acompanham as novas formas de produção e circulação de riquezas. Esta é a questão que foi

discutida por Vera Telles¹⁰⁴ ao comentar as diversas pesquisas em curso nas fronteiras européias, trabalho feito a partir da organização destas pesquisas que se relacionam a este plano geral da cidade como bazar. Trata-se de pesquisas sobre as formas migratórias contemporâneas, novas exatamente porque construídas sobre as bases de um momento renovado do capitalismo e suas relações com a circulação de pessoas e mercadorias. De grosso modo poderíamos dizer que ao longo de todo o século industrial europeu a migração respondia ao chamado de mão de obra para o trabalho fabril, ou seja, da clássica relação entre condições degradadas nos países de origem e oferta de trabalho nos países industrializados. Neste momento as migrações eram relativamente controladas pelos Estados “emissores” e “destinatários” que asseguravam a integração e o quadro institucional destas populações¹⁰⁵, apesar das migrações transbordarem muito este enquadramento institucional. O que as pesquisas realizadas a partir dos anos 1990 começam a mostrar é uma forma migratória muito diferente, ou seja, organizada a partir da chamada economia subterrânea e realizada através de formas menos visíveis de viagem e passagens entre os países. Ainda, estas migrações deixam de ser orientadas para o estabelecimento dos migrantes no sentido de uma sedentarização, e começam-se a ser criados os chamados territórios circulatórios¹⁰⁶, onde, apoiados sobre a força sedentária das antigas migrações, estrutura-se redes comerciais baseadas na mobilidade de pessoas e mercadorias. Portanto, dupla ruptura, primeiro em relação ao tipo de atividade que induz o movimento migratório e, segundo, em relação à natureza mesma da migração. O que é descrito e analisado por esta extensa literatura são redes

¹⁰⁴ TELLES, Vera. *Ilegalismos Urbanos e a Cidade*. Novos Estudos CEBRAP, numero 84, julho de 2009.

¹⁰⁵ PERALDI, Michel (org.). *La fin des norias?* Paris : Maisonneuve & Larose, 2002.

¹⁰⁶ TARRIUS, Alain. *La mondialisation par le bas: les nouveaux nomades de l'économie souterraine*. Paris: Balland, 2002.

comerciais que atravessam fronteiras, articulando pontos de comércio em diversos países dos ditos primeiro e terceiros mundos através das diversas formas do comércio informal e ilegal. A circulação destes produtos até o seu destino final, nos grandes e pequenos centros urbanos, pode ser traçada seja pelo jogo de diferentes oportunidades que cada país oferece seja pelas diferenças de repressão ou tolerância em relação a passagem destas mercadorias e das pessoas, seja pelo ponto de ancoramento de comerciantes já estabelecidos nestes lugares. E é exatamente a partir deste grande dispositivo comercial internacional que os produtos conseguem se fazer presentes nos mercados populares nos seus pontos de chegada. É desta maneira que o dispositivo comercial internacional situa as cidades em uma escala mundial que ultrapassa a dimensão local das economias urbanas das cidades contemporâneas, modificando-as a partir de dinâmicas que, ao mesmo tempo lhes transcende e lhes inclui. Estes mercados, portanto, atravessando a escala urbana e nacional a partir de uma maneira distinta de articulação com circulação transnacional de pessoas e mercadorias, coloca a economia informal e ilegal, que tem como palco as cidades, em um plano de referência distinto da forma pela qual estas foram pensadas tradicionalmente.

Mas, se é verdade que na escala global, dos fluxos de mercadorias e dos processos de expansão da circulação da riqueza é possível identificar uma transformação das formas clássicas da economia urbana, de outro lado, ou melhor, na escala urbana propriamente dita, as formas de territorialização desta circulação são igualmente importantes. A “mundialização por baixo”¹⁰⁷ depende também das suas formas de territorialização, ou seja, toda a série de negociações com as instâncias governamentais de vigilância, fiscalização, controle e repressão que permitem que

¹⁰⁷ Seguindo a expressão que se tornou conhecida por Alain Tarrus para descrever o dispositivo internacional, apesar de ter sido criada por PORTES. PORTES, Alejandro. *La mondialisation par le bas*. Actes de la recherche en sciences sociales. Vol. 129, 1999. TARRIUS, Alain. *La mondialisation par le bas: les nouveaux nomades de l'économie souterraine*. Paris: Balland, 2002.

estas mercadorias circulem e sejam consumidas. A centralidade da escala urbana nestes fluxos internacionais de pessoas e mercadorias é, portanto, colocada a partir de uma dinâmica das negociações que colocam em perspectiva toda a trama de regulações da economia subterrânea¹⁰⁸. Encontramos então, nas cidades que fazem parte do dispositivo internacional de circulação de riquezas (as cidades bazar), a mecânica característica das mercadorias políticas.

Extrapolando, talvez, o texto de Ruggiero e South, a idéia é de uma articulação entre as práticas dos atores que compõem o dispositivo internacional com o poder governamental, ou seja, a presença das práticas relacionadas às “mobilidades laterais” atravessando as instituições estatais e se produzindo em relação aos bloqueios e interditos que são próprias a estas. Desta maneira, de forma nenhuma a imagem de um poder ou uma economia ‘paralela’ poderia ser sustentada ao exame mais atento destas práticas. Isto é importante porque as idéias de poder paralelo e de economia paralela são idéias reguladoras que constroem toda a maneira pela qual estes mercados não oficiais são pensados, combatidos ou controlados¹⁰⁹. Entre estas formas de controle e suas

¹⁰⁸ PERALDI, Michel (org.). *La fin des norias?* Paris : Maisonneuve & Larose, 2002 ;TARRIUS, Alain. *La mondialisation par le bas: les nouveaux nomades de l'économie souterraine*. Paris: Balland,2002 e TARRIUS, Alain. *Les nouveaux cosmopolitisme*. Paris: L'Aube, 2000.

¹⁰⁹ Dentro de uma vasta literatura crítica sobre este tema, parece-me especialmente instigante a produção de Bayart, que trata da formação do Estado na África, claramente inspirado na sociologia histórica de Charles Tilly. Na tentativa de realizar uma “sociologia histórica do político”, o autor procurou entender esta formação do Estado Africano não como um conjunto de estratégias políticas explícitas, mas sim como um jogo de forças de um conjunto de grupos sociais na emergência de um sistema de desigualdades e dominação, ou seja, insistindo sobre as relações de poder e acumulação, que são conflitantes e não dissociáveis do contexto regional e global. Desta forma é que realiza uma denuncia da enorme literatura sobre a o crime organizado e as máfias e o seu possível perigo para a democracia. O autor não contrapõe crime organizado e democracia, mas de forma radical e original estabelece as suas relações. Nada indicaria que existiria outra relação que esta entre os negócios legais e ilegais, e que o crescimento dos circuitos ilegais transnacionais somente seria muito mais o sinal de uma imbricação com os meios oficiais que uma oposição entre ambos. Assim a “grande narrativa” do crime organizado internacional não resistiria ao exame atento dos fatos, na medida em que só seria possível entender a integração liberalizante de certos países a partir de suas economias ilegais. A hibridização transnacional do Estado e do crime não se restringiria a um jogo de atores em circunstâncias particulares, mas seria da ordem sistêmica, constituindo uma das engrenagens da relação entre o Estado e o capitalismo mundial. Em todo caso, seria um dos elementos de sua geografia, das rotas de circulação de produtos e capitais legais e ilegais, e uma de suas fontes de vigor. Ver. BAYART, Jean-François. *Le crime transnational et la formation de l'État*. Politique africaine n° 93, 2004. O texto citado pelo autor de Charles Tilly é: TILLY, Charles. *War Making and State Making as*

passagens não existe uma oposição, mas sim uma articulação no espaço aberto pelas mercadorias políticas, ou seja, em relação às formas de regulação dos mercados que compõem o bazar. Dentro do quadro mais geral desta economia dos interstícios do legal e do ilegal, a primeira questão de pesquisa pertinente seria justamente saber como se produzem as formas de organização e regulação do bazar, questão orientada, portanto, no cruzamento da atuação do poder estatal e as regulações extras oficiais ou locais. O objeto de interesse principal, portanto, são as formas pelas quais estes cruzamentos são realizados produzindo espaços onde atuam os habitantes das cidades, ou seja, os territórios que se constituem a partir do jogo de forças da mercadoria política. Estas formas de territorialização diriam respeito, sobretudo ao trânsito entre diversos domínios institucionais, explorando as oportunidades que são produzidas entre as regras, a ausência destas ou ainda suas formas ambivalentes, no que tange especificamente a estrutura de poder territorial para o funcionamento dos mercados de circulação de mercadorias. Isto quer dizer, a produção de garantias de fiabilidade das trocas pela autoridade negociada entre formas de regulação que atravessam as dimensões governamentais e extra-oficiais. O poder dos grupos que participam destes mercados depende de um equilíbrio entre as instituições do controle e repressão destes mercados através do mecanismo de proteção e extorsão, produzindo ao mesmo tempo os territórios em que estes ocorrem, regulando a economia urbana e as relações sociais que necessitam de estabilidade, através do uso potencial da coerção, mesmo que a cooperação possa ser mais a regra que a força.

* * *

Organized Crime. in *Bringing the State Back In* edited by EVANS, Pete e RUESCHEMEYER, Dietrich e SKOCPOL, Theda. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. Para uma análise mais profunda ver o excelente livro: TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus*. São Paulo: Edusp, 1996.

Condutas

A dimensão territorial passa a ser pertinente na análise do crime quando o foco da análise deixa de ser somente a análise das condutas consideradas desviantes, e passa a compreensão das relações operantes tendo como centro as relações de poder constitutivas destes territórios. Estes territórios podem inclusive produzir redes de sociabilidade, condutas, comportamentos, mas estes são organizados na relação da relação de poder, não como uma resultante de processos ambientais específicos¹¹⁰. Nesta perspectiva, as condutas desviantes ou divergentes perdem, portanto, sua pertinência para a análise, substituídas por práticas sociais transversais que perspectivam a relação com o conjunto de dispositivos do poder. Estas práticas seriam uma forma de iluminar os campos possíveis de atuação no enquadramento do poder fora do quadro de uma especificidade moral delimitada espacialmente. Não se trataria de uma análise de pontos espacialmente delimitados que comportariam códigos morais divergentes, mas diferentes perspectivas construídas através das posições relacionadas à mecânica do poder em um jogo de forças. A cidade, portanto, colocaria em cena, através destas práticas transversais, traços de experiências urbanas que nos conduzem a maneira pela qual esta é produzida efetivamente, ou seja, construída através de relações de poder em sua efetividade, como resultante dos efeitos de relações conflitivas de poder. Em cada um dos processos situados pela incidência do poder, um campo de pesquisa poderia ser construído para pensar a forma pela qual a cidade é produzida cotidianamente. A pesquisa sociológica acerca das cidades passa a estudar não mais

¹¹⁰ Ver. MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Sociabilidade Violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004. e TELLES, Vera e HIRATA, Daniel. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. *Revista Estudos Avançados da USP*, vol. 21, nº 61, 2007.

as variações comportamentais abertas com vista às regras que regem as distintas regiões morais, mas a forma pela qual a mecânica do poder incita a produção objetiva de práticas e, ao mesmo tempo, as práticas consideradas fora desta, mas que se articulam à estas intervenções. Isto quer dizer a produção de uma complexa teia de interações e conflitos que podem formar um meio, um contexto, um ambiente ou qualquer outro tipo de enquadramento que possa definir as regras e o jogo de possibilidades da ação previamente, mas tendo como problema as condições de possibilidade dadas pela incidência do poder para a sua produção como meio ou ambiente. Trata-se de uma maneira de conferir relevo as linhas de força que são expostas nas histórias de vida e na densidade das situações descritas e analisadas delimitadas por esta incidência do poder.

*“Todas estas redes sociais que interligam mercados legais e ilegais, formais e informais, mercadorias políticas criminalizadas (propinas, chantagens, redes de proteção) e mercadorias de criminalização contextual (como, por exemplo, o jogo, o aborto, a prostituição e as drogas) não adquirem necessariamente contornos espaciais ou comunitários e nem constituem ‘setores’, mas antes, percorrem complexamente todo o conjunto do tecido social, político e econômico. Quando algum contorno espacial-comunitário se desenha, quando uma ‘territorialização’ pode ser identificada, a questão parece ganhar uma dimensão política completamente diferente daquela que se encontra na criminalidade pulverizada, seja ela convencional ou não. Se por um lado esta territorialização reforça estereótipos e estigmatiza segmentos sociais do espaço urbano, por outro passa a **constituir efetivamente** novas redes de sociabilidade, as quais emergem das relações de poder que demarcam esses territórios.”¹¹¹*

Os processos que produzem certa territorialidade são produzidos em relações de força dos atores a partir das diversas

¹¹¹ MISSE, Michel. Crime e Violência no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.

posições que estes ocupam no nas negociações que articulam as formas de regulação das economias informais, ilegais e ilícitas. Isto significa entender as formas mais variadas de escolhas que podem fazer parte destas formas regulação que atravessam o legal e o ilegal. Neste sentido, a aceitabilidade moral que acompanha as mobilidades laterais de que fala Ruggiero é uma pista importante, pois é ela mesma objeto de reflexão sobre como proceder em cada situação que o bazar proporciona. A questão é que esta economia do bazar somente pode ser produzida a partir das muitas negociações através das quais as pessoas organizam as suas vidas e pensam os limites que aceitam transpor ou não no que tange a implicação de suas vidas nas tramas nem sempre tranquilas da economia de bazar. Neste sentido também é preciso levar em conta que os problemas do bazar também podem ser pensados no jogo do legal e do ilegal, ou seja, que os perigos presentes nestas praticas podem estar no lado oficial e suas formas de controle e repressão destas praticas, como também nos atores que fazem parte da estruturação do dispositivo. Todas as pessoas refletem e decidem como participar deste campo de práticas aberto pelos dispositivos de controle, também em relação a sua aceitabilidade moral, o que significa um limiar fluido entre o que se considera uma conduta aceita ou não para o individuo e o seu circulo social mais próximo. No caso do dispositivo internacional de circulação de mercadorias, negociam as suas posições e papéis sociais de maneira próxima o atacadista e o varejista, o judeu, o árabe ou o cristão, o sedentário e o nômade, os estabelecidos e os outsiders, o respeitável e o ladrão, e tudo isto não por uma ética democrática, mas pela necessidade da ocasião¹¹², das oportunidades que parecem, assim como o jogo reflexivo dos diferentes tipos de atores envolvidos na troca.

¹¹² PERALDI, Michel. Aventuriers du nouveau capitalisme marchand: essai d'anthropologie de l'éthique mercantile. In: Adelkhah, Fariba e Bayart, Jean-François (orgs.). Voyage du développement: émigration, commerce et exil. Paris: Karthala, 2007.

Segundo alguns dos autores que estudaram este dispositivo comercial internacional, para que funcione, são necessários principalmente dois tipos de saberes: de um lado o chamado saber circulatório¹¹³, quer dizer, do conhecimento de como fazer as passagens entre as fronteiras e suas formas de controle, de outro lado o saber relacional¹¹⁴ que torna possível a conversão das solidariedades e dos laços estabelecidos nos países de estrangeiros em relações produtivas e economicamente eficientes. A partir destes saberes conjuga-se um conjunto de regras culturais, sociais e jurídicas que faz efetivamente os migrantes participarem deste circuito econômico ao mesmo tempo contornando e atravessando os limites fixados pelos aparelhos normativos existentes. Estes saberes são necessários exatamente porque se alimentam dos bloqueios postos a esta intensa circulação: embargos, interditos, controles que marcam as fronteiras, também diferenciais de renda e riquezas que tornam difícil, quando não impossível o acesso a esses bens e mercadorias. Dito de outra maneira, esses mercados se alimentam dos obstáculos, interditos e proibições que vigoram para a circulação de mercadorias entre países, além das normas e legislações que codificam os regimes de circulação em cada país¹¹⁵.

Seguindo o comentário de Vera Telles sobre esta questão:

“Toda uma trama relacional é acionada e toda uma competência circulatória é ativada justamente nas dobras do legal e ilegal, nas dobras das fronteiras políticas e desses territórios circulatórios que as transpassam o tempo todo: suborno nas alfândegas, documentos falsos, negócios escusos com fiscais e policiais, trocas de influência, compra de proteção, acordos com condutores de caminhões, etc. É nesse sentido que Peraldi faz uso da noção de economia de bazar: um dispositivo comercial que coloca em cena comerciantes estabelecidos

¹¹³ TARRIUS, Alain. La mondialisation par le bas: les nouveaux nomades de l'économie souterraine. Paris: Balland, 2002.

¹¹⁴

PERALDI, Michel (org.). La fin des norias? Paris : Maisonneuve & Larose, 2002.

¹¹⁵ TELLES, Vera. Ilegalismos Urbanos e a Cidade. Novos Estudos CEBRAP, número 84, julho de 2009.

em seus postos, vendedores ambulantes, "sacoleiros", consumidores e mais a trama de relações que passam por essa teia de intermediários e mediações pelas quais os agenciamentos são feitos nas dobras do legal e ilegal, do formal e informal. A cada ponto dessa trama de atividades que viabilizam a circulação de mercadorias, esses atores são colocados em situações relacionais, convocados a negociar constantemente, a "aceitabilidade moral de seus comportamentos" (ref. Ruggiero & South) em uma situação "que torna possível a coexistência da legalidade e ilegalidade, e a mudança permanente dos seus limites" nos termos de "negociações, sempre situadas, nas cenas públicas ou privadas condicionadas pelas trocas mercantis¹¹⁶".

Aqui se encontra o objeto de maior interesse, ou seja, verificar como se dão as passagens entre o legal e o ilegal em um trânsito constante que opera também ao nível da produção das condutas dos atores envolvidos no campo de poder produzido por este dispositivo comercial internacional. Apresentarei rapidamente como, em duas perspectivas diferentes, este dispositivo comercial internacional e as formas de conduta constitutivas destas trocas são descritas ou analisadas.

Michel Peraldi¹¹⁷ tenta realizar o que chama de uma "antropologia da ética mercantil", a partir da análise da prática comercial do *trabendo*, um vocábulo novo para uma série de práticas existentes desde a origem do Estado colonial argelino. Trata-se de uma grande variedade de produtos contrabandeados que circulavam nas fronteiras porosas do dispositivo colonial no quadro histórico da diáspora em direção a França. Estas trocas que de início são realizadas de forma improvisada e quase doméstica vão surgindo nas ruas da Argélia, do Magrebe e de importantes cidades da Europa, ganhando maior vitalidade e estruturação paradoxalmente no momento mesmo em que as fronteiras

¹¹⁶ TELLES, Vera. *Ilegalismos Urbanos e a Cidade*. Novos Estudos CEBRAP, número 84, julho de 2009.

¹¹⁷ PERALDI, Michel. *Aventuriers du nouveau capitalisme marchand: essai d'anthropologie de l'éthique mercantil*. In: Adelhah, Fariba e Bayart, Jean-François (orgs.). *Voyage du développement: émigration, commerce et exil*. Paris: Karthala, 2007.

européias parecem se fechar. O que é impressionante é a expansão desta prática através de muitas circunstâncias históricas distintas como, por exemplo, as antigas relações coloniais européias (França, Bélgica, Espanha), da reislamização da sociedade argelina e as viagens de peregrinação, das boas relações com os países próximos do antigo bloco socialista, e do desenvolvimento dos outros países do Magrebe. Assim o trabendo é menos um fenômeno econômico e social novo que uma atualização de práticas renovadas e socialmente difusas que condensam uma multiplicidade de transgressões que fazem parte da história colonial e pós colonial argelina, portanto de uma história que se passa entre os dois lados do mediterrâneo. Cada nova fratura da sociedade argelina significaria desta maneira uma oportunidade que produz os fluxos de pessoas e mercadorias, condenados a mobilizar e re mobilizar estas redes precárias. Da mesma maneira cada bloqueio a estes fluxos também seria a produtora de novas formas de contornar os controles e as fiscalizações, fazendo do trabendo parte de um processo de “destruição criativa” que perpetuam o dispositivo. A precariedade da sociedade argelina encontra-se, portanto em ressonância com os princípios de uma economia liberal que promove a concorrência generalizada e ao mesmo tempo age seguindo as tramas internas do jogo do legal e do ilegal.

Para além do grande interesse da formação deste dispositivo constituído historicamente nas tramas econômicas e sociais da ilegalidade e da legalidade, ainda é preciso notar que isto se produz em consonância com o que Peraldi chama de uma “ética mercantil¹¹⁸”. Trata-se de individualismo pragmático que se forma nos meandros dos ciclos de formação de um capitalismo renovado, onde o trabendo constrói uma coleção de histórias de aventuras

¹¹⁸PERALDI, Michel. *Aventuriers du nouveau capitalisme marchand: essai d'anthropologie de l'éthique mercantil*. In: Adelhah, Fariba e Bayart, Jean-François (orgs.). *Voyage du développement: émigration, commerce et exil*. Paris: Karthala, 2007.

individuais carregadas de uma ética da performance hedonista, que tem como herança a tradição do contrabando e o assalto a mão armada como um verdadeira prova de iniciação para a idade adulta. Além disto toda uma cultura dos heróis da resistência do período colonial encontra-se superposta ao encantamento das proezas das passagens nas fronteiras, as performances dos bons negócios realizados e o imaginário das experiências excitantes da rapina. Peraldi acredita ser ingenuidade ou negligencia a explicação destes fluxos mercantis a partir de um jogo de solidariedades, pois acredita que os vínculos entre estas pessoas são construídos basicamente a partir de relações colocadas em ato de modo circunstancial e pragmática, muito mais do que produtoras de “dividas simbólicas”. Para tanto, o autor contrapõe o ethos industrial e o ethos do comerciante para mostrar que este pragmatismo vai de encontro com o universalismo operário, assim como a moral da performance pessoal se choca com o abandono de si no trabalho fabril, ou ainda a valorização da aventura mais que a o lento trabalho rotineiro. Para o ator, trata-se muito mais de um ethos ligado a um “capitalismo de párias” que de uma ascese do trabalho e do dever. Mesmo a solidariedade étnica é vista aqui dentro da forma de um pragmatismo, que instrumentaliza esta possível via de solidariedade entre os participantes deste dispositivo comercial. Trata-se do próprio dispositivo comercial que mobiliza os laços étnicos no sentido mais global pelo qual o capitalismo constrói a sua racionalidade através do contornamento das formas de regulação oficiais.

Alain Tarrius é uma testemunha do desenvolvimento das redes comerciais transnacionais em seus trabalhos de mais de vinte anos acerca das redes migrantes a partir do bairro marselhês de Belsunce. Como tal, pode descrever a expansão destas rotas de comercio transnacional no que tange a sua extensão e densidade, assim como as suas conseqüentes modificações ao longo do tempo.

A intenção do autor é chamar a atenção para o caráter multiforme da mundialização, descrevendo não uma “outra” mundialização, mas formas mais discretas, por vezes ocultadas, da internacionalização da economia, trabalhando em um sentido muito diferente da maneira abstrata que os economistas descrevem estes processos, de uma perspectiva ao mesmo tempo relacional e concreta do fenômeno¹¹⁹. De início se apoiando sobre os migrantes sedentários das antigas levas migratórias, os novos migrantes, de caráter mais nômade, criam articulações importantes para o estabelecimento de rotas comerciais importantes que atravessam muitos países da bacia mediterrânea, fazendo desta região um dos centros da mundialização. É o início dos chamados territórios circulatórios, que já não pressupõem a integração dos migrantes como nas vagas migratórias anteriores. A antiga oposição entre ser “daqui” ou “de lá” começam a serem construídas capacidades novas de ser “ao mesmo tempo daqui e de lá”, isto quer dizer, começam a serem construídas identidades nômades a parcelas importantes da população circulante destes territórios. Trata-se, portanto de territórios que são o suporte de redes transversais aos Estados de alta densidade circulatória e relacional.

Contudo, para que estas redes funcionem transversalmente aos Estados são necessárias formas de regulações que não estão previstas por se tratar de uma economia ao revés das formas oficiais de regulação econômica. É neste ponto em que a figura dos notários informais é central para o entendimento desta economia subterrânea, na medida em que estabilizam as trocas, fazendo respeitar a palavra dada entre os parceiros comerciais de diferentes procedências envolvidos nestas transações. Para dizer de outra maneira, os chamados territórios circulatórios de certa maneira dependem desta figura do notário informal na medida em que trabalham a partir de uma indiferenciação entre nômades e

¹¹⁹ TARRIUS, Alain. Au-delà des Etats nations: sociétés, cultures et réseaux de migrants en Méditerranée occidentale. In: PERALDI, Michel (org.). La fin des norias? Paris : Maisonneuve & Larose, 2002.

sedentários ou das diferentes religiões e origens¹²⁰. É justamente neste terreno onde o poder da palavra exerce sua força que é possível a estabilização das trocas, construindo uma outra forma de compromisso social. Sendo as testemunhas e os guardiões da palavra empenhada, os notários informais são portadores de um poder importante, mas que depende de um delicado equilíbrio já que seu poder de influência (e arbitragem) depende da sua capacidade de sustentar as relações com os poderes locais, políticos e oficiais, com os representantes oficiais do Estado de origem das populações migrantes, com os representantes religiosos, com os meios comerciais do poder oficial e subterrâneo, assim como com o grupos criminais. Os “notários informais” ocupam um papel decisivo neste mercado exatamente por mediar as relações entre as esferas da informalidade, ilegalidade e o mundo oficial. Apesar de compartilhar com Peraldi este trânsito destas dimensões, diferentemente deste, o autor aposta na existência, nesta atuação dos notários informais e na ética das redes dos migrantes, de um impulso civilizatório, no sentido de uma desativação do perverso jogo das diferenças étnicas, religiosas e identitárias.

O que parece ser descrito por ambos os autores são as tramas do dispositivo comercial internacional que se constrói entre as os bloqueios e passagens do legal e do ilegal, acionando as possibilidades de inserção na mundialização por vias diferentes dos grandes fluxos de produção e circulação de riquezas das grandes empresas ainda que de alguma forma vinculado a estas. Os territórios circulatórios produzem circuitos econômicos a partir da mobilidade de pessoas e mercadorias através de práticas que se alimentam de uma longa história migratória que é reatualizada através de um momento renovado do capitalismo mundial. De um lado é importante destacar os movimentos que se realizam em relação com as forma de bloqueios e interditos às passagens dos

¹²⁰TARRIUS, Alain. Au-delà des Etats nations: sociétés, cultures et réseaux de migrants en Méditerranée occidentale. In: PERALDI, Michel (org.). La fin des norias? Paris : Maisonneuve & Larose, 2002.

migrantes e seus produtos, a chamada “destruição criativa” que nos fala Peraldi, onde a transposição, o contornamento e as passagens das formas de controle e fiscalização são o motor desta circulação. De outro lado, a inventividade através das quais estas passagens são construídas, onde o jogo das identidades é negociado a todo o instante. O valor heurístico da idéia para Tarrius é a dinâmica que opõe a conservação e a transformação, produto do homem urbano que recria-se a todo instante a partir da reintrodução e reelaboração dos repertórios sociais já constituídos, em um jogo constante entre a oficialidades e os novos elementos que os migrantes – estrangeiros trazem para o contexto urbano¹²¹.

Não se trata, a meu ver, de se posicionar entre uma abordagem talvez mais crítica e outra que tenta a todo modo procurar as potencialidades construídas no dispositivo comercial internacional. No contexto ultra liberal de seu desenvolvimento, as formas migratórias nômades e as suas correspondentes lógicas de circulação das trocas comerciais não são apenas os lugares civilizatórios da desetnização das relações, do movimento e da autonomia dos mundos da alteridade, como também parecem não obedecer apenas aos imperativos da instrumentalização dos laços étnicos para que a troca mercantil se realize enquanto tal. A tensão interna que confere os sentidos desta experiência construída nas negociações próprias ao bazar parecem comportar uma heterogeneidade que precisaria ser melhor compreendida. Os limiares e suas contradições internas destas práticas feitas nos interstícios das formas de controle e suas passagens parecem ser mais interessantes para a análise da complexidade da experiência social que ocorre nas tramas deste grande dispositivo internacional.

* * *

¹²¹ TARRIUS, Alain. *La remontée des Sud : migrations en réseaux, villes et territoires transnationaux dans les Bassins Est et Ouest méditerranéens*. L'année sociologique, 2006.

Por uma sociologia urbana do poder

Para retomar o argumento realizado até aqui, poderíamos de forma sintética dizer que os principais pontos foram: Na primeira parte, que o deslocamento do dispositivo da pesquisa de campo pode, talvez, produzir efeitos de conhecimento que perspectivem as formas do controle social, e que orientado desta forma o procedimento etnográfico possa ser capaz de analisar criticamente a mecânica deste controle social em suas múltiplas dimensões. Na segunda parte, que uma das formas mais bem acabadas, no que tange a questão da produção e gestão da desordem urbana e a violência, é a mercadoria política. Em seguida que a cidade como bazar pode ser uma maneira interessante de denominar a constituição dos territórios da cidade a partir da mecânica das mercadorias política. Finalmente, que as condutas construídas nos interstícios do legal e do ilegal podem ser estudadas e são relevantes para a compreensão destas linhas de força do poder, na medida em que são produzidas no campo de ação delimitado pela incidência do governo, seja de forma alinhada ou contrastante à direção incitada por este.

Ao deslocar a perspectiva do dispositivo da pesquisa de campo, portanto, procurou-se inverter o centro da análise, como em um efeito reflexivo que mostra o que deveria ser o ponto de vista do pesquisador e da gestão governamental a partir do que deveria ser o seu objeto de pesquisa e da intervenção do governo, portanto, organizando a pesquisa de forma estratégica a partir dos efeitos de poder que são constitutivos das pesquisas que são realizadas. Ao realizar este movimento, o trabalho do pesquisador pretende deixar de ter como referência normativa "o olho do poder" e passa a iluminar as formas governamentais de legibilidade dos fenômenos e as suas práticas de incidência e incitação, os pontos

de apoio para o exercício do governo e as resistências pontuais que eventualmente podem ser identificadas.

Trata-se, sobretudo, de atentar para o fato que, as cidades, a partir da emergência da população e do fenômeno urbano, constituíram-se como um lugar de construção de uma verdade, ou do que Foucault chamou de um espaço de veridicação¹²². As cidades, neste sentido preciso poderiam revelar algo que é uma verdade, construída ao mesmo tempo nas práticas governamentais e na reflexão acerca das cidades. A constituição das cidades e as relações entre seus habitantes teriam um modo de funcionamento que lhes seria próprio e intrínseco, portanto, lógicas internas e dinâmicas que deveriam ser compreendidas e respeitadas para a boa gestão governamental. É neste campo de relações de saber/poder que a sociologia urbana, juntamente com o urbanismo e outros saberes que procuram entender a dinâmica das populações urbanas, organizará conjuntamente com o governo das cidades o bom governo das populações. O que condiciona uma investigação acerca do que são considerados os problemas das cidades é esta verdade própria ao urbano que deve ser respeitada, dito de outra maneira, a busca desta verdade está diretamente associada à solução dos problemas urbanos que se pretende resolver. A sociologia urbana é importante justamente porque indica onde e como o governo deveria buscar o princípio de verdade de sua prática governamental, ou seja, estabelecer os elementos de realidade que irão funcionar uns em relação aos outros em cadeias causais, produzindo o discernimento entre as práticas governamentais eficazes ou não em relação a estes problemas. É este campo comum à sociologia urbana e as práticas governamentais que faz da cidade um espaço de veridicação, sendo preciso avançar um pouco mais nesta direção.

¹²² FOUCAULT, Michel. Nascimento da Biopolítica (Curso no Collège de France- 1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Com isto não pretende de modo algum, afirmar que teria havido a formação de um discurso científico e teórico, que seria a sociologia urbana, e que os governantes teriam sido seduzidos por pressão ou influências diversas a utilizá-la. De outro lado, também não se pretende determinar quais seriam as contaminações do poder governamental contido nas ciências das cidades, pretendendo desvelar o poder que encobriria a verdade da produção científica. Neste sentido, a proposta não poderia ser, de forma nenhuma, construir um campo de pesquisa autônomo, isolado ou “puro” em relação aos dispositivos governamentais, fato que seria evidentemente oposto a própria proposta de atentar para os efeitos de poder na estratégia de pesquisa, mas, a partir desta constatação, deslocar criticamente esta perspectiva. Em primeiro lugar, mais do que procurar uma a verdade essencial da pesquisa ou a causa original do problema do governo e da população urbana, tentar-se-ia interrogar acerca das condições de “como foi possível?”, ou seja, a partir de processos heterogêneos, estabelecer a inteligibilidade de um possível em um campo de possíveis¹²³. Como foi possível que as cidades se convertessem neste espaço de verificação comum às práticas governamentais e as pesquisas da sociologia urbana? Em quais condições de possibilidade a cidade pode se constituir como um espaço de verificação, ou seja, em um conjunto de regras que permite estabelecer quais enunciados podem ser caracterizados como verdadeiros ou falsos em relação aos fenômenos urbanos? Esta é a questão que orienta então um posicionamento estratégico frente à pesquisa e seus efeitos de poder. Em segundo lugar, ao identificar do que se trata este espaço de verificação talvez possa ser possível estabelecer uma perspectiva distinta para o estudo das cidades, ou seja, não mais buscar os

¹²³ “digamos que o que permite tornar inteligível o real é mostrar simplesmente que ele foi possível. Que o real é possível: é isto a sua integibilização.” FOUCAULT, Michel. Nascimento da Biopolítica (Curso no Collège de France- 1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

elementos de verdade que permitiriam resolver os problemas urbanos, mas sim pensar a questão urbana, ou melhor, as questões urbanas: o conjunto de elementos que articulam o que está em jogo em cada uma destas questões. Para além das perguntas de: Como resolver ou controlar de forma mais eficaz o problema do crime? O problema social? Ou o problema urbano? Colocar as perguntas: O que está em jogo na questão do crime? Na questão social? Na questão urbana? Voltarei a este ponto no final desta parte.

Foi seguindo inversamente o fio que pode ser traçado a partir destas duas questões, ou melhor, estas duas etapas de questionamento acerca da pesquisa nas cidades que as duas primeiras partes foram escritas. Nas duas primeiras partes a tentativa foi de trabalhar o que poderia estar em jogo na questão urbana, especialmente no que tange a questão do crime. Parece-me que foi de alguma maneira exposto a perspectiva da pesquisa realizada e os elementos mobilizados para construir as questões. Segue-se então, para finalizar este percurso, algumas breves considerações acerca do como foi possível a construção deste espaço de verificação das cidades para, em seguida, concluir com a questão da crítica a este espaço de verificação.

* * *

Michel Foucault, que nunca se dedicou de forma sistemática ao tema das cidades, reconheceu nelas um lócus privilegiado de análise de algumas relações específicas de saber/poder. Foucault não dedicou um livro sobre o tema e, ao que parece, não tinha a intenção de fazê-lo. Podemos, contudo, perceber que alguns dos temas caros ao autor foram pensados em relação ao chamado fenómeno urbano, especialmente no que tange o problema do

governo das populações. O movimento demográfico que mobilizou um grande contingente de pessoas em direção às áreas urbanas, assim como a subsequente 'coexistência densa' que esta provocava, foi um tema importante para a exposição de suas considerações acerca do governo das coisas e das pessoas¹²⁴. Durante a segunda metade dos anos de 1970, o autor concentra-se sobre este campo de questões que tocam diretamente a questão das cidades, mais precisamente em duas frentes que se articulam: Em primeiro lugar pensar o espaço urbano como um domínio privilegiado do governo da vida e o lugar onde concretamente se exercem as diferentes técnicas de exercício deste governo. Em segundo lugar, os processos de urbanização como movimento de transformação do governo e de suas técnicas de incidência em seus objetos¹²⁵. O interesse de prospectar algumas pistas na direção das considerações deste autor acerca das cidades seria de permitir pensar as questões da sociologia urbana de uma maneira diferente. Apesar de constituir um caminho arriscado, por diversos motivos evidentes, a aposta é que na confrontação destas perspectivas seria possível pensar melhor como um conhecimento acerca das cidades poderia contribuir para uma crítica do da prática de pesquisa urbana e suas questões correspondentes.

Ainda que a perspectiva analítica seja radicalmente diferente ao esboçado pela grande maioria dos sociólogos urbanos, para Foucault o ponto de partida, como a emergência do fenômeno da população, é muito próximo destes. Como explorado na primeira parte: Espacialmente a cidades se apresentavam como um espaço

¹²⁴ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

¹²⁵ “Em Foucault, o problema do território se coloca em relação aos micropoderes, quer dizer com todas as forças que regulam e determinam as relações humanas com o território. O território urbano se constitui como território privilegiado do governo da vida. Isto que interessa em Foucault, a consideração do espaço urbanizado; não somente como conjunto de condições materiais que dizem respeito as ruas, os prédios, as fábricas, etc, mas sobretudo os processos de urbanização como movimento de transformação contínua das técnicas de governo dos homens e suas atitudes.” VILLANI, Tiziana. *Michel Foucault et le territoire : gouvernement et biopolitique*. In PAQUOT, Thierry e YOUNÈS, Chris. *Le Territoire des Philosophes*. Paris: Éditions de La Découverte, 2009.

murado com uma população muito adensada e diferenciada econômica e socialmente em relação ao campo. Com o crescimento do comércio e, depois, os movimentos demográficos em direção às áreas urbanas, colocava-se o problema do adensamento cerrado na parte interior destes muros. Surge o problema da realização do comércio entre a cidade e seu entorno mais imediato e o seu entorno mais distante, portanto, a necessidade de romper os bloqueios que este enclave provocava. Na verdade, tratava-se de um desbloqueio econômico, jurídico, administrativo e espacial da própria cidade. Para responder aos problemas que a necessidade do desbloqueio das cidades exigia, a circulação em um sentido amplo foi imperativa: como deslocamento, como troca e contato, nas formas de dispersão e distribuição mas, sobretudo, na maneira de pensar como realizar a boa gestão das coisas e pessoas que circulam ou não. Os problemas específicos ligados a circulação das populações são conhecidos: em primeiro lugar, evidentemente, a garantia do comércio, em segundo lugar, o arejamento para eliminar todos os lugares onde se concentravam os miasmas que causavam a morte provinda da coexistência densa, em terceiro a rede de ruas que ligavam as estradas externas que permitiam as mercadorias e pessoas chegarem e serem enviadas, em quarto, a vigilância das populações flutuantes cujo afluxo tinha aumentado com a intensificação dos mercados. Portanto, se a população é o nível pertinente da análise, a circulação é a sua dinâmica: ao controlar ou incitar a circulação populacional pode-se separar as cadeias de efeitos que produzem a circulação desejável ou não, minimizando os perigos inerentes deste desbloqueio e maximizando os seus efeitos positivos.

A emergência da população como fenômeno identificável, conduziu o autor ao estudo do governo ou da governamentalidade, cuja técnica correspondente, o dispositivo de segurança, mantém relações com o fenômeno urbano. O dispositivo de segurança,

técnica do governo das populações, se organiza segundo uma forma de exercício do poder diferente das técnicas que o autor havia explorado em relação à soberania e a disciplina. E, mesmo que a soberania e a disciplina continuem a fazer parte da dinâmica sempre heterogênea do poder, elas são reconfiguradas a partir do dispositivo de segurança, ou ocorre talvez uma dominância a partir do dispositivo de segurança¹²⁶. Foucault faz um percurso para explicar o dispositivo de segurança em que trabalha três tipos de cidades: A cidade Soberana a partir de La Metrolitée de Le Maitre, a cidade disciplinar de Richelieu e a cidade segurança, Nantes de Lerieure¹²⁷, mais próxima do que Topalov chamou de cidade moderna. Em seguida, a partir desta análise das diferentes cidades, expõe uma das características gerais do dispositivo de segurança, os espaços de segurança, uma técnica política se dirige à noção de meio. A dinâmica circulatória das populações somente pode ser entendida e apreendida através da noção de meio, exatamente porque o meio é o suporte e o elemento ação circulatória. Diferentemente de uma ação governamental cuja incidência se faz através de uma espécie de ortopedia anatômica dos corpos no tempo e no espaço, o governo securitário organiza a sua atuação a partir de uma condução das condutas, ou seja, é operacionalizado através da ação a distancia ou por intermédio de uma intervenção no meio¹²⁸.

¹²⁶ Concordo com Wendy Brown que as noções de soberania, disciplina e segurança são históricas, mas não cronológicas, assim como com Judith Butler e sua noção de dominância. Mas é preciso esclarecer o que digo com isto: as técnicas de governo são transformadas continuamente e cada qual tem um momento mais ou menos preciso de emergência, situada historicamente. A idéia de dominância, contudo, diz respeito a cada um destes momentos em que, na composição das técnicas mobilizadas pelo governo, uma destas técnicas vitaliza as outras, não as eliminando, mas colocando-se como o centro dinâmico a partir do qual as outras são organizadas. Ver. BUTLER, Judith. Vida Precária. Buenos Aires: Paidós, 2006. Também ver BROWN, Wendy. The Governmentality of Tolerance. In Regulating Aversion: a critique of Tolerance in the Age of Identity. Princeton: Princeton University Press, 2006.

¹²⁷ FOUCAULT, Michel. Segurança, Território e População (Curso no Collège de France- 1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008. Aula de 11 de janeiro de 1978.

¹²⁸ A epistemologia da noção de meio, apesar de muito importante para se pensar a normalização securitária, não poderá ser explorada de maneira mais detalhada neste momento. Trata-se de um horizonte de pesquisa que deverei ainda continuar em pesquisas futuras, dada a centralidade no campo

“Digamos para resumir tudo isto que, enquanto a soberania capitaliza um território, colocando o problema maior na sede do governo, enquanto a disciplina arquiteta um espaço e coloca como problema essencial uma distribuição hierárquica e funcional dos elementos, a segurança vai procurar criar um ambiente em função de acontecimentos e séries de acontecimentos ou de elementos possíveis, séries que vai ser preciso regularizar num contexto multivalente e transformável. O espaço próprio da segurança remete portanto a uma série de acontecimentos possíveis, remete ao temporal e ao aleatório, um temporal e um aleatório que vai ser necessário inscrever num espaço dado. O espaço em que se desenrolam a série de elementos aleatório é, , creio, mais ou menos o que chamamos de meio. (...) o esquema técnico desta noção de meio, a espécie de – como dizer?-estrutura pragmática que a desenha previamente está presente na maneira como os urbanistas procuraram refletir e modificar o espaço urbano. (...) o meio aparece como um campo de intervenção em que, em vez de atingir os indivíduos como conjunto de sujeitos de direito capazes de ações voluntárias- o que acontecia no caso da soberania-, em vez de em vez de atingi-los como uma multiplicidade de organismos, de corpos capazes de desempenho, e de desempenhos requeridos como no caso da disciplina, vai-se procurar atingir, precisamente uma população. Ou seja, uma multiplicidade de indivíduos que são e que só existem profunda, essencial, biologicamente ligados à materialidade dentro da qual existem. O que vai se procurar atingir por este meio é precisamente o ponto em que uma série de acontecimentos, que esses indivíduos, populações e grupos produzem, interfere com acontecimentos de tipo quase natural que se produzem ao redor deles.¹²⁹”

Em um segundo momento do argumento em que desenvolve o que seria o dispositivo de segurança, Foucault indo ainda mais longe no que tange a centralidade do urbano deste dispositivo que

da sociologia urbana. De toda maneira esta discussão em Foucault trabalha isto não apenas nos curso já citados, mas também nas “Palavras e as Coisas ” na diferença entre a história natural e a biologia e em um artigo chamado “La situation de Cuvier dans La histoire de La biologie” in FOUCAULT, Michel. Dits et Écrites. Paris: Gallimard, 1994. Este debate, apenas esboçado em Foucault, situa dentro do debate que seu professor Georges Canguilhem organizou no belíssimo livro “La Connaissance de La Vie”, especialmente no capítulo “Le Vivant et son milieu”. A noção de meio aparece na física de Newton e, passa a ser utilizada nas ciências da vida por Cuvier e Lamarck, por intermédio de Buffon. Depois de Balzac e Taine a noção aparece nas ciências sociais, especialmente em Comte. Acredito que a utilização do meio na sociologia e, especialmente na sociologia urbana, é decisiva e esclarecedora. CANGUILHEM, Georges. La Connaissance de La Vie. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1985. Uma boa organização de parte desta discussão está em RUELLE, Charles. Population, Millieu et Normes: note sur l’énracinement de la biopolitique de Foucault. Labyriente, 22, 2005.

¹²⁹ FOUCAULT, Michel. Segurança, Território e População (Curso no Collège de France- 1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008

emerge a partir do fenômeno da população. Diz que as outras características gerais do dispositivo de segurança, a relação com o acontecimento e a normalização, abordados a partir do problema da escassez de grãos e da inoculação, são todos convergentes ao problema das cidades¹³⁰.

“Tomei há quinze dias, há oito dias e hoje, três exemplos: a cidade, a escassez alimentar, a epidemia, ou, se vocês preferirem, a rua, o cereal, o contágio. Esses três fenômenos tem entre si um vínculo bem visível, muito manifesto: todos eles estão ligados ao fenômeno da cidade. Todos eles se encaixam portanto no primeiro dos problemas que procurei esboçar, porque afinal de contas o problema da escassez alimentar e do cereal é o problema da cidade mercado, o problema do contágio e das doenças epidêmicas, é o problema da cidade como foco de doenças. A cidade como mercado também é a cidade como lugar de revolta; a cidade, foco de doenças, é a cidade como lugar de miasmas e de morte. De qualquer modo, o problema da cidade é que está, acredito, no âmago desses diferentes exemplos de mecanismos de segurança.”¹³¹ “

Podemos então dizer que para Foucault, a cidade seria um lugar privilegiado do dispositivo de segurança e o meio um dos elementos centrais de apoio para o exercício desta técnica de governo. É fundamental pensar a relação entre esta prática do governo das populações e o fenômeno urbano, ou seja, de que maneira a cidade emerge como lugar privilegiado deste conjunto de técnicas de gestão das populações. Em primeiro lugar o que é preciso reter é como estas técnicas de governo específicas são produzidas no enfrentamento dos novos problemas que a população coloca. Trata-se do desbloqueio econômico, jurídico, administrativo e espacial da cidade antiga, e para responder aos novos problemas

¹³⁰ A relação com o acontecimento, aula de 18 de janeiro e a normalização, aula de 25 de janeiro, sendo ambas convergentes à noção de meio, isto porque o acontecimento somente pode ser isolado através de um dado meio e a normalização somente pode ser aferida na relação e variação entre o meio e os seus elementos constitutivos. As cidades, como já apontado anteriormente, seria o lugar onde o meio é mais visível porque a dinâmica do dispositivo aparece de forma concreta. FOUCAULT, Michel. Segurança, Território e População (Curso no Collège de France- 1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008

¹³¹ FOUCAULT, Michel. Segurança, Território e População (Curso no Collège de France- 1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008

que este desbloqueio exige a noção de meio é fundamental. Já foram citados os problemas relativos a circulação do comércio, das redes de ruas, da vigilância das populações não fixadas territorialmente, mas poderíamos dizer, de forma mais ampla, que para realizar o desbloqueio do espaço urbano seria preciso organizar muitas redes que correspondem a funções diversas, sociais, econômicas, de circulação e de segurança, cuja organização depende do estabelecimento de um meio e as variáveis que o compõem. Os problemas postos por esta necessidade de desbloqueio das cidades e suas soluções é que detonam uma inversão na posição que a cidade ocupa dentro dos dispositivos de poder que organizam o governo: as cidades passam de uma posição marginal em relação às grandes organizações e mecanismos territoriais dos poderes soberanos medievais para a posição central na transformação destes mecanismos em direção ao dispositivo de segurança¹³². As cidades passam a ser o grande lugar de mecanismos novos de poder que irão responder a problemas que anteriormente não se colocavam senão de maneira marginal¹³³. Em segundo lugar, Foucault diz que estes problemas e as relações de poder à estes relacionados, articulam-se com novos saberes ligados a maneira pela qual se deveriam organizar as cidades. Saberes auxiliares, especializados, que deveriam ajudar o governo das 'multiplicidades em movimento'¹³⁴, ou seja, das populações urbanas, consideradas desordenadas e perigosas. Todas estas ciências irão atuar, assim como o governo, através da noção de meio. A cidade torna concreto o que Foucault chama de irrupção de certa naturalidade da espécie humana no interior de um meio artificial, ou seja, de um conjunto de técnicas que se dirigem a

¹³² FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território e População* (Curso no Collège de France- 1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008

¹³³ FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território e População* (Curso no Collège de France- 1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008

¹³⁴ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

noção de meio urbano para produzir o homem tal qual ele é e deve ser¹³⁵. É justamente esta a forma própria da gestão urbana das cidades contemporâneas. As cidades disciplinares almejavam construir, arquitetar, projetar e interferir no espaço de tal modo ela atingisse um ponto de perfeição segundo um ideal almejado. As cidades de segurança vão apenas estabelecer, a partir de um meio dado e já existente, as relações causais que podem maximizar os elementos considerados positivos e minimizar o que é tido como risco e inconveniente, portanto, respeitar o que são as regras próprias dos fenômenos para gerir segundo o princípio das otimizações funcionais dos elementos que são associados em cadeias causais.

A grande contribuição que Foucault pode oferecer é uma perspectiva distinta desta na construção das questões relativas às ciências do homem, a partir de um deslocamento da análise que passaria pela exterioridade do fenômeno em si, em um triplo movimento: Em primeiro, em lugar de estudar instituições, contorná-las através do ponto de vista global das tecnologias de poder nas quais as instituições se inscrevem, em seguida, substituir o ponto de vista interno da função destas, pelo ponto de vista externo das estratégias e táticas através das quais e no interior das quais tais instituições desempenham um papel, finalmente, destacar o privilégio do objeto a fim de ressitua-los do ponto de vista da constituição dos campos e domínios que os constituem como objetos de saber¹³⁶. Trata-se de uma forma de abandonar certa

¹³⁵ FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território e População* (Curso no Collège de France- 1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008. Esta irrupção da naturalidade da espécie humana no interior de um meio artificial é o que o autor chamou precisamente de biopolítica, cujos estudos parecem estar se desenvolvendo em diversas partes do mundo e não poderiam ser repertoriados nos limites deste texto. Poderíamos dizer que a discussão é campo polemico porque os seus termos ainda estão em disputa. Para ficar apenas em alguns poucos exemplos, no contexto anglo saxão em torno das leituras foucaultianas de Nicolas Rose e Colin Gordon, Wendy Brown e Judith Butler, no contexto francês Jacques Donzelot, Michael Faessel e Laurent Jeanpierre, Paolo Napoli e no italiano Giorgio Agamben e Tiziana Villani.

¹³⁶ FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território e População* (Curso no Collège de France- 1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

naturalidade dos fenômenos sociais em geral e, urbanos em particular, percebendo que, especialmente no caso das ciências humanas, a produção de conhecimento produz efeitos de poder importantes e indissociáveis da prática de pesquisa¹³⁷. Como consequência desta maneira de construir a questão, perspectiva-se todas as instituições do controle social que tem por objetivo a gestão urbana das cidades e a condução das condutas dos seus habitantes¹³⁸. A dimensão estratégica da prática de pesquisa deveria ser uma preocupação central para o pesquisador no sentido das consequências, evidentemente não controláveis, dos efeitos de poder da ciência. No caso específico das ciências urbanas, cujo nascimento é concomitante a formas renovadas e atuais das relações e poder, esta precaução metodológica deveria ser fundamental. O esforço de Foucault de deslocar o centro da análise para as relações de poder e saber parece ser importante para inverter a perspectiva através da qual as práticas de pesquisa e os seus objetos correspondentes deveriam ser construídos. Em primeiro lugar, é no campo aberto pelos dispositivos do poder, onde a chamada desordem urbana é produzida e gerida e as formas de controle reconstruídas cotidianamente que o trabalho de pesquisa deveria ser conduzido. Ao perspectivar o poder e sua mecânica, uma espécie de efeito reflexivo seria realizada, deixando de lado a análise ambiental de comportamentos qualificados como bons ou maus, normais ou patológicos, positivos ou negativos, úteis ou inúteis, para se interrogar acerca da maneira pela qual a incidência do poder produz as condições nas quais estas práticas e divisões ocorrem. Em segundo, uma abordagem analítica dos fenômenos,

¹³⁷Ver especialmente O sujeito e poder in FOUCAULT, Michel. Dits et Écrits. Paris: Gallimard, 1994. e FOUCAULT, Michel. O que é a Crítica? In. BIROLI, Flavia e ALVAREZ, Marcos (orgs.). Cadernos da F.F.C. Marília: UNESP-Marília publicações, 1991.

¹³⁸Ver especialmente O sujeito e poder in FOUCAULT, Michel. Dits et Écrits. Paris: Gallimard, 1994. e FOUCAULT, Michel. O que é a Crítica? In. BIROLI, Flavia e ALVAREZ, Marcos (orgs.). Cadernos da F.F.C. Marília: UNESP-Marília publicações, 1991.

sem partir de um enquadramento que organizaria a análise a priori, mas os efeitos concretos que são produzidos no choque das relações de poder. Ao tomar distância dos conteúdos normativos de certos conceitos “catalisadores” que orientam a pesquisa e a intenção reformadora das intervenções urbanas, como o progresso, a racionalidade e a humanidade, a análise destas relações de poder pode avançar no entendimento dos dispositivos estratégicos e sua direção em uma relação de força que definem o urbano.

A cidade, portanto, não mais pensada como meio e laboratório do homem, mas como uma forma de se pesquisar como este objeto do poder, a vida e a vivência humana, é pensado enquanto centro de interesse e intervenção da ação governamental. Em relação à pesquisa de campo, trata-se de abandonar estes conceitos, na tentativa de perspectivar a mecânica do poder. O objetivo não seria a construção de um laboratório da naturalidade humana no meio urbano artificial, mas inverter a perspectiva, para que as vidas e situações revelem a intervenção do conjunto heterogêneo de instituições do controle social que formam o mecanismo próprio do poder¹³⁹. Trata-se de uma dinâmica desenvolvida em uma trama situacional, posicional e relacional com esta mecânica do controle. No lugar de padrões de comportamento e normas da conduta individuais e coletivas, trata-se de trabalhar a partir de atitudes, gestos, astúcias, intrigas, enfim, estratégias de ação que são feitas atravessando a incidência do poder em suas múltiplas formas de atuação. Desta maneira, através do enquadramento e dos limites colocados pelo poder que tenta organizar, perseguir, marcar, inscrever, conduzir e dirigir, o esforço seria de remontar a tessitura de relações que cada indivíduo ou

¹³⁹ Poder aqui pensado no sentido empregado por Foucault, ou seja, não algo unitário ou global, mas formas dispare, um conjunto fino e heterogêneo de instituições, discursos, arquiteturas, etc em constante transformação. Ver FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

grupo social estabelece com as múltiplas formas de dominação. Através deste procedimento, a aposta seria dupla: de um lado iluminar os mecanismos do poder no ponto onde estes se constroem e se reconstroem cotidianamente e, de outro lado identificar as estratégias de resistência que são formuladas a partir deste enquadramento. Nestes pontos de incidência dos mecanismos do poder seria possível, através das histórias pessoais e coletivas descrever e analisar a maneira pela qual o poder se organiza e reorganiza e as formas de resistências constituídas através da atuação neste jogo de forças. Uma pesquisa nesta perspectiva colocaria outros tipos de questões: no lugar de quais as regras que articulam as series de variáveis que conduzem a uma conduta específica ou quais fatores criam um determinado ambiente, as perguntas de como os mecanismos de poder produzem ou incitam certo comportamento e como os sujeitos reagem a isto. Não a análise dos efeitos e regras do comportamento individual e coletivo, mas a construção de uma perspectiva que se constrói no encontro com os mecanismos do poder.

Para concluir, Foucault dizia que uma das características da crítica era a virtude da indocilidade refletida no sentido preciso de um movimento do sujeito frente ao poder e verdade. No momento moderno, em que o problema da população e do governo se produziu historicamente com grande amplitude, a atitude crítica poderia ser definida como a arte de não ser de tal forma governado¹⁴⁰. Desta maneira, neste momento moderno da governamentalização, ou seja, da extensão intensiva desta certa

¹⁴⁰ FOUCAULT, Michel. O que é a Crítica? In. BIROLI, Flavia e ALVAREZ, Marcos (orgs.). Cadernos da F.F.C. Marília: UNESP-Marília publicações, 1991. “Não direi que à governamentalização se oporia, num tipo de face a face, a afirmação contrária ‘nós não queremos ser governados, e não queremos *absolutamente* governados’. Vou dizer que em torno dessa grande inquietude relativa às maneiras de governar, na procura de maneiras de governar, pode-se relevar uma questão permanente: ‘como não ser governado *desse modo*, em nome desses princípios, em vista de tais objetivos e por meio de tais procedimentos, não desse modo, não para isto, não por estas pessoas; e se dermos, por sua vez, a este movimento da governamentalização da sociedade e dos indivíduos, a inserção histórica e a amplitude que creio que possui, parece-me que poderemos colocar ao seu lado, bem perto, o que chamei de atitude crítica.’”

arte de governar a sociedade e dos indivíduos, a tensão entre sujeito, poder e verdade é deslocada e, portanto, a virtude crítica também.

“Mas, sobretudo, se vê que o foco da crítica é essencialmente o grupo de relações que amarram um ou outro, ou uns aos outros, o poder, a verdade e o sujeito. E se a governamentalização for realmente o movimento pelo qual se trata, na realidade mesma de uma prática social, de sujeitar os indivíduos pelos mecanismos do poder que invocam para si uma verdade, então, diria que a crítica é o movimento pelo qual o sujeito se dá o direito de interrogar a verdade sobre seus efeitos de poder e o poder sobre seus discursos de verdade; a crítica será a arte da não-servidão voluntária, da indocilidade refletida. A crítica teria essencialmente por função o desassujeitamento no jogo que poderia ser denominado, em uma palavra, de política da verdade¹⁴¹.”

* * *

¹⁴¹ FOUCAULT, Michel. O que é a Crítica? In. BIROLI, Flavia e ALVAREZ, Marcos (orgs.). Cadernos da F.F.C. Marília: UNESP-Marília publicações, 1991.

Parte II

Introdução

Típica cena de um fim de semana na periferia: crianças passam gritando, correndo e brincando pela rua, mulheres fofocando de pé ao lado dos portões de suas casas ou sentadas em cadeiras improvisadas, carros sendo lavados cuidadosamente pelos seus proprietários. No final da rua um campo de várzea: uma pequena multidão com camisas de times e bandeiras cerca o campo para ver os jogos dos times do bairro e da redondeza. Aqui as pessoas não pagam ingresso, podem beber cerveja ao lado do campo nos muitos bares que o cercam, às vezes tem um grupo de pagode que canta, outras o som ligado do bar dá o ritmo da diversão, pagode, funk ou rap, tanto faz. Ao mesmo tempo, ao lado da rua corre um rio sobre o qual algumas pequenas pontes fazem a ligação entre duas ruas. Ao lado do rio, prédios de um conjunto habitacional que substituiu uma favela. Entre os prédios, um lava rápido que funciona também como um bar, sempre com uma grande concentração de homens que conversam o dia inteiro.

Poderíamos começar a descrição de outra maneira: existe um ponto de venda de drogas entre os prédios de um conjunto habitacional que foi a marca de uma gestão de extrema direita em São Paulo, ele é protegido por mais ou menos 35 homens que se espalham sobre uma baixada por onde corre um rio imundo que mais parece um esgoto ao céu aberto. Lugar muito bem escolhido para evitar a invasão da policia, porque há somente duas pontes que ligam as duas ruas que estão na baixada, também porque de cima dos prédios é possível controlar a movimentação das pessoas que vem e que passam. Os clientes passam pelos prédios e compram as drogas entre os prédios, há muitos tipos de drogas:

maconha, cocaína, crack, lança perfume, haxixe, mais recentemente extasy e LSD. As drogas estão escondidas por toda a parte assim como as armas, e os revendedores carregam consigo apenas pequenas porções do que vendem. Ao lado, estão os gerentes que controlam o bom funcionamento coordenando as informações que chegam dos outros que estão espalhados e vigiam as pessoas que entram no perímetro de ação da biqueira. Em cima dos prédios os patrões, que resolvem os problemas importantes e recebem o dinheiro da revenda que chega trazido pelas crianças. No fim do domingo fazem a contabilidade dos lucros e quitam a folha de pagamento.

As duas versões de um fim de semana na periferia são igualmente verdadeiras, elas se sobrepõem, ocorrem simultaneamente. Não existe descontinuidade nenhuma entre as duas cenas descritas. O campo de várzea, assim como a maioria das casas que compõe o bairro, funciona em um lugar ocupado irregularmente. As ligações elétricas são em grande parte gatos e gambiarras que foram negociados com os próprios agentes dos serviços públicos, sejam funcionários de empresas terceirizadas ou empregados diretamente na função pública. Os carros e motos que são lavados têm muitas vezes peças e componentes de procedência duvidosa, as crianças que correm podem estar ajudando de uma das mil maneiras possíveis o funcionamento da biqueira. De outro lado, os traficantes em todos os seus níveis são pessoas que em sua maioria nasceram e cresceram no bairro, que vivem o fim de semana como todos os outros habitantes do bairro: jogam bola e participam da organização das equipes, conversam com as senhoras nos portões, fazem parte dos grupos de pagode, enfim, fazem parte da vida local como todos os outros moradores. Existem muitas passagens entre a aparente cordialidade da vida comunitária de um bairro, a convivência afável dos seus moradores, e a vida às avessas as regulações oficiais nos lugares onde ocorrem os

problemas ligados a chamada violência urbana. Entre as diversas atividades que ocorrem em um domingo na periferia, sejam elas legais ou ilegais, encontra-se maior interesse em suas relações que em suas formas de descontinuidade.

Estas relações de vizinhança muito estreitas é um aspecto que facilmente chama a atenção nas periferias de São Paulo: muito mais que nos bairros mais abastados da cidade, as pessoas se conhecem e as histórias de uns esta sempre de alguma maneira interligada com as histórias dos outros. A trama capilar dos ilegalismos também faz parte constitutiva destes percursos de vida entrelaçados dos habitantes dos bairros periféricos. Claro, evidentemente que a parte que trabalha no tráfico de drogas é uma pequena minoria das pessoas, mas o tráfico de drogas está longe de ser a única forma de relação com os múltiplos ilegalismos que estruturam a vida popular. Existe uma miríade de formas distintas dos expedientes de trabalho que se situam nos interstícios do informal e do formal, do ilegal e do legal, do ilícito e o ilícito. Poder-se-ia falar também das formas de acesso a moradia, a maneira como os serviços e equipamentos urbanos foram e são implantados, poder-se-ia mesmo falar de uma expansiva trama sobreposta dos velhos e novos ilegalismos das classes populares¹⁴².

Da mesma forma e, de outro lado, sem perspectivar as formas pelas quais estas tramas dos ilegalismos populares se produzem na relação com a incidência da mecânica do poder, descreve-se e analisam-se estes ilegalismos a partir da perspectiva da normalização dos comportamentos e dinâmicas sociais. Então reproduzimos somente as maneira pela qual a legibilidade do controle, analisa, classifica, organiza e atua sobre os muitos bairros que compõem as periferias. Organiza-se a análise partir de uma idéia acerca do meio e as variáveis que o constituem, produzidos a

¹⁴² TELLES, Vera e HIRATA, Daniel. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. Revista Estudos Avançados da USP, vol. 21, nº 61, 2007.

partir de cadeias de efeitos causais, desvios ou divergências frente a um padrão normativo referencial que nunca se constitui efetivamente, mas que deve sempre ser almejado. Criar uma perspectiva divergente frente a esta legibilidade normalizadora foi a tentativa na primeira parte deste trabalho. Procurar desenvolver uma análise crítica, que não ignore os efeitos do conhecimento para a boa gestão das populações urbanas, parece-me uma preocupação de quem quer escapar da captura governamental que produz a desordem urbana para depois geri-la. É por isso que, para entender o papel central que estes ilegalismos desempenham nas formas de sociabilidade popular, em primeiro lugar, é preciso estar atento a maneira pela qual o campo de práticas destes ilegalismos é produzido em sua dinâmica com o poder. O conceito de mercadoria política é uma ferramenta analítica importante porque trabalha exatamente neste limiar das ações de controle e regulação dos ilegalismos populares. Os agentes do controle não surgem como os atores que aplicariam o interdito de certas práticas, mas negociariam com os supostos transgressores as formas de suspensão da interdição, criando passagens e oportunidades a partir de sua posição conferida pelo mundo oficial. Estas são as negociações do bazar metropolitano que são as cidades contemporâneas, situadas nos pontos de incidência do controle e suas negociações, produzindo ao mesmo tempo, territórios e condutas neste campo de incidência do controle dos ilegalismos populares.

* * *

É a partir destes pontos, discutidos de forma mais conceitual na parte anterior, que a pesquisa empírica será organizada nesta próxima parte. As vidas e situações que serão expostas nesta

pesquisa não são pensadas através da perspectiva da análise ambiental da escola de Chicago. Parte da maneira pela qual as informações foram produzidas utiliza métodos similares dos pesquisadores da ecologia urbana, mas a perspectiva é fundamentalmente diferente. Se os dados empíricos foram trabalhados a partir de uma análise qualitativa, sobretudo a observação participante e as histórias de vida, a pragmática experimental da cidade laboratório não é um princípio que organize a análise. Ainda que seja desnecessário retomar aos argumentos da parte anterior, talvez seja importante apenas destacar os dois níveis de pertinência que formam discutidos anteriormente, que tange a pesquisa realizada: De um lado os dispositivos que são operantes na construção do jogo entre os bloqueios e as passagens entre as esferas da legalidade e das muitas formas de ilegalismos presentes nas práticas das pessoas que vivem na cidade de São Paulo, de outro lado, quais as formas de conduta que são produzidas em relação a estes dispositivos. Dito em outras palavras, se os dispositivos produzem as condições de possibilidade de atuação dos indivíduos no que tange as maneiras pelas quais estes são inseridos no campo do poder, então, será preciso compreender também a variedade de experiências, a pluralidade de contextos de referência e a capacidade de utilização estratégica das regras sociais. Importante dizer que entre estes dois níveis não há descontinuidade, sendo a tentativa justamente de estabelecer as maneiras pelas quais é possível pensar as relações destes níveis distintos de análise e vai procurar estabelecer as relações entre elas, ainda que o ponto de partida seja prioritariamente as práticas urbanas. Primeiro, a pesquisa procurou entender as linhas de força que estruturavam as práticas relacionadas aos ilegalismos populares e que construíam o bairro como um campo negociações, ou seja, disputas, alianças, conflitos e acordos que articulavam diferentes personagens: traficantes e policiais, fiscais e pequenos

empresários da economia informal, práticas de justiça legal e extralegal, poderes do governo e gestão local da ordem. Em seguida, procurou-se compreender formas de conduta através de trajetórias que permitissem rastrear percursos biográficos que atravessassem diferentes contextos sociais, em suas contradições internas e externas, na busca dos aspectos mais diversificados da experiência social.

Seguindo esta perspectiva em suas duas dimensões, durante os mais de nove anos de incursões na mesma região de São Paulo, a questão central sempre foi: como as pessoas sobrevivem na adversidade¹⁴³? Ainda que ao longo do texto o objetivo será de desdobrar os sentidos que a expressão nomeia, é importante já ressaltar que não se trata de pensar as inúmeras maneiras pelas quais as pessoas tentam escapar da pobreza, ainda que isto seja parte do problema que se tentará formular. Mais do que pesquisar as estratégias de sobrevivência dos pobres, a expressão sobreviver na adversidade tenta informar sobre dois conjuntos de fatos que são constitutivos da realidade brasileira contemporânea. Primeiro, o novo patamar da dita violência urbana e, mais especificamente, do crime violento¹⁴⁴, que começa a se definir em meados da década de 1990, alterando-se como tendência estatística por volta dos anos 2000 onde estes indicadores começam a baixar, sendo cada um destes momentos etapas de um processo mais geral que diz respeito às condições de vida e morte da população mais pauperizada, de acordo com as diferentes condições de estruturação da violência na escala urbana. Segundo, acompanhando as mutações recentes do trabalho e da economia, a expansão do mercado informal, sob formas novas de precarização

¹⁴³ cf. Daniel Hirata. O futebol varzeano: práticas sociais e disputas pelo espaço em São Paulo. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós Graduação em Sociologia da Usp, 2005.

¹⁴⁴ CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros*. São Paulo: Ed. 34, Edusp, 2000. Lima, Renato Sérgio de. *Criminalidade urbana: Conflitos Sociais e Criminalidade Urbana- uma análise dos homicídios cometidos em São Paulo*. São Paulo: Sicurezza, 2002.

do trabalho ou formas conhecidas de longa data do trabalho autônomo. Ao mesmo tempo o crescimento substantivo dos chamados mercados ilegais, informais e ilícitos, fenômeno descrito pelos autores que trabalharam as novas formas de produção e circulação de riquezas já mencionados¹⁴⁵. Entre estes dois conjuntos de fatos, uma parcela enorme da população que vive nas periferias paulistas tenta sobreviver, em um trânsito contínuo entre a defesa da vida e a busca de oportunidades de trabalho, sendo o interesse específico aqui estas disputas em torno dos sentidos da vida nos interstícios da legalidade e ilegalidade e o perigo da morte.

Para contemplar minimamente as condições de possibilidades destas diversas experiências que atravessam a questão do sobreviver na adversidade, o trabalho empírico foi conduzido sem se concentrar em uma circunscrição empírica delimitada por um “objeto” único, mas por um conjunto situações e práticas heterogêneas entre si. Durante todo o tempo de minhas muitas incursões no mesmo bairro da periferia de São Paulo, não realizei uma pesquisa a partir de um único “objeto” de pesquisa. Não seria possível problematizar desta questão a partir de um setor específico da economia informal, ilegal e ilícita, mas sim na confrontação das diferentes experiências produzidas nos campos das condições de possibilidade em que elas se desenvolveram. As pessoas vivenciam as adversidades de maneira distintas e evidentemente que não foi possível trabalhar exaustivamente todas elas, mas acredito que nesta composição de práticas distintas as questões puderam ser razoavelmente organizadas, qualificadas e matizadas. Neste sentido, procurei acompanhar ao máximo a trama dos ilegalismos no bairro estudado como uma composição heterogênea de práticas, porque nenhuma circunscrição bem definida parecia esgotar as questões que considero fundamentais.

¹⁴⁵ TELLES, Vera. Ilegalismos Urbanos e a Cidade. Novos Estudos CEBRAP, numero 84, julho de 2009.

A apresentação da pesquisa será feita a partir de três postos de observação: uma pequena birosca, o transporte clandestino e uma biqueira. Em cada um destes postos de observação a trajetória de um personagem será o condutor da apresentação das questões propostas. Estes postos de observação e seus personagens não são tipologias de comportamento ou modelos de um campo de ação, mas em cada um deles procura trabalhar um conjunto de questões que, se não os fazem singulares, podem ser objeto de interesse pelo que têm de particular. Trata-se de uma maneira de organizar, trabalhar e apresentar as informações empíricas que se faz a partir de cenas descritivas e trajetórias¹⁴⁶.

A birosca de Piolho será o início do percurso por ser uma primeira aproximação acerca das maneiras como a dimensão mais econômica dos ilegalismos populares pode ser compreendida. Piolho é um empreendedor desta economia, sabendo criar ou aproveitar as oportunidades da economia informal. Sua birosca parece ser o lugar onde ele se encontra a forma perfeita para desenvolver estas características pessoais. Trata-se de uma descrição dos mercados informais característicos do bazar metropolitano e o seu potencial de inovação que cria oportunidades de negócios e negociações. Em segundo lugar através de Hernandez e a história do transporte clandestino uma dimensão mais política poderá ser abordada. Ainda que tenha trabalhado neste setor da economia informal, Hernandez é um trabalhador cuja formação técnica permitiria organizar a sua vida dentro do mercado de trabalho formal. Mas a sua paixão pela mecânica e as máquinas acabou o conduzindo ao setor do

¹⁴⁶ Seria em demasia longo, apesar de interessante, detalhar a maneira pela qual o trabalho de campo, depois de inúmeras etapas de organização, se apresenta em cenas descritivas e trajetórias. De fato, seria necessário relatar toda uma construção coletiva da equipe de pesquisa de Vera Telles e Robert Cabanes que hoje já passam dos dez anos. Vera e Robert foram os verdadeiros artesões das informações obtidas através de entrevistas e observação participante que guiaram esta pesquisa no que tange ao cuidado com o trabalho e apresentação dos dados. Ver. TELLES, Vera e CABANES, Robert (orgs.). Nas Tramas da Cidade; trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: associação editorial Humanitas, 2006.

transporte clandestino e um jogo onde a mercadoria política é o centro da disputa. Aqui, a dinâmica do controle social será melhor explorado porque justamente a incidência governamental foi muito forte: surgem com especial importância os fiscais e as transformações da gestão urbana na direção de seu empresariamento e, ao mesmo tempo, o processo de transformação dos partidos políticos no que tange as suas relações com a economia informal e as campanhas políticas. Uma “nova classe” de dirigentes das cooperativas, ligados aos partidos e ao PCC aponta para uma direção complexa dos chamados sistemas eleitorais e partidários.

Em seguida Paulo e sua biqueira continuam este percurso através da discussão talvez a mais propriamente sociológica desta parte. O interesse de Paulo e sua trajetória, que atravessa muitas prisões e práticas criminais termina com a consolidação de sua posição como patrão de um ponto de venda de drogas importante na região. A biqueira será então um lugar onde podemos ver com mais clareza as condutas que constroem alinhadas ou contrastantes frente à produção da delinquência, tal como foi caracterizado por Foucault. Se o delinquente é o criminoso dócil e útil para Foucault, também é possível observar que outras formas de conduta são produzidas nos pontos de incidência da mecânica do poder. Ao que parece, por ser talvez um lugar grande incidência do controle e da repressão e, portanto, de uma maior exposição ao perigo da morte, a biqueira parece ser um lugar privilegiado de observação da reflexão acerca da vida e da morte. A partir da análise do proceder como forma específica de conduta da figura do guerreiro, representação não exclusiva do universo criminal, alguns pontos poderão ser discutidos nesta direção, como por exemplo, as regulações locais dos conflitos entre os moradores, a prática dos debates, o aprendizado acerca do trânsito dos limiares do legal e ilegal, as tentativas de construção de um campo de dignidade e

respeito. Por fim, a partir de algumas musicas dos Racionais MC´s tentarei esboçar uma conclusão, trabalhando especificamente a questão do proceder. Esta parte, que diferentemente das outras, não foi construída a partir da pesquisa de campo e observação de práticas sociais irá procurar trabalhar as formas de representação ligadas ao proceder e a figura do guerreiro, também do verme. As letras dos Racionais MC´s são uma fonte praticamente inesgotável de compreensão das representações associadas às práticas que ocorrem em torno do que chamei de sobreviver na adversidade.

Na confrontação de postos de observação tão diferentes, algumas questões transversais foram formuladas. Em primeiro lugar, as maneiras pelas quais, nas redes de negociações que constituem o bazar metropolitano, se articulam os ilegalismos populares e o poder não são homogêneas. As formas de controle e repressão do crime, assim como a mercadoria política, incidem sobre a economia informal, ilegal e ilícita de forma não uniforme. Os setores econômicos que são mais ou menos objeto de repressão ou tolerância variam de acordo com os apoios e interesses recíprocos que constituem o jogo das relações de conflito que estruturam a sociedade. Em segundo, a mercadoria política como a ponta destas relações, é negociada também de forma diferenciada. Quanto maior a incidência repressiva, maior o preço da mercadoria política e maior será o perigo e a disputa em torno da proteção. A contribuição mais fecunda para pensar estas diferenciações foi formulada por Michel Foucault, que analisava estes ilegalismos populares a partir da idéia de uma seletividade do controle do crime: a gestão diferencial dos ilegalismos populares produziria estas distinções entre o permitido, o interdito e o tolerado destes ilegalismos¹⁴⁷. A birosca de Piolho não está submetida da mesma

¹⁴⁷ “deveríamos então supor que a prisão e de uma maneira geral, sem dúvidas, os castigos, não se destinam a suprimir as infrações; mas antes de distingui-las, a distribuí-las, a utilizá-las; que visam, não tanto tornar dóceis os que estão prontos a transgredir as leis, mas que tendem a organizar a transgressão das leis numa tática geral da sujeições. A penalidade seria então uma maneira de gerir os

maneira e na mesma intensidade à vigilância que a biqueira de Paulo. Por uma série de razões a gestão dos ilegalismos populares é realizada de forma diferencial, sendo o uso da força mais intenso segundo a balança que organiza os pesos do que é tolerado ou reprimido. O resultado mais visível é que certos circuitos econômicos estão submetidos a preços mais altos que outros para a compra da proteção, mas ainda há outra consequência da administração diferencial dos ilegalismos populares: a maior ou menor exposição ao perigo de morte. A biqueira é um lugar que se organiza completamente em função da ameaça a vida dos que fazem parte da empreitada, sendo esta a sua especificidade própria que termina por determinar a sua forma de funcionamento e as relações internas e externas dos participantes da empreitada. É o lugar onde as ligações perigosas entre os mercados ilícitos e a mercadoria política atingem os seus níveis máximos, produzindo a maior exposição ao perigo da morte. Talvez por isto que as condutas que tem como centro reflexivo as questões de vida e morte podem ser tematizadas com mais clareza.

Explorar estes sentidos e estas direções deve ser a tarefa de quem procura entender a maneira como este mundo social emergente funciona para além dos limites dos participantes do tráfico de drogas. O chamado “mundo da droga” não totaliza a realidade da periferia, mas também não é separado do mundo dos cidadãos ordinários. As suas formas de condutas aparecem de muitas maneiras, em muitas situações, são acionados em contextos diferentes que por sua vez produzem sentidos também diferentes, em suma, são sempre situacionais, posicionais e relacionais. Isto não quer dizer que eles sejam completamente relativos, eles

ilegalismos, de riscar os limites de tolerância, de dar terreno a alguns, de fazer pressão sobre outros, de excluir uma parte, de tornar útil outra, de neutralizar estes, de tirar proveito daqueles. Em resumo, a penalidade não ‘reprimiria’ pura e simplesmente os ilegalismos; ela as ‘diferenciaria’, faria a sua ‘economia’ geral. FOUCAULT, Michel. *Surveiller Et Punir*. Paris: Gallimard, 1975.

também possuem conteúdos fixos, como por exemplo, o valor da palavra, a lealdade, a humildade, enfim, apesar de não se apresentarem de forma escrita e, portanto, com o nível de formalização dos códigos, ele tem uma coerência interna e possuem um sentido e uma direção como forma de conduta. Seguindo, portanto, os apontamentos discutidos na primeira parte, segue-se um trabalho mais descritivo que aponta nesta dupla direção: de um lado o esboço de uma análise de traços do dispositivo da gestão diferencial dos ilegalismos, e as tramas que permitem, na escala urbana, o seu funcionamento a partir de redes econômicas e políticas; de outro lado as condutas que, produzidas no campo de incidência do poder, podem alinhar-se ou contrastar-se ao comportamento esperado e incitado por esta dinâmica heterogênea do controle social. É neste cruzamento entre as expansivas tramas dos ilegalismos populares, a incidência da mecânica do poder, e suas condutas correspondentes que acredito ser possível entender as práticas que definem este curioso mundo social do informal, ilegal e ilícito, também da vida e da morte.

* * *

Capítulo 1

Piolho e a Biroasca: mercado e oportunidades

Piolho

Piolho nasceu em 1972, no mesmo bairro onde mora até hoje. Seu pai foi um dos primeiros moradores da Favela da Colina, na Zona Sul de São Paulo. Seu Severino, de origem nordestina, se tornou operário em uma das muitas fabricas da região e, como quase todo o habitante antigo do bairro, se instalou na área da futura favela construindo um barraco de madeira que servia de morada para toda a família. Seguiu o percurso do caminho à cidade grande, com uma vida que estabelecia tanto relações como rupturas do mundo rural de origem. Piolho já nasceu na cidade de São Paulo e sua vida segue um caminho já por entre as tramas da cidade, muito mais distante da trajetória da primeira geração de moradores do bairro. Como será mostrado à frente, os empregos que Piolho passou são muito diferentes da experiência fabril de seu pai. Curioso: as fabricas que atraíam a primeira geração, representação maior da cidade como símbolo do progresso e do desenvolvimento do país, já são para segunda geração a imagem do trabalho “dos velhos” ou de uma outra época. Esta geração sabe que o horizonte que articula cidade e trabalho para alguém com 20 anos na década de 1990 já é outro.

Com sete anos de idade, contudo, quase no início da década de 1980, a rede de infra estrutura urbana era ainda muito limitada em São Paulo, na favela da colina não existia rede de esgoto, água encanada, pavimentação e a eletricidade ainda era muito restrita, portanto a experiência urbana de Piolho na juventude foi ainda próxima daquela que seu pai havia chegado. Esta ausência da infraestrutura urbana, não muito diferente de quase toda a periferia da

época, estava estampada nas ruas de terra que, quando chovia, viravam um imenso lamaçal. Imagem recorrente de um momento em que as pessoas diziam que 'era tudo mato'. Para comprar o pão do café da manhã, os moradores tinham que atravessar a mata que cercava a favela da colina e cruzar ao pequeno riacho que corta o bairro até hoje em direção a uma pequena baixada onde estava localizado o pequeno comercio incipiente da época: uma padaria, um mercadinho, um açougue e o ponto de ônibus que levava ao trabalho. O problema era que muitos moradores não gostavam de chegar ao trabalho sujos, já sendo estigmatizados pelo de morarem nestas favelas e a imediata associação com a imagem de sujeira e devassidão. É a partir desta circunstancia corriqueira e cotidiana que o pequeno Piolho vê uma oportunidade: ao perceber que as pessoas detestavam passar por esta situação todos os dias, decide criar um "pequeno empreendimento", se oferecendo para comprar o café da manhã para as famílias de trabalhadores do bairro. Acordava então bem cedo, antes das cinco da manhã e passava nas casas recolhendo o dinheiro para comprar o pão e o leite às famílias vizinhas, fazia o vai e vêm com sacolinhas de plástico várias vezes, e sempre ganhava uma pequena "comissão" pelo serviço prestado. Com esta pequena ajuda que recebia podia comprar o seu próprio café da manhã. Com o tempo, conseguiu comprar um carrinho de pedreiro que garantia realizar o "serviço" para uma quantidade maior ainda de pessoas com maior eficiência, tinha que levar o café da manhã muito rapidamente para ninguém se atrasar. A necessidade que se torna uma oportunidade, eis um movimento interessante para se pensar uma a maneira pela qual Piolho sempre organizou seus expedientes de trabalho.

"Então, o pessoal tinha medo, pelo fato de ter mato, tinha que atravessar mato e lama, pra poder comprar o pão, né. Aí eu saía perguntando, um por um, saía com a sacola, um por um, "quem vai querer comprar o pão, quem vai querer

comprar pão?", né? Aí o pessoal todo "ah, eu quero, eu quero, eu quero", aí eu fui fazendo a freguesia, descia, comprava pão, leite, café... tudo. Aí trazia, e através disso eu acabava fazendo o meu lado também, né?(...)Foi nessa época que eu também que eu comecei a trabalhar na feira por dentro desses mato."

Nesta época Piolho também começava a trabalhar na feira, grande escola da arte de lidar com pessoas. Depois de ganhar um pouco de dinheiro que garantia o café da manhã e o transporte para o dia todo, vendia peças de pano com sua tia na feira, onde trabalhava de terça a domingo, de manhã até o meio da tarde. Circulava por muitos bairros da periferia da zona sul de São Paulo: Piraporinha, Vila Remo, jardim Ângela, Vaz de Lima, Jardim Vergueiro, Santo Amaro, Pedreira. Às vezes para economizar, às vezes pelo prazer de conhecer melhor toda uma região da cidade que se abria para o seu conhecimento, Piolho andava a pé: Andava e conhecia os lugares e as pessoas. Alguns dias acompanhava a tia até o bairro do Brás, onde via com interesse como ela procurava os melhores lugares para comprar os panos e a maneira como negociava com os vendedores, depois voltavam com as sacolas cheias e organizavam a venda dos tecidos. A feira naquele momento era diferente das que existem hoje, vendia-se de tudo. Segundo Piolho "na época, era tempo de vacas gordas, não existia sacolão, né? O que quebra a feira hoje em dia é o sacolão.". Realmente, na feira se encontravam todos os tipos de vendedores e produtos, frutas e verduras se misturavam com utensílios domésticos, cereais com roupas e calçados, ainda, todos os tipos de ervas e cacarecos inventados como soluções para problemas triviais de cozinha e da casa como um todo. Os vendedores eram mestres na arte de persuadir e convencer que o seu produto era o mais importante, sedutores profissionais, conheciam quase todo mundo no dia determinado da semana que faziam suas compras no lugar.

E não era pouca gente, os supermercados ainda não haviam chegado às franjas da cidade.

A sociologia do trabalho ensina que as competências não são atributos que podem ser explicadas por um fundamento psicológico, mas habilidades específicas que são aprendidas socialmente, constituídas a partir da experiência. Não é sem importância que uma das primeiras formas de rendimento de Piolho foi a feira. Aqui se oferecem todo o tipo de produto, muitas vezes o mesmo produto encontra-se em barracas diferentes, às vezes ao começar a vender um produto diferente, outras barracas começam a vendê-lo também para aproveitar o seu valor de novidade; outras vezes apenas a maneira de apresentar o produto já é um diferencial para a venda, o que rapidamente passa a ser copiado também; o trato com os clientes também é um elemento de diferenciação na medida em que cria uma fidelidade do comprador com o vendedor; cada vendedor tem uma maneira de vender o seu produto, uns gritam mais alto, outros vestem a camiseta de times de futebol, outros fazem piadas sobre acontecimentos do dia a dia, outros cantam rimas infames, enfim, cada um procura uma estratégia de produzir alguma afinidade com o comprador.

Na feira a arte de lidar com as pessoas é central, é um lugar onde domina um certo tipo de relação ou comunicação popular: de lidar com o outro com muita liberdade, do gracejo, da piada, da provocação jocosa, do riso, da intimidade fácil, do pensamento rápido, das respostas engraçadas. Qualquer pessoa mais atenta pode observar os duelos verbais entre os vendedores, provocações burlescas que são vencidas sempre por aquele que consegue ser mais rápido e astuto. Escola da comunicação, não da comunicação burocrática, nem da comunicação publicitária, mas de uma certa maneira popular de relação que pode ser vista também, por exemplo, em debates sobre futebol nos muitos bares da cidade. O elemento central e intrínseco da feira é a negociação, todos os

produtos podem ser negociados em sua quantidade e no seu preço. O chamado 'choro' é a principal arma dos compradores, na feira, ao contrário dos grandes revendedores, pode-se pedir tudo: uma dúzia de bananas vem com quatorze unidades, brindes em verduras, ou ainda comenta-se que não se tem mais dinheiro e que deseja levar determinado produto com que sobrou depois das compras, geralmente, para compradores experiente, sempre é necessário ir a feira com o dinheiro em notas miúdas, para que nunca fique evidente que você tem mais dinheiro que aparenta. Da parte dos vendedores, a regra principal é sempre encarar o jogo colocado pelo comprador, geralmente dar o que é pedido ou fazer uma contraproposta, isto porque quem não negocia não vende. De fato, as promoções são oferecidas na maior parte das vezes pelo próprio vendedor, ele toma a iniciativa no processo e controla a negociação, conduz os argumentos e percebe quando consegue agradar o cliente sem que saia no prejuízo. Isto ocorre na movimentação da feira em geral, pois, na medida em que o tempo vai passando, os produtos que ficam expostos ao ar livre vão ficando mais baratos quase que simultaneamente em todas as barracas. Os cartazes vão virando e o preço vai abaixando, os produtos que não foram escolhidos e que agora já estão mais deteriorados pelo tempo vão se sobressaindo e, neste momento, todos sabem que o preço vai cair. Nos dias de chuva, isto ocorre com uma maior facilidade pela falta de freguesia, nos dias de sol, e com muito movimento também, mas o que é incrível é como o processo ocorre de uma maneira que parece prescindir de uma organização. Esta oscilação é conduzida pelo movimento das negociações. Talvez seja a mesma habilidade que aprendeu na feira, a arte de lidar com as pessoas, que o tenha feito convencer seus vizinhos de que em troca de alguns trocadinhos era mais vantajoso não sujar os pés para comprar o pão do café da manhã. As ruas de terra poderiam enfim ser aproveitadas para alguma coisa: a partir da constatação de que

os vizinhos tinham dificuldade de comprar pães, de que não desejavam chegar ao local de trabalho sujos, usa este argumento para conseguir articular uma forma de rendimento. Só pode fazer isto quem está implicado na pobreza e, porque sabe de seus problemas usa destes para conseguir amenizar os seus. Inteligência prática e estratégica que transforma a pobreza em oportunidade. Isto Piolho sempre soube fazer, sempre fez bicos de acordo com as oportunidades que percebia ou apareciam.

Mas, voltemos a história de Piolho. Com onze anos decide parar de estudar. Em relação a este ponto, diz que apesar de ser o aluno mais bagunceiro da classe, tirava boas notas e era querido pelos professores. Seu Severino confirma que viam no menino algum potencial. Ao contrário dos outros alunos, gostava especialmente de matemática, e isto pode ser comprovado com a velocidade impressionante que faz cálculos hoje em dia, não apenas os cálculos básicos de soma e subtração, mas também porcentagem e cálculos de juros complicados. Tudo de cabeça. De forma nenhuma desejava abandonar os estudos, mas a situação familiar complicada o obrigou. Seu pai bebia muito na época, não conseguia se fixar em nenhum emprego e, depois de certa altura, nem mesmo ser aprovado nas entrevistas de trabalho. Sua mãe, evangélica e muito religiosa apenas se dedicava a igreja e as tarefas domésticas. Piolho teve então que 'ganhar o mundão'. Como era muito pequeno, conseguia apenas bicos em lugares pequenos. Começa trabalhando em dois lugares ao mesmo tempo, em um lava rápido de dia e de noite em uma pizzaria. Com estes dois empregos, consegue ajudar a família a construir uma casa de alvenaria para toda a família.

Mas o problema é que estes empregos, que conseguia pela amizade com as pessoas do bairro que não se importavam de empregar um rapaz de 16 anos, eram muito mal pagos. Quando faz 18 anos, Piolho consegue, então, outros empregos com um rendimento maior do que na adolescência e inicia-se então toda a

intensa circulação entre diversas atividades diferentes que caracterizam o seu percurso profissional. Primeiro trabalhou com “comunicação visual” em uma empresa terceirizada que prestava serviços para uma importante rede de supermercados multinacional. Organizava toda a parte de cartazes e banners de muitos supermercados inteiros, circulava as várias filiais da rede em São Paulo e no ABC. A firma fecha as portas. Começa então a ajudar seu Severino a vender doces na porta de uma escola no bairro do Morumbi. Em pouco tempo, conhece os funcionários que trabalhavam na escola e consegue um emprego de jardineiro no colégio. Primeira vez que trabalhava com carteira assinada, regularizado com todos os benefícios incluídos: trabalho registrado, ótimo salário, convênio médico, refeitório para comer de graça no serviço, coisas que até então nunca tinha conseguido nos outros empregos. Isto aconteceu exatamente em um momento que precisava disto, já que acabara de se casar com sua primeira mulher e nascia seu primeiro filho. Um romance descoberto com uma secretária da escola combinado com o ciúme de seu superior o fizeram ser demitido. Fica então um tempo desempregado, começa a vender geladinho no bairro com a ajuda da mulher. O negócio não dava muito dinheiro, além de ser muito cansativo. Desiste do empreendimento. Conversando com seus vizinhos, que trabalhavam em uma gráfica no Socorro, fica sabendo de uma vaga na impressão, decide tentar o emprego. Consegue. Este foi um trabalho que Piolho gostou muito, a gráfica fazia as impressões dos discos de artistas conhecidos de música sertaneja, axé, forró e pagode. O problema é que Piolho foi pego dançando lambada com uma funcionária dentro do escritório do patrão, mais uma vez foi mandado embora, mais uma vez por justa causa. Este foi o último emprego de Piolho com carteira assinada, também foi o último trabalho em um escritório, parecia que não se adaptava muito bem nem a uma coisa nem outra. Resolve então voltar para a feira e vai

de novo conversar com sua tia. O trabalho era duro: Acordar 4 horas da manhã, andar longe até a Piraporinha, pegar o caminhão, chegar na feira, descarregar, montar a barraca, carregar as caixas, montar a barraca, deixar tudo bonitinho, para então vender os produtos e mais tarde tornar a subir tudo pro caminhão, ir para o CEASA, descarregar, carregar de novo, pra depois ir pra casa. E isso de terça a domingo e sem ajudante. Mas Piolho sempre foi muito empreendedor, depois de pouco tempo circulando entre as feiras da zona sul da cidade, já organizava a venda de tecidos de sua tia e alugava outra barraca em que vendia frutas. Piolho conta que adorava trabalhar na feira,

“não tem vale transporte e plano de saúde, mas a gente volta pra casa com um baú. O baú é o seguinte: chega no domingo, aí você tem a caixa, aí você põe o que você quiser de fruta pra você levar pra casa. E recebe o semanal. Né? Isso é... Então, tinha fruta pra semana toda. Eu mesmo nem podia olhar pra fruta. (risos).”

Além disso, diz que gostava da feira e de trabalhar, com o comércio, com vendas e com as pessoas. O problema é que ele não agüentava fazer tanto esforço físico com carregando as caixas e armando a barraca. Resolve deixar a feira mais uma vez.

O segundo ponto importante aqui, para além da capacidade de criar oportunidades, é a relativa circulação em muitos empregos. Piolho não é o tipo de trabalhador que encontra um lugar de trabalho e se esforça para conseguir apenas fazer, como ele diz ‘mais do mesmo’, concentrar esforços para conseguir progredir em uma empresa, seguir uma carreira a vida inteira. Pelo contrário, passou por diversos tipos de emprego, diversos ramos de atividade: trabalhou em uma pizzaria fazendo entregas, em um lava rápido limpando carros, em uma gráfica como encarregado, em uma empresa de comunicação visual fazendo cópias, vendeu geladinho no bairro. Isto me parece importante não tanto pela falta de fixidez

e enraizamento de um certo de trabalho que cresce a cada dia, mas sim pela capacidade de sempre estar exposto a uma mudança constante. O que talvez seja mais fundamental desta espécie de mobilidade social, que já não mais é vertical e parece um tanto horizontal ou lateral, é a permanente alteração das atividades que realiza para obter algum rendimento. Piolho não tem medo nenhum de arriscar. Muda constantemente de emprego conforme lhe pareça melhor, logicamente isto implica, em uma transição enorme das oportunidades, às vezes mesmo, como será visto, nos limiares da informalidade/ilegalidade. Mas o que é central é que o risco de iniciar uma nova empreitada não é motivo de constrangimento, arrependimento, ou de sofrimento. Talvez seja este mesmo risco que o estimula a procurar novas oportunidades, é a sua própria maneira de lidar com o mundo, parece ser o desafio que o move. Piolho é o típico virador, aquele tipo de pessoas que dificilmente se fixa em um lugar e sempre está procurando uma oportunidade melhor, nunca escolheu um ramo profissional específico para se dedicar a vida toda, ou melhor, talvez o seu ramo seja este: o improviso como estratégia, a mudança constante, sempre sabendo passar de uma atividade a outra. Nas suas palavras, porque “nunca gostei de ficar muito no mesmo lugar”. Para conseguir fazer isto, é necessário ser extremamente bem relacionado, ‘conhecer todo mundo’, e saber fazer funcionar a seu favor esta rede de relações. Isto significa ter notícia de bons empregos, pensar maneiras de ganhar dinheiro a partir de oportunidades, articular com amigos em uma nova empreitada, tentar, arriscar, mas sempre com o suporte da sua rede de relações.

“Porque eu... eu por mim, eu tenho disposição pra tudo. O interessante é vir a moeda. Não importa o que eu vou fazer, se eu vou fazer merda, alguma coisa...tem que virar uma moeda.”

* * *

Mas a vida de Piolho nunca se reduziu a trabalhar. Nos anos 1980, ele circulava em muitos bailes de funk, soul e samba rock, na época dos famosos “bailes Black” de São Paulo, movimentação de grande importância para a história da cultura das periferias paulistanas que influenciou decisivamente a música e os comportamentos jovens, cujo ícone maior talvez fosse James Brown, mas onde também eram ídolos os Jackson Five e, principalmente Michael Jackson, mas ainda Jimmi Borronne, Aretha Franklin, Marvin Gaye, Johnny Rivers assim como Tim Maia, Jorge Ben, Sandra de Sá, Bebeto e muitos outros. O estilo da época, não se resumia a música, era composto também pelo cabelo, as roupas e acessórios, as gírias e os famosos concursos de dança. Piolho tinha um grupo de mais ou menos dez amigos que sempre andavam juntos, gostavam de se divertir a noite. Além dos grandes bailes nas históricas casas de shows do período, existiam ainda as casas menores, onde Piolho e seus amigos eram assíduos freqüentadores, procurando companhia e dançando a noite toda. Gostavam tanto do estilo black que inclusive participaram, nestas diversas boates, de muitos concursos de dança, chegando inclusive a ganhar troféus nos concursos. Ele se divertia com os amigos, nem todos tão trabalhadores como ele, mas isto não tinha uma importância decisiva, como até hoje não tem. O que fazia Piolho andar em uma turma onde trabalhadores, malandros e bandidos conviviam juntos eram os laços locais da favela, o fato de crescerem juntos e gostarem de se divertir. Outro ponto de encontro destes amigos eram os jogos de futebol de várzea. Nos domingos após a festa do dia anterior, o grupo fundou um time que participava de campeonatos na zona sul. Piolho conta que este time ficou conhecido na época por ficar mais de seis meses sem perder. Neste caso Piolho era protagonista, jogava no ataque, marcava muitos gols e isto criava também um respeito muito grande ‘na quebrada’. Costumam dizer que se juntasse a ficha criminal de

todos que se divertiam juntos 'pesaria uma tonelada', mas isto também nunca foi problema. O que faziam era jogar futebol, isto era o mais importante. Com certeza aprendeu muito neste momento de passagem para a vida adulta. O que é importante ressaltar é que a separação entre trabalhadores e bandidos, que naquele período talvez fosse muito marcada, nunca foi uma realidade absoluta e, não impedia uma permeabilidade de idéias entre os habitantes da favela da colina.

É neste momento, no final dos anos 1980, que Piolho consegue fugir da morte pela primeira vez. Esta era uma época em que quem dominava os mecanismos de controle da violência local ainda eram os famosos 'pés de pato'. Por vezes contratados por comerciantes, em outros casos policiais aposentados que queriam 'manter a ordem' por conta própria, ou ainda uma mistura das duas coisas, este personagem urbano das periferias paulistanas, que hoje já quase não existem mais, estabelecia regras de comportamento no 'seu território' que deveriam ser seguidas sob a pena da execução. Da mesma maneira em que atualmente a figura do traficante é marcante na vida dos moradores das periferias paulistanas, naquele momento os pés de pato estavam no centro da relação de coerção organizada a partir da dinâmica entre a polícia e o crime.

“É esse o cenário em que surge a figura dos justiceiros, com suas mais do que ambivalentes relações com a polícia (em alguns casos, também grupos de extermínio) e os mercados locais de proteção. Colocando-se como paladinos da ordem, em defesa do trabalhador e da família, investindo contra a pequena criminalidade que campeava nas regiões periféricas (furto de botijão de gaz, assalto ao trabalhador no dia de pagamento, transgressões e pequenos delitos locais), esses personagens estiveram no centro de ciclos devastadores de uma violência letal. Para além daqueles que ganharam fama e notoriedade no noticiário policial, há evidências de pequenas histórias, “histórias minúsculas”, que colocam em ação esse espécie de xerife local, que transitava entre a ordem do trabalho e seu avesso, que tinha a cumplicidade dos moradores, entre o temor, o respeito e também o reconhecimento pelos “serviços prestados”: para

alem da proteção contra os pequenos bandidos de bairro, a ajuda a uns e outros mais necessitados, a ligação clandestina de luz, a arbitragem de pequenos litígios entre vizinhos e briga de família. Essas e outras tantas situações fazem ver algo como uma gestão da ordem feita entre as micro-regulações da vida cotidiana, as fronteiras incertas do trabalho e do não-trabalho, as mutuas ressonâncias dos vários ilegalismos urbanos e as ambivalências das “forças da ordem”, junto com a arbitrariedade e violência bruta da intervenção policial.¹⁴⁸”

Os palatinos da ordem agiam, como os traficantes, a partir de um certo ideal de conduta, apesar dos preceitos serem completamente diferentes entre estes dois personagens urbanos. Os pés de pato não gostavam de nada que se assemelhasse a figura do que chamavam ‘o vagabundo’: ficar na rua até tarde, ter cabelos compridos, fumar maconha, usar roupas diferentes ou brinco na orelha, ser muito assíduo dos botecos locais, qualquer indicio poderia ser punido com muito rigor. Isto se chocava diretamente com o estilo Black e os jogos de futebol de várzea que Piolho e seus amigos gostavam de freqüentar. De fato, dos dez amigos que Piolho tinha nos anos 1980, apenas dois continuam vivos até hoje.

“Piolho- E nessa época, foi justamente a época dos “pés-de-pato”, aqui.

Fumava, quem passava fumando uma maconha morria. Roubava, quem roubava os cara matava. E não tinha horário pra matar. 8 e meia da manhã, 9 hora, 10 hora, 2 hora da tarde, 3 hora da tarde. E nós convivendo com isso, no dia-a-dia! (...)

Os caras já achavam que era tudo trombadinha, e ‘pau’! Chegava e ‘pau’, metia bala pra cima de todo mundo. Não queria saber quem era. Só que... nós – aqui existia muitos deles, e nós conhecíamos. Já com nós não acontecia isso. A não ser que viesse de fora, mas não vinham de fora pelo fato de já existirem esses, aqui, né. Então não havia necessidade, cada um demarcava o seu território, na época. E... eu quase fui numa dessas.

DH- É mesmo?

¹⁴⁸ TELLES, Vera. São Paulo: tempos da cidade e personagens urbanos: o justiceiro, o matador e o traficante. Parte do trabalho de livre docência.

Piolho- *Tinha o quê? 16 anos. A gente tava eu, meu... finado Celo, a namorada dele, a irmã da namorada dele, que era namorada minha, e a irmã dele. Nós estávamos... Aí passou Zé Pretinho, Dirceu, Moacir, e o finado Bola. Todos... – finado, hoje em dia, né. – Aí passaram, “opa”, “opa”, “beleza”, “beleza”. Isso lá na 50. Isso lá na 50, ainda era favela, né. A gente lá na 50. “Beleza?”, “beleza”. Daqui a pouco, com 2 minutos, eles voltaram. Voltaram já de arma em punho, já... “Vai, vai, vai, vai! Entra!”, tinha uma casa abandonada de frente, “entra, entra aí que vocês vão morrer”, meteram um revólver pra cima de mim. Eu falei “ó, você quer me matar, pode me matar aqui”. Dizem que Deus às vezes põe as coisas no lugar e na hora certa. Nessas, quem tava no ponto era Joãozinho, aí viu a cena. Joãozinho, João Balaio.*

DH*João Balaio, esse cara é famoso.*

Piolho *João Balaio. Dentre todos, o mais respeitado. Né?*

DH*Mais temido, também, né?*

Piolho *Mais temido. Aí ele viu aquela cena e correu pra ver o que que era. Sem que... ponhasse pra puxar a arma, nem nada, falou “abaixa as armas. Você não tá vendo que é dois moleques trabalhadores?”.*

(passa alguém, surge uma música muito alta, Piolho cumprimenta)

(pausa)

Piolho *Aí ele chegou, mandou eles abaixar as arma, falou que nós era trabalhador, que dava cada um sua arma, eles entregaram, na mão dele, né... Aí ele perguntou pra mim: “e aí, o que que você quer que eu faça com eles?”. Aí eu falei “ah, eu não posso falar nada. Se você achar que deve, quem sou eu pra dizer que não, né?”. Ele falou “não, vou perguntar pro seu pai, o que que o seu pai quer”, porque ele tinha uma afinidade pelo meu velho, tinha afinidade com o Tio Zuca. Aí perguntou pro meu pai: “Aí, o que que eu faço, eu mato eles todos, ou... o que eu faço?”. Ele falou “não, deixa viver. Só que fala pra eles nem olhar feio pro lado do meu filho, se não quem vai entrar dentro deles sou eu. Eu pego um por um”, meu pai falou, né. Aí deixou pra lá. Passei por essa. Até então, 12, 13, 14, 15, 16 anos... curtia salão de quinta a domingo. E era gostoso, que na época curtir salão era gostoso. Não existia esse negócio de arma, nem nada. Resolvía só na pancada, era só na pancada. Saía daqui ia pro Jacira, saía daqui lá pro Palmeiras, pra curtir lá no Palmeiras, lá da Zona Oeste... lá pro lado de Carapicuíba, Santo André... Centro... tudo quanto é... Pinheiros... Tudo quanto é lugar, nós curtia. E o gostoso é que onde nós chegávamos que, se não fosse*

salão – naquela época existia muitas festas – onde chegava era todo mundo. O portão era aberto, não existia o medo que existe hoje em dia. O portão era aberto. A gente chegava, casamento, aniversário, batizado, todo mundo curtia, era gostoso demais. Era um tempo maravilhoso. Aí...

DHEssa história aí com os “pé-de-pato”, nessa época você era trabalhador “normal”, não pegava nada?

Piolho Hum-hum. Não, trabalhador normal, num... Que era o seguinte, era distinguido assim: os trabalhadores, trombadinha, aqueles que fumavam maconha, estuprador, eles pegava mesmo. Agora trabalhador, tinha passagem livre. Tinha passagem livre. Esteja aonde... Inclusive uma vez, eu... Eu fazia até, ia na lotérica que era na Piraporinha fazer jogo, da Esportiva, da Loto, pra eles, ganhava um dinheiro, eles mandavam e eu ia, ganhava um dinheiro – era bem mandado, né, que era tipo daquela criança, “ah, vai aqui pra mim?”, eu ia, né. Aí, uma vez, a gente tava lá na 55, a rua que eu nasci, né. Tava num bar. Eu tinha o que, uns 15 anos, jogando baralho. Jogando baralho, aí eu vi o carro deles passar. Uma Brasília e um Opala. Eles passaram, e eu vi. “Não vai prestar”. Aí eles voltaram. Já voltaram com os revolver na mão. Aí entraram no bar, “todo mundo, mão na cabeça”, inclusive eu, né. Aí, bateu geral, catou um, catou dois, catou três. Já cataram três. Bateu geral em mim, normal. Catou três, falou “só quero esses três aqui”. Jogaram pro lado de fora e mataram os três.

DHNa frente do bar?

Piolho Na frente do bar. Mataram os três. Mandou todo mundo embora, matou os três. Aí no outro dia eles me falaram, vieram falar, “é, seu filho tá de parabéns, hein! Ontem nós foi ali matar uns cabra sem vergonha – eles chamavam os ‘cabra sem vergonha’ - ali, ele tava dentro do bar, batemos geral em todo mundo, ele nem abriu a boca se conhecia ou não conhecia, tava lá jogando baralho, esse filho da peste, – né, eles chamavam ‘filho da peste’ – tava lá jogando baralho”. Beleza. Muitas cenas de violência aqui. Vixi... Inacreditável, coisa que você vê, assim, ó. Saía um tiro, todo mundo saía pra rua. Seja a hora que fosse. Saía um tiro, era defunto. Tinha manhã da gente acordar, passar um, dois, três, uns quatro defuntos, pra poder ir comprar pão, tinha que passar... um corpo aqui, outro corpo ali, outro corpo lá do outro lado. O negócio era feio demais. O negócio era feio.”

Esta foi uma experiência que muda muito a vida de Piolho. A vantagem que Piolho tinha sobre muitos de seus amigos, não era estar, como se vê, em atividades mais legais ou dignas de um

trabalhador como prega a cartilha moral dos pés de pato, mas sim o fato de seu Severino manter relações com o pé de pato mais poderoso da região na época, muito provavelmente mais por uma afinidade de idéias com os pés de pato que por uma ação mais direta. Isto explica em parte a sua sobrevivência de Piolho neste período em que muitos dos seus amigos morreram. De outro lado, um dos amigos que restaram do grupo de Piolho foi responsável, na região, pelo extermínio dos pés de pato e a implementação do domínio de ladrões, e depois traficantes no comando da gestão local da ordem e as suas relações com a polícia, agora reconfiguradas. Isto será discutido mais a frente. De toda a maneira, o que é mais importante neste momento de ressaltar, é que Piolho faz parte de um grupo de moradores que mantinham certa proximidade de alguns dos pés de pato, diferente dos ladrões formados que eram considerados bandidos e começavam a rivalizar com eles. Trata-se de uma sutil diferença que, para a micro história da mecânica da proteção local será extremamente decisiva na região. Piolho está no centro de uma história que transformará a região nos anos 1990, isto precisamente no momento em que resolve trabalhar em um ramo novo de sua trajetória ocupacional e que, de uma forma ou de outra continuará de diferentes maneiras: a segurança particular. Tudo começa com um amigo que lhe sugere de tentar fazer um curso de segurança particular:

"Piolho- pô, o bagulho de segurança é bom. ô, mano, você é inteligente, porque você não faz um curso de segurança?"

DH *Ele já era segurança?*

Piolho- *É. Não, ele já tinha sido, ele já não trabalhava mais na época. "Você é inteligente, porque você não faz um curso de segurança?". Aí eu falei "mas como é que é?". Ele falou "ah, você tem que ter no mínimo a quarta-série, não pode ter passagem na polícia, né... pagar, e ir pra academia". Aí eu corri atrás, tirei os documentos,*

atestado de antecedentes, tudo, fui atrás. Aí paguei uma taxa, na época, acho que foi... 175.

DH *Como é que era o curso, conta um pouco pra mim.*

Piolho *O curso era... eu vou te dizer, um sofrimento.*

DH *É?*

Piolho *Demorava 4 horas daqui pra ir até a Armênia, né, que é a Academia Infove Gil. Tinha que fazer todos os dias, 15 dias direto, entrava das... 7 horas da manhã até as 3 da tarde. Né? Primeiro, palestra...*

DH *Como é que era o nome da firma?*

Piolho *Não, da firma não, da academia, Infove Gil. É ISO 9000... e é a melhor. Dentro de São Paulo é a melhor academia, né. Porque é rígida demais. Tinha que cantar hino nacional, passava... fazer a barba perfeita, tinha que ter nada, passava até algodão... Tinha o Cabo Hugo, que era o coordenador de disciplina, chato, enjoado, demais.*

DH *Mas isso é na polícia mesmo?*

Piolho *Não.*

DH *Não? É uma firma particular.*

Piolho *É, mas só que os instrutores, todos da polícia. Todos da polícia, inclusive esse Cabo Hugo. Todos da polícia."*

Além de ser uma atividade altamente regulada, inclusive pela polícia federal, as matérias do curso eram muito intensas, nomeadas por muitas siglas: PCI (proteção contra incêndios) TPO (técnicas e práticas operacionais) AMTA (Arma, munição e tiros), entre outras muitas capacidades técnicas que são mobilizadas na formação que o curso oferece. Mas para além do sofrimento expresso, Piolho acabou gostando muito do curso, diz que saiu do curso "outra pessoa". Conta que parte do que aprendeu no curso ele utilizou para ajudar as pessoas, como por exemplo, as técnicas de primeiro socorro, utilizadas para salvar um amigo em um acidente de carro, ou, em outro caso, um vizinho que sofreu um ataque epilético. Mas o mais importante para Piolho foram os aprendizados para si mesmo, o curso foi o lugar onde diz que

aprendeu a lidar com o controle de suas emoções. Segundo Piolho, as constantes humilhações a que eram expostos era parte do treinamento por conta do trato com os clientes e superiores, e isto era importante na medida em que, trabalhavam armados.

“Piolho *Certeza. Jamais reage, né. É, é um ótimo aprendizado. Você sai de lá... E outra coisa, você sai de lá com a cabeça totalmente diferente do que você tem aqui na rua, aqui.*

DH *Por quê?*

Piolho *Porque eles mexem muito com o seu psicológico, xingam você de filho da puta, disso, daquilo... E você tem que... Xinga de filho da puta, dá um esbarrão em você... manda colega... Sabe por quê? Porque você vai trabalhar armado, você vai trabalhar com público. E pra lidar com público, se você tiver...*

DH *Cabeça quente...*

Piolho *... quente, você jamais pode estar trabalhando armado. Sai dali, vixxi... É uma lavagem de alma, o curso.*

DH *É mesmo?*

Piolho *É uma lavagem de alma. Porque daí eu saí, me formei..."*

Piolho, que desde então possui arma própria e a carrega por onde anda, diz que aprendeu a conter explosões emotivas e saber utilizar sua força e violência potencial de forma concentrada e no momento certo. De fato, Piolho não deixou de se meter em confusões, algumas ainda maiores no decorrer de sua vida, mas a partir deste momento de forma muito mais inteligente e profissional, com frieza em situações de risco e atento ao que deveria fazer em cada momento. E isto vale para sua movimentação nos limiares entre o legal e o ilegal.

De qualquer maneira, como a empresa que o contratou era uma das mais importantes do ramo, logo depois do curso já consegue um emprego na área de segurança particular. O primeiro lugar que trabalhou foi na Avenida Luis Carlos Berrini, o eixo da riqueza financeira de São Paulo. A competição feroz deste mercado e a

tensão e violência a que estes profissionais são submetidos, quase sempre leva a conflitos entre os membros da equipe de segurança nos locais de trabalho. Isto dificultava manter-se frio com seus colegas e diversas vezes ele foi demitido, conta que a competição fazia ser difícil a manutenção de uma mesma equipe de segurança por muito tempo.

Depois de trabalhar em muitos pontos diferentes da avenida Luis Carlos Berrini, acaba se estabelecendo em um banco em outra região, próximo da Avenida Paulista. Neste banco conseguiu se manter por alguns anos dado o excelente relacionamento com o gerente do banco, “Mas era o tipo do lugar aonde você acordava, e ia com sorriso pra trabalhar, ou não via a hora de chegar. Tanto que dentro desses 4 anos, eu nunca tirei uma férias. E nunca faltei. E nem tampouco atrasei. Né? Que era gostoso demais trabalhar ali. Por quê? Por que era gostoso? Nós tínhamos o respaldo do gerente geral, o Seu Juvenal, um cearense desse tamanhinho assim. Inteligente, que não!”. O tal gerente, defendia os funcionários contra abusos de clientes e outros funcionários superiores, o que agradava Piolho “Ele era o gerente geral da Caixa Econômica Federal. Faxineira? Ninguém, ô, ele transferiu vários gerente que... bater arrogância com as faxineira, com os vigilante? Ele transferia, mandava embora! Porque ele falava, “eu vim de baixo, eu era Office-boy, hoje eu tô aqui... Eu não tinha o que comer também não, não é porque hoje eu tenho...”. Além disto, a convivência entre os seguranças era mais tranqüila neste banco, as sextas feiras um churrasco de confraternização era organizado e depois todos iam juntos jogar futebol em uma quadra alugada pela empresa. Os amigos que fez neste momento também indicavam ‘bicos’ uns para os outros, como shows e eventos, o que gerava uma cumplicidade entre a equipe. Os laços com os companheiros de trabalho desta época são tão fortes que, ainda hoje Piolho revê estes amigos. Esta cumplicidade era tão grande que na ocasião de um assalto na

agencia do banco em que trabalhava Piolho acabou por encobrir um dos seguranças que estava envolvido no crime cometido. No caso, o sujeito acabou fazendo o assalto de uma forma que o único que poderia ser acusado de envolvimento era ele mesmo e, desta maneira, quase foi incriminado, Piolho então ajudou o amigo junto com os outros companheiros da equipe para que ele não acabasse preso. No meio da confusão após o banco ser assaltado, ele já era o principal suspeito e, com os policiais desconfiados, foi Piolho que o ajudou

“O gerente geral chegou e já apontou “foi ele!”. E os cara apertando ele. Aí deram uma... deu uma deixa, aí ele veio perguntar pra mim: “meu... o que que eu faço?”. Eu falei “meu, vou te ser sincero. Que você deu, deu. A vontade que eu tenho é de te matar pelo fato de a minha vida você ter posto em risco. A vontade que eu tenho é essa. ‘Mas vamos fazer o seguinte? O que você disser pra um, você tem que dizer pra todos e segurar, se não você roda. Você já fez a cagada, segura’. Aí não deu nada pra ele”.

O fato é que, Piolho poderia ter me mantido neste emprego por mais tempo se não fossem os acasos da vida. Por conta de uma redução dos quadros do banco acabou sendo dispensado. Entrou então no terrível ciclo do trabalho de plantonista. O plantonista é a pessoa que cobre outros funcionário que estão de folga ou que faltaram em diversos lugares, segundo Piolho é o pior emprego que alguém pode ter, cada dia em um lugar, cada dia com pessoas diferentes, é o chamado ‘vigilante lixo’, porque os piores serviços são delegados para ele e, tudo que acontece de errado acaba sendo colocado em sua responsabilidade. Sua ultima tentativa no ramo da segurança privada foi então em um bingo, indicação de um amigo da época do banco que viu a situação que Piolho se encontrava. Trabalhando no bingo com um salário muito baixo, acabou não conseguindo ficar muito tempo por conta de não tolerar ser desrespeitado no local de trabalho. Um dia, chamou a atenção de

uma senhora que, irritada por perder muito na máquina de caça níqueis começou a esmurrar o aparelho. A senhora então começou a falar que não pararia de bater na máquina por conta das ordens de um 'macaco'. Piolho então ficou descontrolado, começou a gritar com a mulher e teve que ser contido pelos outros seguranças. No final do dia, a gerente o chamou em sua sala, dizendo que queria conversar. Piolho foi despedido, mas não sem antes gritar com a gerente da mesma maneira que acabara de fazer com a senhora "você é um lixo. Sabe por quê? Porque ela me ofendeu, com racismo. Então, se você tá me mandando embora, você se iguala a ela, sua puta. Tá, só me fala o dia que eu tenho que receber, pra mim não quebrar a sua cara, sua égua". Aí peguei e sai do bingo, né."

Piolho então resolve que deveria trabalhar como segurança por conta própria. Por meio de um outro amigo, dos que fizera quando ainda trabalhava no banco, resolvem montar uma equipe de segurança para políticos. Era época de campanha eleitoral. Um de seus amigos tinha um contato com a parte de segurança de um conhecido vereador de São Paulo. Muitas vezes o candidato mais votado de seu partido, já tendo sido também algumas vezes o presidente da câmara municipal durante uma conhecida gestão de direita de São Paulo, o poderoso vereador aceitou imediatamente o grupo no corpo de funcionários de sua campanha. Foi o início de uma duradoura relação entre este candidato e o grupo de seguranças que Piolho fazia parte. Pagos por fora dos custos de campanha declarados, o serviço, também não declarado, não era dos mais fáceis, contudo, muitíssimo bem remunerado, cerca de R\$ 2000 por semana para cada membro da equipe. A principal função do grupo era proteger o material de campanha da invasão de placas e faixas de outros candidatos. O esquema funcionava da seguinte maneira: uma ronda de motoboys circulava em certo perímetro da zona sul para verificar se o material de campanha se mantinha no

mesmo lugar, no caso de algum muro estar sendo pintado por cima, de alguma placa importante ser colocada sobre outra ou se alguma faixa estivesse sendo retirada, a equipe de segurança era acionada. Não é preciso dizer que toda a noite o confronto com outras equipes de segurança era inevitável. Segundo Piolho, apenas seguranças com curso, policiais militares e GCMs (guarda civil metropolitana) participavam destes grupos, pessoas que em caso de ir para delegacia, teriam porte e relações com a polícia que mantinha o confronto sem maiores complicações. As armas que utilizavam constavam como proprietário do vereador, nas palavras dele: “as armas que a gente usava eram dos políticos, não as nossas, elas eram muito melhores” (detalhe, a arma pela qual Piolho tem porte é uma 380, pistola semi-automática). Segundo Piolho, a lógica dos conflitos segue a lógica das coligações e, desta maneira, a ‘oposição’ tem que ser atacada de forma mais intensa. Os grupos que são coligados podem até se atacar, mas somente em caso de um ‘mal entendido’. Nesta época, Piolho foi freqüentador assíduo de muitas delegacias de policia, passou em quatro meses de campanha por mais de dez delegacias espalhadas pela zona sul.

Outra parte do trabalho era acompanhar o candidato pelas ruas e vielas das favelas para fazer o corpo a corpo junto à população. Apesar de um acordo prévio do candidato com as lideranças locais para não haver nenhum problema, “sempre tinha um bêbado ou um nóia que queria arrumar confusão”, para estes casos, a equipe de segurança tinha que ser acionada. Um dia, em uma favela da zona sul, uma grande confusão com um nóia acabou fazendo com que a policia levasse todos para a delegacia. Por infelicidade de Piolho, um dos membros da equipe, portava uma arma sem documentação legal. Na verdade, um outro político que havia perdido um muro pintado com seu nome havia armado a situação. Nada pode ser feito para “ajeitar” aquela situação, porque o delegado de plantão já tinha recebido ordens para não negociar. Piolho então teve que

responder a um processo e obrigado a trabalhar em uma casa de recuperação de adictos como parte de prestações de serviços comunitário.

Mais a frente a descrição destas praticas de campanhas políticas deverá ser analisada, assim como as relações com a política partidária de modo geral com grupos de seguranças privadas, o fato central aqui, pelo momento é que, dada a proteção dos políticos e seu envolvimento com policiais, principalmente delegados, o cotidiano confronto violento dos grupos de segurança privada acaba sendo uma situação relativamente comum e resolvida na delegacia através da intervenção do candidato. A única situação de impasse era quando o choque de interesses entre candidatos não permitia isto.

Como as campanhas políticas eram sazonais, Piolho resolve pensar em algo mais perene, na qual todos os seus talentos poderiam ser explorados com um máximo de rendimento: uma birosca.

* * *

Birosca

Capitalismo de cassino

O lugar é pequeno e estreito, com cerca de dois metros de comprimento por um e meio de profundidade. Incrustado entre uma grande favela e uma pequena rua, parece mais uma 'rebarba', um espaço que restou da ocupação irregular do terreno. Parece, mas é muito mais do que pode transparecer em sua descrição física ou do olhar do observador mais desatento, que não percebe a quantidade de coisas que estão acontecendo naquele lugar. Uma geladeira imponente se destaca no centro do lugar, parece ter saído de uma loja de conveniência tal é a quantidade de luzes nos logotipos que brilham na moldura e das marcas dos produtos que saltam aos olhos através da porta de vidro. De um lado da geladeira, um freezer com o estoque das cervejas e, encostado na parede, muitos produtos "made in china" que mais poderiam estar em uma banca de camelô, são isqueiros, relógios, calculadoras, cds, mas também produtos de procedência ainda mais duvidosa, como toca fitas, máquinas fotográficas e palm tops, tudo vendido a preços populares. Do outro lado da geladeira, as agora famosas máquinas de caça níqueis, três, da marca Halloween, a que representa o grupo mais poderoso de produção e distribuição destas máquinas. No centro da birosca atrás do balcão está Piolho, o dono do estabelecimento, que serve bebidas e conversa animadamente com seus clientes. Muitas pessoas passam por ali durante o dia inteiro, se encontram, se divertem, conversam, entre os copos de cerveja as informações circulam, planos em comum são elaborados, oportunidades são criadas. A pequena birosca também é isto, um lugar do encontro, de sociabilidade, de oportunidades.

Do lado esquerdo uma farmácia de bairro, logo em seguida, uma pequena padaria, do lado direito duas barraquinhas, uma que

vende pastel, outra batata frita. Bem em frente, do outro lado da rua, encontra-se um dos poucos campos de futebol de várzea que resistem à ocupação das casas. A pequena birosca, que utiliza o espaço de 'rebarba', o espaço que parece ter 'sobrado', mantém relação com todos estes outros lugares: a padaria, a farmácia, a pastelaria, o campo de futebol. O dono da pequena birosca é o técnico de um dos times que jogam no campo de várzea, é também um dos diretores do time e, como tal, ele organiza os fardamentos que são produzidos para o time jogar os diversos campeonatos que disputa por toda a cidade. Além das camisetas que os jogadores utilizam, muitas outras são vendidas para os torcedores do bairro, ficam expostas por toda a birosca, canecas, chaveiros, meias, bonés, tudo com o brasão da equipe, estes produtos são muito concorridos por todos os moradores. O carro chefe são as camisetas, produzidas em uma grande fábrica muito conhecida em toda a cidade, com o custo final por volta de R\$15, dependendo do modelo, para as pessoas que compram, ela acaba saindo por R\$50. Todos os finais de semana em que o time joga no campo, torcedores, diretores e jogadores se reúnem na birosca para beber e conversar depois do jogo. As bebidas que são consumidas tem procedência variada, mas a cerveja, o item mais consumida por todos, é comprada diretamente do fabricante, no mesmo carregamento que é distribuído na padaria ao lado. O caminhão de entregas que circula por toda a cidade, para em frente à padaria e abastece a birosca também. O acordo com o dono da padaria é parte de um esquema maior, que envolve também as máquinas de caça níquel utilizadas nos dois estabelecimentos.

O primeiro jogo que chegou neste pequeno pedaço do bairro foi o jogo do bicho. Conversando com um de seus clientes, um motoboy que todos os dias bebia uma cerveja por ali, o dono da birosca acaba por saber que o tal homem era o "recolhe" do jogo do bicho, ou seja, a pessoa que faz a coleta do dinheiro das apostas.

Depois de fazer alguns cálculos, percebe que isto poderia ser uma fonte de renda auxiliar para o seu empreendimento, começa então a fazer as apostas na birosca. As apostas do jogo do bicho são feitas três vezes por dia, uma de manhã, uma a tarde e o 'corujão', à noite. Os resultados ficam expostos em uma pequena lousa em frente ao bar. Piolho se vangloria que 'sempre foi bom de matemática', e sendo assim, conversa sempre com um papel em cima do refrigerador mostrando os cálculos que faz rapidamente de cabeça. Cada turno do jogo do bicho rende para ele mais ou menos R\$30, além destes dois ganhos, um extra é pago, sendo correspondente a mais ou menos 50% do que se ganha em um turno. Além de usar do seu dinheiro para apostar, Piolho ainda guarda um pouco, o que resulta, segundo seus cálculos, mais ou menos R\$1000 por mês. Seguindo o complicado sistema de porcentagens que estrutura o jogo do bicho, o bicheiro ganha em seu ponto, por volta de R\$4000. Os números são passados em três vias: a do apostador, a do vendedor e do bicheiro, pelo telefone da farmácia, os números são repassados para o bicheiro e o resultado que sai por meio da loteria federal. Como a birosca é razoavelmente lucrativa, ele conseguiu negociar com o bicheiro algumas melhorias para o lugar: primeiro argumentou que se a birosca tivesse um toldinho, para que "mesmo na chuva as pessoas continuassem a apostar" o rendimento com as apostas seria maior, depois, convenceu o bicheiro que, se a birosca estivesse melhor pintada, "não só os bêbados freqüentariam", a seguir conseguiu que o bicheiro pagasse as contas de luz, telefone e o aluguel do ponto. Piolho diz assim:

"o único problema é o banheiro, o bicheiro já construiu, mas a prefeitura ainda não ligou a água, eu estou perdendo clientes com isso... é mais fácil e rápido lidar com o bicheiro que com a prefeitura."

Algum tempo depois, o dono da farmácia colocou duas máquinas de caça níquel em seu estabelecimento. De início as duas máquinas não rendiam muito dinheiro para o dono da farmácia, porque as pessoas que apostavam não podiam beber enquanto jogavam. Entre uma cerveja e outra com o farmacêutico, acordaram que as máquinas fossem tiradas da farmácia e deslocadas para a birosca. Em princípio, o acordo era que o dono da birosca ficasse com 30% das apostas e o farmacêutico com o restante. O farmacêutico então apresentou a Piolho um antigo conhecido seu que conduzia o negócio, este homem precisava de alguém que garantisse a segurança de suas máquinas, oferecia uma sociedade para quem conseguisse isto. Ao lado deste homem um sujeito, que Piolho rapidamente apresenta ao primeiro, oferece o serviço de segurança, diz que com ele 'ninguém faria nada com as máquinas', Piolho confirma a confiança nas ligações do tal sujeito. Depois disto, algumas máquinas foram compradas em sociedade entre os três, com os lucros sendo divididos igualmente também. O negócio com as máquinas prosperou muito, sendo até mesmo mais lucrativa que as apostas do jogo do bicho. Em conversas com outros amigos que paravam ali para tomar uma cerveja no final da tarde, o dono da birosca acabou por conhecer o esquema de funcionamento de distribuição destas e passou a entrar no negócio como um atravessador. Hoje em dia suas máquinas estão em muitos outros bares e estabelecimentos comerciais do bairro, inclusive na padaria ao lado, que em troca, usa do seu CNPJ de consignação de cervejas em nome do dono da birosca também. As máquinas custam R\$2600 e são parceladas em dez cheques de R\$260. Quando a máquina é entregue em um bar, metade do dinheiro fica para o dono do bar e metade vai para ele. O controle de entrada de dinheiro e saída em prêmios a própria máquina faz, evitando a desconfiança entre quem aluga e o dono do bar. A diferença entre o ganho e o prêmio é absurda: 80% de ganho e 20% de prêmios, cujo maior acumulado, que é o valor pago em prêmios fica em torno de R\$500. Com o dinheiro de uma semana, o valor da prestação já é paga e ainda

uma margem de lucro já é obtida, cada máquina rende mais ou menos R\$ 1500 por mês, já descontada a parcela da compra, o que significa que o valor para começar o negócio é zero, como disse o dono da birosca 'é mais importante ter conhecimento que ter dinheiro'. Quando as máquinas são pagas, o lucro é ainda maior.

Interessante notar que é de uma maneira parecida que Piolho conseguiu entrar no negócio do jogo do bicho e das máquinas caça níquel: No caso do jogo do bicho, ele conversa com o motoboy que realizava o "recolhe" das apostas, no caso das máquinas de caça níquel, com o dono da farmácia. Feito este primeiro contato, ou seja, uma vez que ele consegue incluir o seu ponto na rede de relações do esquema previamente constituído, é realizado um acordo sobre lucros e porcentagens entre as partes. O passo seguinte é onde as semelhanças começam a desaparecer entre os dois casos: o jogo do bicho, atividade antiga e atualmente tolerada pelo poder oficial, não se faz necessário uma proteção para que esta seja realizada, já as máquinas de caça níquel, na medida em que se tornaram alvo de visibilidade pública como uma ameaça à ordem institucional, a proteção é indispensável. O que torna a situação ainda mais clara em seu mecanismo de funcionamento é que, o homem que garantiu o funcionamento das máquinas de caça níquel não era um traficante, mas um policial civil, sendo o dinheiro da extorsão algumas vezes entregue dentro da própria delegacia. Primeiro e pequeno exemplo de como o chamado mercado da proteção está articulado com o tênue equilíbrio dos pequenos ilegalismos que são repreendidas e toleradas dependendo da maneira como esta é produzida pelos mecanismos do mundo oficial. Na medida em que o jogo do bicho já não mais dispõe do antigo estatuto de perigo a ordem instituída e, as máquinas caça níquel agora passam a ocupar o centro de preocupações da repressão oficial, a segunda agora esta muito mais vinculada ao jogo de apoios recíprocos do mercado da proteção. Passa a ser mais lucrativo também.

O esquema funcionou muito bem até que denúncias vinculadas na grande imprensa denunciassessem o que chamavam de “máfia dos caça níqueis”. A história deste mercado foi longe e até insinuava uma relação entre os bicheiros cariocas com a máfia italiana, em um circuito global de lavagem de dinheiro que conectava o “crime organizado” brasileiro com circuitos globalizados do ilícito desde a década de 1980. Não é possível, e na verdade interessa menos aqui, saber se, afinal, esta correlação é verdadeira ou falsa, mas sim perceber quais efeitos são produzidos a partir deste episódio. No caso, foram dois os principais: a policiais civis passaram a cobrar mais dinheiro de Piolho e seus companheiros, por serem “tempos difíceis” e, de outro lado, uma solução temporária para a fiscalização potencialmente mais intensa com o uso de programas de caça níqueis nos computadores das lans houses. Assim a demanda por um maior rigor na repressão contra os caça níqueis desencadeia, temporariamente, de um lado a inflação do preço da proteção e, de outro, a inovação da atividade criminal. Nesta pequena história talvez seja possível vislumbrar como é possível que, o mundo oficial ao mesmo tempo crie a demanda do mercado da proteção através do “combate ao crime organizado” e, os funcionários deste mesmo poder oficial sejam os agentes que mais lucram com isto. Nas palavras de Piolho:

“Eu achei que essas maquininhas iam ser a minha aposentadoria... casa no campo com piscina, dar um jeito pra família toda, né?Eu tava indo bem... Eu acho que na verdade quem fez a aposentadoria foram os delegados do DEIC. (risos).”

Balcão de oportunidades

Dois homens chegam em um carro, eles estão recolhendo o dinheiro que vem da venda de cigarros, o dono da birosca paga e reclama da demora para trazer mais pacotes, ele briga com o homem e diz “porra, até parece que falta cigarro no Paraguai”. O dono da birosca compra doze pacotes com dez caixas em cada uma, diz que cigarro vende muito, mas o lucro é pouco. O dono da birosca também vende rifa, cujo prêmio é um carro popular zero quilômetro. Tem cartaz e tudo. Enquanto as pessoas esperam as peruas, bebem e apostam. O dono da birosca não só já sabe o que cada uma quer beber, como também no que vai apostar, muitas vezes dá palpite nos jogos, nestes casos conversas intermináveis animam os apostadores: qual numero tem ‘saído mais’, com o que sonhou na noite passada ou qualquer coisa que pareça fazer algum sentido. Passado algum tempo, um homem oferece isqueiros para o dono da birosca comprar, ele negocia a sua comissão na venda se deixar exposto. Como o lugar é no meio de um ponto movimentado, a circulação de mercadorias é intensa. Na época em que a Copa do Mundo foi disputada, televisões de plasma também eram vendidas por menos que um terço de seu valor no mercado formal. Constantemente pode-se encontrar também toca fitas para carros, lap tops, celulares e até um palm top importado. Tudo, como dizem “na caixa”, ou seja, novo. O que se comenta, em uma animada conversa entre os fornecedores destes produtos e Piolho é que os produtos roubados das casas ricas, de um bairro não muito distante dali, têm muito menos valor de venda e são mais arriscadas de conseguir obter. Vale muito mais a pena comprar e revender mercadorias provenientes de carregamentos interceptados. Grande parte destas mercadorias, conta um homem forte que vendia as televisões de plasma, são revendidas para grandes

estabelecimentos comerciais e super mercados, o varejo toma rumos desconhecidos e ramificados até chegarem algumas unidades, como as expostas na pequena birosca de Piolho.

A birosca aqui parece funcionar como um local em que acabam por ser revendidas vários tipo de mercadorias de procedência duvidosa. Primeiro, mercadorias que chegam à birosca através do contrabando, o tipo de esquema que alimenta a economia informal em geral, este é o caso dos cigarros, isqueiros, cds piratas e calculadoras. Sua cadeia de funcionamento é mais conhecida, entrando no país por esquemas de fraude nas fronteiras do Brasil com o Paraguai, o modo antigo, tradicional e cada vez menos recorrente ou ainda a mais nova tendência, a chegada via o porto de Santos de produtos chineses através de contêineres. Em segundo, mercadorias que provenientes de pequenos roubos e do furto. Parte mais pobre e dramática do fornecimento de mercadorias, são vendidas através da dependência de viciados em crack, que se arriscam em cada empreitada que realizam em casas ou supermercados da região. Neste caso, geralmente aparecem em pequena quantidade, em geral uma ou duas peças, a quantidade certa que uma pessoa sozinha possa carregar sozinha. Não raras vezes aparecem pessoas com catálogos de produtos para o roubo sob encomenda, outras vezes, as pessoas vão juntas em uma das muitas lans houses do bairro e olha o catálogo on line e, de acordo com a vontade do comprador são vendidos os modelos mais modernos de celulares, toca fitas de carro, palm tops e lap tops. Por fim, mercadorias envolvidas em esquemas criminosos organizados pela chamada "elite do crime", que geralmente passam pelo estelionato com o uso de cartões de crédito ou pelo roubo de cargas, aqui entram os televisores de plasma, por exemplo. No caso dos cartões de crédito, um esquema funcionava por intermédio de um conhecido freqüentador da birosca que pensou um negócio com outro cliente. Ele trabalhava em uma grande companhia de cartões

de crédito, tinha acesso aos limites dos clientes. O interesse eram, sobretudo aqueles cartões com limites exorbitantes e com muita utilização, como os cartões empresariais. Pedia-se assim um cartão suplementar que seria entregue em uma casa abandonada, utilizava-se este cartão pouco, apenas o suficiente para que a despesa não fosse percebida, mas, com o banco de dados do cartão disponível, a utilização de vários cartões permitia uma distribuição permanente.

Cada um destes esquemas envolvem mediações diferentes, circuitos de produção e redes de fornecimento distintos, clientes e jogos de proteção específicos. São estas diferenças que constroem os tênues limites e criam as oportunidades. O fornecimento que passa pelos viciados em crack é totalmente distinto do roubo de cargas, contudo, não envolvem mercadoria de proteção para a distribuição, somente para a venda. O contrabando opera a partir do suborno principalmente de fiscais, enquanto que o roubo de cargas, da divisão de elite da polícia civil. Cada circuito econômico envolve diferenças importantes que ao olhar o produto vendido é difícil de saber quais são e como funcionam, sendo necessário acompanhar estas mercadorias para descobrir. De toda maneira, quando são postas a venda, estão submetidas ao mesmo custo de venda uniformemente, a extorsão paga na birosca a polícia. Os policiais não querem saber as histórias que levam os produtos a estarem ali, exigiria um trabalho de investigação que não estão dispostos a fazer. O que se paga é simplesmente pelo fato de se “estar na rua”, ou seja, por vender produtos duvidosos em “seu território”.

De qualquer maneira, seria muito difícil descrever o dono da birosca como um receptor de um esquema de mercadorias informais e ilegais ou como parte de um grupo organizado. Ainda que ele permita e venda estas mercadorias de procedência duvidosa, seria difícil sustentar a tese de uma organização

criminosa. Os acordos são completamente informais, inconstantes, com pessoas diferentes em cada circunstancia e sem uma articulação muito sólida entre os participantes. O que ocorre de fato são conversas em uma birosca onde as ofertas destas mercadorias são feitas de maneira quase que casual. O dono da birosca, cobra apenas uma pequena porcentagem destas mercadorias quando estas ficam expostas ou avisa aos freqüentadores do lugar que estas estão disponíveis, muitas vezes sem cobrar por isso. Mas isto de maneira nenhuma pode manter referencia com uma organização criminosa solidamente estruturada. De forma muito pouco articulada, as oportunidades são criadas e experimentadas, assim como parcerias bem pouco estáveis são feitas e refeitas com grande velocidade. É claro que fluxo das redes que estas mercadorias estão envolvidas existe uma lógica estruturada, mas na maneira como são situadas em seus agenciamentos locais, é insustentável a imagem do crime organizado.

A birosca de Piolho é um lugar dos jogos de sorte e azar. Isto é real e metafórico ao mesmo tempo. De um lado, é real na medida em que uma imensa variedade de jogos encontram-se neste lugar, do tradicional jogo do bicho ao moderno caça níqueis. De outro lado, é metafórico, porque as oportunidades que são oferecidas nos encontros das pessoas que freqüentam a birosca são empreendimentos de alto risco, que podem ser mobilizados a todo instante. Nesta birosca as competências descritas acima são exercidas em sua plenitude: a arte de lidar com pessoas, a criação de oportunidades, o gosto pelo risco. Na birosca de Piolho as pessoas bebem as suas bebidas preferidas, tomam 'aquela cervejinha', pingas de diversas procedências, vinhos e toda a variedade de drinks populares. Mas ao que parece, o dinheiro da venda de bebidas é sua menor fonte de lucro, mais um pretexto para o lugar existir. Um lugar de oportunidades, esta é a atividade principal, o que faz as pessoas escolherem especificamente aquele

lugar para beberem. O que as pessoas procuram é encontrar pessoas e, através delas, informações. A pequena birosca de Piolho é um balcão de oportunidades¹⁴⁹, entre os copos de cerveja, as pessoas conversam, trocam informações, elaboram planos em comum. Isto porque além de ser um lugar onde as pessoas se encontram, se divertem, conversam, bebem, a birosca é também um lugar onde alguns esquemas são inventados, onde a inovação das atividades que estão no contínuo de práticas informais, ilegais e ilícitas é operacionalizada. É desta forma que fortes redes sociais se constituem. Muitas destas pessoas moram em bairros próximos e muito provavelmente já se conheciam anteriormente, outras são apresentadas por amigos em comum ali, Piolho é uma pessoa que muitas vezes realiza este papel de mediação.

“porra Daniel, eu moro, quer dizer eu sobrevivo aqui desde que eu nasci, como? Tem que saber sobreviver...tem que saber o ritmo da área, tem que ter conhecimento, conhecer as pessoas certas.. é mais importante ter conhecimento que ter dinheiro.”

As oportunidades variam entre atividades legais e ilegais, formais e informais lícitas e ilícitas. Ali circulam informações sobre diversos tipos de empregos, seja para algum trabalho específico, para formar grupos para entrar em conjunto em alguma empreitada, para comprar e vender mercadorias de toda natureza ou pensar juntos sobre alguma possibilidade futura. Um homem aparece e diz que consegue carros baratos nos leilões de carros apreendidos, outro oferece certa quantidade de televisões, duas pessoas próximas discutem uma parceria no ramo da segurança privada. Na birosca as pessoas sabem de oportunidades de emprego e setores econômicos emergentes, identificam demandas, criam outras e estabilizam canais de suprimento. Ao se

¹⁴⁹ RUGGIERO, Vincenzo e SOUTH, Nigel. The late-modern City as a Bazaar. British Journal of Sociology, vol 48, numero 1, 1997.

encontrarem, criam ligações, trocam informações, ensinam como alguns esquemas funcionam. Diversas mercadorias circulam ali na birosca, a natureza e a procedência sempre deixa alguma suspeita, mas como duvidar de uma televisão vendida com garantia? Da mesma maneira, como uma televisão que custa R\$7000 pode ser vendida por R\$1500? São mistérios deste balcão de oportunidades que não convém explicar. Os cigarros que são vendidos na birosca são fruto de contrabando. Uma moto ali negociada acabou de ser roubada. A cerveja vem comprada diretamente do fornecedor, o caminhão de uma importante marca de cerveja para na frente da birosca, claro, por um acordo com o motorista. Todos parecem estar disponíveis e sabem negociar os seus serviços e produtos. Inteligência prática e estratégica, que transforma os circuitos da riqueza que passam pela pobreza em oportunidade. Isto Piolho sempre soube fazer, sempre fez bicos de acordo com as oportunidades que percebia ou apareciam. A diferença aqui é entre dois tipos de bicos: o primeiro é o bico que aparece de forma mais evidente, por exemplo, para trabalhadores da construção civil que não conseguem empregos regulares, vivem dos trabalhos eventuais que aparecem, uma reforma ou uma construção, ou pequeno serviço aqui e outro ali, é o 'bico tradicional'. O segundo tipo é o 'bico esquema', formas de trabalho que surgem de acordo com uma situação ou um tipo de necessidade que as pessoas percebem, o funileiro que inventou a porta de abertura automática para as antigas lotações de peruas modelo kombi é um exemplo: percebendo que o motorista das antigas 'lotações' tinham que levantar e abrir as portas para os passageiros entrarem e, que isto representava um desgaste físico e perda de tempo, o famoso funileiro da zona sul da cidade inventou um artefato que permitia abrir a porta do assento do motorista. Ficou rico. É claro que nem todos os esquemas inventados são tão inocentes, os estelionatários, bandidos conhecidos pela astúcia, são os mestres da busca por

oportunidades. As oportunidades que são aproveitadas devem ser acompanhadas a toda velocidade pelas companhias de seguro.

Estas são as redes construídas ao redor da pequena birosca, ou melhor, esta é a rede da qual a birosca é apenas um nódulo, um ponto de uma linha que se desloca constantemente entre o legal/ilegal formal/informal licito/ilícito. Onde esta rede começa ou onde ela termina é difícil de dizer, de múltiplas escalas, ultrapassa não apenas o pequeno bairro ou a cidade, mas fronteiras transnacionais. Esta rede funciona em dois registros: de um lado como um grande agenciamento de empregos, fonte de rendimentos para muitos, faz circular certa riqueza produzida e oferece empregos, como é um lugar onde as oportunidades são pensadas e criadas, organiza-se a logística das maneiras pelas quais os 'esquemas' irão funcionar. De outro lado as negociações com quem pode oferecer a proteção, segundo o critério do preço e a força potencial que o agente protetor pode ser detentor. Um agenciamento de circulação e outro de um ancoramento local, parece ser assim a dinâmica de funcionamento destes mercados. Alguém que trabalha com a venda de mercadorias, sabe avaliar que tipo de produto tem um volume maior de vendas, sabe quais as necessidades que precisam ser preenchidas, outra pessoa pode conseguir o suprimento deste bem que necessita ser vendido, outra ainda como fazer o esquema ser estável e funcionar "direitinho". De fato é a partir destes registros que estas redes sociais crescem e estendem o seu alcance, que como mostramos apresenta seu enraizamento local de forma sólida e estruturada e, ao mesmo tempo, mantém relações com escalas mais amplas da cidade e com os fluxos internacionais de mercadorias. De qualquer maneira, a partir de um pequeno ponto são feitas a transmissão e ampliação de esquemas, assim como são criados outros, todos transitando entre as dimensões do legal, informal, ilegal.

A maioria das pessoas que freqüentam a birosca usa destas dimensões de forma variável, ou seja, negociam as suas passagens entre estes limiares de forma diferente. Ainda mais, os expedientes ilegais e ilícitos geralmente são muito mais 'bicos' do uma maneira de promover o crescimento em uma carreira criminosa. São as chamadas 'mobilidades laterais¹⁵⁰', que cada vez mais crescem e se multiplicam pela cidade. Neste movimento são feitas as escolhas dos envolvidos com relação ao percurso profissional e o grau de ilegalismo necessário a cada tarefa, as mercadorias e serviços estão localizadas em um continuum, onde as distinções entre praticas legalmente aceitáveis e comportamento criminoso são permeáveis. É este tipo de expediente que parece se generalizar muito mais do que as chamadas 'organizações criminosas, entidades que conspirariam contra a ordem estabelecida. É necessário entender toda uma conjuntura social e econômica muito mais do que criar inimigos a serem combatidos dentro do campo de repressão criminal. Isto talvez por duas razões: primeiro porque uma política de repressão criminal somente alimenta o velho circulo vicioso do clientelismo e da extorsão que faz parte todo do mercado de proteção. Segundo, porque ao criminalizar parte considerável da população que vive em São Paulo o resultado é a criação de um contingente prisional que acaba por se traduzir, geralmente em outros problemas ainda mais difíceis de resolver.

* * *

¹⁵⁰ RUGGIERO, Vincenzo e SOUTH, Nigel. The late-modern City as a Bazaar. British Journal of Sociology, vol 48, numero 1, 1997.

Fiscal dos Fiscais

A birosca ainda tem mais uma faceta, na verdade a mais importante de todas: a sua localização. Não foi por acaso que Piolho escolheu o lugar quando decide instalar o seu empreendimento. Trata-se de um lugar de grande importância na região porque fica em frente a um ponto de peruas cuja linha liga bairros situados nas proximidades de uma grande represa e o maior subcentro da região sul. É um lugar de passagem obrigatório para boa parte dos moradores que vão do extremo sul da cidade em direção ao subcentro, como também as pessoas que deste ponto seguem para a região central. São pessoas que vão e voltam do trabalho todos os dias seguindo este trajeto. É verdade que por se tratar de um lugar onde muitas pessoas passam todos os dias, o volume de vendas dos produtos expostos na birosca é acima da média para o comércio do bairro. Mas esta localização não foi escolhida somente pela sua posição estratégica na circulação cotidiana das pessoas que vão trabalhar, na verdade, Piolho inicia o empreendimento por conta da linha de peruas mesmo. Por meio da equipe do poderoso vereador com quem ele havia trabalhado no período de eleição, quando esta termina, é “sugerido” a Piolho que trabalhasse neste setor de transportes. As relações deste vereador com os perueiros são antigas, mas ainda muito pouco claras quando Piolho é chamado para o trabalho. De fato, são alguns colegas do trabalho de segurança que propõe a Piolho que faça parte do funcionamento da linha. Prontamente ele decide começar o serviço, seria a oportunidade de fazer parte de uma das mais importantes linhas da zona sul da cidade. Como veremos mais a frente, na época que Piolho começa a trabalhar, os grupos de perueiros informais eram um mercado desorganizado e perigoso, mas altamente lucrativo para as pessoas que trabalhavam diretamente nelas. Depois do

processo de regularização (que será descrito em detalhes na parte 3), a linha se tornou uma cooperativa, sendo atualmente uma das maiores da cidade, com mais de 1500 peruas 'só da ponte pra cá'. Na linha em que trabalha, que faz a ligação entre a represa e o subcentro, atualmente trabalham 17 peruas.

“Quem tava no ponto? O Abraão, que hoje é coordenador. Eu falei “vamo organizar o negócio”. Aí comecei a bater de frente com os perueiro, pra organizar, organizar, organizar... né? Era, nessa época era a época de ouro, todo mundo recebia, ganhava-se muito. Nós ganhava muito dinheiro.”

Quando foi chamado para fazer parte da linha, o emprego oferecido era o de fiscal. O trabalho de fiscal é puramente administrativo, cuja tarefa essencial é organizar o bom funcionamento da linha em relação ao tempo de circulação de cada perua na linha. Em uma linha como esta, de grande extensão, são necessários três fiscais: um no início, outro no meio e um no final da linha, cada qual controlando o tempo de cada perua que parte do começo até o destino final passando pela metade do trajeto. As peruas tem um tempo exato para passarem em cada um destes trechos, para que o rodízio de peruas seja feito de forma igual entre cada uma destas peruas, organizando um rodízio que garante uma igualdade de rendimentos para cada membro da linha. Esta forma de organização é diferente dos ônibus e se manteve mesmo após o processo de regularização. Isto porque, enquanto os ônibus de cada uma das concessionárias são propriedade de uma mesma empresa e os motoristas e cobradores apenas funcionários destas empresas, no caso das peruas, cuja origem é radicalmente diferente, desde o início informal do setor as peruas pertenciam a diferentes proprietários. Isto significa que o controle coletivo do tempo em que cada perua se mantém na linha, assim como os dias e horários mais lucrativos, teve que ser negociado com todos os proprietários,

sendo, ao longo do tempo, o sistema de rodízio aquele considerado o mais justo. Daí a importância dos fiscais: são as pessoas que controlam o lucro das peruas, que na prática significa o tempo de permanência em cada trecho que vai do início até o fim da linha.

O trajeto até a metade do caminho, onde Piolho controla o tempo, deve durar exatos 35 minutos. O que impressiona, é que mesmo sexta feira (dia do pior trânsito), a pontualidade dos perueiros é quase perfeita: Piolho diz com certa dose de exibicionismo e orgulho “daqui a um minuto você vai ver a próxima perua passar ali”, ela passa. A espantosa pontualidade, em uma cidade cujo trânsito caótico é bem conhecido, até hoje é garantida por um sistema informações de rádio, que deixam Piolho atualizado sobre o trânsito e as condições para realizar o trajeto: acidentes, engarrafamentos, problemas mecânicos ou qualquer outro imprevisto que faça a pontualidade das peruas ser comprometida. Tanto controle não é para menos, cada perueiro que atrasa mais de três minutos tem que esperar todos os outros na próxima volta do percurso, e com três atrasos, fica um dia de ‘gancho’, sem trabalhar. Piolho foi uma das figuras importantes na implementação de um rigor na punição que garantia uma qualidade do transporte aos passageiros. A capacidade de disciplinar o comportamento dos motoristas foi tão grande que acabou se tornando o fiscal dos fiscais, acumulando ainda outras funções que o posto inicial de fiscal não prescrevia. Com isso Piolho se tornou o que chama de o “fiscal dos fiscais”.

“Eu sou o fiscal dos fiscais. Ou seja: Minha função... Tem um horário determinado pro... Aqui é, suponhamos, o coração da linha. É o meio da linha. Todos os veículos têm que passar aqui, numa média de 35 minutos. Quem passa além disso, que o outro passar atrás, leva um gancho. Sendo motorista, ele não vai trabalhar no dia seguinte, então ele perde, porque mexe no bolso dele, o carro permanece. Sendo dono do carro, o carro para 2 horas lá em cima. Mas,

tem vez... que com o trânsito - porque o trânsito, quando harpa um, harpa todos - quando se tem o trânsito, não é aplicada essa regra. Tem a regra, também..."

O cargo de fiscal dos fiscais vai muito além da função inicial, acaba por articular a administração de tudo que pode ocorrer de errado nesta linha, seja supervisionando os perueiros, seja os outros fiscais. Ao contrário do coordenador de linha, que cuida das questões mais burocráticas junto às cooperativas, Piolho tem como atividade fiscalizar o funcionamento das peruas em sua circulação na rua. Desta maneira, controla os atrasos de peruas, as faltas de funcionários, administra conflitos dentro e fora da linha. Como a linha passava por dentro do bairro em que morou a vida inteira, Piolho já conhecia quase todos que trabalhavam na linha. E, todos já sabiam que ele era uma pessoa que 'impunha respeito', e que, portanto, poderia "organizar" a linha em questão. Foi desta maneira que Piolho conseguiu também articular um esquema de proteção para que os passageiros não fossem assaltados e as peruas roubadas. Esta parte será discutida mais a frente, também no capítulo 3, sendo importante aqui apenas destacar que Piolho acabou por centralizar diversas funções, inclusive o recolhimento do dinheiro que serviria ao pagamento dos fiscais e da proteção da linha.

"Esse (termo?) "consolidei uma liderança entre os demais"... Porque desde que eu... Porque era o seguinte: cada um recolhia o seu, com o seu carro, do pagamento, né. Só que um carro pagava, o outro não pagava, o outro não sei o que... e aí eles se reuniram entre eles, pra mim recolher, que eu sou o final da linha, eu era o final da linha, na época, aí eu recolhia e mandava o deles."

Os fiscais, ao contrário dos coordenadores, são pagos pelos próprios perueiros. Não tem vínculo com as cooperativas, não sendo funcionários da estrutura administrativa formal. Apesar de não serem trabalhadores registrados, o dinheiro é pago sempre em dia,

toda sexta feira. Evidentemente que os donos das peruas ganham a maior porcentagem dos lucros, mas os fiscais ganham mais, por exemplo, que os motoristas e cobradores que não são donos das peruas. E, Piolho, como o fiscal dos fiscais, ganha mais que os outros fiscais, aproximadamente R\$ 750 por semana. Ele acha justo o que ganha na linha dos perueiros porque acumula muitas funções diferentes.

“A responsabilidade é toda em cima de mim, e a minha carga horária é maior. Aí eu tenho... Ah! É um dinheiro bom. Pra mim... eu diria razoável. Pelo que eu faço. Razoável. É porque... eu trabalho e gosto do que eu faço. Né. Eu não tenho nenhum despertador pra me acordar 4 horas da manhã: é biológico. Eu pulo da cama e venho. Tomo banho... Trabalho na rua em que eu moro. O que que eu quero mais da vida?”

É desta forma que Piolho atua como ‘fiscal do meio’ ou “fiscal dos fiscais”, colocado exatamente no ponto central do percurso da linha. Ali, além de fazer a ‘gestão dos riscos’ e a ‘administração’ da linha, também montou uma pequena birosca.

* * *

Capítulo 2

Hernandes, produção da desordem e gestão da ordem

Hernandes

Hernandes é o apelido de um conhecido perueiro da zona sul de São Paulo, uma liderança destes trabalhadores que, como veremos à frente, perdeu a centralidade na organização dos perueiros quando as condições de trabalho pareciam melhorar. Alagoano de Maceió, nasce em 1953, tendo vivido no nordeste até a idade de 19 anos, quando decide migrar para São Paulo e encontrar a mãe, mulher forte que havia criado os filhos praticamente sozinha depois do abandono do marido. Por estas circunstâncias familiares, Hernandez diz que nunca teve pai e nutre pela mãe uma relação de muito respeito e amizade, fato que motivou a sua vinda para o sudeste a revelia de seu desejo de continuar morando em Maceió. Antes de decidir vir para São Paulo, já trabalhava no ramo do transporte coletivo: quando decide interromper os estudos ainda no primário, por desânimo com a escola e a necessidade do trabalho, já começa a trabalhar como cobrador de lotação. Permanece neste emprego por três anos até conseguir um trabalho melhor como motorista de ônibus, ainda menor de idade e sem carteira de trabalho, porque conta que “parecia mais velho”. A situação precária de trabalho parecia ser a condição para continuar no emprego, pois quando faz dezoito anos e finalmente obtém a carteira profissional perde o emprego e não consegue mais se manter no ramo do transporte coletivo.

Começa, então, a trabalhar como pintor predial, e conta que pintando a fachada dos prédios de Maceió seu salário era muito maior que quando estava na função de cobrador. O problema é que

a saudade de sua mãe era muito grande e, depois de um ano como pintor, resolve então, migrar para São Paulo para encontrá-la. Dona Regina morava na zona sul, em um bairro que é muito próximo, contíguo a Favela da Colina. A casa em que a mãe morava ficou pequena com a chegada de Hernandes e seus irmãos, que também haviam decidido sair de Maceió. Como já trabalhava como pintor consegue rapidamente outro emprego semelhante, na mesma metalúrgica que seus irmãos já haviam conseguido trabalho como operários. A diferença é que agora Hernandes já não pintava com rolos, mas com pistolas, realizava a pintura industrial dos luminosos da cidade grande. Como a família começava a se organizar em São Paulo, decidem alugar uma casa maior, ainda no mesmo bairro da zona sul, onde permanecem em parte até hoje.

Com a situação da família mais confortável, Hernandes resolve procurar um trabalho um pouco melhor e, circulando pelo largo treze de maio, em Santo Amaro, descobre que a SABESP, empresa de águas do Estado, estava precisando de pintores. Resolve participar da seleção, que duraram quinze dias entre testes de pintura e precisão com a pistola em chapas de ferro, provas escritas e exames médicos, que conta "muito rígidos e difíceis". O fato é que consegue passar por todas estas provas e passa então a ser o único da família com emprego público, com estabilidade e tudo mais. Depois de trabalhar mais um menos seis meses na empresa pública, contrai uma doença no pulmão devido a insalubridade da função de pintor e acaba afastado do trabalho. O que poderia ser, para algumas pessoas, um momento de repouso e tranquilidade, por receber um bom salário sem trabalhar, foi uma verdadeira tortura para Hernandes. Ele não gostava de ficar em casa sem fazer nada e, mesmo com as companhias dos novos amigos do bairro nos bares durante todo o dia, Hernandes se sentia como um "inútil", não gostando nem um pouco da sua condição.

É por isto que depois de um ano e meio, quando consegue voltar à empresa, sente-se muito motivado para o trabalho. Depois de novos exames médicos, é oferecida a oportunidade de fazer um curso técnico para trabalhar em outra área de empresa. Ao que parece, seria mais vantajoso para a empresa continuar com ele em seus quadros que arcar com os custos de uma demissão ou aposentadoria. Hernandez decide fazer um curso de mecânica no SENAI no bairro do Ipiranga. O problema é que a realização do curso não excluía a necessidade de continuar trabalhando na SABESP, o que terminava por obrigar Hernandez a fazer uma dupla jornada de estudos e trabalho. Ainda tinha os problemas das distancias entre os lugares: o curso no Ipiranga, o Trabalho em Santo Amaro e a casa em que morava no bairro próximo à Favela da Colina. A tentativa de negociação com seus superiores da SABESP não deu resultado, o que acaba por fazer do primeiro ano de volta ao trabalho muito intenso.

Mesmo com estas dificuldades suplementares neste ano de 1978, Hernandez continuava muito feliz de trabalhar, ainda mais neste setor de mecânica, que gostava mais que o antigo de pintura. Começou primeiro à trabalhar na parte de carros pequenos, mas como demonstrava esforço acabou rapidamente sendo transferido para as maquinas pesadas, ou seja, fazia a manutenção e reparação de guinchos, retro escavadeiras e tratores. Logo após a sua transferência, realiza um curso interno da SABESP de mecânica e em seguida outros cursos mais qualificados, alguns pagos de seu próprio bolso, outros pela empresa, em escolas profissionalizantes de reconhecida excelência como a Volkswagen, MWM, Atlas e a Vasconcelos. Sete anos depois de sua entrada na SABESP, Hernandez jê era um dos mais qualificados na parte de mecânica.

“Fui ganhando oportunidades e então fui estudando em todos estes cursos profissionalizantes aí...na Volks eu fiz o curso lá dentro com os outros operários da fábrica...foi então entrando estas promoções: primeiro maio oficial mecânico, mecânico, mecânico A,B,C, depois mecânico geral até que eu cheguei no topo. Teve até um trem que veio do metrô que eles pediram pra gente reformar. A máquina foi doada, era um trenzinho Maria fumaça que hoje está lá naquele museu do metrô na marginal.”

Hernandes parecia realmente ter potencial, diz que poderia ter chegado até a encarregado, mas interrompeu a sua carreira na SABESP depois de dez anos na empresa, em 1987. Diz que com a mudança de governadores o salário começou a cair muito, Montoro e Quércia rebaixaram muito o salário durante toda a década de 1980, o que fez que no final da década ele passou a ganhar muito pouco. O fato é que decide voltar para Alagoas e montar o seu próprio negócio, trocar a sua vida instável em São Paulo pelo sonho de retornar em uma boa condição para a sua terra natal. Seu projeto era de montar uma empresa de mecânica de grandes máquinas mais avançada, mas o excesso de qualificação o prejudicou, sua grande empreitada acabou se tornando uma mecânica de caminhões na beira da estrada. Gastou quase todo o dinheiro economizado na tentativa frustrada de se tornar empresário e, depois de ainda tentar sobreviver como taxista, resolve voltar a São Paulo. Retorna então para a casa da mãe, no mesmo bairro da zona sul da cidade, onde fica quase um ano desempregado ou trabalhando em oficinas de caminhões de outras pessoas.

Mais uma vez andando em Santo Amaro, fica sabendo de outro concurso, agora na empresa de lixo do município. Faz então os testes e rapidamente é aprovado. Começa a trabalhar na reforma e montagem de caminhões de lixo, mas logo no primeiro ano na empresa sofre um enfarte que o impede de continuar trabalhando. Mais uma vez a licença o força a parar de trabalhar, mas desta vez,

seu tempo de afastamento é muito mais curto. Poucos meses depois do período de recuperação da cirurgia alguns funcionários da empresa municipal vão até a casa de Hernandez para lhe propor de voltar a trabalhar. O caso é que um antigo engenheiro havia sido aposentado e, a proposta que é feita é uma promoção, como supervisor da parte de mecânica da empresa. Diziam que ele era o mais qualificado na área para substituir o engenheiro e que o trabalho seria bem mais leve do que aquele que ele tinha sido contratado.

Para Hernandez era a oportunidade de voltar a trabalhar, em uma função que não comprometeria a sua saúde e, ainda ganharia mais do que como simples mecânico, seria agora supervisor de toda a parte de mecânica na empresa. Ainda havia mais um desafio que o motivava: era o momento em que desenvolviam um novo sistema de eixos para os caminhões que faziam a coleta do lixo e, para ele, participar do desenvolvimento do projeto era um motivo de satisfação e orgulho.

. “Eu que montei essa linha de montagem desse caminhão, aquele terceiro eixo fui eu que inventei. Se você vê estes caminhões da enterpra, eles tem três eixos, tinha que botar um eixo a mais, então eu e o caminhão, a gente bolou este eixo especial, porque pra economizar pneu, tem que ter este eixo, que é acionado de dentro da cabine.tudo na pneumática. A gente que bolou, primeiro não deu certo e depois funcionou, até hoje ta rodando.eu criei várias máquinas, de apertar grampo de eixo de caminhão com grampo, no tempo que eles faziam um caminhão, a gente passou a fazer quatro. Eu como vinha de firma grande conhecia e improvisava o equipamento.”

Hernandez diz que junto com um encarregado que se tornou um grande amigo desenvolveram muitos projetos juntos na empresa de lixo. Considerava o seu trabalho uma espécie de arte e, junto com seu encarregado eram os artistas principais de toda a parte da mecânica. Mas o sucesso de Hernandez causava muita inveja na empresa, principalmente do supervisor geral, que era

engenheiro e não gostava que alguém sem formação universitária pudesse merecer um destaque maior na empresa do que ele mesmo. Começaram então alguns conflitos que terminam com a transferência de Hernandes para outra garagem da empresa, longe dos projetos desenvolvidos para os carros de lixo. Este conflito acabou por irritar muito Hernandes, que considerava injusto a falta de reconhecimento dos superiores sobre o seu trabalho, ainda mais por um motivo que envolvia mais a vaidade do supervisor do que a competência técnica no trabalho. Segundo Hernandes, o engenheiro não sabia improvisar para trabalhar e não tinha conhecimento prático como ele, e que este era o motivo de sua transferência.

Como Hernandes já possuía um laudo médico que o permitiria se aposentar, resolve então forçar a sua demissão pedindo um acordo com a diretoria da empresa. Depois de muito conversa durante uma semana, a solução foi a aposentadoria de Hernandes por invalidez. É desta maneira que Hernandes diz que começou a trabalhar como perueiro: de um lado seria um trabalho autônomo, sem patrões que rivalizassem com ele, ao mesmo tempo em que, em seu negócio próprio, seria uma boa oportunidade de poder utilizar de alguma maneira as suas competências como bom mecânico que era. Como estava formalmente aposentado e, não gostava de permanecer inativo, compra a sua primeira perua.

"aí eu fui aposentado e foi quando eu entrei no sistema de lotação.". DH- como foi isso? "eu queria um serviço qualquer, mas eu não podia trabalhar com serviço pesado, aí eu ia fazer o que? Ficar inútil? Com o dinheiro da aposentadoria...eu até podia ficar em casa com o que recebia mas...eu não sou um cara aleijado, nada...eu tinha que fazer alguma coisa, trabalhar né meu? Aí eu comprei uma perua velha e reformei. DH- mas como é que foi isso? "

* * *

O Processo de Regularização dos Perueiros

Privatização da CMTC

Será importante se deter um pouco na maneira pela qual Hernandes decide trabalhar com o transporte coletivo. Encontrava-se na situação descrita acima: aposentado e com vontade de continuar a trabalhar, pensando em alguma atividade para aumentar os rendimentos que sua aposentadoria garantia, ao mesmo tempo em que pudesse desenvolver as suas competências, não querendo se sentir “inútil”. Contudo, devemos ainda acrescentar alguns elementos que fazem parte do campo de poder em que a história de Hernandes transcorre, na medida em que fazem parte da composição das circunstâncias de sua decisão. Estudar o transporte clandestino é um tema interessante justamente porque este setor foi alvo de um conjunto de ações governamentais, sobretudo, mas não exclusivamente municipais, que organiza este mercado muito intensamente. Será importante qualificar de maneira mais precisa como o setor do transporte clandestino se organizava segundo uma sobreposição dos mercados de oferta dos serviços prestados e de proteção, ou seja, as articulações de dimensões econômicas e coercitivas¹⁵¹.

O momento que Hernandes é aposentado da empresa de lixo do município, na metade dos anos de 1990, coincide com a privatização da empresa de transportes da cidade de São Paulo, a antiga CMTC (Companhia municipal de transportes coletivos). A poderosa empresa pública se transforma em uma agência de regulação da gestão do transporte coletivo, a SPTrans uma empresa

¹⁵¹ Este duplo crivo segue, de forma mais ou menos sistemática, o critério de pertinência sugerido por Michel Misse e Charles Tilly. TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus*. São Paulo: Edusp, 1996. MISSE, Michel. *Crime e Violência no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.

ainda pública, mas responsável apenas pela gestão do transporte na cidade (nos moldes das agências reguladoras). Este capítulo, da longa e complicada história dos transportes coletivos de São Paulo é central para entender a história recente dos transportes coletivos na cidade até os dias atuais. A metamorfose que a empresa sofreu terá desdobramentos que serão discutidos até o final desta parte. Segundo os princípios de uma gestão moderna do transporte urbano municipal, a prefeitura tinha por objetivo a racionalização da operação e redução do déficit previsto pela manutenção da administração da CMTC como empresa operadora.

“A alteração do perfil da frota, da quantidade de ônibus e de funcionários eram medidas indicadas que exigiriam altos investimentos e não gerariam, necessariamente, redução de custos. Optou-se, então, por encerrar as atividades operacionais da antiga CMTC, através da “privatização” de toda a operação dos 2.700 ônibus e das respectivas garagens, reduzindo o quadro de pessoal de 27 mil para cerca de 1.200 empregados. Esse processo se valeu da flexibilidade do mesmo modelo de gestão estabelecido pela Lei No. 11.037 / 91. A forma de remuneração dos serviços prestados pelas empresas contratadas foi inovada, alterando-se o critério anterior de pagamento, calculado pelo custo do quilômetro rodado, por um valor limite por passageiro transportado. A antiga CMTC foi então transformada na São Paulo Transporte S.A. - SPTrans, nova denominação adotada a 8 de março de 1995 para a empresa que ficou voltada somente à gestão do sistema de transporte da cidade.¹⁵²”

A alteração do modo de calcular os custos de “remuneração dos serviços prestados”, mais moderna e racional, provocou uma redução da oferta de ônibus e um corte muito expressivo dos quadros de funcionários. Evidente que este cenário é polêmico nas suas duas pontas. Primeiro, em relação a redução de oferta do transporte, nos debates entre os especialistas, não há consenso se o problema foi a diminuição da frota ou se foi a relação passageiro-ônibus que foi reduzida, através da pressão por novas linhas,

¹⁵² Site da atual SPTrans. <http://www.sptrans.com.br/>

sobrepostas, que empresas realizavam junto a SPTrans. Apesar de a polêmica ser a avaliação das causas para isolar precisamente o fator determinante, o fato é que o sistema de transportes apresentava um declínio do número de passageiros por dia¹⁵³. A renovação da frota realizada pela prefeitura, benefício suplementar que as empresas obtiveram no negócio e fazia a publicidade da 'eficiência da gestão', não encobria a deficiência do sistema, mas talvez tenha justificado o aumento da tarifa e a alta dos subsídios municipais a cada ano. Mesmo depois de um segundo acordo firmado entre a prefeitura e as empresas privadas de ônibus, em que um contrato 'ainda mais racional' e preciso foi firmado para acabar com o sobre lucro das empresas e tornar o serviço mais eficaz, a oferta de ônibus continuou a declinar. O que deveriam ser um fator de racionalização da gestão dos transportes urbanos produziu efetivamente um momento de grave distúrbio no sistema do transportes e na circulação na cidade, atingindo, claro, as pessoas que dependiam deste meio de transporte.

É neste momento, por uma decisão do poder municipal de transformar o modo de organização dos transportes na cidade via privatização, que a explosão dos perueiros se torna uma realidade em São Paulo. Apesar do transporte clandestino existir na cidade de São Paulo há muito tempo, é no decorrer no ano de 1995 e no período subsequente a desmontagem da CMTc, concomitante a criação da SPTrans, que os perueiros começam a se multiplicar pelas ruas da cidade, em um crescimento acelerado. A redução da oferta de ônibus provocou uma carência que abriu espaço para um sistema "auxiliar" informal, os perueiros, que realizaram a cobertura de um serviço público fragilizado e anteriormente já muito precário.

¹⁵³ BRASILEIRO, Anísio e Henry Etienne (orgs.). *Viação Ilimitada*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1998. VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara. *Transporte Urbano, Espaço e Equidade*. São Paulo: Annablume, 2001. ZARATTINI, Carlos. Circular (ou não) em São Paulo. *Revista Estudos Avançados da USP*, vol.17, número 48, 2003.

Do ponto de vista da oferta de serviços que o setor de transporte clandestino se desenvolve, o ponto central diz respeito à abertura de oportunidades que o processo de privatização possibilitava.

Contudo, seria um engano ou uma simplificação enquadrar a questão como um caso de desregulamentação dos transportes urbanos como foi o caso de outras experiências de privatização do setor em outros países¹⁵⁴. Se houve a abertura para um serviço de cobertura do transporte pelos clandestinos, isto não se deve apenas a uma renúncia ou abandono estatal do setor, mas sim uma decisão de mudança na direção de condução do sistema de transportes no sentido da gestão eficaz dos serviços urbanos. O modelo de boa gestão urbana não é uma retirada pura e simples do governo de suas funções públicas, mas uma reorientação para práticas experimentais que são avaliadas em cada momento segundo as oscilações que apresentam algumas variáveis isoláveis em um meio controlado, e que são moduladas segundo os seus resultados. Governo a distância¹⁵⁵, mas com uma incidência governamental que não necessariamente é menor por isto. O leque de variáveis que compunham o sistema de transportes, contudo, era conflitivo e explosivo, fato que teve que começar a entrar nos cálculos dos técnicos da prefeitura, após o grande aumento do transporte clandestino. Esta é uma das hipóteses que tentarei trabalhar. A validade e as conseqüências deste quadro devem ser exploradas em detalhes e não serão objeto central desta pesquisa, mas até o ponto em que o alcance desta pesquisa permite, posso destacar duas observações.

Primeiro, o momento de explosão dos perueiros deve ser sempre circunstancializado, para que não decorremos em simplificações. Alguns autores, inclusive, apontam uma

¹⁵⁴ BRASILEIRO, Anísio e Henry Etienne (orgs.). *Viação Ilimitada*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1998.

¹⁵⁵ EPSTEIN, Renaud. *Gouverner à distance: quand l'État se retire des Territoire*. Revista Sprit, novembro de 2005.

convergência entre os empresários donos das empresas de ônibus e os nascentes proprietários das peruas¹⁵⁶. Como ressaltai, o primeiro contrato entre a prefeitura e as empresas mudou a maneira de calcular o repasse pelo serviço. Sendo calculado da nova maneira, por quilometragem e não por passageiro, o resultado foi a sobreposição de linhas e defasagem da relação passageiro-transportado-ônibus, além de carência em diversas regiões. Do ponto de vista dos perueiros, esta abertura indicava que poderiam conviver com os ônibus em lugares de grande demanda, ainda que isto criasse problemas na arrecadação geral. Se em um primeiro momento poderia ter havido tolerância do grupo dos empresários das empresas de ônibus em relação aos perueiros, quando o segundo contrato é realizado, os empresários são obrigados a se rearticularem para não perderem espaço no mercado dos transportes. No quadro do primeiro contrato, isto pouco importava porque as empresas lucravam mais sem a necessidade de ampliar a prestação de serviços, mas agora as regras do jogo colocavam os empresários em concorrência com os perueiros. Estes apontamentos absolutamente relevantes dos contratos oferecem algumas respostas, mas não todas para a questão. É preciso ressaltar que, os empresários das antigas empresas de ônibus, já habituados com a inconstância das administrações, sempre souberam se acomodar e tirar o melhor benefício das diferenças de diretrizes dos mandatários municipais. Basta lembrar que, pouco antes da privatização da CMTC a empresa havia sido municipalizada pela mandatária anterior, cujo princípio de maior intervenção municipal no setor tinha já alterado muito a forma deste mercado. Fato é que, o caráter oligopolístico do transporte na cidade tendeu sempre a se concentrar em poucas pessoas que souberam muito

¹⁵⁶ BRASILEIRO, Anísio e Henry Etienne (orgs.). *Viação Ilimitada*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1998.

bem se adaptar as inconstâncias do setor¹⁵⁷. Assim, o grupo dominante de empresários permitiu a entrada de outros grupos no setor no momento das privatizações, que logo depois entram em declínio, abrindo espaço para a sua retomada posteriormente.

Segundo, a abertura desta oportunidade feita pela prefeitura mantém também relação com os trabalhadores demitidos. Os dados concretos são inexistentes, mas acredita-se de maneira vaga que 'a maior parte' dos antigos funcionários públicos foi incorporada pelas empresas privadas. Disto não se tem certeza. Mas estes trabalhadores perderam o emprego em um momento em que a taxa de desemprego era de quase 20% da mão de obra ativa. Seria apressado dizer que os trabalhadores que compunham o sistema de transporte clandestino tiveram em sua totalidade origem nos antigos funcionários da CPTM. Mas, a quantidade de perueiros que tem em sua trajetória uma passagem pela CMTC é efetivamente impressionante, fato que seria facilmente possível de constatar em um levantamento sobre os trabalhadores deste setor. Em sua época, a carreira como funcionário da CMTC foi um posto muito desejado entre os moradores da periferia, pelo bom salário e a estabilidade do trabalho, mas também pelo que a empresa representava, em muitas entrevistas pude perceber ser um motivo de orgulho ter sido trabalhador da CMTC. Poder-se-ia afirmar, com base nestas entrevistas, que os trabalhadores demitidos nunca mais conseguiram um trabalho melhor ou igual ao que tinham na CMTC, mesmo os que foram reincorporados nas empresas privadas de transporte que faziam parte da SPTrans. Os demitidos, no entanto, conheciam muito bem os percursos que os ônibus realizavam, os buracos da malha de cobertura, sabiam como organizar a linha e suas falhas, conheciam os meandros do que chamam de 'sistema',

¹⁵⁷ BRASILEIRO, Anísio e Henry Etienne (orgs.). *Viação Ilimitada*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1998.

portanto, eram capazes de realizar o mesmo trabalho de maneira informal.

Poderíamos afirmar que o processo de racionalização da gestão pública dos transportes municipais incitou o crescimento deste segmento do mercado informal, o transporte clandestino. Poder-se-ia igualmente responder que o processo foi mal conduzido ou que o processo não foi realizado como deveria, portanto, que um processo “verdadeiramente racional” não teria produzido esta situação contraditória. Poder-se-ia também argumentar que estas circunstâncias revelam algo da maneira como a mecânica da gestão municipal funciona, não do ponto de vista de um programa, mas das suas efetivações concretas, dos efeitos que ela produz efetivamente e que, somente isto deveria ser considerado conseqüentemente. Mas finalmente, poder-se-ia dizer que o importante não são os efeitos concretos, mas o ajuste que deveria ser perfeito entre “o que é” e “o que deve ser”. Mas então todas estas afirmações seriam consideradas um tanto quanto especulativas no estado atual das análises. Atualmente, pensa-se que, ou bem se faz uma pesquisa que avalie determinada política governamental para aperfeiçoá-la, ou todo o resto são divagações de cunho especulativo, críticas vazias e sem Utilidade.

* * *

Associações e Cooperativas

É por isto que Hernandez segue como “pretexto narrativo”, e suas escolhas podem ser “boas para pensar”: ele tomava uma cerveja em um bar próximo à Favela da Colina e observava a falta de transportes para os trabalhadores do bairro que seguiam para o trabalho, não havia transporte próximo a saída da Favela da Colina para quem quisesse ir do bairro em direção ao sub centro de Santo Amaro, onde estes normalmente se encaminhavam para o serviço. Ele observava também que os moradores da Favela da Colina e as suas adjacências dependiam muito do comércio e dos serviços que, na época, só eram disponíveis no centro de Santo Amaro: mercados, correios, banco, comércio. Neste momento “ir para o centro” queria dizer ir até ao sub centro regional da zona sul, em torno da qual este comércio cresceu. No entanto, não havia nenhuma linha de ônibus que servisse esta população. Daí a idéia de começar a trabalhar com um transporte alternativo, comprar uma perua para trabalhar naquele trecho. Para fazer este trecho os moradores tinham duas opções: Era preciso andar um longo trecho a pé até uma avenida maior antes de conseguir um ônibus que chegasse até lá. Neste momento em que Hernandez decide começar a trabalhar como perueiro, a espera por ônibus neste ponto distante da favela era ainda maior que anteriormente e, apenas alguns poucos perueiros provenientes de outros lugares ajudavam os moradores em relação ao tempo de espera. Havia ainda um taxista, um senhor que não ficava parado, sempre realizando idas e vindas, que os moradores mobilizavam quando precisavam chegar rapidamente em algum lugar, por estarem atrasados para chegar ao serviço ou por uma urgência circunstancial, como por exemplo, chegar a um hospital. Mas a escolha entre o incomodo de caminhar e esperar longamente um ônibus ou o alto preço do taxi abria caminho para uma linha local, de maior proximidade com os moradores. Conversando com

amigos, Hernandes pergunta quanto era possível lucrar com a implantação de uma linha de peruas e, percebe que aquela necessidade dos moradores poderia ser uma oportunidade. Decide então começar o negócio. Os amigos dizem para ele procurar uma associação que funcionava no largo Treze de Maio antes de comprar a perua.

. “Era uma associação, né, dos perueiros...aí eu fui lá, eles falaram ‘se você quiser é só montar uma linha sua, se não tiver outras lotações é só montar’, aí eu fui lá e me cadastrei, coloquei na linha aqui, não tinha nada e o pessoal precisando...fui lá e coloquei, no início eram vinte passageiros por dia.”

Os primeiros meses foram os mais difíceis para Hernandes. As pessoas ainda não tinham conhecimento que existia uma nova linha no bairro e o número de passageiros era muito pequeno. Pensou em desistir, mas como já havia dado a entrada em uma perua Kombi zero quilômetro, resolveu insistir um pouco mais. Hernandes acordava cedo, antes do horário de saída para o trabalho, continuava fazendo as viagens durante a tarde, o período de menor movimento, e depois, no final da tarde, conseguia ainda realizar mais algumas viagens no sentido contrário.

“Eu trabalhava pela manhã e a tarde. Levava de manhãzinha, só duas viagens pela manhã. Tinha um moleque que trabalha comigo e até hoje trabalha, ele começou como cobrador, eu deixava eles e dava mais umas duas ou três viagens. Depois a tarde eu chegava e lotava até umas 9 horas da noite. Aqui só tinha eu e mais um cara que trabalhava. Era quando o pessoal saía do trabalho. Eu ficava com a perua, saía de madrugada, dava umas duas ou três viagens. A tarde eu continuava trabalhando. Naquela época tinha menos peruas. Aqui só tinha eu e mais um cara que trabalhava.”

Aos poucos consegue se estabilizar e, algum tempo depois já ganhava um bom dinheiro com a perua que havia comprado. Pensa então em ampliar o tamanho da linha, vindo de mais longe, no extremo sul da cidade, perto da represa de Guarapiranga e seguir

até Santo Amaro, no largo Treze de Maio. Este é o formato da linha até hoje. Neste meio tempo, outras peruas já realizavam o mesmo percurso com Hernandes. Como a demanda era realmente grande, não havia problemas de dividir a linha com outras pessoas, na verdade ele considerava que isto fortaleceria a instalação definitiva do trecho. Cada novo perueiro que começava a trabalhar na linha conversava primeiro com Hernandes e, feitos os acertos de repartição dos custos operacionais e organizados os intervalos de tempo na linha, não havia problemas em incorporar novos perueiros. De fato, Hernandes começava a se tornar uma pessoa importante na linha. Um dia, conversando com o presidente da associação, este lhe faz uma proposta de divisão de tarefas. Como o presidente desejava se candidatar ao cargo de vereador, faria o trabalho necessários entre os perueiros e moradores dos bairros em que a linha passava, enquanto Hernandes seria o novo presidente. Coincidentemente, na mesma época, a associação se transformava em cooperativa, porque a possibilidade de regularização concedida pela prefeitura passava pelo estatuto de cooperativas, não mais de associação. De fato, a cooperativa aproveitava a infra estrutura e os funcionários da antiga associação, inclusive mantendo a antiga diretoria e o mesmo prédio. É neste momento que Hernandes começou a entender de forma mais ampla como funcionava o esquema do transporte em São Paulo. Como novo chefe da cooperativa, tinha basicamente duas funções a mais que os outros associados: de um lado tentava organizar as relações junto à prefeitura, ou seja, fazer os trâmites das demandas dos pedidos de regularização dos associados e resolver os casos de peruas apreendidas nas fiscalizações, negociando diretamente os preços para a liberação. De outro lado controlava com o tesoureiro o fundo de caixa, recolhido com a contribuição dos associados e era usado, basicamente, para pagar os funcionários que ficavam na cooperativa e, principalmente, no pagamento da proteção da linha.

* * *

Mercadoria política 1

Vale a pena se reter um pouco mais nesta descrição dos detalhes de funcionamento da nova cooperativa, pois eles são reveladores da maneira como o esquema do transporte clandestino funcionava de forma mais ampla. Apesar da entidade de Hernandez ser uma das primeiras a operar em São Paulo sob este novo estatuto de cooperativas, os seus associados não conseguiram se regularizar e integrar o sistema formal de transportes. Mesmo seguindo as determinações da prefeitura, não apenas em relação ao estatuto jurídico, mas também a organização de todos os documentos necessários, que variavam de um momento a outro, e a descrição das áreas de atuação, a SPTrans não concedeu a permissão para que pudessem circular formalmente na cidade naquele momento. Hernandez pensa que isto não foi ocasionado por falhas nos protocolos de pedidos ou na organização da cooperativa, mas por interesses de que outros grupos de perueiros ganhassem a permissão. As cooperativas escolhidas, segundo Hernandez, não eram as maiores, as mais antigas ou mais estruturadas, e sim as que tinham uma relação mais próxima com o grupo governista. No caso da cooperativa de Hernandez, o antigo presidente da associação que tentava se tornar vereador tinha como padrinho político um dos líderes governistas da época. O problema é que, nas negociações internas dos governistas, por não ser considerado um candidato com potencial de conseguir muitos votos, acabou ficando em um grupo de “espera” em relação aos pedidos de regularização. Como o número total de regularizações era muito baixo, segundo Hernandez “apenas para dizer que estavam fazendo alguma coisa em relação à isto”, os membros da cooperativa não conseguiram se formalizar. De fato, a regularização foi muito reduzida no final dos anos noventa, foram pouquíssimas cooperativas que conseguiram o

benefício se contabilizada a estimativa total de perueiros, aproximadamente dez por cento do total estimado.

Em relação à outra função que Hernandes exercia junto à prefeitura, a liberação das peruas apreendidas, o esquema estruturava-se no escalão mais baixo da hierarquia dos poderes públicos. Tratava-se na verdade de todo um mercado de extorsão organizado a partir da apreensão de peruas. Podia-se negociar os preços pagos aos fiscais da prefeitura no momento das temidas blitzes ou, a partir de uma 'tabela' de preços mais alta, na garagem da SPTrans. Havia ainda mais uma variável do mercado de extorsão dos fiscais, os fiscais da EMTU, a empresa do governo do Estado, que deveriam se ocupar somente dos trajetos intermunicipais. O fato é que os fiscais por vezes competiam pelo mercado de extorsão e por vezes cooperavam. Como a cooperativa de Hernandes operava tanto em trechos intra e intermunicipais, era obrigada a negociar com os dois tipos de fiscais. Hernandes conta um episódio em que os fiscais do governo do Estado tentaram apreender a sua perua, que realizava um percurso dentro do município. Neste caso, mesmo a perua estando irregular, não cabia a estes fiscais a apreensão. A discussão acabou sendo feita de tal modo que parte das pessoas que realizavam a proteção da linha, patrões do tráfico local, os fiscais, e até policiais militares foram juntos na delegacia, onde o preço da liberação foi negociado.

Finalmente, o sistema de proteção. O problema se dava nas avenidas principais, onde muitos grupos de perueiros provenientes de vários lugares se encontravam. Os perueiros já instalados, entre irregulares e alguns poucos regularizados, não gostavam que outras peruas "atravessassem" o trecho em que trabalhavam. Hernandes conta como foi um destes momentos de encontro com outros perueiros.

“um dia em Santo Amaro: pô, CE ta atravessando, tudo, bem a gente conversa, aí eu tava com um passageiro, pô de novo, eu falei, vamo aí, mas eles passaram...depois me fecharam em Santo Amaro eles me fecharam, tinha uns vinte carros, tudo armado, moto, carro particular, foi foda, puta medo do caralho.”

Naquele momento tenso, Hernandes explicou que a sua linha vinha de outro bairro, trazendo passageiros de outros lugares e que, portanto, aquilo não configurava “atravessar” a linha, passava simplesmente na avenida principal, mas não poderia fazer o caminho de outra maneira. A situação se acalmou, com tudo esclarecido, passaram a ser aliados de linhas, contra outros possíveis “invasores”. Mas aquela história fez com que Hernandes entendesse que precisava de ajuda para a manutenção da linha e, que para isto, a proteção da linha seria necessária. Somente depois deste incidente que o antigo presidente explicou como Hernandes deveria agir. Com a contribuição dos associados da cooperativa, o problema poderia ser resolvido através das relações que o antigo presidente já herdara de seu padrinho político, não coincidentemente, o poderoso vereador que Piolho trabalhou nas campanhas eleitorais. O esquema não funcionaria com o apoio de ex seguranças privados como Piolho, que apenas cuidavam da segurança pessoal do vereador, mas sim através de uma biqueira, um ponto de vendas de drogas muito conhecido na região, que será descrita à frente. Cabe aqui somente ressaltar que, no fundo, tratava-se do segundo mercado de extorsão à que estavam submetidos os trabalhadores do transporte informal, este não mais ligado diretamente à prefeitura via fiscais, mas sim indiretamente, via um representante eleito e suas ligações com o tráfico de drogas.

Mas então será importante trabalhar isto mais de perto. A sobreposição de mercados de extorsão fazia parte da maneira pela qual o mercado do serviço prestado, no caso o transporte, era organizado e regulado. Isto, como relatado por Hernandes, passava

diretamente pelos fiscais da SPTrans ao fazer a gestão informal dos preços negociados para a liberação das peruas, seja nas blitzes, seja nas garagens. De outro lado, o acordo com os traficantes para realizar a proteção da linha. Ainda que esta pesquisa não possa realizar afirmações de alcance mais geral para toda a cidade de São Paulo, é de interesse descrever o modo como estes mercados funcionavam no caso da cooperativa informal que Hernandez organizava. Neste caso, tudo era improvisado e funcionava com base nos acordos verbais, a palavra empenhada organizando os acordos. Estes acordos que passavam pelos pequenos pontos de venda de drogas, porosidade entre o transporte informal e o mercado do ilícito, existiam para garantir a segurança dos veículos assim como dos passageiros. O acordo com um pequeno ponto de vendas de drogas era o seguinte: em troca da proteção garantida pelos traficantes, os perueiros pagavam certa quantidade em dinheiro no final de cada semana. De qualquer maneira eram pequenos acordos entre conhecidos em uma pequena linha de peruas de bairro. Tudo muito improvisado, pouco articulado, quase horizontal, pouco estruturado, com grande margem de negociação entre as partes.

Hernandes tem uma visão muito prática no que diz respeito a esta questão da proteção que era garantida pelos traficantes da biqueira da região. Diz ser inquestionável que a polícia não consegue garantir a segurança dos passageiros e do dinheiro das peruas contra eventuais problemas que ocorram nas linhas. Segundo Hernandez, nas empresas de ônibus não há muita garantia para esta segurança, e nas peruas, esta funcionaria melhor. Toma o exemplo de pessoas que não querem pagar o bilhete de ônibus.

“O cobrador foi um palhaço porque não é nada dele. É da empresa. O quê que tem o cara passar por baixo? Se o cara quer passar por baixo, que passe! Fazer o quê? Na lotação, se o cara falar que não tem dinheiro a gente na hora diz:

"depois você paga". Se não pagar também é melhor do que correr risco. A gente sabe manobrar, não criamos caso sem necessidade. Cobrador de ônibus fica com medo, fala que é da empresa, que tem medo de perder o emprego. Ninguém sabe que essa é a realidade, mas os cobradores falam isso. Os caras entraram com uma mochila, eram dois morenos, chegaram e falaram que iam passar por baixo, o cobrador começou a discutir com eles, sacaram o revolver na cara dele. Se os caras quisessem matavam ele, o motorista, quem estivesse perto. Por quê? Por causa da passagem. Essa é uma qualidade que falta para eles e os próprios empresários poderiam instruir os cobradores.

Cobrador de ônibus se ele for assaltado, se os caras levarem o dinheiro eles tem que fazer a reposição. Nunca vi um negócio desse. O dinheiro tem que ficar guardado lá. Se for 60 reais e ele tiver só 50 os 10 da diferença ele tem que repor. É uma coisa completamente errada. Podia até roubar 200 mil. A empresa que arrume um esquema de seguro. O cara não vai forjar um assalto todo dia. Coisa que não acontece em lotação. Muitos passageiros preferem ir de lotação. É claro que acontece do perueiro ser assaltado mas é muito difícil. A poucos dias atrás um senhor saiu de um banco, recebeu o pagamento dele, 400 reais. Pegou o dinheiro, colocou no bolso e veio embora. Pegou a minha perua. Entrou, sentou e com ele sentou dois caras junto. Só que ele não sabia que os caras estavam seguindo ele desde o banco. No meio do caminho os caras encostaram o revolver nele e ninguém viu. Nem os outros passageiros. Os caras cataram o dinheiro dele, pediram para parar o carro, desceram e ainda pagaram as três passagens para o meu cobrador. Depois que eles desceram é que o cara contou. Depois a gente recuperou o dinheiro, cê ta entendendo?"

É evidente que o mercado de proteção das linhas não é um procedimento que alimenta as chamadas ligações perigosas¹⁵⁸, constitutivas das soluções violentas que ocorre nas periferias. Mas as relações com o trafico, através de acordos de palavra entre pessoas que habitavam no mesmo bairro, não parecem ser exatamente o centro do problema da violência constitutiva deste mercado. As negociações que se passavam entre os fiscais e as disputas inter e intra cooperativas informais, estas sim realmente

¹⁵⁸ MISSE, Michel. Crime e Violência no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.

perigosas, explicam muito mais como este mercado do transporte clandestino se estruturava e poderia conduzir a desfechos violentos.

Hernandes conta que, como a cooperativa passava a se tornar maior e mais importante a cada dia, pessoas da diretoria da cooperativa tentaram “tomar” o seu lugar como presidente. A estratégia utilizada era sobrepor uma linha no mesmo trecho que operava a cooperativa de Hernandez a partir da promessa que os perueiros teriam menos problemas com os fiscais e que, a regularização seria mais rápida e efetiva. Segundo Hernandez, isto se fazia através de contatos que uma mulher tinha com outros aliados políticos, a polícia e alguns fiscais que, desta forma, garantiriam uma melhor negociação ‘dos benefícios’ junto à prefeitura para os perueiros. Ao mesmo tempo, para pressionar Hernandez, esta mulher foi até a casa deste com algumas pessoas, segundo ele, com policiais que também participavam do esquema de extorsão.

“No domingo...eu tinha saído com a minha mulher pra fazer compras, quando eu voltei tava cheio de perueiro na frente da minha casa, cheio de perua de lotação, tudo armado. Essa mulher chamou a linha dela e os caras de uma outra linha...veio tudo na porta da minha casa, aí ‘a gente tem que conversar com você’, eu falei, aqui não, vamo pro ponto final ‘cê vai ver’ aí os cara ‘cê vai?’ aí eu falei, tem que ir, senão é pior...vai pensar que eu to com medo,”. Chama os perueiros de sua linha e os aliados, armas na mão, “vô te matar”. Eles estavam em maioria, então eu disse ‘você podem até me matar, matar todo mundo, mas alguém vai correr atrás de você, de você e de todo mundo’. Mas alguém disse, cês sabem quem é o cara, vai ser ruim...”

A partir da constatação do equilíbrio de forças que ambos os grupos possuíam, foi aberta a negociação. De um lado os grupos de proteção de policiais e traficantes e, de outro o “apadrinhamento político”, ambos poderosos e sem o interesse de iniciar um conflito pela linha que poderia desgastar os dois grupos e seus esquemas

de funcionamento. Decidem abrir duas linhas, mas por falta de pessoas a segunda linha acabou sendo reincorporada a cooperativa de Hernandes. O que esta história ilumina com precisão é o modo de funcionamento esboçado na parte anterior, que articula diferentes mercados de proteção dentro e fora dos poderes municipais e estaduais e também os grupos de traficantes. A relação entre estas, contudo é sempre diferente, dependendo da constituição das alianças compostas por cada grupo. Neste caso, os padrões do tráfico de drogas, como a polícia, aparece apenas como parte da coerção ou da violência potencial que pode ser mobilizada, mas completamente submissos as vantagens que a regulação mercado organizada pelos funcionários do poder público poderiam manipular. Trata-se de um quadro complexo e que, muito provavelmente será diferente em cada região da cidade, dependendo sempre dos acordos e negociações que ocorrem segundo uma história local própria. Contudo, pelos dados organizados sobre os perueiros no bairro e na região e pela história local das atividades criminosas, ainda a ser explorada na próxima parte, é possível dizer que, de maneira geral, os acordos que permitiam o funcionamento do mercado do transporte clandestino eram fragmentados, difusos e muito circunscritos localmente. Não havia nenhum grupo que pudesse estabelecer uma hegemonia completa sobre os outros. Nada que indicasse uma organização de maior envergadura, com ligações sólidas e estruturadas que pudesse ser pensada sob o título de uma "organização criminal" no sentido mais forte do termo, ou seja, algo que sugerisse uma organização de maior envergadura, com ligações sólidas e estruturadas que pudesse ser pensada sob o título de "crime organizado".

As considerações feitas no capítulo 1 do presente trabalho ganham aqui toda força de uma demonstração concreta. Efetivamente, a analítica do poder a partir de uma descrição de sua

mecânica ou, mais precisamente, pensar as margens e suas práticas como produto de um campo de poder dado pela sua incidência, aqui pode ser visto com toda a sua clareza. Em primeiro lugar, o processo de metamorfose da CMTC em SPTrans, em segundo as atividades das entidades associativas dos trabalhadores do transporte clandestino, tudo sendo feito no campo produzido pela ação da prefeitura. No centro, a produção de uma demanda do transporte clandestino via a privatização da antiga empresa pública. De um lado a regularização da categoria junto à SPTrans por meio de acordos clientelísticos e a negociação da liberação das peruas apreendidas através da corrupção dos fiscais, de outro a proteção organizada pela associação de membros da câmara municipal com o tráfico de drogas. Nada disto se faz paralelamente aos poderes municipais, mas sim em convergência com este, no raio de ação delimitado por este. Se estes pontos não são suficientes para convencer o leitor das proposições do primeiro capítulo, talvez a clareza em que isto ocorre no caso do processo de regularização total deste segmento, a sua formalização, possa satisfazer os mais exigentes.

A criação as SPTrans e a “guerra contra a máfia dos perueiros”

Se o esforço acima foi de iluminar como a metamorfose da CMTc na SPTrans produziu um campo de práticas, a tentativa agora é de demonstrar como este mesmo campo é reconfigurado no momento da formalização do setor:

A explosão do transporte clandestino poderia ser descrita nos termos da concorrência com o sistema formal, dada a maior eficiência do transporte clandestino, sobretudo, em relação a quatro pontos: O primeiro ponto, já discutido à exaustão, porque estas empresas privadas não conseguiam ou não se interessavam em garantir uma oferta de ônibus suficiente para a demanda de passageiros, o que ocasionava a sobre lotação dos ônibus que circulavam em algumas linhas e carência em outras. Segundo as linhas criadas pelos perueiros eram mais cômodas para os passageiros porque passavam em trechos locais, mais próximos dos locais de moradia. O fato de poder conseguir acessar o transporte a poucas quadras das suas casas era vista como grande vantagem para aqueles que anteriormente deveriam andar alguns quilômetros até a avenida principal mais próxima. Terceiro o transporte clandestino oferecia itinerários alternativos muito mais rápidos e vantajosos para a circulação pela cidade. Os perueiros transitavam por caminhos que muitas vezes contornavam as grandes avenidas e os congestionamentos, percorrendo trajetos mais curtos e viagens menos demoradas. Ainda existia uma prática impensável no sistema de ônibus, em que o motorista conversava com os passageiros para saber os destinos e improvisar caminhos mais rápidos, ou, no caso de lotação máxima da perua, evitar a parada em pontos para pegar outros passageiros. Quarto porque a passagem era vendida a um preço muito mais barato, quase metade do preço. O custo do transporte não deve ser desprezado como despesa, já que sempre foi parte importante do orçamento familiar. Estes elementos são,

dentro deste conjunto de fatores que compõem a oferta de transporte, as causas da queda do número de passageiros por veículos nas empresas formais de mais de 800 000 em 1990 (momento em que a CMTc era ainda a empresa operadora), para menos de 400 000 em 2000, dez anos depois¹⁵⁹.

O primeiro momento da reação dos empresários dos ônibus e da prefeitura, agora transformados em aliados estratégicos, foi o início de uma disputa conflituosa pelo transporte da cidade que transformou o sistema em um caos e a cidade um campo de batalha. Pressionada pelos empresários dos transportes, a prefeitura então lança uma campanha pública apoiada por grande parte da mídia, contra o transporte clandestino. O argumento principal dos empresários dos ônibus era que os perueiros praticavam uma “concorrência desleal”, pois não estavam submetidos a nenhum tipo de regulamentação, o que lhes permitia praticarem preços mais baixos e, o que é interessante, serem mais flexíveis nos serviços prestados. A prefeitura, juntamente com uma série de reportagens escritas naquele momento, denunciava outro aspecto da questão, a constituição de uma “organização criminosa” formada a partir do transporte clandestino. O transporte clandestino nunca foi bem visto oficialmente por parte dos empresários de ônibus, a prefeitura e a grande imprensa, mas anteriormente havia sido razoavelmente tolerado por diversos motivos que não cabem serem discutidos aqui. Neste momento, contudo, estavam no centro das preocupações destes poderosos atores da produção da cidade, sendo tidos como o problema central da regulação dos transportes urbanos e também do combate à criminalidade organizada. Hernandes relata o que poderosos interesses dos empresários dos ônibus, a prefeitura e a grande

¹⁵⁹ ZARATTINI, Carlos. Circular (ou não) em São Paulo. Revista Estudos Avançados da USP, vol.17, número 48, 2003.

imprensa produziam uma imagem ruim dos perueiros, que não conseguiam competir com o poder destes atores.

“Nós temos a nossa forma de organização. Não muita, porque não temos instruções nenhuma da prefeitura. Mas o que podemos ter por nossa conta isso nós temos e até muito mais do que os ônibus. Eu acho que a gente educa o nosso pessoal bem melhor do que o pessoal deles.

Podem ver as pessoas que trabalham, quem são as pessoas. Só que para eles, eles vêem o outro lado. Agora, de onde eles tiram essa idéia ninguém sabe.

DH : Por quê você acha que perueiro ficou com essa fama ruim?

Pela mídia. Os empresários pagam a matéria. Perueiro não tem condições de pagar matéria nenhuma. Qualquer acontece que acontece com perua é jornal, televisão, é tudo. Teve uma perseguição em Santo Amaro e o cara bateu numa árvore. Morreram dois, bastante gente se machucou. Só que era uma perseguição, o cara perdeu o controle bateu e levou a culpa sozinho. Cerca de 20, 30 dia atrás um ônibus entrou no terminal sem perseguição, sem nada, na Vila Mariana. Matou duas pessoas no ponto de ônibus. O motorista falou que o ônibus estava sem freio a mais de uma semana e que estava freando só um lado.

Quando freou o ônibus, foi para cima do ponto e matou dois.

Ninguém falou nada no jornal, televisão.... Ninguém veio fazer um escarcéu. Se fosse perueiro! Porque perueiro é isso, aquilo, que o cara estava drogado, que tinha cheirado farinha, fumado maconha, é amigo de traficante, um monte de coisa. Eles vão lá e falam o que querem, faz propaganda para eles jogando o povo contra nós. Eles quer fazer a propaganda para os empresários e jogar o povo contra o pessoal da lotação. Isso não funciona. Quando a gente vê qualquer coisa errada, pode ser em qualquer linha, nós vamos atrás para saber o quê aconteceu? Se o cara tratou mal e se tratou mal a gente dá um gancho no cara e deixa ele 2, 3, dias sem trabalhar para aprender a respeitar o povo.”

Os conflitos, já iniciados no correr da década de 1990, realmente começavam a se tornar violentos na segunda metade da década. Nos anos de 2000 e 2001, uma grande operação para reprimir o transporte clandestino que mobilizava fiscais e policiais acirra ainda mais a disputa pelas linhas e cria uma tensão muito grande. Neste período que coincidia com uma nova mandatária municipal, os perueiros se tornam realmente figura publica

portadora de uma “ameaça a cidade”, sendo então declarada a ‘guerra contra o transporte clandestino na cidade’. Neste momento se fez toda a construção da imagem dos perueiros como poder paralelo através do que se chamou a ‘máfia dos perueiros’, criação que sustentava a idéia de que este grupo ameaçava a ordem instituída da cidade, com supostos vínculos com o dito crime organizado. Os respeitáveis empresários dos ônibus, a prefeita, o secretário de transportes e boa parte dos jornalistas dos dois principais jornais do país se pronunciavam incansavelmente contra os perueiros. De outro lado, as organizações de perueiros fizeram grandes manifestações, bloqueando ruas e queimando ônibus, além de carreatas e passeatas em diversos pontos da cidade, na sede da prefeitura e na assembléia municipal. Na mesma proporção em que a prefeitura realiza operações cada vez mais violentas através de fiscais e policiais, os perueiros respondiam através de manifestações, criando um clima de tensão em toda a cidade.

“A gente tentava organizar politicamente os perueiros para pedir a regularização, isso que era os quebra- quebra as reivindicações. Todo mundo apanhava mesmo da policia na época. E depois diziam que a gente que era perigoso, no dia seguinte saia no jornal que a gente tinha feito isso e aquilo, que a gente era bandido. Só falavam isso.”

São Paulo se torna palco da disputa entre a prefeitura, os empresários dos ônibus e transporte clandestino. Foram muitos os capítulos da história dos confrontos entre os perueiros e a prefeitura, por intermédio dos fiscais da SPTrans e da polícia. Houve um confronto durante uma manifestação dos perueiros em frente da sede da prefeitura que acabou com alguns feridos, entre perueiros e policiais, assim como incidentes similares nos bairros, onde muitas vezes a passagem dos ônibus era bloqueada nos terminais de ônibus. Hernandez conta alguns casos de perueiros mortos em perseguições de policiais e fiscais para a apreensão. Em um dos

casos, um perueiro foi perseguido por policiais que atiraram contra a perua que acabou colidindo contra um muro. Segundo Hernandez, os policiais “na frente de todo mundo” colocaram um revólver calibre trinta e oito na perua e disseram que ele havia atirado primeiro na viatura. A produção da desordem e do clima de violência acaba com a morte de três fiscais da SPtrans em circunstâncias ainda pouco conhecidas em 2002, fato noticiado com muito destaque durante semanas nos jornais. Para além de um repertório de incidentes violentos, o que talvez seja de maior importância é a associação dos perueiros com o crime, o que justificou uma intervenção por parte da polícia neste conflito entre perueiros e a prefeitura.

No momento da “guerra contra o transporte clandestino” todos os esquemas de extorsão foram muito desestabilizados e, de forma geral, já não havia mais nada que pudesse garantir o seu funcionamento de forma mais duradoura. O jogo da proteção estava submetido a uma decisão de mudar radicalmente a forma de organização deste mercado. A estabilização, agora sobre outras bases, foi realizada em grande parte ao processo de regularização, capítulo final do confronto entre perueiros e prefeitura. Mais uma vez, como no momento anterior, o quadro deve ser descrito e analisado segundo uma sobreposição dos mercados de oferta dos serviços prestados e de proteção, ou seja, as articulações de dimensões econômicas e coercitivas.

* * *

Mercadoria política 2

Em relação aos serviços prestados, o golpe final da prefeitura foi, neste momento, que, conjugada com a política de repressão da “guerra contra o transporte clandestino”, o poder municipal lança mão de alguns recursos de caráter mais tático. Trata-se de duas medidas estruturais: a implantação definitiva do dispositivo da catraca eletrônica, o chamado bilhete único e a formação das cooperativas formais de vans cadastradas na prefeitura.

O bilhete único, implementado em 2004, é um cartão eletrônico que permite a livre circulação entre os ônibus e as recém criadas vans regularizadas (que vieram a substituir as peruas) por um período de duas horas pelo preço uma única passagem. Este dispositivo tecnológico acabava com as vantagens já citadas do transporte clandestino: de um lado, retirava a vantagem dos trajetos mais curtos do transporte clandestino porque criava outras estratégias de circulação pela cidade. Isto na medida em que o passageiro passa a criar trajetos próprios, de acordo com seu trajeto específico, cruzando as linhas da maneira que lhe for mais vantajoso. Tudo isto não por uma ampliação da rede de trajetos existente, mas via uma melhor integração das linhas já existentes que o bilhete permitia nas duas horas do benefício. Por outro lado, a concorrência de preços do transporte clandestino caía por terra porque estas estratégias reduziam o custo por viagens realizadas. Se antes as peruas tinham uma vantagem no custo da viagem unitária, agora, podendo circular em diversos ônibus com o valor unitário de um bilhete, o custo total da viagem, que passava por diversos ônibus em diferentes trajetos, era reduzido consideravelmente.

O efeito mais importante do bilhete único foi de obrigar a regularização do transporte clandestino, porque para usufruir dos

benefícios do bilhete único, os passageiros só poderiam utilizar claro, os veículos com a catraca eletrônica, parte do dispositivo tecnológico que somente a frota regular dispunha. É desta maneira que o dispositivo tecnológico colocava por terra as vantagens do transporte clandestino e, conseqüentemente, as peruas tiveram que se regularizar para ter acesso a catraca eletrônica. Isto significava fazer parte de alguma cooperativa autorizada pela prefeitura. De fato, com a implementação do dispositivo eletrônico, e a quebra das vantagens na concorrência dos perueiros com o transporte oficial, todas as pequenas cooperativas informais começaram a disputar quem seria a cooperativa cadastrada oficial da prefeitura.

A cidade foi dividida em 8 regiões, cada qual com a sua cooperativa cadastrada, que foi escolhida em licitação em tese sob critérios técnicos. No caso da cooperativa de Hernandes, apesar de ser antiga e ter muitos associados, ela foi preterida no momento da licitação daquela região da zona sul de São Paulo. Hernandes afirma que o processo de licitação ocorreu sob circunstâncias um tanto quanto obscuras, sendo realizada a partir de critérios “políticos”, ou seja, a partir da ligação de cada cooperativa com pessoas ligadas a prefeitura. Dentre as muitas cooperativas existentes na área em que estava localizada a cooperativa de Hernandes, a escolhida no processo de licitação foi de um amigo de um vereador do partido da prefeita e do então secretário de transportes, cujo influencia na região sul é muito conhecida. Este grupo de vereadores e administradores ligados a mandatária municipal na época, mantinham influencia de uma ponta à outra da linha de Hernandes: na parte mais ao sul da linha, ao lado da represa da Guarapiranga, eram poderosos grileiros de terras localizadas em áreas de mananciais; na outra ponta da linha, junto ao subcentro da zona sul, em Santo Amaro e no Largo Treze de Maio, concentrava-se um dos maiores efetivos eleitorais do partido da prefeita, isto já consolidado historicamente através da atuação deste grupo de

veradores, que na verdade eram a base do governo. Este grupo, que nos últimos dez anos se consolidou como o mais forte do partido em São Paulo, conseguiu esta hegemonia em grande parte graças a práticas diferentes da antiga direta clientelística, cujo representante mais poderoso era o vereador que apoiava a cooperativa de Hernandes, como também da esquerda militante, cujo trabalho de base sempre foi importante nesta região da cidade. Isto será explorado logo a frente neste mesmo capítulo.

A pessoa responsável pela cooperativa que ganhou a licitação, evidentemente não foi um dos vereadores, mas uma figura muito conhecida em toda a região pelas suas ligações com o PCC, grupo que, na época, já predominava nas prisões do Estado de São Paulo e iniciava uma organização no lado de fora do sistema prisional. As informações acerca da história do presidente da cooperativa vencedora da licitação são muito difíceis de serem levantadas, assim como uma afirmação precisa dos seus vínculos com o PCC, mas pode-se afirmar com certeza que sob a sua presidência o grupo começou a fazer parte do mercado de transporte coletivo. Pelo que foi possível conseguir de informações, isto ocorre neste momento por dois fatores articulados: em primeiro lugar o PCC seria a única organização capaz de oferecer proteção em nível metropolitano. Ao organizar o sistema local de transportes através da divisão em oito regiões, os pequenos pontos de drogas não seriam mais capazes de oferecer o serviço porque o seu raio de atuação era muito circunscrito. O PCC, como única organização em escala metropolitana, conseguiria realizar esta função pela abrangência de seu poder na cidade. Em segundo lugar, o enorme volume de dinheiro arrecadado pelas cooperativas atraía grupos mais poderosos que os pequenos proprietários de pontos de venda de drogas locais. Isto tem uma explicação na maneira através da qual o repasse é realizado. Antes da catraca eletrônica, o dinheiro utilizado nas passagens ou era em espécie ou em vale transporte, e

como o vale transporte era trocado por dinheiro na prefeitura, o valor total da tarifa tinha como único destino os proprietários das peruas. Após a criação do bilhete único, o dinheiro se torna um informação, que é recolhida na prefeitura e, apenas uma parte, cerca de cinquenta por cento é repassada às cooperativas via SPTrans. Por sua vez, as cooperativas pagam os perueiros uma parte deste dinheiro, já que a outra é retida para o funcionamento da estrutura da cooperativa. O fato é que os perueiros recebem muito menos do que quando eram autônomos e, a parte que é retida na cooperativa não tem um controle transparente, podendo ser utilizado livremente. Aqui, na verdade, não apenas o PCC, como também os vereadores negociam a parte desviada do dinheiro para ser utilizado em campanhas eleitorais. A divisão dos lucros proveniente das cooperativas passava a ser realizada entre estes dois grupos poderosos, sendo o presidente da cooperativa apenas o primeiro no escalão de funcionários que se tornava a cooperativa.

A cooperativa que Hernandez faz parte como mero funcionário é hoje a maior da cidade, com mais de 1350 peruas, abrangendo boa parte da zona sul de São Paulo¹⁶⁰. O que é importante destacar é que a regularização acabou por desestruturar e estruturar de outra maneira todos os agenciamentos locais, que agora não mais passam pelo improvisado, mas sim por acordos muito mais organizados e com ligações ainda mais perigosas. A partir do momento em que todos os perueiros foram obrigados a se filiar a esta cooperativa para continuar a trabalhar, foram obrigados também a se submeter a uma estrutura diferente da que ocorria anteriormente: Em primeiro lugar, as múltiplas cooperativas informais agora são substituídas por uma gigantesca cooperativa oficial, cujo comando é realizado por um presidente que não é mais

¹⁶⁰ É o lugar onde recentemente estourou o chamado ‘escândalo da garagem 2’, em que o dinheiro das peruas desta garagem supostamente teria sido usado para promover o resgate de um líder do PCC em Santo André, cidade da grande São Paulo. As suspeitas de financiamento eleitoral não ganharam muito destaque nos jornais, sendo uma atividade que aparece de forma mais discreta.

uma liderança de um grupo de trabalhadores, mas o primeiro funcionário de um grande grupo de funcionários. Segundo, não existem mais acordos verbais, apenas contratos entre os associados, o que não garante maior transparência e nem efetividade dos contratos. A substituição da palavra empenhada pelos contratos apenas ofereceu garantias legais para que os acordos não fossem respeitados. Terceiro, como o dinheiro das passagens que antes era repassado a cada um dos perueiros, agora funciona como uma repasse da SPtrans para a cooperativa, isto criou a oportunidade de 'fazer caixa' para interesses de terceiros, dinheiro direcionado, portanto, a campanhas políticas do partido e também para o PCC e não mais repassado aos perueiros. O Partido ganha, a cooperativa ganha, o PCC ganha, mas perueiros agora apenas sobrevivem. Por fim, a pequena biqueira que protegia apenas aquele trajeto curto não é capaz de garantir a proteção a toda a região da cidade que a grande cooperativa atua, portanto, foi acionado para isto o único grupo organizado capaz de garantir a proteção em escala metropolitana, o PCC.

Talvez seja uma das estratégias políticas mais bem elaboradas na história da cidade. Para se ter uma idéia, o volume de passageiros locais registrados passa de 109 milhões em 2001 (antes de regularização) para 964 milhões em 2005 (depois da regularização¹⁶¹). Isto porque, ao incorporar por meio das cooperativas oficiais o efetivo do transporte clandestino, a oferta de transporte oficial passava a cobrir a demanda de passageiros de maneira mais efetiva, inclusive a demanda local, onde os perueiros atuavam mais fortemente. Do ponto de vista mais sociológico, o que interessa aqui é menos o denunciamento dos fatos que foram relatados e mais, a percepção de todo um mundo social que vai sendo construído nestas interfaces do mundo legal/ilegal,

¹⁶¹ ZARATTINI, Carlos. Circular (ou não) em São Paulo. Revista Estudos Avançados da USP, vol.17, numero 48, 2003.

informal/formal, regulações estatais e extra legais. De uma maneira bem concreta, a passagem dos perueiros da condição de informalidade para a formalidade só fez alimentar a articulação entre estas dimensões. Se considerarmos o nível das efetivações, ou seja, não o jogo entre o programa e as suas distorções, mas a produção efetiva e concreta do processo de regularização, o que vemos claramente é uma profissionalização dos esquemas de corrupção e extorsão, a um ponto em que o comprometimento do poder oficial com a criminalidade atinge um patamar empresarial, mais estruturado e organizado. A idéia de poder paralelo, mafioso ou do crime organizado, poderia ser substituída pela de poder convergente se nos dermos conta da maneira pela qual o mundo oficial e as suas regulações extra legais estão imbricadas e estruturam o funcionamento de todo estes mercados de serviços e de proteção. A regularização, que no programa visava combater a máfia dos perueiros, que na prática era um grupo desorganizado e informal, pouco articulado, passa a ajudar a criar verdadeiramente algo mais estruturado. Ironicamente, o que se propunha de combater foi, efetivamente, o que se produziu.

* * *

O dispositivo eletrônico, o PCC e a luta dos perueiros

Ainda resta mais uma dimensão que deve ser explorada nesta pequena história recente dos transportes em São Paulo. A transformação da rede de relações que organizava os transportes clandestinos em São Paulo, em sua sobreposição dos mercados de oferta dos serviços prestados e de proteção, ou seja, a articulação de dimensões econômicas e coercitivas ainda tem dimensões políticas que devem ser exploradas. O impacto do processo de regularização se apresenta, neste caso, com maior clareza. A profissionalização do setor, incitada através de programas de maior racionalização, controle e eficiência do sistema tem como desdobramento, de um lado a profissionalização dos esquemas de proteção, corrupção e extorsão e a desmobilização dos combativos perueiros.

No momento em que os perueiros estavam operando clandestinamente, o que caracterizava o serviço era um grande improviso, a proximidade como os passageiros, a autonomia e os acordos verbais. Parte das vantagens já citadas dos perueiros provinha exatamente destas características que organizavam o sistema. Os perueiros ofereciam um serviço mais rápido através de linhas alternativas, conversavam com os passageiros para alterarem as rotas ou criar outras, e isto era um importante fator que permitia ganhar a concorrência com os ônibus. Com a criação do bilhete único e da catraca eletrônica, os perueiros se incorporaram ao sistema e com isto, passaram a se organizar segundo as formas que o sistema eletrônico determinava, além de serem agora submissos aos contratos firmados como funcionários de uma empresa. Ainda que o estatuto jurídico de cooperativa suponha uma igualdade entre os associados, na prática os antigos perueiros agora são apenas funcionários de uma empresa. O fato da

cooperativa possuir um presidente, que não é mais apenas, como no caso de Hernandez, um líder que centraliza as relações dos associados com a prefeitura, mas sim um empresário que tem o controle da empresa sendo mesmo superior aos outros membros da diretoria. Da mesma maneira, os acordos para garantir a proteção não são mais realizados através de um sistema de alianças que busca uma organização para realizar a segurança de seus membros, mas sim um acordo feito entre o presidente de uma empresa e seus parceiros preferenciais. Se o interesse da proteção em um determinado momento passava pela estabilidade da linha em relação ao que podia acontecer com os passageiros e, claro, com a arrecadação das peruas, agora, com um volume de dinheiro muito superior, este pode ser aplicado para investimentos que podem ter retorno de influencia em esquemas mais estruturados do ponto de vista do sistema econômico e político.

Mas vale começar pelo mais prosaico, que muitas vezes é mais significativo do que em torno de esquemas que podem parecer especulativos e fantasiosos. Como foi exposto acima o dispositivo eletrônico conseguia ser mais eficaz e flexível que as vantagens apresentadas pelos perueiros anteriormente, obrigando os perueiros a se regularizarem. O que isto mudou em um primeiro momento para estes trabalhadores? Em primeiro lugar, comprar um micro ônibus credenciado na prefeitura. Para isto, a prefeitura, em parceria com uma montadora coreana abriu uma linha de credito para a compra de veículos novos, a chamada renovação da frota. Hernandez conta que

“os bancos já estavam facilitando pra nós, já podiam acreditar na gente. Quando você prova que é legal mostrando o cadastro, o financiamento sai na hora. Eu fui num dia na concessionária e no outro o meu credito já tinha sido aprovado, eu nem acreditava...foi esse acordo deles com a prefeitura ai...”

O veículo já vinha equipado com a catraca eletrônica e, com ele uma nova maneira de operar se impunha aos motoristas dos micro ônibus. O improvisado das rotas e a negociação com os passageiros agora eram substituídos por um sistema muito mais eficaz de controle do funcionamento individualizado de cada veículo. As negociações com os fiscais também desapareciam porque agora o sistema eletrônico prescindia dos acordos que poderiam causar mal entendidos entre os funcionários. De fato, não havia como negociar com o sistema computadorizado.

“O que a prefeitura pensou? Já que é um mal necessário, vamos pelo menos controlar estes caras. Agora a prefeitura sabe onde está todo mundo, hoje eu faço parte do sistema de transporte de São Paulo, o prefeito sabe que eu estou trabalhando lá. Não é mais que ninguém sabe que a gente tá aqui, hoje a gente está legalizado: tem validador, tem um número na SPTrans, ela vai te achar lá, te fiscaliza, te prende, te lacra a catraca, vistoria o teu carro, hoje a gente faz parte mesmo do transporte de São Paulo, a gente se incorporou na cidade. DH- mas você acha isso melhor? É...”

“Antes você fazia o que você queria. Hoje a SPTrans, ela sabe, ela tem o seu carro cadastrado, e eletronicamente eles sabem cada bilhete que entra em cada linha. DH Mas como eles sabem isso? Esse validador é um computador cara, é via satélite, ele localiza a perua. Eu não sei, mas dizem que tem até um sistema GPS aí dentro. DH- Ah, mas vocês nem sabem como funciona isso aí na verdade? Não é que agente não sabe, a gente não tem certeza se ele consegue localizar o carro na rua, tava nos planos do que eles disseram. Mas o controle do dinheiro eles sabem. Hoje o que você faz é descoberto, pra cada lugar que você trabalha tem que programar isso aí...”

De fato, pouco importa se o mecanismo funciona como prometido pela prefeitura ou como especulam os motoristas. Já é muito bem conhecida esta estratégia em que o visível e inverificável produz um controle muito eficaz: se se sabe que é vigiado, quase não há necessidade de sê-lo efetivamente. Mas uma coisa os motoristas tem certeza: independente da maneira como o sistema

controla as suas ações, o volume de dinheiro que um micro ônibus consegue arrecadar é muito superior ao que as antigas peruas realizavam e, o salário que recebem é muito inferior ao que ganhavam quando autônomos em suas pequenas peruas. Cada micro ônibus consegue transportar oitenta pessoas em cada viagem, segundo Hernandez, por dia isto confere uma média de setecentas pessoas. Do montante arrecadado, como dito acima, uma porcentagem do dinheiro das passagens (cerca de cinquenta por cento) é retida na SPTrans para as obras viárias necessárias, o restante é repassado para a cooperativa. A cooperativa desconta uma tarifa para a administração e a taxa de associado. O restante é repassado para os motoristas, donos dos veículos, que ainda tem que arcar com os custos de manutenção, dos eventuais consertos do automóvel, do combustível, além da parcela da compra do automóvel financiada. Hernandez diz que, apesar de produzir mais valor agora que quando clandestino, o custo de operar legalmente faz com que ele ganhe menos que antes.

“Na verdade a gente faz mais dinheiro agora, o meu microônibus carrega 80 pessoas!! Mas proporcionalmente a gente ganha muito menos. E ainda tem a cooperativa, tem taxa de adesão, mensalidade, isso dá quase 1000 reais por mês. O nosso custo hoje é muito alto.”

“Todos os custos do carro ficam para os perueiros. Tem colega nosso que é motorista, gente que tinha carro. Imagina quantos fios, lâmpadas, válvulas pneumáticas, o quanto a gente paga de disel...a gente carrega muita gente. O pior é que os cálculos não são claros, a gente sabe... é complicado.”

A cooperativa, por sua vez realiza investimentos suntuosos em sua garagem: segundo contam os perueiros, o terreno teve um custo de cinco milhões de reais, e a construção de todos os prédios e a infra estrutura mais de sete milhões de reais. Ao perceber esta situação, em que os trabalhadores do transporte estão submetidos, não conseguia entender como os antes combatentes perueiros, que

havia lutado contra diferentes prefeitos durante anos, agora, podiam se conformar com tal situação. Claro, o estatuto de cooperativas não configura uma relação trabalhista e, portanto, a diretoria e o presidente não poderiam ser denunciados na justiça do trabalho. Apesar de este enquadramento jurídico ser estratégico, no momento em que os perueiros eram clandestinos, a luta contra a prefeitura também não poderia ser organizada nas formas convencionais das disputas sindicais, portanto, eles também não estavam amparados pela lei e o direito. As reivindicações dos perueiros nunca passaram pela forma da greve, mas sim pela pressão das manifestações e bloqueios do sistema de transporte. Em uma discussão com Hernandez as circunstancias foram esclarecidas.

DH- Naquela época vocês brigavam muito mais... "é porque antigamente todo mundo era unido. Se você trabalhava no transporte coletivo é porque você precisava trabalhar. Não tinha outra coisa pra você fazer. Todo mundo se conhecia e todo mundo trocava idéia com todo mundo, então todo mundo falava e sabia quem era legal, o que aconteceu? Então começou a colocar muita gente pra trabalhar e começou a se afastar do sistema, entendeu?" DH- Não. "depois que começou a regularização os caras se afastaram. Quando começou a licitação tudo bem, mas as coisas foram mudando. Ai podia colocar motorista pra trabalhar, foi se afastando. Foi saindo os caras e foi sobrando só...o pessoal daquele tempo foi saindo." DH e ai? "foram montando o sistema em outras cidades, mas como começou? Porque começou? O pessoal agora não sabe a história, não sabe que podia ser diferente..." DH- mas não receber o dinheiro do trabalho podia ser motivo pra não aceitar, porra, porque não consegue tirar os caras que tão ai agora, eu não entendo... "Não consegue porque ninguém se une, porque é o que eu to falando pra você, os cara que tão aí, tão por tar.." DH- porque naquela época os caras se uniam e agora não? "é porque os caras acham que o negocio é só trabalhar e os caras até esquece, os cara acham que trabalhar é o suficiente, hoje tem muito mais carros, é só fazer reunião e ver o que tem que fazer, mas ninguém ta ai pra nada" DH- mas não dói no bolso deles? "é, no meu dói pra caramba." DH- mas então não é trabalho, porra, ta pegando no bolso dos caras, como é que é isso? "é os caras sabem, mas agora ninguém tem

mais coragem...por mim eu teria feito alguma coisa, deixa o carro parado, já tinha resolvido a parada” DH- pra mim ainda é muito estranho essa historia. “porque é estranho?” DH- Porque no momento que era mias difícil, todo mundo irregular era unido, e hoje que ta regularizado... não é estranho? “é...mas os cara tem medo, mas é que tem duas coisa, ou os caras te queima e te tiram do sistema, porque agora é um consorcio, a gente é empregado da cooperativa, quem ganhou a licitação foi a cooperativa, antes era individual, agora só a diretoria ganha, o pandora foi mais esperto, entendeu? DH- agora eu to começando a entender, quem ganha é só a diretoria... “ele é o dono da linha, antes o coordenador não era dono da linha, e tem mais” DH- então mas aí eu quero saber mais uma coisa, na época que todo mundo era irregular tinha já essa história de bandidagem, você mesmo quase morreu duas vezes, então não é isso que faz as pessoas terem medo, não é? “lógico que é, porque agora o dinheiro é recolhido em uma mão só, é muito mais dinheiro, então é mais perigoso, entendeu? O carro é maior, é mais difícil tudo isso entendeu?””. Desligo o gravador e ele começa a falar sobre o PCC.

Ao que parece as razões para a imobilização dos perueiros depois do processo de regularização são duas: em primeiro a racionalização da organização, em segundo o PCC, de toda maneira, são as duas faces da profissionalização do setor, uma em relação aos mercados de oferta dos serviços prestados e outra articulada aos esquemas de proteção. De um lado a maior racionalização e eficácia do controle não permite que os empregados da cooperativa se engajem em outros acordos que não sejam os da empresa, sendo sujeitos a punições, eletrônicas, junto à SPTrans, ou humanas, no caso da diretoria e os processos de exclusão do sistema. De outro lado, a tutela do PCC, por mais que não seja direta, ou seja, que os membros da organização não sejam nem funcionários da cooperativa e nem apareçam visivelmente para os motoristas, provoca receio e medo de possíveis retaliações.

* * *

Nota em relação aos Partidos Políticos

Por fim, como ultimo ponto em relação à esta dimensão política, a própria maneira em que a política partidária se posiciona no esquema é muito diferente e segue outras práticas, muito distintas das anteriores. Seguindo outro artefato, não mais a catraca eletrônica, mas as cestas básicas, encontramos o mesmo processo de profissionalização do setor, em redes de relações muito interessantes para refletir acerca de algumas formas das mudanças contemporâneas. No período em que as peruas clandestinas circulavam nas ruas do bairro onde está a Favela da Colina, o poderoso vereador que Piolho trabalhou nas campanhas e que ajudava a cooperativa informal de Hernandez, recorria a práticas muito comuns na época para promover a sua imagem como candidato. Utilizava as peruas para pequenos serviços para os moradores em casos de necessidade como transportar pessoas para enterros e hospitais. Além disto, também utilizava parte do dinheiro que usado no pagamento da proteção da biqueira local para comprar cestas básicas no pequeno mercado do bairro e distribuir para as famílias com problemas financeiros. Além disto, era muito corrente a promoção de festas em ocasiões especiais, especialmente torneios de futebol. Do lado da esquerda, um conhecido vereador que historicamente era identificado com os professores fazia o contraponto partidário à este vereador e suas práticas clientelísticas. Ele organizava encontros de formação política no bairro e mobilizava os professores tanto em reivindicações específicas da categoria, como em outras ocasiões em que assuntos mais gerais exigiam que estes professores se colocassem em cena em manifestações.

O grupo que liderou a empreitada da regularização dos perueiros na região disputou um espaço intermediário neste jogo político local, enfrentando tanto a direita clientelista como a esquerda militante. Em relação ao líder dos professores, a disputa foi interna ao partido, já que este grupo surgiu dentro da própria esquerda. Não é o caso aqui de se estender acerca dos episódios, durante toda década de 1990 que se desenvolveram internamente ao partido, mas seria importante destacar as duas principais. Em primeiro lugar, este grupo 'assediou' de forma insistente os principais assessores do líder dos professores, conseguindo convencer estes a se transferirem para o grupo deles em troca de uma remuneração fixa. É sabido que, uma das dificuldades da militância sempre foi a falta de remuneração que prejudicava a dedicação integral aos assuntos do partido. Com uma remuneração fixa, a possibilidade de atuação exclusiva estava aberta para estes assessores. Em conversas com alguns destes assessores, muito confessavam estarem cansados de não conseguirem manter as despesas domésticas e, como o grupo da prefeita ganhava importância e fazia parte do mesmo partido, não hesitaram muito em mudar, apesar de preferirem continuar com o líder dos professores. Em outro momento, nas eleições para o diretório zonal, o grupo ainda utilizou uma estratégia mais ousada. Mobilizaram uma grande quantidade de pessoas para se filiarem ao partido algum tempo antes da eleição e, garantiam o transporte destas pessoas com as peruas. Ao discutir com algumas pessoas que faziam parte do grupo do líder dos professores, muitos me contaram que não era desprezível a quantidade de pessoas que não votavam nas eleições do diretório zonal por não terem dinheiro para chegar até o lugar da votação. O fato é que uma das pessoas deste grupo acabou eleito como presidente desta zonal.

Se o grupo interno à esquerda foi quase inteiramente vencido através de uma aplicação volumosa de dinheiro dentro das redes

partidárias já existentes, as praticas do velho clientelismo foram vencidas com as novas redes profissionais que mobilizavam o crime, especificamente o PCC. Em primeiro lugar as cestas básicas passaram agora a ser organizadas por irmão e primos do PCC em suas áreas de influencia. Muitas vezes, são as mesmas pessoas que realizam a distribuição, assim como grande parte das famílias que recebem o complemento são as mesmas. Na verdade, houve até um acréscimo das famílias que são contempladas pela ajuda. Em relação às peruas, as ajudas eventuais que serviam para momentos específicos, agora são utilizadas de forma mais constante e continua. Isto principalmente em programas de fim de semana, como visitas ao SESC e alguns parques municipais em que as crianças podem se divertir em lugares mais apropriados que os disponíveis no bairro. Também as equipes de futebol utilizam estas peruas para jogar em lugares distantes do bairro nos finais de semana.

A grande diferença é que o dinheiro também é usado em campanhas eleitorais e em atividades criminosas. O que se seguiu não são mais práticas clientelísticas locais nem a militância, mas esquemas organizados a partir de interesses mais gerais e estruturais da política partidária e de organizações como o PCC. Outra pesquisa poderia ser realizada para mostrar como, através destas novas praticas que se desenvolvem neste setor intermediário da política, velhas práticas são atualizadas e outras são inventadas. O ponto é que são realizadas através de novas redes de relações construídas localmente, mas com repercussão mais ampla. Aqui, apenas aponto a questão, que deveria ser trabalhada com maior força e detalhes em outra pesquisa.

* * *

Capítulo 3

Paulo e a Biqueira: Proceder e justiça.

Paulo

Paulo é da mesma geração de Piolho, apenas dois anos mais velho, mas não nasceu em São Paulo. Morou até os sete anos em uma pequena propriedade de meeiros no Paraná, onde a família trabalhava junta no plantio de milho, feijão, além de criarem alguns animais. A família de Paulo era grande e unida: seis irmãos, três homens e três mulheres. Cada pessoa da família tinha tarefas específicas para a organização da vida na campo, os homens trabalhando mais na roça e as mulheres mais em casa. Paulo ainda era muito pequeno para auxiliar a família nas tarefas mais pesadas da vida rural, mas ajudava a família em coisas simples e necessárias do cotidiano da casa, como buscar leite para o café da manhã. Duas vezes por semana pegava o cavalo e ia comprar leite para todos. Nesta grande família, os avôs de pai e mãe de Paulo moravam em São Paulo, mas todos se encontravam regularmente nas ocasiões especiais de aniversários, casamentos, natal e final de ano. Em uma destas ocasiões, os avôs maternos pedem que um dos netos retorne com eles à São Paulo para ajudar os mais velhos. Paulo já cultivava a vontade de viver na cidade e, como o Pai precisava mais dos filhos mais velhos para o trabalho, o menino volta com os avôs para a Favela da Colina.

O fato é que alguns problemas com o arrendatário da terra dificultam a sobrevivência da família na pequena propriedade, o que faz o pai de Paulo tomar a decisão de toda a família vir junta para São Paulo. Vendem, então, a pequena porção de terra que tinham e

compram um terreno na Favela da Colina, com o havia restado do dinheiro da venda do sítio no Paraná constroem uma casa, um pequeno barraco onde a família passa a viver. Todos juntos. A família continuava toda ela ajudando no sustento da casa: o pai começa a trabalhar de sorveteiro e depois consegue um emprego melhor em uma conhecida fábrica de sucos da zona sul, a mãe era empregada doméstica em um bairro rico não muito longe da região e a aposentadoria dos avôs contribuía também para o orçamento da casa. Quanto aos irmãos, os mais velhos estudavam e trabalhavam, os mais novos ajudavam a cuidar da casa. Neste momento, agora com 9 anos, Paulo tinha como obrigação somente estudar, estudou em uma escola próxima da Favela da Colina, sendo um aluno dedicado e com boas notas. Sua vida no bairro inicia-se na escola, onde conhece alguns dos amigos que iriam fazer parte de sua vida durante muitos anos. No momento em que deveria começar o segundo grau, a vida de Paulo mudou bastante. Seguindo um conselho da patroa da mãe, os filhos mais novos decidem cursar uma escola técnica, na esperança de conseguir um emprego mais rapidamente. O problema é que esta escola técnica era paga, o que obrigava os mais novos a começarem a trabalhar como todos os outros da família. Paulo então começava a realizar uma dupla jornada todos os dias: de dia trabalhava como Office Boy na Avenida Paulista e, de noite fazia o colegial técnico em elétrica.

A vida da família parecia se estabilizar em São Paulo. Paulo termina o colegial técnico e imediatamente já consegue um bom emprego em uma empresa de material cinematográfico na Vila Olímpia. Começa como office-boy, mas como era um funcionário muito dedicado, rapidamente passa a trabalhar como operador de xerox, auxiliar de escritório, tesoureiro e, finalmente, consegue o posto de auxiliar administrativo. Foram sete anos de muito trabalho, o que fez com que conseguisse autonomia financeira suficiente para conseguir alugar uma casa e se mudar com a sua

recém esposa em uma pequena casa no mesmo bairro de seus pais. Alguns dos outros irmãos de Paulo já haviam se mudado da casa dos pais, mas todos continuavam a morar no bairro, ajudando a família e mantendo vínculos muito fortes. É verdade que a família começava a conhecer os outros moradores do bairro também, o que fazia eles não terem vontade de ir para outro lugar. Como Paulo trabalhava oito horas todos os dias, era nos finais de semana que encontrava os seus amigos do bairro, geralmente nos jogos de futebol. Jogava bola com os seus irmãos no mesmo time do grupo de amigos de Piolho. Na verdade, Paulo e Piolho eram os dois atacantes do time, e contam que eram muito entrosados, sendo uma dupla bem conhecida na região.

Mas este período de tranquilidade da família enfrenta um momento difícil com a morte da mãe e da irmã mais velha em um intervalo de uma semana, a mãe em um acidente ao tentar atravessar a rua e a irmã em complicações depois de um aborto espontâneo.

“Bom, eu não tenho certeza, mas eu acho que sim, depois minha irmã falou que a minha mãe sabia e tal, mas na verdade eu não sei se isso é verídico né. Aí eu me lembro que fui eu, meu irmão, fomos lá no hospital do Morumbi, aí chegamos lá procurando a paciente, tal, tal, aí informaram que a Simone tinha dado entrada lá, que tinha falecido devido a complicações não sei o quê, a pressão tinha caído, aí levaram a gente lá para fazer o reconhecimento, quando eu entrei na sala, porra, ela era mesmo. Aí aquele corre-corre todo, tal, o choque que a família tinha levado... Aí quem teve que tomar a frente para fazer todo o trâmite legal para liberar corpo, para enterrar fui eu, eu e o marido da minha irmã mais velha.

Aí fizemos os trâmite todo legal, liberou o corpo, teve velório, enterro... Aí enterrou, tudo, e ficou aquele receio de falar para a minha mãe, devido ela estar se recuperando na UTI, já tinha saído da UTI, já estava no quarto normal, aí ficou aquele negócio de: “Porra, vamos falar com a mãe? Se a gente falar vai prejudicar, pode piorar a situação dela. Então não vamos falar, vamos deixar ela sair do hospital que a gente fala.” E nessa aí foi passando os dias, não fala, não fala, e toda vez que a gente ia na Santa Casa visitar ela, ela: “Porra, cadê a

Simone?" Parecia que ela já sabia: "Cadê a Simone? Só a Simone que não vem aqui." "Mãe, a Simone não quer ver a senhora nessa situação não, e tal, ela quer ver a senhora em casa." E acabamos não contando, 33 dias, 32, depois aí ela veio a falecer, na Santa Casa. Eu estava chegando, chegando do serviço, aí encostei o carro dentro de casa, e aí já falaram que ela tinha falecido... Aí de nervoso, de não suportar o choque que tinha levado, minha mãe tinha morrido, peguei e comecei a espancar a janela, e acabei quebrando o vidro da janela e cortei a minha mão e tudo. "Porra não é possível." Até briguei com O lá de cima: "Ô meu Deus, não é possível, Você não pode ser tão injusto assim, tal." Aí minha tia veio me acalmar: "Foi feita a vontade dele." E acabei, que mais uma vez ninguém teve coragem de tomar a frente e tudo, para resolver os problemas e tudo, acabei que eu de novo, tive que tomar a frente, fazer todo o trâmite, fui eu e meu cunhado de novo. Cheguei no IML, a mesma mulher que me atendeu da minha irmã, um mês antes, ela falou: "Porra, você de novo aqui? O que está acontecendo?" Eu falei: "Porra, infelizmente o destino pregou essa peça aí..." Nem ela acreditava. Aí fiz tudo o que tinha que fazer, eu e meu cunhado, aí fomos enterrar a mãe. Foi 1 ano terrível na vida d'a gente que eu vou falar para você, foi o pior, viu. Agosto e setembro de 94. Tenho até medo, quando vai chegando o mês de agosto assim, meu Deus do céu..."

Paulo foi a pessoa que "tomou a frente" na família e cuidou de tudo que deveria ser feito nesta ocasião, não somente os tramites legais em hospitais, no IML e as funerárias, mas principalmente, na atenção com cada pessoa da família, tentou manter a família unida durante todo o sofrimento.

Neste momento difícil para toda a família, Paulo então passa por uma situação que mudaria os rumos de sua vida. Um dia, ao parar o carro em frente a casa de seu pai, o irmão mais novo, Muriçoca, o procura para dizer que o marido de uma de suas irmãs começava a criar problemas para a família toda. Na verdade, Rubão era um cunhado que Paulo não gostava, de temperamento muito agressivo, às vezes batia em sua irmã, fato que toda a família não ignorava, mas preferia não interferir. Na ocasião que muriçoca procura Paulo, Rubão tinha acabado de sair da prisão, e começou a ameaçar a irmã dele: falava que iria matar-la, brigando

constantemente com ela, até o ponto de dizer que iria matar a família inteira. Paulo decide, então, fazer algo naquela situação, e não sentia que poderia agir diferente: naquele momento era a figura central na família e não deixaria a família correr um perigo tão grande.

E neste momento e, imerso nestas circunstâncias tão difíceis que Paulo decide procurar alguns dos seus amigos do bairro e relatar a situação em que sua família se encontrava. Procura então os amigos que conhecera no futebol e, ao contar sua história, ganha rapidamente o apoio de todos, tendo em vista que a proteção da família é considerada uma justa causa.

“Deixa eu ver, eu vim num dia e falei com o cara, que me apresentou esse menino, aí quando foi no dia subiu a turma toda lá para cima onde eu morava e ficou esperando ele passar na rua. Aí eu lembro que estava eu, meu irmão, finado Bocão, finado Fafá, finado Bicudo... da minha época só sobrou eu, e meu irmão. Aí subiram lá para cima tudo armado e ficamos esperando ele passar na rua. Aí subiu lá em cima, nesse dia que eu falei com os meninos, subiram lá em cima e tudo, aí eu lembro que ele vinha descendo a rua, era umas 6, 7 horas da noite, e já estava escurecendo, ele veio descendo a rua. Aí meu irmão mais novo, que hoje está preso também, devido a esses problemas todos que a gente teve em 95, tá preso por causa disso. Aí a hora que ele foi descendo a rua, o meu irmão foi lá e atirou nele, só que ele errou tudo...”

D – Seu irmão também não sabia atirar direito?

R – É, era a primeira vez que a gente estava pegando em arma para fazer esse negócio. A primeira vez que eu peguei em arma para fazer alguma coisa em alguém, foi aquele dia. Aí meu irmão se precipitou e atirou nele, acabou não acertando nenhum tiro, o cara estava de moto... Foi aí que tudo começou.”

O que começou foi uma guerra que durou cinco meses. É preciso reter-se sobre um ponto aqui. Em 1995, quando a guerra é o evento mais importante do bairro durante os cinco meses do ano, Paulo já não recorre aos pés de pato para a resolução de questões como estas. Este é um momento em que os antigos palatinos da ordem estão em decadência no bairro, sendo substituídos por

grupos de ladrões e pequenos traficantes, através de seu extermínio. Se esta situação de Paulo tivesse ocorrido em meados da década de oitenta, certamente ela teria encontrado nos pés de pato a sua solução. Mas os tempos já eram outros e, nestas circunstancia renovadas, que não vale aqui detalhar as razões, estas pequenas quadrilhas dispersas são o centro da resolução de conflitos deste tipo. Exatamente por isto que os amigos de futebol foram procurados, eram exatamente as pessoas que estavam envolvidas nos nascentes mercados do roubo e do tráfico, portanto, com acesso as armas que chegavam ao bairro.

Deste ponto duas conseqüências. Primeiro estas armas chegavam de fornecedores diferentes, mas em todo caso, para os pés de pato, com para as quadrilhas, chegavam das mãos da polícia. Poder-se-ia achar estranho que a instituição cuja natureza é zelar pela ordem ofereça as armas para a resolução privada de conflitos necessita. Ou poder-se-ia pensar que, se as organizações que estão no centro da resolução de conflitos privados variam historicamente e a policia como instituição cumpre o mesmo papel, quase como uma invariante, que isto teria algum sentido mais profundo. Segundo, a mudança do centro da resolução de conflitos altera também parte do mercado de proteção e os mercados que estão à ele submetidos. Trata-se da indicação de outro momento em que as conexões a que atravessam o bairro, as redes e circuitos de mercadorias começam a se regular e organizar de outra forma. Isto será discutido mais a frente na parte a biqueira.

O problema que começa como um complicado problema do casal transforma-se em um grave conflito entre duas quadrilhas. Foram muitos os episódios que terminaram com mortes dos dois lados, enfrentamentos e emboscadas com tiroteios passaram a ser constantes no bairro. Já no primeiro momento narrado por Paulo acima, dois integrantes da quadrilha de seu cunhado foram mortos e, logo em seguida alguns dos amigos de Paulo teriam o mesmo

destino. Parte dos moradores também acabou tomando parte no conflito indiretamente, principalmente escondendo alguém nas suas casas em momentos de perigo. Para Paulo a guerra foi um evento que transformou toda a sua vida. Em primeiro lugar decide que seria melhor a família toda mudar de bairro, fazendo com que todos passam a morar na Freguesia do Ó, um lugar bem distante onde um amigo aceitou abrigá-los.

“Estava tudo em guerra ainda, a casa ficava lá vigiada com ele e tudo. Eu não tinha casa lá, eu não tinha onde morar, eu comecei a morar com... rachou a minha família, a minha família praticamente desintegrou, cada um foi para um lado e tudo, e eu comecei a ficar só aqui em baixo com os meninos...”

Paulo, por sua vez, muda-se para um conjunto habitacional em frente à Favela da Colina onde passa a viver com os seus amigos. Já andava todos os dias armado. Ainda mais, começa a faltar no trabalho até o momento em que é demitido, ao mesmo tempo em que inicia a fazer parte dos negócios em que a quadrilha estava envolvida, ao ponto que, já no final da guerra, sua vida já era completamente organizada em torno das atividades ilícitas de drogas e armas que todos começavam a estruturar no bairro.

“Aí o tempo foi passando, a quadrilha deles foi acabando, acabando... Aí quando foi em outubro de 95, aí eu lembro que surgiu uma proposta do Rio de Janeiro, para ir lá... tinha que... Nessa daí, nesse intervalo todo, do tempo que durou essa guerra aí já comecei a entrar no meio... Esse aí eu nem sei se eu vou poder falar...”

Nesse intervalo aí já começou a entrar tráfico de armas, esses negócios e tudo, a gente estava se envolvendo, está vendo, o negócio estava crescendo, estava virando...”

Foi o início de uma maior organização das quadrilhas no bairro e do desenvolvimento de todo um mercado cujo centro eram drogas e armas. Paulo foi testemunha e operador desta transformação.

Começava a se destacar entre os seus amigos com um líder, principalmente pela inteligência prática e estratégica nas situações de conflito com a quadrilha rival e sua capacidade de mediar problemas internos entre os membros da quadrilha ou para conversar com as pessoas ligadas aos negócios criminosos que eles desenvolviam. Uma ligação importante conquistada pela quadrilha de Paulo era com um morro do Rio de Janeiro. Em circunstâncias um pouco nebulosas aceita um 'serviço' no outro Estado: para matar uma promotora que atrapalhava os negócios de seus parceiros cariocas, decide então, ir ao Rio de Janeiro.

* * *

Paulo aceita o convite de matar a promotora no Rio de Janeiro, porque estava em um momento em que se sentia muito bem com a vida que levava. Diz que se sentia poderoso, principalmente por conta de fazer sucesso com as mulheres e sempre ter muito dinheiro. Ainda jovem, achava que nada poderia lhe acontecer e, talvez por isso que se prontificou para uma tarefa tão arriscada em um lugar que não conhecia. Havia ainda uma generosa promessa de recompensa no caso de conseguir realizar o plano. Foi desta maneira que acabou sendo preso, onde ficou por sete anos.

"Vera – O Reinaldo, voltando só um pouquinho, que aí vai começar outra... vai começar a contar outras coisas, quando você se enturmou aí com seus amigos, o quê passava na sua cabeça?"

Paulo– *Aqui?*

Vera – *É, quando começou essa história toda, porque você sabia que estava...*
(Mulher de Paulo) – Entrando numa fria.

Paulo – *Na verdade eu...*

Vera – *Ou você não foi entrando, foi no rolo assim, como foi isso?*

Paulo – Na verdade, eu pensava em entrar e resolver aquele problema e pronto, acabou, só que aí o negócio foi tomando um outro rumo e tal.

Daniel – Como é essa história que foi tomando outro rumo?

Paulo – Assim...

Paulo – É, que começou a vir aquele negócio todo: “Você viu fulano de tal, a cena que ele fez, por causa da família dele?” Começou a vir a fama, e empolgação também, a empolgação ajudou um pouco.

Vera – Passaram a te ver com outros olhos?

Paulo – Passaram a me ver de outra maneira: “Porra, fulano de tal é foda, é o cara!” Entendeu? Aí já veio aquele negócio de ficar desempregado, aí já falei: “Pô, vou me dedicar a ... passar a ver essa vida agora.” Aí antes de viajar para o Rio de Janeiro, no meio dessa guerra, tinha uma idéia de colocar... Colocar um tráfico de drogas aqui, colocar... passamos a mexer com droga, com arma, o negócio foi crescendo...

Daniel – Eles não tinham isso antes?

Paulo – Não, não tinham...

Daniel – A primeira vez...

Paulo – Aqui para baixo...

Vera – Quando essa turma se juntou para te ajudar, ainda não estava encrenca pesada ainda, estava começando então?

Paulo – Não, eles já tinham as encrencas mas não era tanto, como depois que eles começaram a me ajudar, depois que eles começaram a me ajudar que começou a surgir encrenca de tudo quanto é jeito, em tudo quanto é lugar... A gente... aqui, era respeitadíssimo, ainda é até hoje, o lugar, mais respeitado...

Daniel – Mas esse trabalho que você foi fazer no Rio de Janeiro, você não recusou porque achava que devia favor para eles?

Paulo – Não, eu fui de livre e espontânea vontade...

Daniel – Não tem nada a ver então...

Paulo – Eu já estava sentindo que eu era o cara, que ninguém botava a mão em mim...

(Mulher de Paulo) – Não só isso, também ele estava todo endividado e o cara ia dar um apartamento para ele na dívida, entendeu, ele estava endividado...

Paulo – Ia rolar um carro e ia rolar um apartamento e um dinheiro...

(Mulher de Paulo) – Ele estava todo endividado...

Daniel – O cara lá do Rio ia te dar um apartamento e um carro?

Paulo – Isso, ia ter isso também...

Daniel – Você tinha noção que matar promotora é muita treta não? Que é uma coisa grande... não é matar qualquer pessoa, não é?

Paulo – *Se eu conseguisse essa façanha, esse objetivo...*

Daniel – *Você ia ser mais considerado?*

Paulo – *Entendeu, foi um pouco de empolgação, um pouco de ambição, um pouquinho de tudo também..."*

Na verdade pouco importa quais foram exatamente as razões que o fizeram aceitar uma proposta tão incerta como esta, o fato é que foi exatamente nestas circunstâncias, em que era ainda pouco maduro e inexperiente, que acabou por ser preso. O tempo que passou na prisão foi difícil para Paulo. Durante a sua captura, tinha trocado tiros com um conhecido delegado carioca em meio a uma louca perseguição que se seguiu até o palácio do governo, onde foi preso. O fato de ter atirado em um delegado fez com que todo o tratamento por parte da polícia fosse o mais selvagem possível, com momentos em que foi espancado e outros torturado. Segundo Paulo, quando viu a carceragem pela primeira vez, foi quando "abriram-se as portas do inferno": com o corpo todo dolorido, descalço, com as calças cortadas como uma bermuda, entrou desconfiado e com medo do que poderia lhe ocorrer, tinha muito medo por ser outra cidade, onde não conhecia ninguém e ouvia histórias assustadoras. O curioso é que todos já sabiam de sua história, onde a perseguição havia sido reconstituída em programas de televisão, ainda mais pelo fato de ter tentado matar, ainda que sem saber, um delegado muito mal visto entre os presidiários. Enquanto relatava aos outros sua história, já chegavam alguns remédios para o corpo dolorido e cortado, um pouco de comida e alguns itens para a limpeza pessoal.

Apesar de ter sido bem recebido em sua chegada pelos outros presidiários, logo percebeu que as dificuldades seriam enormes. A cela era superlotada, na primeira noite já sentiu o pior desta situação: Para dormir, três tinham que ficar em cima de um murinho para dar espaço para os outros. Logo cedo, às seis horas,

faziam o rodízio: outros três iam para o muro. No dia seguinte, quando recebeu a refeição do dia, Paulo estava com muita fome, comeu rapidamente aquilo que deveria ser uma refeição. No final do dia, conforme as horas passavam a vontade de comer voltou. Perguntou a que horas iriam entregar o jantar. Ficou então sabendo que comiam apenas uma única refeição por dia. Uma marmitex dividida em duas partes: na parte de cima, uma laranja e um pedaço de pão; na parte de baixo, o arroz, o feijão e a mistura. Era preciso escolher como dividir as partes de uma refeição ao longo de todo o dia. Naquele dia em que comeu toda a comida de uma vez, os outros perceberam que ele estava com muita fome e lhe deram um pedaço de pão e uma laranja à noite.

Outra coisa que tornava a vida como presidiário difícil eram as terríveis condições de higiene. Lavavam os dentes e bebiam água no mesmo buraco onde urinavam e defecavam, que no caso de Paulo, por ser recém chegado, era ao lado do lugar que deitava para dormir. E era por ali que saiam ratos, baratas e lacraias. Era por ali também que provavelmente as doenças entravam no lugar, furúnculos, coceiras diversas, sarna, piolho, a variedade de problemas de saúde fazia da doença uma condição quase que permanente. Em certa ocasião, depois de mais de duas semanas com alguma doença na pele que não conseguia ser identificada mesmo pelos presos mais antigos, Paulo entra em desespero e como ultimo recurso toma banho de creolina e bebe enxofre. Passou então finalmente por uma enfermaria para fazer a desintoxicação, mas a doença permaneceu mais algumas semanas.

Uma das coisas que Paulo diz ser próprio da vida na prisão é o abandono. Na situação em que se encontrava, estar à mercê de qualquer tipo de auxilio da prisão como instituição era o pior que podia acontecer a alguém. É por isso que as redes de solidariedade foram decisivas para Paulo naquele momento. Nas primeiras semanas ficou totalmente dependente da pouca ajuda que seus

companheiros de cela podiam fazer por ele. Isto até para escovar os dentes. Mais tarde, precisou do auxílio dos amigos de São Paulo para conseguir um advogado que pelo menos estivesse ciente do processo. Além disso, durante toda a sua estadia no sistema prisional, recebeu apoio da esposa e de outras mulheres que lhe enviavam coisas para comer. Sem todas as redes de proteção dos próximos, diz que dificilmente teria suportado o desamparo dentro da prisão.

Paulo sentiu este abandono em diversas prisões e CDPs do Rio de Janeiro: Logo que preso fica 19 dias na 9ª DP do Catete, é transferido para a 14ª DP, no Leblon, e depois para a 20ª DP, no Grajaú, passa um período curto na Polinter e 12 dias na Água Santa, sendo transferido, depois de julgado para o complexo Frei Caneca e, finalmente, para Bangu 4. Em circunstâncias obscuras, volta para São Paulo diretamente para o Carandiru, onde passa pelo Pavilhão 5 e se muda para o Pavilhão 2 até o momento em que ganha à liberdade. Este trânsito constante em cada um destes lugares era acionado, principalmente, segundo Paulo pelo que chama a “máquina de extorsão e corrupção do sistema”. Tudo começa com o abandono a que se referiu acima. Como desde uma escova de dentes precisa ser comprado e introduzido de fora para dentro do cárcere, um imenso mercado começa a se constituir. Cada coisa, um preço: preço para a visita, preço para ter mais meia hora de visita íntima, preço para um banho de sol a mais, preço para uma comida melhor, preço para o jumbo entrar. Claro, também para conseguir uma transferência: os que podem pagar o bonde, são transferidos. Quando o preso não dá mais lucro, há a troca de prisioneiros. Eles acertam as transferências para equilibrar as coisas: uns vem para cá, outros vão para lá. É um verdadeiro mercado, por onde circula muito dinheiro. Nesta engrenagem de extorsão, começa a se definir a diferença entre as prisões: as cadeias ricas que dão muito lucro para os agentes penitenciários e

as outras, as pobres. Essas são as piores. E tudo fica ainda pior justamente porque o preso não tem condições de pagar pelos 'serviços'. Trata-se de toda uma regulação feita pelos agentes penitenciários para equilibrar os lucros em cada lugar. Os presos que podem pagar mais para conseguir os "pequenos serviços" devem ser transferidos de acordo com a balança de finanças e acertos dos oficiais da lei. Já os presos "pobres", como era o caso de Antônio, ficam esperando para ver o que vai acontecer. As vezes pagam para conseguir uma transferência. Ou então pegam carona em algum bonde de transferência, vão e não sabem nem porque estão indo.

"Em 97 fui transferido para a 20 DP, aqui no... perto do morro do macaco... Foi troca de prisioneiros, quando um preso não está dando lucro numa certa cadeia é que... é o dinheiro que move o cara, entendeu? Na cadeia vale o quanto pesa, os polícias... Às vezes vai muito traficante preso assim, os caras tem dinheiro, aí os caras cobram 50 de visita, mais 50 para você ter mais meia hora, cobram para entrar uma comida, cobram para entrar uma droga, cobram para você ter um banho de sol a mais, umas horas a mais, e quando o cara não está dando muito lucro assim, tem aquela troca de prisioneiros: "Pô, traz os caras dessa cadeia, que estão dando lucro aí, e mandam os pobres daí lá..."

Eu fiquei 1 ano, 96, 97, final de 97 eu fui transferido para a 20 DP, aí teve uma troca de prisioneiros, eu não lembro quanto foi, acho que trocaram uns 15, trouxeram 15 que estava dando lucro lá na 20 DP, lá na pobre, e levaram 15, e levaram 15 da rica para a pobre... Mas aí a pobre ficou mais pobre e a rica ficou mais rica, ficou mais pobre, e aí entra os polícias... não sei, tinha lá um negócio que polícia daqui que tirava muito dinheiro aqui, repartia com outros de lá... era uma... era não, é uma máfia até hoje deles lá... Aí nessa daí, fomos de bonde para a 20 DP, fomos para a mais pobre..."

Logo que o chegou na outra delegacia, todos descenderam do "bonde", o camburão, e foram direto para a sala de triagem. De repente, Antônio ouve o seu nome e de mais um outro. Apenas os dois nomes foram citados. Primeiro: "quem é fulano de tal?. O outro

se apresenta. Começa a ser espancado. Na frente de todos os outros. O que aconteceu? Por que vocês estão batendo assim nele? Resposta: é artigo 213. Estupro. O policial leu a ficha: “fulano de tal, no dia tal, no lugar tal, estuprou uma menina de cinco anos e etc, etc, etc”. Deu um frio na espinha de todos. O infeliz estava lá no meio deles, e eles nem sabiam. Os policiais saíram da sala, sabendo que ele poderia ser morto em poucos minutos. Não deu tempo. Voltaram alguns minutos depois e o levaram para o seguro. Mas ele estava moído de tanta porrada que levou dos presos. Na seqüência, foi a vez de Paulo. “Quem é o Paulo?” Paulo se apresentou e teve o cuidado de falar alto, para todos ouvirem que o seu artigo era homicídio. Não queria que pairasse qualquer dúvida. Foi levado para outra sala onde foi jogado e não enxergava nada, estava tudo escuro. Em questão de segundos, Paulo já não sabia da onde vinha tanta paulada. Na verdade, ele não podia mesmo ver nada. Estava escuro demais. Mas sentia o impacto sobre o seu corpo. Recebeu golpes nas costas, nas pernas, nos braços, no estômago. Passou o tempo ouvindo eles dizerem “esse é pelos direitos humanos, é pelo seu direito”. Acenderam a luz. Foi então que pôde ver os quatro policiais, cada qual com seu taco de beisebol. Paulo foi encaminhado para a carceragem. O carcereiro, em quanto batia forte em suas costas dizia: “você gosta de dar tiro em polícia, olha o que os caras gostam de fazer com quem dá tiro em polícia”.

Quando chegou à DP mais pobre, as condições eram ainda mais terríveis que os lugares anteriores que havia passado. Paulo estava em uma delegacia “rica”, uma verdadeira fábrica de dinheiro, e foi transferido para uma pobre. As condições nesta delegacia eram as piores possíveis. Claro, delegacia de presos “pobres”. Sem “serviços” extras. Cela superlotada. Dormiam dependurados nas grades. Era preciso improvisar uma rede com a ponta dos lençóis amarrada no alto da grade:

“você pegava a ponta do lençol e amarrava aqui numa barra de ferro, aí ficava ali, aí amarrava outra ponta aqui, e fazia igual uma rede, pendurado assim, amarrava uma ponta do lençol aqui, amarrava uma ponta aqui, amarrava outra ponta aqui, e você dormia pendurado ali...”.

Paulo ficou um ano nesta delegacia. Com o passar dos meses, acabou por ser o preso mais antigo. As transferências eram constantes. Mas Antônio não tinha como pagar pelos “serviços”, muito menos por uma transferência. Quer dizer, ele não rendia nada para os agentes penitenciários, e exatamente por isto, então, foi ficando. Ele só dava algum lucro para delegacia em dia de visita da sua esposa. Uma vez por mês. O preço da visita íntima era 100 reais por uma hora.

“acabei sendo o mais velho na cadeia, foi trocando os pobres com os ricos e eu fui ficando ... eu não tinha grana, os policiais não tinham como tirar dinheiro de mim, porque eu não tinha dinheiro, então fiquei lá, não dava lucro nenhum para eles, só quando a... vinha me visitar é que eles tinham lucro comigo...”.

Apesar de todos estes problemas nas prisões do Rio de Janeiro, o maior impacto da vida carcerária foi sentido quando é transferido para São Paulo, no extinto Carandiru.

* * *

A transferência para São Paulo foi feita de forma abrupta. Paulo voltou para a cidade no mesmo dia em que soube da notícia, logo depois do café da manhã. Deixou todos os seus pertences pessoais com os colegas de cela, saindo do Rio de Janeiro apenas com a roupa do corpo. Depois de uma rápida passagem pela Polinter no final da tarde, chega na madrugada do outro dia no

DEIC acompanhado de mais dois outros presos transferidos. É então recebido por três policiais, o maior foi quem fez algumas perguntas, entre elas queria saber qual era entre os três que fazia parte do Comando Vermelho. Paulo não fazia parte do Comando Vermelho, nunca havia realizado nada em nome do grupo, mas como nas prisões cariocas foi primeiramente recebido por colegas que faziam parte da facção e, a triagem para as transferências sempre respeitavam este critério, acabou se identificando com o grupo. Quando foi feita a pergunta um grande silêncio permaneceu alguns segundos na sala, e como o policial ameaçava os presos transferidos, Paulo decidiu dizer que era ele quem pertencia ao Comando Vermelho. O que se sucedeu então foi, mais uma vez, uma sessão de agressões por parte de todos os policiais, que diziam “Você é do Comando Vermelho? Em São Paulo não tem vez não, viu?”, enquanto batiam em Paulo, os outros policiais também o ridicularizavam falando “Comando Vermelho é o caralho...”. Depois da recepção em São Paulo no DEIC, Paulo então é conduzido até o Carandiru.

“Aí colocaram nós dentro de uma viatura, aí levaram lá na casa de detenção, aí falaram: aí falou assim: “Vocês vão para a casa da Dinda.” Eu falei: “Porra. Casa da Dinda?” Aí perguntei para o cara, “Onde que, o que é a Casa da Dinda? É uma cadeia assim, né, especial e tal, com mordomia?” Aí ele falou: “Porra é a detenção, é casa de detenção.” Falei: “Putá que o pariu é a casa de detenção?” Quando eu estava em São Paulo, eu só ouvia falar horrores da casa de detenção, falei: “Putá, é a casa de detenção, meu Deus do céu?”

Ao chegar em São Paulo, Paulo pensava que estaria mais próximo da família e dos amigos, pois as custosas viagens para o Rio de Janeiro tornavam as visitas raras e difíceis para todos. Mas, de outro lado, havia o problema de não conhecer o que, na gíria carcerária se chama do “ritmo” da prisão, ou seja, o funcionamento das relações entre os presos no cotidiano. Familiarizado como as

coisas se passavam no Rio de Janeiro, de início teve um pouco de dificuldade de se adaptar no Carandiru. Aos poucos, Paulo foi pegando o ritmo da cadeia. Era um pouco diferente do que ele vira no Rio de Janeiro. A começar dos barracos, as celas em que ficavam confinados: No presídio em que ficara no Rio de Janeiro, as regras entre os presos proibiam a compra e a venda dos barracos, no lugar onde o recém-chegado era colocado, lá ficava. Em São Paulo era preciso comprar, quer dizer, os presos precisavam pagar para cumprir pena, todos os barracos eram loteados, com os vários donos que organizavam este mercado. Geralmente os donos de barracos eram os presos mais velhos ou mais poderosos, desta forma, os que chegavam depois tinham que pagar. O negócio poderia sair caro, de quinhentos a mil reais, dependendo do barraco. No abandono em que os presos estavam submetidos, os presos compravam uma coisa que era do governo. Mas uma coisa era muito bem regulada pelos carcereiros, a proibição da circulação de dinheiro no presídio. Se alguém fosse pego com uma nota de 1 real, estava arriscado a pegar 30 dias de castigo. Desta forma parte dos pagamentos era realizada em cigarros, ambos, o dinheiro e o cigarro, vinha de fora, com as visitas. Também o suborno dos carcereiros, em dinheiro ou em cigarro. Antônio descobriu isso logo nos primeiros dias, considerava o ritmo das cadeias de São Paulo, em comparação com o Rio de Janeiro, "um vale tudo". No seu caso o barraco em que estavam tinha dono, que pediu quatrocentos reais, os amigos tiveram que fazer um esforço para lhe enviar o dinheiro.

Mas pegar o ritmo da cadeia era também saber lidar com a incerteza do que poderia acontecer a cada minuto da vida lá dentro. Naquele momento havia muitas mortes cotidianamente no Carandiru, Paulo diz que parecia que morriam pessoas todos os dias. No tempo em que chegou na Casa de Detenção, houve períodos em que morriam duas ou três pessoas em um só dia no

Pavilhão 5. Ele nunca tinha visto violência igual em nenhuma das cadeias pelas quais passou no Rio de Janeiro. Claro que a violência existia nas cadeias cariocas, mas a sensação vivida por Paulo era diferente em São Paulo. Diz que normalmente, no Rio de Janeiro, os “acertos” tinham dia marcado, sendo que em São Paulo a qualquer momento podia-se perder a vida.

“era em um dia certo, em dia determinado, quando tinha algum acerto de contas, mas aqui era todo o dia – você ficava apreensivo 24 horas por dia, você não sabia se ia amanhecer vivo ou amanhecer morto.”

Paulo diz lembrar-se da enfermaria do Pavilhão 4, costumava passar por lá porque tinha um amigo, ainda dos tempos em que estava em liberdade, que trabalhava como enfermeiro. Era ele quem recebia os corpos, chamava o IML e o rabeção para pegar os cadáveres. Uma vez, perguntou: “desde quando você está aqui, quantos corpos você já recebeu, até hoje?”. Ele estava naquele serviço fazia dois anos e respondeu: “eu conto desde que cheguei aqui, foram 119 que já passaram pela minha mão”. Paulo também se lembra do preso que era o fotógrafo da prisão. Seu trabalho era fotografar cada corpo que aparecia morto, de todos os pavilhões. Mais de uma vez Paulo me mostrou a coleção de corpos dilacerados, em sua maioria os buracos feitos à faca. Seu amigo guardava quase todas as fotos que tirava para o trabalho, fazendo cópias, cuja coleção bizarra é muito conhecida pelos moradores de todo o entorno da Favela da Colina, que fazem visitas em sua casa para verem o horror deste momento do Carandiru. Muitas vezes quando, em uma entrevista, o tema do horror das prisões e o descontrole da sangrenta cadeia de mortes neste momento é relatado, os ex-presidiários dizem “Vamos ver a coleção do Fulano”, “ta bom, ta bom, já vi.”.

Partes destas mortes aconteciam por conta de brigas entre facções inimigas, disputas para saber quem conseguia dominar a cadeia e se impor como grupo predominante. Era um estado de guerra permanente. Parte das antigas rebeliões estava relacionada com esta guerra que parecia infinita. Quando os rumores de que a “cadeia vai virar” começavam a circular, todos já se preparavam. Então, os presos de um Pavilhão invadiam o outro, tomavam os carcereiros como reféns, ameaçavam matar todo mundo, até conseguir o controle. E daí pra frente, as pessoas do outro grupo tinha que ser transferidas para outro lugar, senão era morte certa. Tratava-se principalmente de acerto de contas, assunto antigo ou recente, disputa dentro ou fora da prisão, e que finalmente eram resolvidas lá dentro. Por isso cada novo preso que chegava, a primeira pergunta era se tinha ou não inimigos lá dentro. O local para onde o novato ia dependia disso. Um lugar longe dos inimigos. Se o assunto era mais grave, ia para o Seguro. Depois de instalado em um pavilhão, se o preso pedia para ser transferido, tinha que assinar um termo de responsabilidade: dizer que estava ciente do que estava fazendo. Se acontecesse alguma coisa, não seria responsabilidade da direção do presídio. Cada qual era responsável pela sua própria vida. O Estado não era capaz de garantir a vida de ninguém. O que garantia a vida dos que chegavam eram as relações entre as quadrilhas que começavam a se formar do lado de fora das prisões, nos bairros, e as alianças construídas do lado de dentro. De fato, o bairro de proveniência era a marca da proteção ou do risco dentro da prisão: poderia significar encontrar aliados que lutariam até a morte por um amigo ou inimigos dispostos a vinganças mortais. Este momento da história das relações dos bairros com as prisões é presente na memória de qualquer preso que tenha passado no sistema prisional este período. A cifra para entender esta escalada das mortes dentro e fora dos muros da prisão são as evidentes territorialidades sobrepostas ou opostas que

se construíram ao longo do tempo em um processo acumulativo de desavenças, vinganças e “acertos” e as disputas pelo poder entre as quadrilhas.

Mas não era somente uma disputa de poder que causavam as mortes neste momento, ao que parece o que alimentava e azeitava o perverso mecanismo que levou à morte muitas pessoas eram causas muito prosaicas: dívidas diversas, desavenças até pela maneira que um olhava para o outro, traição de antigas alianças de moradores do mesmo barraco, fofocas e rumores. Paulo observava, ouvia as histórias, via o que acontecia e ia aprendendo o ritmo da prisão. Não queria se envolver com as brigas entre os grupos, nem se meter em encrenca com outros presos. Mas era preciso saber transitar nesse mundo, observar, notar, nunca esquecer o que viu : qualquer palavra dita na hora errada, uma conversa com a pessoa errada, um descuido da palavra empenhada já era razão para ser esfaqueado a qualquer hora do dia ou da noite. Tinha que fazer as coisas do melhor jeito possível, sem saber se ia amanhecer vivo ou morto. Muitas coisas podiam ser motivo para a morte, sendo a única certeza para sobreviver nesta adversidade não se permitir errar. Tem que saber o que falar, com quem falar, como falar. Neste limiar entre a vida e a morte, a miríade de situações banais que podem ter como final a morte não permite que nada escape a atenção vigilante com tudo e com todos.

“Paulo- No pavilhão 5, pavilhão 5 eu lembro que um vez acabou a visita, um cara não gostava do outro, ele não ia muito com a cara do outro, já tinha tido algumas discussões antes, aí depois da visita ele chegou a dizer que esse cara tinha passado a mão na filhinha dele e tal, e o cara não tinha feito nada disso...Aí chamou umas 2 testemunhas lá, que para você levantar uma coisa contra alguém você tem que provar, se você não provar você que está errado, você que vai morrer... Aí ele chamou 2 testemunhas lá, 2 amigos dele, e falou que tinha sido verdade mesmo, que tinha visto o cara fazendo aquilo lá com a menininha e tal... Mas já quem estava no campo no dia da visita não viu nada daquilo, mais de 600

caras, mais de 600 pessoas tirando visita ali e ninguém viu isso... Se não a própria visita também tinha cobrado na hora. E esse cara, e essas 2 testemunhas viram, e falou: "Porra fulano de tal passou a mão na minha filhinha e tal, não sei o quê..." Aí formou maior confusão, resumo da história, espancaram o cara até a morte... O cara saiu, eu vou falar para você viu, roxo...

Interrupção

R – Aí ele fez isso, matar o cara, o cara morreu espancado por uma coisa que ele não tinha feito

(...)

R – Era o crack que matava, o que mais matava era o crack, e gente morria por causa de 1 cigarro, 1 cigarro, 1 cigarro solto... por causa disso, por causa de 1 maço de cigarro nego morria... "Ah, você me deve um maço de cigarro, você me deve uma moeda..." "Não, eu não te devo, eu já te paguei..." "Não, você me deve, você me deve..." E nisso surge uma confusão: "Ah é, não sei o quê, você está me roubando, você está conversando fiado..." E começou a surgir ofensa, dessa moeda, desse maço de cigarro, começou a surgir ofensa de um com outro... e foram provar mesmo que o cara estava devendo 1 moeda para o cara, o outro cara consegui provar, esse cara morreu...

D – Na hora ele não tinha para pagar também, ou já não adiantava mais?

R – Não, ele tinha para pagar, mas só... se ele voltasse atrás com a palavra dele, que ele já tinha pagado, ele ia passar também como mentiroso, entendeu? Então não ia adiantar muita coisa, de qualquer jeito ele ia ser cobrado ali, ele manteve a palavra dele que ele não estava devendo para o cara, e ele estava devendo para o cara... Quer dizer, era uma coisa banal, como um maço de cigarro.. (...)

R – Quando não era resolvido na base da faca... O mais suave lá era o couro bem tomado, e ir para o seguro... A penalização mínima, mais leve, acho que era essa... Você tomar um monte de paulada, e ir para o seguro e sair do convívio... Esse era o mais leve, mas a maioria era pena de morte... No pavilhão 5... No pavilhão 5 tinha uns caras que não podiam nem sair do pavilhão, os caras iam sair do pavilhão os outros já avisavam, os próprios policiais falavam: "Você não pode sair do pavilhão, heim. Você sabe por quê né?" Já era sabido que o cara não podia sair mesmo, se não ele ia morrer na galeria... E foi nessa...."

** * **

Estas mortes por motivos prosaicos que alimentavam a guerra de quadrilhas nas suas relações internas e externas da prisão produziram uma situação limite que mesmo as pessoas que vivenciam a brutalidade de um estado de ameaça permanentemente a vida conseguem vivenciar como um estado normal. Trata-se de uma espécie de perigo contínuo e sem explicação aparente, uma não compreensão para os caminhos que conduzem a morte. Isto porque esta compreensão é cercada de acasos, contingências, circunstâncias, cuja inteligibilidade deve ser analisada de forma situacional e posicional. Certo jogo de luzes e sombras cerca esta vida incerta, sendo necessário navegar por dentro de terrenos incertos, condenados ao acaso e imersos na imprevisibilidade. Isto porque são situações sentidas como casuais e aleatórias, como as paixões e a vingança, os ódios e os amores intensos, os rancores e as desforras.

Este estado constante e liminar entre a vida e a morte foi o período em que Paulo diz ter aprendido a controlar os seus impulsos, pois uma das características mais importantes para conseguir contornar possíveis conflitos com os outros é o autocontrole das emoções. Diz que um dos erros mais frequentes dos mais jovens ao entrar na prisão é pensar que “a malandragem” é a sabedoria que vai ajudar a transitar por fora do perigo eminente à vida. “Malandrão” inclusive, na gíria criminal atual pode ter o sentido de “otário”, em uma inversão de semântico que atenta para as mudanças do tempo. O “enrolador” ou aquele que tenta ser “mais esperto” que os outros é mal percebido porque parece tentar flertar com a mentira e a enganação, o que compromete a lógica da palavra empenhada entre os indivíduos que se colocam como igualmente criminosos. Desta forma, o que permite conseguir transpor os perigos é uma capacidade de manter frieza em situações que podem determinar a morte e, para isto, nada no comportamento pode parecer uma fora do autocontrole destas

pulsões. A ambigüidade da malandragem parece não ter espaço em um lugar que pretende sempre atingir a linha reta e clara do que chamam o “certo”. O certo parece não comportar dúvidas, equívocos ou imprecisões, sendo pensado a partir de suas singularidades, apesar de pretender-se um absoluto do fato. Os sentidos disto serão melhor discutidos mais a frente, na descrição destas práticas do lado de fora, onde o acompanhamento pode ser feito in loco.

A disputa que coloca frente a frente os criminosos e seus problemas na prisão, de forma geral, foi sendo condicionado pelas circunstâncias para ser resolvido através do chamado debate¹⁶². Seria difícil saber como esta forma de mediação de conflitos começa a ser implementada e, na verdade, de interesse apenas anedótico, porque o ponto central é que esta prática foi, pouco a pouco, se generalizando e respondendo aos imperativos de problemas práticos e concretos, atravessando momentos distintos da vida prisional. Quando havia um problema que colocasse dois presos em posições opostas frente a um fato, o debate era acionado como forma de “resolver a questão”. Cada uma das partes falava e apresentava as provas. Era preciso estar preparado para participar de um debate, tendo primeiro, um autocontrole dos impulsos, pois todo um delicado jogo mental é necessário para conduzir os argumentos, de modo que qualquer alteração demonstraria um descontrole e uma insegurança. De outro lado, a firmeza de posição e uma espécie de intimidação retórica fazem parte também da dinâmica do julgamento. Além da retórica, as provas e testemunhos são essenciais, porque mesmo pensando estar correto em sua reivindicação, a acusação pode fazer do acusado “o primeiro a cair”.

¹⁶² Mantenho aqui a descrição pelo que me foi relatado em entrevista acerca dos debates. A análise mais rigorosa será realizada mais a frente, na descrição da biqueira, onde pude realmente presenciar o modo de funcionamento de alguns debates. Tomo esta precaução porque, se é importante fazer a marcação do fenômeno neste momento do texto, nada me permite deduzir que naquele momento, dentro das prisões, o debate funcionasse exatamente da mesma maneira que eu presenciei, do lado de fora das prisões em um outra conjuntura onde o PCC era o fiador do julgamento.

Se a prova não for apresentada de modo convincente, o errado pode virar o certo, o certo vira o errado. Muita gente pode estar presente, mas não é todo mundo que fala. Só as duas partes, um de cada vez, cada um com a sua versão. Nesses momentos, aliás como tudo dentro do presídio, o que vale é a palavra dada. Mas é preciso saber usar a palavra corretamente e na hora certa, jogando com a confiança da prova apresentada. E a sentença vem ao final. É assim que Paulo conta como aconteciam os debates na prisão.

Fato é que, quando as parte não conseguiam entrar em um acordo, outro procedimento entrava em ação: os duelos. Neste caso os confrontos físicos assumiam a mediação do conflito em questão e o "errado" emergia com a morte do adversário. No Carandiru, os duelos aconteciam na segunda feira, na famosa rua dez:

"Paulo -E chegava Segunda-feira lá no Carandiru, era considerada Segunda-feira sem lei, é o dia do acerto de contas, era toda Segunda-feira. Nós tínhamos visita Sábado e Domingo, Segunda-feira é o 1º dia da semana, quem tinha dívida tinha que pagar, de um jeito ou de outro..."

Paulo -Segunda-feira, e quando não resolvia na Segunda, resolvia numa Terça, ou resolvia na outra Segunda... A Segunda-feira era imprescindível... E todos os problemas eram resolvidos na rua 10, na famosa rua 10, todos os pavilhões tinham... que era a galeria oposta à entrada do pavilhão, era rua 10 e todos as confusões eram resolvidas ali... Duelo também, às vezes você tinha duelo ali, que um arruma confusão com outro e tal... e chegou ao ponto... chegou ao conhecimento dos faxinas, que eram os faxinas que comandavam os pavilhões... os caras que serviam a bóia, serviam o pão, eram os cabeças da cadeia, entendeu? Eram os mais... linha de frente, e chegava... às vezes a confusão chegava ao conhecimento deles, o quê eles faziam? Armavam um, davam uma faca para um, davam uma faca para outro, e ia lá para a rua 10, e lá os 2 se... duelava lá... quem morresse, quem sobrevivesse era o vencedor, era o certo... E no duelo ninguém podia se meter, era só eu e você, mais de 200, mais de 300 ali vendo, às vezes um parceiro seu ali, um amigo seu está ali e você não pode fazer nada, não pode falar uma palavra... só vê, o barulho das facas..."

Alguns anos depois da chegada de Paulo, quando muita coisa já havia mudado, surge a notícia de que o filho de um velho conhecido da Favela da Colina havia sido preso. Paulo ficou sabendo pela boca de uma conhecida do bairro no dia de visita. Filho de um borracheiro do bairro, Felipe era um menino de dezoito anos quando foi preso, em uma história que mais parece uma piada. Junto com outros meninos que tinham um pouco mais de experiência em roubos de caixas eletrônicos, decidem fazer isto em um banco do outro lado da Marginal Pinheiros. A idéia era usar escondido o guincho que o pai utilizava em seu trabalho para conseguir tirar o caixa de dentro do banco e transportá-lo. Pediram para Felipe dirigir o carro da fuga. Aceitou por camaradagem, lealdade aos amigos da quebrada, para dar prova de valentia, um pouco pela empolgação da aventura. Coisa de um rapaz de 18 anos. O problema é que durante a “ação planejada” o guincho não conseguia retirar o caixa eletrônico do chão e, com a demora para realizar o roubo, a polícia os surpreendeu. A tentativa de fuga do grupo segue com uma perseguição dos carros da polícia atrás do guincho, o cabo de aço do guincho arrastando no chão, soltando faíscas, e o rapaz dizendo para os outros “Eu não posso deixar o guincho pra trás, vão descobrir que é do meu pai e ele vai me matar!”. No total, três pessoas foram presas naquele dia, sendo encaminhados primeiro para o CDP de Osasco e posteriormente foram encaminhadas para o Carandiru.

Paulo não conhecia o garoto, mas já sabia quando iria chegar. No dia, foi até o lugar da triagem para conversar com ele. Quando chegaram os novos presos, Paulo foi junto com um amigo da mesma quebrada que partilhava o barraco com ele para receber o garoto juntos, eram parceiros inseparáveis, resolviam tudo junto. Paulo sabia que Felipe era muito jovem e queria receber o garoto preparando tudo para ele se ajeitasse da melhor maneira possível lá

dentro. Os dois amigos conseguiram que o rapaz ficasse com eles no Pavilhão 2, em um barraco vizinho, seriam vizinhos de cela para poder zelar melhor pela segurança de Felipe, claro, eram do mesmo bairro. Logo que chegaram ao barraco, pediram que Felipe contasse o que tinha acontecido. Paulo fez as perguntas de praxe para quem entra na prisão: "você tem algum inimigo aqui dentro? Tem alguma treta com alguém? Matou o parceiro de alguém na rua? Mexeu com a mulher de algum outro? Tem algum problema?". E o rapaz: "não, não tenho problema nenhum". Insistiu: "o seguinte, se tiver algum problema, fala tudo, porque se tem algum problema você vai ter que ficar no seguro, no Pavilhão 5, até conseguir ser transferido para outra cadeia. Do contrário, é morte na certa". E ele confirmou. Não tinha problema nenhum.

Três meses depois, chegaram três presos por assalto. Era uma quadrilha que foi pega em um assalto, no mesmo dia do assalto do qual o garoto participou, uma coincidência infeliz. Os três correspondiam à mesma descrição que os policiais tinham dos comparsas do garoto. E ficou então parecendo que o garoto era um deles. Confundiram uns com os outros. O fato é que um dia Felipe andava pelos andares de baixo do Pavilhão quando encontrou os três recém chegados que começaram a ameaçá-lo.

"Paulo- aí ele subiu até amarelo lá para o 5º andar do pavilhão 2, falou: "Porra, mano, os caras estão lá em baixo, estão falando que vão me arrancar o pescoço, que vão me matar, que não sei o quê, estão falando que eu caguei..." Aí eu fui lá já liguei outro companheiro também, que andava comigo direto: "Pô mano, os caras estão querendo matar o moleque..." "Mas nós não perguntamos para você se você não tinha nenhum problema com ninguém, se não tinha problema na cadeia?" "Porra, mas eu não caguei." "Putá, mas por quê você não falou desse bagulho logo, que a gente resolvia logo, antes de os caras chegarem aqui..." Que dava para resolver por telefone, né, quando os caras chegassem, já estava mais suave, já não precisava falar que ia arrancar a cabeça dele e tal... E nessa daí, os caras estavam fazendo o procedimento ali, para ser distribuído nos outros pavilhões, um foi para o pavilhão 7, os outros 2 foram no pavilhão 8, entregue no

pavilhão 8, para morar no pavilhão 8, aí ficou o papo no ar, que ele tinha caguetado e pá, que os caras iam matar ele, que iam arrancar o pescoço dele, falei: "Putá, meu Deus do céu." Aí conversa vai, conversa para cá, conversa para lá. Aí formou, o debate para ver quem estava certo, e quem estava errado, quem ia morrer, se ia morrer, se não ia, né, que realmente cagueta não passa batido mesmo, aí o quê nós fizemos? Primeiro, fui eu e esse um cara, falar com esses caras aí, que estavam falando que iam cortar o pescoço dele, que iam matar ele, para ver a versão dos caras..."

Paulo decide descer então para o andar de baixo do pavilhão com Felipe e seu parceiro de cela. Quando chega, encontra mais de 200 homens querendo saber a verdade dessa história. Todos esperando Antônio e o amigo, a maioria já com a faca na mão. Felipe confirma: não cagüetou. O outro diz que tinha prova que ele tinha cagüetado, que isso estava no depoimento que ele tinha dado na delegacia, que era possível pegar cópia do depoimento e provar o fato. O garoto respondeu: "não foi isso o que eu disse no meu depoimento, foi outra coisa, nada a ver, não cagüetei". Paulo o aconselha a dizer a verdade, talvez desse tempo para, no caso de reconhecer o erro, ir para o seguro e pedir uma transferência. Mas Felipe dizia que não havia delatado os três recém chegados. Como os três insistiam na acusação com muita veemência, criou-se, então, um impasse. Combinaram que a decisão ira ficar para a segunda feira seguinte, então todos guardaram as facas e cada um voltou para o seu Pavilhão.

No momento em que este conflito acontece, o PCC já era uma facção que organizava o cotidiano da prisão, com seu ritmo próprio: Os debates eram agora mediados pelo piloto da facção, que deveria, junto com outros pilotos espalhados em outros lugares, interceder na situação para decidir quem estava "pelo certo". O maior problema disto era que os três que acabavam de chegar eram muitos próximos de muitos dos membros do PCC, o que fazia pairar algumas duvidas sobre como seria o debate na próxima

segunda sem lei. Além disto, como os três tinham esta incidência sobre membros do PCC, o clima para Felipe estava muito difícil dentro do pavilhão. Ele tinha muito medo, estava mesmo apavorado. Não ia para lugar nenhum. Ficava lá no barraco, não saía do Pavilhão, circulava um pouco e logo voltava para a cela.

No correr da semana, Paulo começou procurar as provas que poderiam salvar a vida de Felipe, o mais importante era a cópia do depoimento do garoto. Os outros também ficaram de arrumar a cópia do depoimento do lado deles. Paulo consegue falar com a advogada de Felipe e pediu a cópia do processo, com o depoimento. Depois, telefona para os conhecidos do bairro para se informar melhor quem era o garoto. Continua a sessão de telefonemas para que a rede de apoio começasse a ser criada, era preciso que eles falassem com os outros, era preciso também ter a palavra de todos os parceiros. Neste momento todos que sabiam uma parte da história se dizem dispostos a dar a palavra lá dentro e contam o que sabiam de como as coisas tinham acontecido. A semana foi toda assim. Paulo se lançara numa partida de alto risco. E se ficasse provado que o menino era mesmo cagüete? E se não tivesse prova nenhuma, nem sim, nem não? Como é que ficaria? Era um jogo de vida e morte, e aí estavam os três na mesma situação: Felipe, Paulo e o amigo de barraco. Na sexta feira, a advogada leva a cópia do processo. Paulo pede autorização para ir até a sala dos advogados. Foi, falou com ela, pegou o processo na mão, leu de ponta a ponta: o garoto não tinha cagüetado. Eles iam ganhar o debate da segunda feira. Passou sábado e domingo, chegou então a segunda feira. Vão todos para o Pavilhão 8. Paulo e o amigo chamaram outros da mesma quebrada, os faxinas que conheciam, e, principalmente, o encarregado do prédio que era o linha de frente do Pavilhão. No total, eram mais de 30. Paulo pensava que, se houvesse mortes, não vão seriam só os três, mas um massacre.

Os outros apareceram, mais de 300. Todos com um pedaço de pau na mão, outros com faca escondida, prontos para a decisão, certos da morte. Se fosse provada a cagüetagem, o acerto seria feito lá mesmo. Mas o debate transcorreu em um barraco estreito, 4 por 3. Eram vinte homens lá dentro, os outros na galeria esperando o resultado. O debate foi aberto.

"Paulo – Aí chegou lá, chamou os caras, aí eles apareceram também, o piloto do prédio, o responsável pelo pavilhão, aí formou o debate, todo mundo de pau na mão, já, outros com faca escondida, prontos para... se caguetou mesmo, vai morrer, não tem como, falei: "Putá merda. Nós estamos certos de que o menino não tinha caguetado" Eu falei: "Nós estamos certos, vamos lá, tem que resolver." Aí entramos para dentro do barraco, o barraco era um pouquinho maior que isso aqui ó, não cabia mais ninguém dentro do barraco, tinha uns 20, e os outros estavam tudo na galeria, esperando o resultado do debate... Aí quem começou a ler o depoimento foi esse cara, meu companheiro, catou a ... Aí o cara falou, os caras perguntaram para os outros dois: "Cadê a cópia do processo de vocês, falando que o moleque tinha caguetado?" Aí, os caras não levaram a cópia do processo, não levaram... Aí perguntou para nós, para o moleque assim: "Cadê a cópia do seu processo?" Aí ele falou: "Está com o mano aí, com o companheiro aí." Aí ele começou a ler a cópia do processo: "Que no dia tal, tal, tal, tinha sido preso fulano de tal, Felipe, conforme o depoimento dele..." Leu lá o depoimento do Felipe todo, aí quando ele acabou de ler, os caras que... o cara ali... os pilotos, os caras que são responsáveis mesmo, que estavam presidindo, que iam dar o ultimato, aí falou: "Porra meu." Aí olhou para esse dois caras e falou: "O moleque não está cagüetando, não, mano." Nossa, o coração deu até uma aliviada... "Porra meu, o moleque não está cagüetando, não, mano. Cadê a cópia do processo de vocês, falando que ele estava caguetando?" "Porra, que a advogada não trouxe, que não sei o quê..." Aí os caras já entraram, meio em contradição ali, e os caras moravam no barraco em que moravam também os caras do partido, do PCC..."

Daniel - Esses dois aí?

Paulo– Só que eles não eram, eles só moravam no barraco dos caras, entendeu? Aí depois desse debate aí, os caras passaram como errados, os 2 caras passaram como errados, que ele levantou um falso contra o moleque e eles não puderam provar, tudo o que você falar você tem que provar, se você não provar, você está errado, e nós conseguimos provar que ele estava certo, que ele não tinha caguetado ninguém..."

Os acusadores nem mesmo conseguiram explicar porque não tinham a cópia do processo. O fato é que eles não tinham prova nenhuma. Eles passaram como errados, levantaram uma falso contra o moleque e não puderam provar. Tudo tem que ser provado, se não provar está errado. Eles não sofreram nenhuma punição, porque a chamada bandeira branca¹⁶³ do PCC já estava instalada e as mortes concedidas desnecessárias não aconteciam mais. De toda maneira, foram obrigados a mudar de barraco e de Pavilhão. Não eram mais dignos de morar lá. Depois foram transferidos.

Felipe, depois desse debate, já podia andar tranqüilo pelo Pavilhão, sem medo, sem humilhação. Ninguém mais olhava torto para ele. Depois que tudo terminou, Antônio e o amigo aconselharam o rapaz:

“mano, não se mete em mais nada não, você não é pra essas coisas, você viu o que passou lá dentro? quando sair daqui segue a sua vida, não se mete mais em coisa de crime não.”

* * *

Quando Paulo ganha finalmente a liberdade, estava convencido que deveria abandonar suas atividades criminais, já tinha se casado mais uma vez e havia prometido a sua nova mulher que não faria parte de nenhum esquema que o envolvesse diretamente com qualquer tipo de atividade ilícita. A primeira atitude frente a nova vida que gostaria de levar foi, então, morar

¹⁶³ A “paficação” que os procedimentos do PCC desenvolvem dentro das prisões, estudados por Biondi e Adatao, serão analisados indiretamente ao longo da parte subsequente. BIONDI, Karina. Junto e Misturado: Imanência e Transcendência no PCC. Dissertação de mestrado apresentada na Universidade Federal de São Carlos, 2009. MARQUES, Adalton . "Faxina" e "pilotagem": dispositivos (de guerra) políticos no seio da administração prisional. Lugar Comum (UFRJ), v. 25-26, p. 283-290, 2008.

longe da Favela da Colina, indo para um outro bairro, já quase no limite com um outro município da grande São Paulo. Os seus planos eram de tentar reconstruir a vida familiar que mantinha antes de toda a série de imprevistos transformarem a sua rotina. Sua nova casa era alugada do pai de sua nova mulher com quem já havia tido mais um filho, sendo que neste novo lugar ninguém sabia de seu passado e das coisas que já havia feito. Fez amizade rapidamente com alguns de seus vizinhos, gostava de ir pescar com eles em uma pequena propriedade localizada no município vizinho.

Evidentemente que toda a semana voltava para a Favela da Colina, onde revia os amigos para jogar futebol, e como precisava de um emprego, decide montar uma barraca de pastel perto do campo, bem a frente da birosca de Piolho. Já havia tentado empregos em empresas como as que tinha trabalhado, mas diz que como a sua ficha de antecedentes criminais acusava a passagem no Carandiru, não havia conseguido resposta alguma em nenhuma das entrevistas que fez. O negócio caminhava razoavelmente bem, apesar das dificuldades financeiras já que a nova atividade não garantia a família o mesmo padrão de vida que anteriormente. A família participava do novo empreendimento, alguns parentes de sua nova mulher ajudavam à confecção dos pastéis e Paulo os vendia auxiliado pela mulher. A tentação para voltar as atividades criminosas eram grandes, especialmente quando via a vida mais abonada que seus parceiros levavam com o dinheiro que conseguiam ilegalmente.

Muita coisa mudou neste período. Durante o tempo em que esteve preso, a quadrilha que fez parte se organizou muito, agora envolvida em roubos de grande dificuldade como carros fortes, caixas eletrônicos, roubo de cargas e valores em empresas, principalmente supermercados. Tinha se tornado uma das duas quadrilhas mais fortes da região, ou seja, com os melhores esquemas, armas e as pessoas mais antigas, respeitadas e

qualificadas do crime. Em relação à outra quadrilha, um equilíbrio era mantido por meio de alianças e um tratado de paz que dura até hoje. Dada a reputação de Paulo antes de ser preso e durante o período em que ficou encarcerado, ele era sempre chamado para participar dos esquemas pensados. Paulo sempre foi considerado uma liderança ponderada, um bom mediador entre os membros para distribuir as tarefas e uma pessoa inteligente para pensar como os esquemas poderiam funcionar. Algumas vezes ele participou destes esquemas, sobretudo quando precisava de dinheiro complementar para o sustento da casa, mas estava longe de ser a sua principal atividade. Não se considerava um criminoso, não estava imerso na rede que pensava e organizava os esquemas diretamente e participava “apenas como convidado”. Considerava isto um período de transição, em que fazia ainda alguns esquemas, mas ao mesmo tempo se organizava para conseguir um trabalho diferente das atividades criminosas. Sua mulher sabia de tudo e o apoiava, porque compartilhava do mesmo projeto de vida.

O problema é que um dia percebe que estava sendo seguido, percebe que algumas pessoas que não o conheciam estavam de longe o observando. De início achou que era uma falsa impressão, mas não conseguia parar de se sentir vigiado, começa a perceber carros a sua espreita, pessoas o observando de longe. Passa então a fazer caminhos diferentes para retornar à sua casa depois do trabalho na barraca de pastel, comenta isto com a sua mulher e com amigos. A suspeita era contra o grupo contra o qual lutou e que fazia parte seu cunhado. Paulo não poderia ter certeza porque depois de iniciada a guerra a sua família se separou completamente, a irmã acabou ficando do lado de seu marido alguns meses depois do início do conflito e, com isto, a família se destruiu completamente. Paulo conta a notícia cautelosamente para alguns de seus amigos, gostaria de saber se alguns deles poderiam obter informações sobre o grupo do seu cunhado.

O fato é que um dia é perseguido e interceptado no caminho de sua casa, mas por um carro da polícia. Na ladeira que dava acesso a sua casa a rua inteira acaba por ser bloqueada dos dois sentidos da rua. Uma viatura da policia civil e outro carro que não era identificado como da policia. Paulo se rende e entra na viatura da policia, onde encontra policiais que nunca havia visto antes, mas eles o conheciam muito bem. Começam então a falar da vida de Paulo, coisas que na verdade nem mesmo a justiça, por meio dos processos abertos contra ele tinha registrado. Conheciam detalhes da guerra contra o grupo do seu cunhado, todos os nomes dos mortos de cada lado, como também sabiam de outras coisas que comprometiam Paulo, a ponto dele poder ser novamente preso. Paulo sabia muito bem que os policiais queriam dinheiro, mas não havia o suficiente para cobrir a extorsão demandada. Os policiais o acompanham até o banco do cartão que Paulo havia mostrado e, com o saldo não muito alto decidem então fazer de outra maneira: tomam o carro que Paulo conduzia e pedem ainda mais R\$10 000 até o final da semana. Dizem que não iriam tolerar atrasos e que não estavam interessados em como ele conseguiria este dinheiro.

Voltando a pé para sua casa, Paulo então percebe que não haveria forma nenhuma de conseguir levar uma vida fora do crime, além das condições difíceis no mercado formal, a falta de dinheiro com a pequena barraca de pastel, a extorsão da policia não o permitiria de fazer outra coisa senão assumir o que deveria fazer no crime. Outra coisa que atormentava Paulo era pensar como os policia teriam tido acesso a todas aquelas informações. Ao conversar com seus parceiros, chegam a conclusão, juntos, que isto poderia ser motivo de iniciar outra guerra. Esta era a parte que mais desagradava Paulo: imaginar que toda a guerra e seu ciclo interminável de vinganças poderia ser reiniciado. Contudo, isto não seria mais possível na conjuntura atual do crime naquele momento, pois a bandeira branca no PCC já começava a se implantar do lado

de fora das prisões. As mortes agora funcionavam segundo uma lógica distinta do momento em que Paulo decide proteger a sua família, sendo necessário passar pelo arbítrio de um debate. Paulo sentia uma grande vontade de procurar as pessoas que prejudicavam a sua vida daquela maneira, de resolver a questão mal explicada em um “acerto” mas não poderia fazer isto sem se colocar frente ao poder do PCC, o que era absolutamente impensável dada a força da facção.

Ainda existia um outro complicador, a biqueira que funcionava na base da Favela da colina estava inativa por conta da morte de um traficante que comandava o lugar. Sendo um lugar lucrativo e histórico por uma série de razões que não vale aqui explicar, o ponto era alvo de disputas entre a quadrilha dos amigos de Paulo e a outra quadrilha, que agora já fazia parte do PCC. Uma situação delicada porque todos os membros da quadrilha dos amigos de Paulo moravam próximos da biqueira inativa e, não queriam outras pessoas “tomando conta do lugar”. Apesar das relações entre as quadrilhas serem de aliança e seus membros amigos, era preciso decidir como proceder naquela situação. Logicamente que havia uma questão econômica no caso, mas todos os membros da quadrilha nunca justificavam a disputa nestes termos. Os parceiros de Paulo diziam que eles deveriam começar a implantar uma nova biqueira para que pessoas de fora do lugar não comessem a se tornar os líderes do bairro. Em toda a história da Favela da Colina, desde o tempo dos pés de pato, até aquele momento, nunca a gestão da ordem local havia sido realizada por alguém que não fosse um morador antigo do bairro.

Paulo começa a conversar com todos os membros da quadrilha que fazia parte, pensava que organizar a biqueira seria a melhor maneira de resolver todos os problemas: primeiro, voltar para as atividades criminosas em uma atividade menos arriscada que os roubos que faziam, segundo mostrar força e importância

para o grupo de seu cunhado, terceiro, “cuidar” da Favela da Colina, lugar onde moravam todos os seus conhecidos e familiares. Paulo decide então, por esta série de fatores, organizar um debate que colocasse um fim neste momento delicado e de instabilidade. Foi um dos “linha de frente” de toda a negociação que resultou em debates com duração de semanas, em que todas as questões foram resolvidas: a vingança entre os grupos que haviam guerreado em 1995 estava suspensa e a biqueira ficaria com o grupo de moradores da Favela da Colina, coisas de comum acordo entre as partes. Este não foi, contudo, o final feliz da história de Paulo, como ele pensava. De uma lado, o fim decretado da guerra que havia feito através debate mediado pelo PCC não colocou de lado as incertezas de uma possível vingança, mas apenas um acomodamento temporário cujo poderoso fiador não poderia controlar todas as circunstâncias. Sempre que um membro do grupo de Paulo sai da prisão, a tensão retorna e uma pequena conversa, nem sempre amigável, é realizada, mas Paulo se interroga, “pode vir outro cara, que não tem nada a ver com a história e me matar, mas e aí? Como provar que foi os cara que mandou?”. De outro lado, é o início de sua trajetória como traficante, o que faz de sua vida uma tensão constante como será descrito no próximo capítulo.

* * *

Biqueira

O funcionamento.

Interno

Posições

O modo de funcionamento interno de uma biqueira não é em si uma grande novidade, objeto de estudo de diversos pesquisadores e até de jornalistas, a estrutura de organização é bem conhecida. Mais controversa é a dimensão propriamente social do fenômeno, ou seja, as condutas que são relacionadas a esta posição no bairro que a biqueira ocupa. Isto é o que resta ser descrito com um detalhamento e as nuances necessárias. De início, uma pequena recapitulação da estrutura de organização de uma biqueira, que aqui toma por modelo uma biqueira particular, mas que talvez possa ser mais generalizado, dada as observações de caráter mais limitado em outros bairros, ou quebradas na gíria local.

A biqueira tem uma organização mais ou menos estável dos papéis que desempenham as pessoas que fazem parte de sua organização, mas estes papéis podem se confundir e misturar dependendo do momento. Primeiro podemos destacar os papéis mais ou menos estáveis, para depois mostrar como estes podem ser mais ou menos sobrepostos:

1-) *Os Campanas*. São as pessoas que observam o movimento no bairro, controlam discretamente a entrada e saída das pessoas no perímetro de proteção da biqueira. Ficam localizados em lugares

estratégicos deste perímetro de proteção e geralmente estão acompanhados. Normalmente é o primeiro posto dentro da hierarquia da biqueira, conseqüentemente são os que ganham menos. Podem portar pequenos rádios amadores para alertar que a policia ou alguém diferente do normal se aproxima ou, dependendo da proximidade, simplesmente gritar uma palavra qualquer que na verdade é um código de alerta. Aqui é importante ser sempre atento, porque em caso de invasão da biqueira e de uma prisão de alguém, geralmente são considerados os culpados. Ao mesmo tempo, quando são eficiente e conseguem evitar uma invasão da policia, são reconhecidos pela eficiência. Esta é a diferença que faz um campana conseguir "subir no conceito" em relação aos patrões ou parar de trabalhar na Firma: a eficácia em relação ao seu trabalho de observação. Este "balanço" de eficácia é o que permite conseguir um posto melhor na firma.

2-) *Os Vendedores, Vapores ou "os que servem"*. São as pessoas que efetivamente entram em contato com os compradores. São vendedores diferentes de acordo com a droga em questão, mas isto porque na biqueira estudada cada droga era exclusividade de um patrão diferente. A esperteza deste posto é saber esconder as drogas em lugares inteligentes, ao mesmo tempo escondidas e de fácil acesso, porque portam consigo apenas pequenas quantidades. Outra esperteza é conseguir se livrar o mais rápido possível das drogas que portam em caso de invasão.

3-) *O Gerente*. Cargo importantíssimo e estratégico, é quem controla tanto as informações que chegam dos campanas como a venda dos que servem a droga. Geralmente são pessoas de grande confiança em relações aos patrões e com grande prestigio social também. Devem também zelar pela disciplina dos outros postos, ou seja, não permitir desatenções e "vacilos" nos momentos mais

complicados, assim como controlar os clientes que esteja “muito doidos” e que possam causar alguma incomodo nas proximidades da biqueira e até no bairro.

4-) *O Patrão*. São os proprietários da biqueira, fazem os grandes acordos com os outros patrões, decidem quando as guerras com outros grupos devem começar e terminar, controlam todo o tipo de problema mais sério no bairro. Possuem os contatos para conseguir a droga, negociam a proteção da polícia, e fazem a contabilidade dos lucros e o pagamento. Na Biqueira estudada existiam três patrões: o da farinha (cocaína), o da maconha, o da pedra (crack). Existia ainda uma hierarquia mais ou menos definida segundo a mercadoria e o seu lucro: cocaína a mais lucrativa, seguida do crack e depois a maconha. Ainda, existia outro patrão, que ganhava muito menos, mas que se encaixava nesta escala da hierarquia vendendo lança perfume, ecstasy, o LSD e ocasionalmente o haxixe.

Estes papéis mais ou menos estáveis não são fixos em absoluto. Logicamente que um patrão nunca vai fazer o serviço de um campana, mas existem muita flexibilidade nos papeis. Primeiro em relação aos Patrões: mesmo que especializados em suas mercadorias, existe uma troca de mercadorias e dinheiro conforme a necessidade de um ou de outro. Claro, como a cocaína é o produto mais lucrativo, um outro Patrão pode vender esporadicamente a cocaína se estiver precisando de um pouco mais de dinheiro segundo as circunstancias dos negócios (baixa das vendas) ou da vida (compra de uma casa ou problemas com o divorcio). Ainda, os gerentes podem ser pagos algumas vezes “em espécie”, isto significa, com drogas ao invés de dinheiro. Assim, fazem pequenas vendas que garantem um rendimento ainda maior que o salário pago em dinheiro.

Ainda é importante destacar o processo de endolação. A endolação não constitui um papel definido, geralmente é realizada pelos gerentes e alguns vendedores de confiança que estejam de folga no momento que a droga chega e deve ser preparada. Normalmente ela não é paga em dinheiro, mas em espécie. No momento em que endolam usam as drogas e depois cada pessoa que realizou esta atividade recebe uma "cota" que pode levar quando termina o processo. A endolação pode ser inclusive o início de uma festa, pois neste momento a firma foi "abastecida" e este momento de "fartura" é motivo de felicidade. A endolação da cocaína, demora muitas horas dependendo da quantidade, o que garante muitas horas de uso da droga, assim, depois da endolação pode-se começar uma festa. De início a endolação era feita em saquinhos plásticos dos chamados geladinhos. Quando feita desta maneira, eram necessárias três etapas de endolação: a abertura do saquinho, o despejo da droga no interior do saquinho e a feitura do nó e o corte da sobra. Atualmente pequenos tubos de plásticos tornaram a produção menos morosa e reduziu o desperdício, somente em um movimento a cocaína já é colocada diretamente no tudo e lacrada hermeticamente, espécie de racionalização do processo produtivo da cocaína.

Existe ainda uma infinidade de pessoas que fazem parte de maneira informal da venda de drogas (se é que esta expressão faz sentido neste contexto) na firma. Normalmente mais jovens e aspirantes a postos na firma, ajudam em trabalhos os mais diversos: comprar e trazer a comida para quem está em serviço, transportar o dinheiro da venda para o caixa central, ser porta voz de recados entre os diversos estratos da hierarquia da firma, chamar a atenção de algum perigo que se aproxima. Na verdade, muito mais complexo do que a idéia mais ou menos corrente no senso comum de uma "cooptação de menores" para trabalhar neste mercado ilícito, o recrutamento ou a seleção de jovens é feita a

partir de uma relação complexa entre as vantagens econômicas e sociais de trabalhar em uma biqueira e ao mesmo tempo as formas de proximidade das relações de vizinhança e conhecimento que foi evocada acima.

De fato, se é possível descrever uma biqueira como uma pequena empresa mais ou menos semelhante às existentes no mercado formal, do ponto de vista sociológico é possível no mínimo problematizar esta descrição, mostrando exatamente como esta funciona mergulhada em uma trama social que lhe permite funcionar como tal. A inserção desta atividade em um tecido muito fino de relações entre as pessoas que participam desta economia, as que aspiram participar e os habitantes do bairro é um dado fundamental. A fluidez dos papéis na organização da "firma" pode não ser um elemento convincente para esta proposição, mas proponho mais dois aspectos sobre este ponto: as influências desta trama social nas atividades relacionadas à venda da droga e o dito "recrutamento" dos pretendentes a este trabalho.

* * *

Atividades não prescritas

Durante o período de meu trabalho de campo, procurei passar o tempo com pessoas que ocupavam papéis diferentes na organização da biqueira, fato que proporcionava uma maior diversidade de experiências ao redor da venda de drogas. Em uma pesquisa anterior (mestrado), me detive mais em minhas relações com os patrões, o que me causou muitos inconvenientes em minhas relações com as pessoas que se ocupavam de atividades mais baixas na hierarquia, dificultou a presença no bairro pela sua natural hostilidade de certo ciúmes de minha relação com os patrões e, ao mesmo tempo me possibilitou uma visão menos abrangente desta realidade social.

No caso da presente pesquisa, procurei dar o máximo de atenção a todas as pessoas e mesmo assim, também entrei no jogo dos prestígios e ciúmes que cerca a biqueira. Mais a frente vou explorar com maior densidade as implicações deste complexo jogo que envolve as rodas de conversa no bairro, mas por hora, o importante é destacar que passei parte do meu tempo com os meninos que ocupavam o posto de campana, fato muito difícil por se tratar dos lugares mais vulneráveis a possíveis ataques da polícia e os conseqüentes tiroteios presentes nestes momentos.

Foram nestes momentos, ao observar os campanas "em atividade", que percebi como é importante o conhecimento do local para trabalhar neste posto. Logicamente que quando a polícia realmente invade o perímetro de proteção da biqueira, não há muito que fazer: primeiro passa-se o alarme para as pessoas que estão trabalhando e depois procura-se esconder. De início imaginava que era exatamente por esta função simples que este era um dos postos mais baixos na hierarquia e, por isso mesmo que os campanas podiam passar o dia fumando maconha, ao passo que

aos outros postos não é permitido usar drogas no período de trabalho. Pensava também que por se tratar de uma atividade tão simples, não haveria muito critério de seleção para o recrutamento dos aspirantes de tal posto. Outro mistério, que para mim era uma irracionalidade, era a existência de dois ou três campanas em cada posto de observação, fato que julgava ser custoso e inútil, além de fazer eles se distraírem muito mais facilmente nas longas conversas entre um baseado e outro.

Comecei então a entender melhor o que significava este trabalho não exatamente quando a polícia invadia o perímetro de proteção da biqueira, mas em outra situação muito mais sutil e complexa: a identificação de policiais civis a paisana. Como saber que a pessoa que passa é ou não um policial a paisana? Este é o *savoir faire* específico do campana. Nascidos e criados no mesmo bairro, estes meninos conhecem todas as pessoas que moram por ali e sabem muito bem os horários deles. Ao especular mais sobre isso, muitas vezes escutei a resposta meio irônica de que as pessoas que são trabalhadores “comuns” tem uma rotina tão previsível que é possível saber de antemão quem vai passar em uma determinada hora do dia naquele local. Contudo, por se tratar de um bairro relativamente grande, não é possível que uma pessoa sozinha possa reconhecer exatamente todas as pessoas que passam por ali. Exatamente por isso que os campanas nunca estão sozinhos, reunindo-se sempre em mais de uma pessoa, assim podem discutir entre si se esta ou aquela pessoa é ou não do bairro. Ainda, o fato de fumarem maconha sempre atrai outros meninos que querem aproveitar da abundância de maconha para fumarem também, o que aumenta ainda mais o número de pessoas que podem identificar os policiais civis a paisana. E é justamente nestas rodas, enquanto o gerente passa, por vezes, para olhar um pouco o “movimento” que ele pode identificar os meninos que ainda não trabalham na “firma” e que tem o potencial de fazê-lo. Enquanto o

baseado passa de mão em mão, discutem sobre alguma pessoa que passa e, como em um “estagio voluntario”, é possível saber quem possui o conhecimento necessário para desempenhar esta função. Existem também as informações ocasionais, como alguém que passa e avisa o campana que alguém estranho ao lugar se aproxima.

Uma outra maneira de identificar os policiais civis é “pela cara”, isto significa, conseguir de alguma maneira identificar através dos traços físicos da pessoa se ela faz parte da policia apesar das roupas civis que ela se veste. De certa maneira subjetivo e um pouco aleatório, esta “técnica” largamente utilizada é utilizada seriamente e as pessoas realmente acreditam ser possível, com um certo treino, realizar esta forma de identificação. Existem algumas características objetivas que poderiam ser descritas como típicas de um policial, como a altura, a constituição física avantajada, etc, mas as descrições vão muito além disto: alguns dos campanas e vendedores com quem conversei diziam ser possível identificar um policial a partir de elementos extremamente sutis como a maneira de andar, a maneira de olhar, a maneira de falar. Esta forma muito sofisticada de observação é sempre motivo de conversas intermináveis, seja no momento em que acertam sobre alguém que seria um policial, seja quando se enganam e falham na identificação.

De toda a maneira, se a duvida sobre a pessoa persiste, existem outras formas de garantia de segurança da venda e dos membros da “firma”. Em primeiro lugar a recusa de vender a droga: simplesmente diz-se a pessoa que pede a droga que ali não funciona uma biqueira ou que não se sabe sobre o que a pessoa fala, isto pode se seguir inclusive de agressões verbais, como por exemplo “Cê ta me tirando de traficante? Quem é você? Cê ta ficando louco?”. Os vendedores também estão sempre cercados de pessoas, o que dificulta a policia saber exatamente quem faz parte

da “firma” e quem está somente por ali. A pessoa que pede a droga tem então que se explicar, fazer referencia a alguma pessoa ou a alguma situação que justifique a sua presença e a sua pergunta, e tem que fazer isso de uma forma muito convincente. O vendedor deve também conseguir distinguir o que é uma mentira e o que é uma referencia real, e para isso também deve estar bem informado das pessoas do bairro e de suas relações.

O gerente é quem deve fazer o balanço de todas estas variáveis e julgar como os campanas e os vendedores estão desempenhando as suas funções. Deve saber exatamente como este jogo delicado está sendo arbitrado e intervir quando for necessário. Este é o *savoir faire* do gerente: arbitrar as relações dos seus subordinados entre si, em relação aos possíveis compradores e também aos moradores, ao menos em primeira instancia. Poderíamos dizer mesmo que o papel do gerente do ponto de vista social é mesmo o de estabelecer a disciplina. As pessoas com a conduta mais violenta que conheci em minhas pesquisas de campo ocupavam muito freqüentemente o posto de gerente, eram aqueles que mais facilmente contavam historias de violência brutal e pareciam mesmo dispostos a matar por razões que poderiam mesmo ser descritas como pouco importantes. Talvez pela posição intermediaria em que ocupavam, sentiam que deveriam impor-se pelo caráter agressivo de suas condutas. Os gerentes são geralmente mais velhos que os campanas e vendedores e mais novos que os patrões, por isto estão em um momento de afirmação de sua disposição para enfrentar o perigo de forma mais intensa por dois motivos: primeiro porque já são maiores de idade, muitas vezes já foram presos muitas vezes e, segundo, porque enfrentam perigos maiores que a invasão da policia no perímetro da biqueira, muitas vezes já tem uma experiência maior em outros crimes e também já lutaram em conflitos, seja com outros bandidos, seja com a polícia.

Em relação aos campanas e os vendedores, eram responsáveis por repreende-los e mostrar de forma dura as coisas que haviam feito de errado, e mesmo que não coubesse diretamente a eles as punições, muitas vezes sendo eles que as anunciavam pessoalmente. Eram também os gerentes que controlavam de maneira mais próxima o comportamento dos seus subordinados no dia a dia, isto quer dizer, eram eles que zelavam para que nada pudesse fugir ao controle de certa ordem das atividades que exerciam. De forma concreta, isto aparecia, por exemplo, quando os vendedores chegavam para trabalhar de ressaca, após uma noite de festa em algum lugar do bairro. Nestes casos, o vendedor poderia ser enviado de volta para sua casa sem direito a pagamento pelo dia não trabalhado. Outras vezes, sanções eram impostas pelo destrato com clientes ou pelo fato dos vendedores e campanas importunarem as mulheres que passavam pela biqueira, falta esta que, dependendo da gravidade, poderia ocasionar até mesmo sanções piores como multa ou expulsão. Havia ainda um controle sobre o uso das drogas da biqueira pelos seus funcionários: apesar do acesso a estas ser razoavelmente livre, dependendo do caso e da situação o valor poderia ser descontado ou não do pagamento da pessoa.

Os gerentes possuem então uma relação até certo ponto ambígua com os vendedores e campanas: de um lado são respeitados e valorizados porque são mais experientes e estão diretamente ligados aos patrões, mas são também invejados pelos subordinados exatamente pela posição privilegiadas que ocupam, por ocuparem exatamente o posto que estes aspiram chegar algum dia e, ao mesmo tempo, porque são a figura presente das sanções da "firma". Estas tensões potenciais estão presentes a todo o tempo, mesmo quando elas se apresentam de forma jocosa, através de brincadeiras. De toda maneira, o gerente não pode ser odiado pelos subordinados porque isto o coloca também em uma

posição de risco, já que o que deve prevalecer é a unidade de todos que estão na organização.

A cabeça desta unidade são evidentemente os patrões. Ao contrario do gerente que procura impor-se muito em função de um comportamento violento, o patrão busca sempre que possível o consenso pela palavra. Normalmente fora do perímetro de venda ou dentro mas em segurança, o patrão aparece apenas em alguns momentos do dia. O seu papel não é essencialmente de gerir a disciplina, apesar de fazer isto também em determinados momentos de instabilidade grave, o papel do patrão é muito mais discreto. Ainda que eu já tenha escutado muitas histórias de patrões violentos, por vezes exercendo até certo ponto uma tirania sobre o seu território, não é este o papel típico de patrão que almeja manter-se no bairro durante um tempo mais prolongado. Pelo fato de estar muitas vezes com os patrões, sempre estive cercado de outros patrões de outros territórios, e a minha impressão nunca foi de uma conduta desproporcionalmente agressiva como observei em relação aos gerentes de outros lugares, esta é uma pista importante para seguir a entender o procedimento.

* * *

Mediações Locais

Os patrões se posicionam sempre a uma certa distância da biqueira, quem não conhece o lugar não percebe que meninos que estão posicionados mais próximos do ponto de venda de drogas são apenas os 'campanas', que controlam as pessoas que passam pela rua, quase sempre as mesmas pessoas, moradores ou gente que trabalha por ali. Uma roda de pessoas também observa a circulação de pessoas perto da biqueira em uma lavanderia de automóveis, que funciona também como lugar de compra de rádios para carros de proveniência suspeita, mas cujo único sinal de presença dos patrões são seus carros que normalmente estão sendo lavados cuidadosamente. Vários bares posicionam-se ao redor da biqueira, tem até uma barraca que vende pastel que um dia foi do dono da 'pedra' da biqueira. Em um horário considerado mais tranquilo em relação às invasões da polícia, Paulo passa na rua onde fica a biqueira. Ao andar é cumprimentado, as pessoas querem conversar com ele, algumas o chamam jocosamente de prefeito "Eaí prefeito!". Quando é abordado pelos moradores, após os cumprimentos recíprocos e perguntas sobre a família, as pessoas pedem emprego, dinheiro, transportes para o hospital, favores em geral. Paulo conversa atentamente com todos, em alguns casos já aciona alguma pessoa para resolver a questão, em outros diz que vai "ver o que pode fazer a respeito". Estes momentos são delicados, uma vez feita a promessa de que certo problema será resolvido, não pode deixar de cumprir o que foi dito, em caso contrário, a cobrança será ainda maior e ele nunca poderá se furtar da pessoa. Mas é justamente por este assédio que ele diz não gostar muito de ficar na rua onde se localiza a biqueira. Diz que não pode atender a todos os pedidos "Só os mais urgentes e justificados", e que precisa sempre deliberar com os seus parceiros

para avaliar as reais necessidades de cada pessoa que o demanda algum tipo de ajuda.

Geralmente quando está 'na área' Paulo prefere ficar dentro de um dos apartamentos do conjunto habitacional conversando com seus parceiros, debatem sobre os assuntos mais recentes do que acontece no bairro ou nos negócios. São nestas conversas que surgem todas as notícias do que vem ocorrendo no bairro, quase sempre pequenos conflitos, coisas inerentes a vida conjunta, fatos banais. Mas é a partir destes fatos e motivos banais que as circunstâncias dos conflitos entre as pessoas ocorrem: os diversos tipos de brigas entre marido e mulher, festas muito 'animadas' em uma casa que não permitem alguém que irá trabalhar cedo dormir, adolescentes que brigam e se ameaçam, problemas no uso da parte coletiva dos conjuntos habitacionais, pagamentos de dívidas entre moradores. Os donos da birosca não gostam muito de resolver estes problemas da convivência da vizinhança, mas como através destas pequenas ocorrências a polícia pode ser acionada e sua presença pode sempre criar algum problema para a segurança da biqueira, sentem-se obrigados a mediar este tipo de relação entre os moradores. Por isto estes fatos banais são assuntos que os donos da birosca e os bandidos mais respeitados da 'área' tem que arbitrar, na verdade, estes problemas ocupam a maior parte do tempo destes poderosos homens que trabalham no crime. Poder-se-ia dizer que esta é uma das maneiras pelas quais a biqueira exerce seu poder sobre os moradores do bairro, mas esta mediação das relações entre os moradores, que mais se assemelha a um trabalho de um síndico, não me parecem ser exatamente uma demonstração de força e mais uma obrigação. As resoluções que são tomadas neste tipo de situação raramente acabam com um desfecho violento, são feitas na maior parte das vezes conversas, que apenas a figura de mediação de uma terceira pessoa não envolvida nos fatos já garante uma solução entre as partes. Paulo é

uma pessoa muito bem estimada por grande parte dos moradores exatamente por ter como característica a paciência e habilidade para conduzir estas conversas. É uma pessoa que nasceu e cresceu ali, que fora o fato de ser um bandido, tem trajetória parecida com as das outras pessoas que ali moram. Habitou, como muitos moradores que estão agora nos conjuntos habitacionais, a favela da Colina, e, portanto, e conhece a maior parte das famílias há muitos anos. Do lado dos moradores, acredito ser por isso que a palavra dos donos da biqueira tem força de lei, quando é empenhada para a resolução de conflitos, mais do que a intervenção de um policial que vem atender uma ocorrência qualquer. Paulo sabe dos precedentes, sabe que “a dona Maria é meio esquentada” que “já é a segunda vez que fulano faz isso” ou que “apesar do som alto, ele não costuma fazer isso sempre”. Os moradores sabem quem são os donos da biqueira, sabem o que eles podem fazer, os policiais são pessoas desconhecidas, que a maioria das pessoas não nutrem grande confiança e que não conhecem estes precedentes que são importantes para resolver os problemas que acontecem. Isto não quer dizer que as pessoas consideram a arbitragem dos donos da biqueira mais justa que a da justiça estatal ou que ela venha a substituir¹⁶⁴, mas certamente estas mediações nestes casos particulares parecem ser consideradas mais claras e previsíveis que a atuação da polícia.

Um terceiro ponto da mediação da biqueira e as relações com seus moradores é aquela ocasionada pela presença da biqueira em si mesmo, dado o impacto muito que ela provoca na vizinhança. Os donos da biqueira têm que lidar com alguns inconvenientes que a

¹⁶⁴ Gabriel Feltran discute em seus trabalhos recentes como um repertório heterogêneo de justiça é utilizado dependendo da situação pelos moradores das periferias. Mais do que uma substituição da justiça estatal e as mediações do crime, uma composição parece estabelecer a dinâmica destas relações. FELTRAN, G. S. . A punição extra-legal nas periferias de São Paulo: situações etnográficas. In: 33o Encontro Anual da ANPOCS, 2009, Caxambu. Anais do 33o Encontro Anual da ANPOCS. São Paulo : Anpocs, 2009.

sua presença causa. A partir de dois exemplos tentarei discutir estes inconvenientes. Como já foi dito acima, os campanas costumam fumar maconha o tempo todo em que estão em seu trabalho de vigilância e observação. Os pontos de observação, como também já foi discutido, estão localizados em diversos lugares espalhados pelo perímetro da biqueira. O problema é que desta maneira, estes diversos lugares ocupam os pontos de acesso e passagem ao lado interno do bairro e, com isto o cheiro da maconha passava a se espalhar as vistas de todas as pessoas. Muitas mães então começaram a reclamar do uso da droga diante de crianças que passavam nas ruas, por vezes voltando da escola. A situação foi sendo contornada pelos patrões, que não queria proibir os campanas de fumar maconha, sabendo que isto causaria problemas de relacionamento entre eles. A situação chegou a um ponto de tensão com os moradores até que, em uma certa ocasião, as mães resolveram ir todas juntas conversa com Paulo e exigir alguma solução. O patrão, pressionado pelas senhoras, não poderia mais se abster de resolver a situação. Para evitar este constrangimento de que crianças passassem muito perto das pessoas que queriam fumar maconha, foram criados dois 'fumódromos', lugares escolhidos para que as pessoas fumem maconha de uma maneira discreta. Os campanas então, revezariam a vigilância para irem fumar nestes lugares. As mães foram, por sua vez, orientadas a aconselhar os filhos a não passarem perto destes fumódromos. É claro que o cheiro de maconha continua a perfumar o ar, mas de qualquer maneira a tentativa foi de regular os lugares e as pessoas.

Outro problema que a biqueira causa pela sua presença são os excessos de alguns funcionários. Estes são geralmente adolescentes, jovens, às vezes crianças, muitas vezes sob o efeito de várias drogas, e acabam por cometer abusos, pequenos vandalismos, bagunça, desordem, coisas que podem atrapalhar a

vida conjunta dos moradores. Isto acontece muitas vezes através de provocações de cunho inconveniente ou agressivo, paqueras de forma mais incisiva, dívidas não pagas com os comerciantes do bairro, problemas que os mais jovens provocam por “não serem humildes” ou “estarem se achando o cara”. Como este tipo de problema começou a se torna freqüente e as conversas não estavam surtindo um efeito inibidor nos jovens, Paulo decidiu estabelecer um sistema de punições com os seus funcionários. Quando um problema ocorre, a penalidade para o funcionário, dependendo do caso, pode ser uma multa no salário, expulsão da biqueira ou até banimento do bairro. As multas são as mais freqüentes, acontecem todas as semanas e, com o pedido de desculpas do funcionário frente às pessoas ofendidas, a humilhação que a retratação provoca parece ser mais eficiente do que o pagamento em dinheiro. Uma única vez presenciei um problema mais grave, que ocasionou o banimento de um funcionário do bairro. Em uma determinada ocasião, um funcionário que vendia drogas bateu em um professor da escola em uma discussão mais acalorada. O caso chegou à direção da escola que imediatamente telefonou para Paulo, pois também a diretora foi desafiada pelo jovem. Paulo foi até a escola e, depois de uma reunião com a diretora, considerou que a punição não poderia ser apenas uma multa. Depois de muita deliberação com os outros patrões e, apesar dos argumentos do jovem de que havia feito a agressão “fora do horário de serviço” a decisão, entre os patrões foi unânime: banimento de rapaz do bairro. A decisão foi comunicada a família que, deveria transferir o local de moradia do jovem para a casa de parentes em um bairro vizinho, onde estudaria, inclusive em outra escola.

Mas a biqueira não media apenas os conflitos entre pessoas. Ela é passagem de muitos dos pequenos ilegalismos que ocorrem no bairro. Quando os donos descem do prédio para a rua, pessoas

que realizam todo o tipo de expediente informal, ilegal e ilícito aparecem para conversar. Contam histórias, falam de problemas, explicam como algum tipo de esquema vai começar a funcionar. Um pouco para frente do ponto onde se vendem as drogas, os donos da biqueira ficam postados e acompanham nestas conversas todas os pequenos ilegalismos que estão ocorrendo no bairro. Trata-se dos tipos de atividades que foram descritas na birosca: os acordos de funcionamento das linhas de transporte informal, agora já regularizado, todos os destinos de produtos provenientes do roubo e do furto, os esquemas das máquinas de caça níquel e muitas outras atividades passam pelo conhecimento dos patrões da biqueira. Isto significa um conhecimento de toda a pequena criminalidade que ocorre no bairro. Os patrões são consultados em relação ao estabelecimento dos parâmetros de como e onde elas podem ocorrer, como também fazem o arbítrio dos conflitos que tais atividades podem conflagrar. Isto é um aspecto decisivo que já foi desenvolvido no capítulo acerca dos debates: a relação da biqueira com a pequena criminalidade que acontecem no bairro. De qualquer maneira a hipótese que pode ser lançada é de que o aporte local da biqueira, o fato de ser presente concretamente nos bairros, faz dela um lugar onde este tipo de arbitragem é realizado.

Finalmente, outra mediação, que não é exatamente interna ao bairro, mas com as prisões, também é realizada em parte pela biqueira. Os ex presidiários, seja porque já cumpriram a sua pena, seja porque estão no momento do indulto, seja porque foragidos do cárcere, muitas vezes passam pela biqueira para conversar com as pessoas que ficam ao redor da biqueira. Muitas vezes ex funcionários da biqueira, outras vezes apenas amigos dos patrões, os ex presidiários voltam para o bairro em que habitavam antes do confinamento e então passam em algum momento pela biqueira. Algumas vezes o retorno é esperado e uma festa é preparada para a volta de um amigo, outras a pessoa está chegando ao bairro pelas

amizades feitas na prisão e querem se apresentar aos patrões. O calendário dos indultos está associado com o calendário de festas tradicionais da biqueira, geralmente um churrasco é preparado, acompanhado de muita cerveja e música e, dependendo da pessoa que é esperada, a festa pode durar todo o final de semana da chamada "saidinha". Junto com as festas, as pessoas que acabaram de sair da prisão podem negociar a sua volta com os donos da biqueira, conversando sobre a relação com a polícia e os seus custos, prospectando os mercados e possibilidades de ação em determinada área criminal, colocando-se a par dos conflitos locais, enfim, a biqueira é onde este importante personagem urbano, o ex-presidiário, consegue se 're-socializar' no universo do crime e do bairro.

* * *

Externo

Polícia

A primeira tentativa é de sustentar que, para compreender um ponto de venda de drogas, seria necessário entender o seu funcionamento em relação com a polícia. Isto é relativamente evidente porque, se tratando da venda de mercadorias ilícitas, a maneira de funcionamento não é submetida às mesmas regras que as do comércio formal. Apesar disto, não é sem propósito constatar que os encarregados do combate a venda destas mercadorias tenham um papel de relevo da regulação deste mercado. Trata-se, como trabalhado no primeiro capítulo, da negociação da suspensão da regra pelos agentes encarregados de sua aplicação. Esta relação entre polícia e tráfico de drogas em geral é complexa e não conseguiria discuti-la em todas as suas dimensões, desta maneira, o esforço será apenas de explorar apenas alguns pontos que considero inescapáveis. Em primeiro lugar começemos pelo mais evidente (e o mais visível também), ou seja, o lugar onde as vendas de drogas acontecem como um ponto. Este ponto não poderia ser compreendido em um mapa sem outros tipos de pontos: as delegacias de polícia. Somente sobrepondo os pontos que são as biqueiras e os pontos das delegacias de polícia podemos entender como funciona este mercado varejista da droga que funciona na escala urbana. Os pontos de venda de drogas não funcionam escondidos dos policiais que atuam em determinado bairro, eles são perfeitamente localizáveis. Cada delegacia de polícia e seus funcionários conhecem não apenas os pontos que estão sob a área de sua atuação correspondente, mas também mantém contatos frequentes com os responsáveis pela venda da droga. Os

limites desta pesquisa não permitem afirmar que a dinâmica de interações entre as biqueiras e delegacias funcione da mesma maneira, homoganeamente, na cidade inteira (provavelmente não), mas a cartografia sobreposta dos pontos de venda de drogas e das delegacias provavelmente é compartilhada por policias e traficantes. Enfim, no bairro estudado, os traficantes, não apenas aqueles de uma biqueira em particular, mas das outras biqueiras que compunham o bairro, mantinham contatos freqüentes com os policias da delegacia de referencia do bairro. Isto significa que, a dinâmica territorial em que muitas vezes se faz referencia quando descrito o tráfico varejista urbano é produzido na relação com as delegacias.

Qual relação é estão? Na biqueira estudada tratava-se basicamente do pagamento de proteção policial para o funcionamento do ponto de drogas. Esta primeira forma de extorsão poderia chamar-se “compra do alvará de funcionamento”, pois significava apenas o pagamento de certa quantidade de dinheiro semanal que permitia o funcionamento da venda de drogas. O patrão da biqueira negociava o preço da permissão de funcionamento da venda de drogas após uma conversa com os policiais da delegacia de referencia. O preço não é o mesmo para todas as biqueiras do bairro, existe uma variação que leva em conta a lucratividade do ponto, a importância dos patrões e a quantidade de pontos que este fosse o proprietário. No caso de haver mais de uma biqueira, o patrão poderia negociar um preço mais baixo para o conjunto de seus negócios, no caso de pertencer à uma organização criminosa o preço poderia aumentar se os policiais suspeitassem que os seus rendimentos possam ser realizados através de outras atividades criminais. Ainda existe a variável propriamente urbana do comercio, o ponto mesmo, ou seja, dependendo da localização do ponto e sua lucratividade correspondente, o preço poderia ser ainda mais alto. De toda

forma, por existirem todas estas variáveis na construção do valor a ser cobrado pela compra do “alvará de funcionamento”, a estratégia utilizada da biqueira estudada era o anonimato e a discrição, ou seja, a não identificação da pessoa que negociava. Ao longo de tempo, quando os policiais começaram realizar investigações acerca dos membros da biqueira, o valor aumentou.

Mas então se a organização desta extorsão se faz desta maneira, poder-se-ia ainda perguntar como ainda ocorrem as invasões de policiais no perímetro de funcionamento das biqueiras. O que me foi explicado após haver feito esta pergunta é que os policiais não se sentem satisfeitos com a “compra do alvará de funcionamento”, porque acreditam que a fonte de seu lucro pode “render” muito mais. De fato, o que os traficantes compram a partir do “alvará” é tão somente a permissão para existirem no território de referencia de uma delegacia, não a proteção da policia como um todo. É desta maneira que policiais de outras delegacias aparecem para conseguir realizar extorsões em outras áreas de referencia, esta é uma das formas da invasão. Em quase todos os casos de invasão, ao menos quando os acordos estão estáveis e a confiança entre as partes permanece, os policiais que realizam as operações não estão na área de referencia de sua delegacia. Não poderia ser diferente, pois os funcionários da biqueira conhecem quase todos os policiais que trabalham na delegacia que pagaram o “alvará”. Não poderia afirmar se os policiais de delegacias próximas se comunicam para informar onde estas invasões seriam mais lucrativas ou se é a falta de comunicação que permite que uma ganhe dinheiro do território de referencia da outra. A minha hipótese é de que a primeira alternativa é a mais recorrente pelo que será explicado abaixo.

No momento da invasão podemos pensar um outro tipo de extorsão que começa a se operacionalizar, o que chamaria de “pagamento de seqüestro”. Esta extorsão é feita em caso de uma

invasão “bem sucedida” da policia no perímetro da biqueira. O sucesso da operação não é encontrar drogas ou prender traficantes, mas conseguir capturar alguém durante a invasão. Os policiais que realizam as rondas normalmente fazem parte da polícia militar, portanto, não podem levar a pessoa capturada para a delegacia, pois então seria necessário começar o procedimento do inquérito, realizado pela corporação rival dos policiais civis. Logo depois da captura, o telefone utilizado somente para a negociação do pagamento do “alvará” é acionado e uma outra negociação começa a ser realizada. O fato do telefone ser o mesmo que o utilizado para combinar a cada semana o momento em que o dinheiro do “alvará” será pago não é trivial.

A negociação inicia-se, pois também neste caso o preço do “resgate” da pessoa capturada é muito variável. Dependendo da escala na hierarquia da biqueira, que será explicada a frente, e também da ficha criminal da pessoa que foi capturada pelos policiais, o preço será diferente. Existe toda uma “tabela”, com valores mais um menos fixos que regula o preço do pagamento do seqüestrado. Ainda existe a variável da ficha criminal, ou seja, se a pessoa foi condenada em determinados artigos e, dependendo da quantidade de passagens pelo sistema prisional, o preço pode inflacionar ainda mais. No caso, não raro, dos policiais capturarem algum jovem que não tem nenhuma relação com as atividades da biqueira, se durante a conversa ao telefone não for possível convencer os policiais de tal circunstancia, o preço será o do funcionário mais baixo. As discussões em torno do preço podem ser demoradas e, dependendo do caso os patrões podem, inclusive, se recusar de pagar o que é exigido ou ainda esperar alguns dias em uma indefinição que serve de pressão para baixar o preço. Uma vez acertado o valor, o dinheiro é entregue no mesmo local do pagamento semanal do “alvará” e a pessoa normalmente é liberada em algum lugar do bairro.

O “pagamento de seqüestro” parece ser uma das principais causas de confrontos e conflitos entre os traficantes e policiais na biqueira estudada. Quando fiz a pergunta das razões de conflitos entre traficantes e policiais para Paulo, a resposta foi “É impossível comprar todos os policiais da cidade”. De fato, os relatos apontam para invasões por parte de policiais de diferentes delegacias da região, menos os que trabalhavam na delegacia de referencia da biqueira, já que para estes, o pagamento do “alvará” semanal mantinha as relações pacificadas. As invasões não se restringiam aos policiais militares das delegacias do bairro, muitas vezes eram policiais civis que atuavam nestas invasões. Estes eram mais temidos pelos traficantes por duas razões: de um lado por agirem de forma mais discreta, normalmente realizam as invasões sem uniformes que os identificassem como policiais, com armas mais modernas e táticas mais eficazes. De outro lado porque a polícia civil negocia os preços de resgate por meio de uma “tabela de preços” superior aquela dos policiais militares. A razão para os altos preços era a possibilidade por parte dos policiais civis de iniciarem os tramites legais que poderiam iniciar um julgamento. Se a polícia militar tem o poder de negociar a suspensão da lei pelas suas atribuições legais, a polícia civil multiplica os valores da negociação por meio de atribuições ainda mais próximas ao coração do aparelho judiciário. Talvez fosse interessante explorar, em outro momento, esta lógica de funcionamento dos custos da suspensão da lei em sua relação com a posição no sistema da justiça.

Para voltar ao ponto do argumento: as invasões são parte cotidiana da biqueira e todo o seu funcionamento é organizado a partir da expectativa deste momento. Isto será descrito abaixo, mas o que parece mais importante aqui é a constatação de que é a dinâmica do “pagamento de seqüestro” que promove boa parte da instabilidade e dos momentos violentos do dia a dia de uma biqueira. Se as invasões fizessem parte de uma política de

repressão à venda de drogas, programa questionável em si, mas com uma legitimidade legal, poderíamos dizer que é o fato da venda de drogas que promove a espiral de violência entre policiais e traficantes. Mas quando a dinâmica desta violência parece ser produzida através do dinheiro pago por resgates de pessoas capturadas, parece ficar difícil distinguir quem protege o que. Poderíamos nos perguntar a que ou a quem serve a compra de armas cada vez mais letais e o aumento do efetivo de pessoas que estão envolvidos. O número de pessoas que vigiava a biqueira para realizar a sua proteção dos policiais e sua militarização parecia mais uma resposta aos prejuízos do pagamento dos resgates que uma garantia do funcionamento da venda de drogas, que nunca foi ameaçada. A venda de drogas tende a permanecer e, ainda que esta estabilidade comercial passe por diferentes padrões, as constantes invasões não alteram a atividade principal da biqueira. Em outras palavras: a venda de drogas permanece como uma constante e as invasões dos pontos de venda de drogas parecem ser motivadas, sobretudo para os lucros das pessoas capturadas. Sendo este procedimento das invasões ineficaz na tentativa de acabar com a venda de drogas, qual o uso estratégico de sua utilização? Seria, talvez, um exagero afirmar que todas as operações policiais que funcionam a partir da invasão do perímetro da biqueira sejam apenas motivadas pela prática do "pagamento de seqüestro", mas a verdade é que em todos os momentos que pude acompanhar a captura de pessoas nestes momentos se seguiu uma negociação. Também seria exagero, talvez, afirmar que as prisões são resultados exclusivamente de negociação frustradas. Mas com certa margem de segurança poder-se-ia dizer que a dinâmica cotidiana da venda de drogas funciona, sobretudo sobre estas bases.

* * *

PCC

Poderíamos dizer que com a polícia, as relações da biqueira passa principalmente pelo conhecido jogo de extorsão que articula o chamado mercado da proteção, ou o que Michel Misse chama de 'mercadorias políticas', ou seja, "as avaliações estratégicas de poder, de recurso potencial a violência e de equilíbrio de forças, que não dependem das leis de mercado"¹⁶⁵. O jogo de força é evidente na medida em que a biqueira tem que pagar o preço da não interferência em seus negócios, seja no caso do "alvará" ou do "pagamento de seqüestro". De outro lado, outras redes promovem a conexão da biqueira em relações que ultrapassam a localidade. Os contatos com o PCC é outro exemplo deste tipo de conexão mais amplo que envolve a biqueira. Esta relação dos donos da biqueira se refere muito mais ao negócio da droga.

A existência do PCC e uma organização em nível menos localizada e pulverizada do crime tornaram-se evidente, como evento midiático, após a mega rebelião de 2001 os eventos de maio de 2006, ainda que todo o histórico de rebeliões ou outras manifestações mais sutis internas e externas ao universo carcerário já apontassem nesta direção. A força e organização do PCC e o medo da facção é concomitantemente à idéia de crime organizado, que passou a ocupar um lugar de destaque no debate público, acadêmico ou não, e neste sentido o PCC passou a figurar como um dos principais inimigos da "ordem constituída", da "democracia" e do Estado de Direito. Não pretendo aqui criticar a noção no mínimo controversa de crime organizado, apesar de considerar isto necessário para o debate acerca da questão criminal. Neste texto o mais importante é apenas pontuar que este marco midiático do surgimento do PCC, assim como a reconstituição da fundação mítica

¹⁶⁵ MISSE, Michel. Crime e Violência no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.

da facção, esconde sempre a emergência do PCC como questão, ou seja, como uma organização cuja proveniência é pertinente somente se levarmos em conta ao que se refere esta facção: as políticas relativas às prisões, ao crime, o papel do Estado, a vida dentro das prisões e o relacionamento entre os prisioneiros, etc¹⁶⁶. No que tange a minha pesquisa, construída do lado de fora das prisões, o PCC torna-se objeto de interesse no momento em que começa a fazer parte da dinâmica criminal das ruas, um processo pouco visível, que foi se construindo ao longo de, pelo menos dez anos, onde já era possível ver como o PCC se capilarizava nas periferias da cidade, conquistando territórios ou fazendo acordos para enfim se tornar o grupo criminal hegemônico em São Paulo. Esta expansão do PCC para fora do mundo das prisões ocorreu de maneiras diferentes segundo cada configuração territorial, ou seja, segundo a história social do crime situada localmente. Existem muitas maneiras através das quais o PCC começa a fazer parte desta história de um bairro. Primeiro através da conquista, quer dizer, da expulsão de um grupo que já atuava no lugar por meio de uma guerra, mas também a partir da negociação, onde pode acontecer à conversão dos antigos bandidos em membros do PCC ou, caso não se declarem inimigos, podem ser tolerados e a coexistência ser pacífica. Evidente que a maneira pela qual o PCC entra em um território vai contribuir muito para o entendimento das formas pelas quais a relação com seus moradores irá se desenvolver. De toda maneira, ao que parece, a negociação parece

¹⁶⁶ O universo prisional é tema de diversas pesquisas de excelente qualidade e, não me sinto suficientemente informado para discutir os temas relativos a prisão. Me apoio inteiramente nos trabalhos de Karina Biodi e Adalton no consiste as informações acerca do PCC. BIONDI, Karina. Junto e Misturado: Imanência e Transcendência no PCC. Dissertação de mestrado apresentada na Universidade Federal de São Carlos, 2009. MARQUES, Adalton . "Faxina" e "pilotagem": dispositivos (de guerra) políticos no seio da administração prisional. Lugar Comum (UFRJ), v. 25-26, p. 283-290, 2008. MARQUES, Adalton . "Dar um psicológico": estratégias de produção de verdade no tribunal do crime. In: VII RAM - Reunião de Antropologia do Mercosul, 2007, Porto Alegre (RS). VII Reunião de Antropologia do Mercosul - Desafios Antropológicos (CD-Rom), 2007. v. 1.

ser mais freqüente do que a conquista, ou seja, do uso da força e da guerra.

A partir da constituição da hegemonia do PCC como facção mais poderosa da cidade de São Paulo e o seu crescimento nos negócios urbanos, o tráfico de drogas foi um setor particularmente afetado pela atuação da facção. Seria difícil dizer que este foi um setor prioritário para o PCC porque desconhecemos todos os setores da economia urbana em que ele se faz presente. O que podemos afirmar é que o tráfico é um destes setores onde o PCC é um ator importante na condução dos negócios. Os pontos de venda de droga podem ser diretamente vinculados à facção ou não. No primeiro caso, se os patrões são irmãos do PCC, devem pagar, como todos os membros da facção, uma quantidade de dinheiro mensal, espécie de cotização que será utilizada nas operações criminais do PCC e na ajuda aos parentes de criminosos presos. Em contrapartida, as armas utilizadas na proteção da biqueira e as drogas que serão vendidas podem ser mais facilmente compradas dos fornecedores do PCC. No segundo caso, dependendo da história dos patrões da biqueira, as relações podem ser de enfrentamento ou não com o PCC. A biqueira pode estar vinculada aos poucos grupos rivais do PCC, nestes casos, a tensão é sempre eminente porque os conflitos podem acontecer se uma das facções pretende conquistar o ponto de venda do grupo rival. Mas, também é possível, que as relações entre os patrões e o PCC seja apenas amigável, podendo inclusive serem primos, o que significa que aceitam as regras de proceder do PCC sem fazerem parte da facção. No caso da biqueira estudada, Paulo e os outros Patrões não eram irmãos do PCC, ou seja, não faziam parte da facção. As relações entre o grupo de Paulo e o PCC, contudo, não chegavam a ser conflituosas porque muitos de seus aliados passaram com o tempo a fazer parte da facção. Estes amigos tinham feito parte da guerra dos cinco meses que Paulo havia sido protagonista e, desta forma, eram ainda muito próximos.

Parece-me que para entender cada uma das maneiras através das quais a venda de drogas se relaciona com o PCC, é sempre necessário compreender as tramas, nem sempre claras, das histórias criminais do bairro, ou seja, as histórias das quadrilhas antes do surgimento da facção, a maneira como cada membro destas se posicionou quando o PCC começa a atuar do lado de fora das prisões, as circunstâncias em que estas relações foram construídas¹⁶⁷.

Durante o período em que Paulo esteve preso, muitas coisas mudaram nas articulações das quadrilhas que atuavam no bairro, e no momento em que volta para o bairro, havia um impasse acerca de um antigo ponto de venda de drogas situado no seu centro criminal. Digo isto porque através de toda a constituição do bairro, desde as primeiras ocupações ilegais até o presente momento, um certa rua parecia ser o coração de encontro de diversas gerações de criminosos, ainda que o seu perfil de atuação criminal tenha se alterado consideravelmente durante este período. Fato é que este lugar de concentração dos criminosos estava desocupado porque o antigo Patrão havia sido preso e sua quadrilha desarticulada completamente. O impasse que se colocava a partir deste espaço desocupado era quem deveria ser o grupo que passaria a controlar este lugar na venda das drogas. O grupo de Paulo era um dos postulantes a iniciar a venda, ainda que ele mesmo hesitasse em fazer parte do empreendimento. Após inúmeras deliberações acerca deste assunto, o grupo que Paulo fazia parte decide disputar de

167 Este trabalho é extremamente difícil, pois exige um domínio grande da acumulação social da violência, como sugere Michel Misse, ou de uma história social da criminalidade das ruas (e nas prisões), espécie de erudição da história do crime, seus personagens, fatos marcantes, inflexões, que somente com um longo tempo de pesquisa parece ser possível a reconstituição. Durante certo tempo pensei que os quase nove anos de minha pesquisa teriam como resultado um esboço neste sentido, mas preferi não ser o portador deste discurso, de maior interesse jornalístico e policial, em prol de seguir linhas mais pertinentes ao que considero o ofício do sociólogo. Arrisco um outro esboço, propositalmente lacunar, ainda (espero) que preciso no que tange os objetivos deste trabalho. MISSE, Michel. Malandros, marginais e vagabundos. A Acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em Sociologia IUPERJ, 1999.

maneira mais efetiva este espaço. A disputa reunia grupos aliados e inimigos, entre eles outro grupo que há pouco tempo havia começado a fazer parte do PCC e eram aliados do grupo de Paulo. Depois de intensas deliberações, o grupo de Paulo é o escolhido, não sem ressalvas, para comandar o ponto de venda de drogas. Isto porque o argumento de que eram moradores antigos do bairro que desejavam cuidar de sua vizinhança acabou prevalecendo sobre outros argumento de cunho econômico e criminal. Por outro lado, a negociação foi difícil porque parte do grupo de Paulo considerava que entrar para a facção seria uma maneira de facilitar os negócios que a biqueira começaria a organizar. Principalmente por influencia de Paulo, todos decidem se manter à parte do PCC, ainda que com relações muito próximas. Estas relações eram estreitas dadas à proximidade do patrão da cocaína, futuro cunhado de Paulo (que cuidaria do crack). Paulo argumentou em diversas oportunidades que se poderia chegar a esta proximidade sendo quase 'primos', mas não 'irmãos', ou seja, não fazer parte oficialmente e definitivamente da facção e não ter a obrigação de pagar a cotização para o PCC, ao mesmo tempo em que não se deixaria de aproveitar certas facilidades que a facção oferecia. Para conseguir aproveitar estas facilidades, contudo, foi necessário declarar-se aliados do PCC. Feito isto, as facilidades incluíam, por exemplo, comprar cocaína de um fornecedor do PCC e por vezes algumas armas.

Ao declararem-se aliados do PCC os patrões da biqueira começaram a manter relações com os membros da facção, o que não chegava a ser um problema, dado que o chamado sintonia da facção era um grande aliado de Paulo e seus parceiros. Ainda que as relações tenham mudado anos mais tarde com a prisão do sintonia em que eles estavam "em sintonia", as relações com o PCC nunca foram um problema para os membros da biqueira de Paulo. Isto por dois motivos: de um lado porque nunca houve interferência

do PCC no que tange os negocio da venda da droga, pelo contrário, beneficiavam-se desta relação. De outro lado porque aceitavam e acreditavam que a maneira do PCC conduzir os negócios era correta e o proceder dos chamados irmãos era justa. O que significa isto? O PCC transformou-se na entidade responsável pela arbitragem dos grandes conflitos, os grandes problemas, as chamadas 'fitas', os problemas que pela matéria em questão, envolvem necessariamente soluções de vida e de morte: acertos entre biqueiras rivais, problemas que envolvem grupos que disputam território, coisas que deram errado por 'traíragem' em esquemas maiores, enfim, o que envolve uma criminalidade um pouco mais estruturada. Através do debate, instituição importante há alguns anos nas periferias paulistanas, estes conflitos são mediados a partir da figura do 'disciplina' do PCC, figura de fora do bairro, que poucas pessoas conhecem, mas respeitado por todos. Com os donos da biqueira a relação é tranqüila, próxima, mas isto só traz para esta biqueira a necessidade de um olhar ainda mais atento. Isto porque com esta proximidade entre os donos da biqueira e o 'disciplina' de toda uma região da cidade, o lugar é palco de muitos dos debates da região, ou seja, dos acertos que necessários. Mais uma vez aquele pequeno lugar do bairro havia se convertido em um lugar central para a criminalidade do bairro.

* * *

Debates

O momento da expansão do PCC para além das prisões é um período em que as taxas de homicídio na cidade como um todo, e neste bairro em particular, eram muito altas. Provavelmente muitas guerras foram realizadas neste momento em que o PCC expandia a sua influencia para fora das prisões. No caso da biqueira, como já foi discutido, foi muito evidente que os bandidos locais se mobilizaram e fizeram um acordo com o PCC para evitar que alguém de fora do bairro “tomasse conta da biqueira” e da influencia que esta exerce sobre a vida de seus moradores. Como vou discutir mais a frente, a biqueira é um lugar estratégico para a gestão da ordem localmente, quase como uma caixa de ressonância de tudo o que ocorre no bairro. Uma hipótese de trabalho é de que depois deste período de conquistas e negociações, deste período em que o PCC expande a sua área de influencia para além das prisões, ocorre uma estabilização das outrora violentas formas de gestão da ordem, processo que poderíamos chamar de “pacificação dos territórios”¹⁶⁸. Este processo de pacificação aconteceu em parte através da implantação do chamado debate. Eu não vou me estender aqui sobre a emergência dos debates na prisão e todo o processo transposição desta pratica, com adaptações, para o mundo externo, este não é o meu tema¹⁶⁹.

A biqueira que realizei a pesquisa é muito interessante para entender os debates porque esta é uma prática muito recorrente neste lugar, tendo o apelido na região de forinho, ou seja, um

¹⁶⁸ Necessário dizer que Gabriel Feltran também vem discutindo a tempos este mesmo processo. FELTRAN, G. S. . Notes sur les 'débats' du 'monde du crime'. In: CABANES, Robert; GEORGES, Isabel.. (Org.). São Paulo: la ville d'en bas. 1 ed. Paris: L'Harmattan, 2009.

¹⁶⁹ A pergunta: de onde veio o debate? De fato, para os efeitos desta pesquisa, a origem importa menos do que a emergência da questão, ou melhor, a origem me interessa somente como emergência de uma prática que coloca uma questão. Da mesma maneira é inútil discutir de onde veio o proceder? Mais importante é saber o que a emergência de uma questão, uma prática ou uma conduta, informa acerca das questões que são postas a partir dela.

pequeno fórum, dada a quantidade de debates realizados por ali. Os debates realizados por ali vão desde pequenos conflitos da vida cotidiana, como por exemplo, brigas entre marido e mulher ou entre vizinhos, passando por problemas locais do bairro como pequenas ocupações irregulares de terra ou o campo de futebol até questões que se estendem para além dos limites do bairro como brigas por disputas territoriais entre donos de pontos de venda de droga, a venda de mercadorias roubadas, assim como alguns segmentos do mercado informal, como é o caso do transporte clandestino, que acompanhei mais de perto. Importante dizer que o debate, de início era uma forma de resolução de conflitos que foi amplamente mobilizada para questões entre bandidos e suas grandes questões, mas que ao que parece, cada vez mais passa a ser utilizado também para regular os conflitos, como disse, os mais cotidianos. Em relação a estas diferentes escalas de abrangência dos litígios que passam por debates, é importante dizer que a maneira pela qual os debates são organizados também varia de acordo com a matéria em questão. Um debate que diz respeito a uma briga de marido e mulher por conta de uma traição e que pode pender para um desfecho violento pode ter a forma de uma conversa quase informal entre as pessoas envolvidas na disputa, com a presença por vezes do patrão e por vezes do gerente da biqueira, como será descrito a frente. De outro lado, em casos onde a questão é mais abrangente, seja por envolver mais pessoas, seja por abranger bairros diferentes, seja por colocar em disputa interesses de grande importância, a organização do debate pode ser muito maior, com data e hora marcada, e podendo ser realizado durante vários dias, com participação, inclusive de lideranças criminais de outros bairros e contato direto com a torre, instancia máxima do PCC.

Vou contar muito rapidamente quatro histórias de debates, sem reconstituir detidamente cada detalhe do procedimento do

juízo, mas resumidamente, tentarei pontuar alguns aspectos que considero os mais relevantes para a discussão acerca dos motivos do debate e a decisão tomada, para posteriormente levantar algumas questões sobre o procedimento através do qual os debates acontecem.

Estávamos reunidos em frente à biqueira, eu, os patrões do ponto de venda e outros patrões de outras biqueiras da região. Todos falavam ao mesmo tempo, até que um dos gerentes da biqueira comentou, quase por acaso, que um outro traficante estava circulando com um carro diferente, começaram a falar de carros, mas o fato, estranho é que não se tratava de um carro típico de traficantes, como um golf, Tipo, A3, etc, era um carro velho e todos começaram a comentar que seria um carro para despistar a polícia, geralmente os traficantes tem dois ou mais carros, um para sair à noite e outro para circular no dia a dia, mais discreto. O fato é que outro gerente comentou que este carro seria parecido com a mãe de outro pequeno traficante que estava em dívida com o primeiro. Começaram a especular sobre o fato, o que deixou um dos patrões especialmente nervoso. Isto porque o tal traficante que circulava com o carro diferente do habitual era do PCC e, havia entrado na organização através do intermédio dele. Ele era o seu padrinho no PCC, ou seja, de alguma maneira responsável pelas suas atitudes. Enfurecido, resolveu então telefonar imediatamente para o seu afiliado para pedir explicações. Depois de mais ou menos 15 minutos ele compareceu, sem saber de nada do que se tratava a conversa. O sintonia do PCC, que estava presente então começou o debate ali mesmo, deixando que ele contasse a sua versão do ocorrido. Ele disse que foi procurar a pessoa endividada para fazer o acerto, pois o prazo de pagamento já havia passado há muito tempo, que havia encontrado na casa do homem endividado a sua mãe, que morava com ele. A mãe teria reconhecido o problema imediatamente, mesmo que não o

conhecesse antes e, ela teria pedido que ele aceitasse o carro como forma de pagamento, pois o filho era dependente químico e não teria condições de acertar o pagamento. Ele haveria relutado um pouco, mas como achou que não haveria outra solução, acabou por aceitar o carro. O sintonia do PCC ficou muito nervoso com a história, disse que isto não era certo, pois ele acabara de envolver familiares em uma "treta de vagabundo", quer dizer, em negocio do do crime e que isto passaria para a população em geral como extorsão. O homem alegou que como não tinha como explicar a historia a todas as pessoas, venderia o carro, para que ninguém o visse com o veiculo. O sintonia não aceitou ou não acreditou e mandou chamarem a mãe do rapaz endividado. Quando esta chegou ao local, perguntaram como aquele carro havia chegado às mãos do traficante. A senhora não sabia o que responder, disse que era dele mesmo. Disseram então que ela poderia se sentir segura para dizer a verdade, pois não correria de modo nenhum risco de vida. O fato é que a senhora estava visivelmente nervosa, preocupada com a dívida do filho e, conseqüentemente com a sua vida. A mãe do rapaz endividado não conseguia responder as perguntas de forma coerente, então o sintonia mandou chamarem o rapaz em dívida. Disseram que este estava sumido e que seria difícil o encontrarem. A mãe disse que ele havia saído, não saberia para onde, mas que ele ainda se encontrava no bairro. O sintonia então disse que dentro de alguns dias ele deveria aparecer se não quisesse ser considerado inimigo dele. O debate foi suspenso e remarcado para alguns dias depois, mas já neste momento o carro foi devolvido. No outro dia, com todos presentes, foi feita a resolução de que o rapaz em dívida teria mais tempo para pagar a sua dívida, mas somente como um pedido de desculpas para o transtorno causado a mãe, e que se este não pagasse a dívida, as providencias cabíveis seriam tomadas. A dívida foi paga no período

estipulada. Fiquei me perguntando se o dinheiro teria sido proveniente da venda do carro.

Outro debate ocorreu quase por acaso há mais ou menos dois anos atrás. Um rapaz começava a sair com uma menina no bairro, estavam começando a namorar quando através de boatos, começava a correr uma história de ameaça a sua vida. A ameaça partira da prisão, onde o ex namorado, também ex campana da biqueira, cumpria pena por tráfico. A notícia chegou ao bairro através de um funcionário da biqueira que conversou ao telefone com ele, depois foi se espalhando de boca em boca até chegar ao conhecimento do rapaz. O problema é que o ex namorado da menina terminaria de cumprir a sua pena em breve, fato que assustou o rapaz, que temia a realização das promessas do outro. O rapaz ficou assustado, porque considerava que a menina não estava mais junto com o presidiário. Foi perguntar a menina, que confirmou que o fim do seu relacionamento já havia acontecido a muito tempo. Depois de alguns dias, toda a história chegou aos ouvidos dos patrões da biqueira, que rapidamente entraram em contato com a pessoa que estava presa. Este confirmou as suas intenções e considerava isto justo, pois "talaricagem se resolve matando", talaricagem é a traição. O rapaz então foi chamado, em um dia e hora precisa, junto com a menina para responder sobre o que estava acontecendo. Entraram todos e um apartamento do conjunto habitacional próximo a biqueira: os patrões da biqueira, a menina e o rapaz, além, claro do presidiário através de uma ligação telefônica. Depois de explicarem a intermediariam a questão "para resolver de uma vez por todas esta história" a todos os presentes, cada qual teve a oportunidade de expor a sua versão na história. Primeiro o presidiário, que se dizia traído e buscava a reparação de seu dano, depois o rapaz, que dizia desconhecer a relação entre os dois, que havia conhecido a menina depois do fim do relacionamento. Coube então a palavra a menina, que confirmou o

fim do relacionamento algum tempo depois da prisão do presidiário. Uma pessoa de dentro do presídio em conjunto com os patrões do lado de fora discutiam também a situação, chegando a verdade dos fatos: a menina já havia terminado o relacionamento, portanto era livre para ficar com quem quisesse, sendo injustificado o pedido de reparação do presidiário. Logo depois, o grupo começou a deliberar as suas conseqüências. O acordo sobre os fatos estava resolvido, mas, o problema seria o momento em que o preso fosse sair da prisão, o que poderia acontecer? Perguntaram se o jovem temia por sua vida, mesmo depois do acerto feito. Ele disse que sim. O que ocorreu foi então a decisão de que o presidiário seria, a partir daquele momento responsável pela vida do rapaz. Disseram que qualquer coisa que ocorresse com o rapaz a partir daquele momento seria de inteira responsabilidade do preso e, mesmo que algo ocorresse a ele sem a menor conexão com aquela historia, este seria condenado a morte.

Alguns meses mais tarde ocorreu outro debate, depois de uma guerra entre dois grupos de ruas acima do forinho, por conta de um ponto de venda de drogas. Não sei direito os detalhes de porque a guerra começou, mas durante um confronto entre estes dois grupos uma pessoa foi morta. Algum tempo depois estava parado na biqueira com os patrões, quando um deles me avisou que ocorreria um grande debate que envolveria pessoas de peso no bairro. O que ocorrera era que o irmão da pessoa morta no confronto matara a pessoa que teria matado o seu irmão, o que é uma falta muito grave, nas regras estipuladas para os confrontos. Fomos em direção a um bar e ficamos lá durante todo o começo da noite, durante a madrugada em que ocorria uma quermesse patrocinada pela biqueira, todos foram em direção a frente da biqueira. A rua ficou muito cheia, nunca tinha visto tantas pessoas, que dividiam-se em grupos de rodas, cada qual com a sua banca, ou seja, a seus parceiros. As rodas eram mais ou menos fixas, e

todos falavam no celular. A disposição era mais ou menos fixa, mas os padrões de cada banca circulavam e falavam com nos celulares. O problema era que segundo o proceder, o certo seria matar o homem. Depois de mais ou menos quatro horas, quando o dia já se preparava para amanhecer, o debate foi considerado suspenso. Continuará na noite seguinte. Foram necessárias três noites nesta deliberação, pois a pessoa que havia vingado a morte de seu irmão era considerada com grande conceito dentro do PCC. Não houve solução, a decisão da torre acabou sendo pela execução do homem, assim como uma promessa de que, se qualquer outro tipo de morte acontecesse entre os envolvidos na família, as providências seriam tomadas.

Depois de certo tempo outro debate provocou efervescência no forinho. Tratava-se de uma acusação muito grave contra Piolho. O fato é que ele estava cada vez mais se tornando um empresário importante dos pequenos ilegalismos no bairro já descritas em seu capítulo: jogo do bicho, caça níqueis, revenda de certas mercadorias, etc. O problema é que ao mesmo tempo, Piolho era viciado em jogo. Uma parte importante de seus negócios se passava ao redor de todo o tipo de jogatina, não apenas pela lucratividade da atividade, mas também pela sua compulsão de apostar. Mesmo ele próprio sabendo que estes jogos são organizados de maneira a que se perca mais dinheiro do que se aposta, o gosto pelo risco de perder e a expectativa de ganhar muito dinheiro de uma só vez alimentavam o seu vício. O problema é que agora tinha ultrapassado os limites de seu próprio dinheiro. A acusação era de que havia gasto o dinheiro semanal arrecadado pela proteção do PCC em sua linha que era utilizado na compra de cestas básicas. O fato teria ocorrido duas vezes e, as famílias atendidas pelo benefício das cestas básicas estavam reclamando a ajuda que recebiam. Em um segundo momento, Piolho teria tentado aplicar um golpe no dono da padaria ao lado de sua birosca com a

ajuda de um pequeno ladrão de carros. Juntos venderam um carro roubado que posteriormente foi roubado novamente após a venda e, através do empréstimo em dinheiro que Piolho havia feito para a compra do automóvel, conseguiram endividar o dono da padaria, tentando forçar a venda da padaria. O intervalo de tempo entre todas estas histórias não ultrapassou mais de um mês, sendo no mês seguinte convocado um debate para resolver a questão. Antes do debate Paulo e seus parceiros conversaram inúmeras vezes com Piolho, pois temia que o resultado do debate pudesse ser a sua execução. Piolho percebia a gravidade de sua situação, mas não conseguia entender como deveria ser seu argumento em relação ao ocorrido. Ao que parece Piolho, uma pessoa tão hábil para produzir as oportunidades de negocio e saber aproveitá-las, não era capaz de perceber que outras pessoas poderiam questionar a maneira de conseguir “se dar bem”. Mesmo que Piolho conseguisse evidentemente perceber que o que havia feito era condenável porque prejudicava outras pessoas, não aceitava que um julgamento pudesse prejudicar os seus negócios. Ao tomar consciência de que aquele debate poderia colocar a sua vida em risco, contudo, começou a perceber que deveria escutar os seus amigos da biqueira. O debate foi longo, estendendo-se durante semanas, e depois de tomada a decisão de que Piolho deveria compensar todos os prejuízos relativos as cestas básicas e o dono da padaria, a questão principal era se Piolho deveria também “pagar com a sua vida” ou não. A interferência dos patrões da biqueira foi decisiva neste ponto, porque se comprometiam, de um lado, a garantir que Piolho abandonaria todos os seus negócios definitivamente e, de outro, que pararia de fazer de seu vicio um problema que envolvesse outras pessoas. Os patrões, depois de muitos encontros para debater este ponto da questão, conseguiram convencer todos os envolvidos, especialmente após Piolho se desculpar com cada uma das pessoas que havia prejudicado. De

toda a maneira, uma decisão difícil para os donos da biqueira porque eles mesmo não se sentiam seguros de se responsabilizar pelos atos de Piolho. Atualmente Piolho vende ovos em uma perua no bairro e os patrões o observam de perto.

O que estas três histórias têm a nos dizer?

Em primeiro lugar, nos casos relatados, como em muitos outros que poderiam ter sido descritos, ao que parece, o debate é uma instancia que procura refletir acerca da morte no presente ou no futuro. No interior deste procedimento cuja força reside no poder de matar, parece ser especialmente importante a posição da morte como centro do conflito que pode acontecer em um problema que envolve duas ou mais pessoas. Evidentemente que isto se faz, em grande parte, através de ameaças contra a vida, através de um arbítrio que potencial e efetivamente tem o poder de matar. Dizer que se trata de uma transferência do poder de morte das pessoas ou do Estado para esta instancia de deliberação cujo arbítrio é feito sob a tutela do PCC é uma primeira consequência importante. Mais central, contudo, é que esta instancia que confisca o poder de vida e morte tem como objeto de ponderação e incidência a decisão acerca da morte, o questionamento acerca do ato de matar. Todas as histórias têm como centro da questão a morte, presente e potencial ou passada e com desdobramentos futuros, sendo a decisão de matar o objeto de reflexão e julgamento. Em certo sentido, assume uma posição semelhante ao que se encontra nos sistemas abstratos e dedutivos de normas, mas a partir de uma lógica completamente distinta.

O primeiro ponto desta reflexão acerca da morte que pode ser pensada a partir dos debates é a sua relação com a vingança. O debate começa quando é percebido, contestado ou reclamado algum tipo de dano frente a um indivíduo. Alguém é ofendido e então inicia-se um enfrentamento entre as partes de acusação e defesa, que irão se opor até que o dano possa de alguma maneira

ser reparado. A operação consiste em conduzir este enfrentamento de forma a que se organizem os atos de vingança. Os debates parecem ser um mecanismo que se dirige regulando a lógica da vingança e seu ciclo perverso de mortes, ou seja, uma tentativa de conduzir a decisão de uma maneira que não se permita que o efeito de auto-alimentação de mortes se realize de forma arbitrária. A morte deve seguir alguns procedimentos e o julgamento é tão somente a atestação de que estes serão seguidos segundo certas regras. Este mecanismo de regulação da lógica de vingança pode ser encontrado no caso da morte ocorrida depois do conflito entre os dois grupos que disputavam territórios. Interessante a distinção feita entre uma morte que ocorre em um conflito e aquela que é feita após o seu término, considerada, neste caso, um dano porque se trata de uma morte não regulada. A punição sobre a morte feita no segundo caso é realizada porque esta se configurava como vingança não organizada, ou seja, a continuidade de um ciclo de mortes não prevista no procedimento de mortes. Portanto, não é o fato de matar que é punido, mas sim o ato de matar em um quadro situacional específico de vingança não regulada, que por sua lógica própria produzirá outras mortes.

O segundo ponto é que as séries de vinganças recíprocas podem ser interrompidas também através do pacto. O pacto pode acontecer entre as partes ou ainda por uma terceira pessoa que intervém para garantir o rompimento do ciclo de mortes. No caso do traficante endividado, um pacto é selado para que uma transação mal sucedida possa ser mantida como troca pacífica e o dano possa ser reparado. Também no caso de Piolho, o dano é reparado através da intervenção dos patrões da biqueira que se tornam fiadores de seu procedimento futuro e responsáveis pelos seus atos. Trata-se neste caso de um retorno ao estado de equilíbrio anterior ao dano e a conseqüente desativação do procedimento de vingança. Neste mesmo sentido, a decisão de

tornar o presidiário responsável pela vida do rapaz, estabelece-se como uma forma de organização do desenvolvimento das tramas que poderiam desencadear a sua morte. A solução pactuada também é, portanto, uma outra maneira de regular a dinâmica da vingança.

Esta questão da regulação da lógica da vingança se dirige, portanto, à morte que poderia ter sido evitada, como também outras mortes futuras, ambas convergentes com o ciclo interminável de pagamentos de dívidas de morte, que é própria da vingança. Os casos podem ser triviais como uma pequena historia de amor, ou problemas mais graves como dividas de drogas ou conquistas de territórios. O que importa é que o possível desfecho violento que pode acarretar cada historia seja organizado segundo certos procedimentos. Mas então a pergunta que se segue é: como são estabelecidos os princípios de organização da lógica da vingança?

Durante muito tempo esta questão foi respondida da seguinte maneira: "Tem que achar quem ta correndo pelo certo". Mas o que é o certo? Como defini-lo? A contradição das partes pode sempre conduzir a um impasse, em relação à definição do certo. Talvez seja importante distinguir que a procura do certo muitas vezes não é coincidente com aquela da verdade. O que parece estar em jogo nos debates não é uma busca da verdade por meio de uma mediação neutra, mas a adequação de um procedimento em um enfrentamento entre duas partes. A justiça, neste caso, não mantém uma identidade com a manutenção de uma estabilidade pacífica, mas organiza um enfrentamento entre as partes. A organização deste enfrentamento não se produz através da busca de quem diz a verdade dos fatos, mas através do enfrentamento estabelecer qual pessoa tem razão, ou seja, não se procura designar ou fazer manifestar uma verdade, mas sim tornar visível os atos conformes a uma forma de conduta que é nomeada

proceder¹⁷⁰. Neste sentido o certo me parece ser uma adequação dos atos a este proceder.

Em cada caso a decisão é tomada seguindo as circunstâncias específicas próprias a cada situação, isto quer dizer que o proceder não tem a priori prescrições normativas fixas, sendo relacional, contextual e situacional. Em um caso para organizar a lógica da vingança impede-se a morte, em outro é decretada a morte. Em cada caso defini-se o problema de acordo com a matéria em questão, em suma, trata-se de uma experimentação moral e ética acerca da morte. Os elementos deste proceder serão discutidos ao longo de todo este capítulo, mas o que me parece importante é definir o proceder como uma busca por respeito, uma tentativa de estabelecer os seus limites, uma reflexão acerca da dignidade. Mata-se e morre-se por respeito e dignidade e a busca deste lugar difícil em uma zona de morte eminente e às vezes banal, não é trivial e não pode ser matéria de soluções fáceis e apressadas, como julgar isto como uma selvageria ou uma desumanidade. Esta busca por dignidade é uma forma de resistência não coerente e raramente consciente politicamente, mas inegavelmente um conjunto espontâneo de práticas rebeldes, uma forma opositora de condutas. Se de um lado esta é a sua força, ao mesmo tempo é o que provoca a autodestruição dos que são por ele envolvidos.

Ao mesmo tempo, é evidente que o debate funciona a partir de um delicado equilíbrio entre “não atrapalhar os negócios” e as lógicas comunitárias envolvidas em qualquer bairro da periferia.

¹⁷⁰ Proceder não são códigos morais criminais pura e simplesmente, mas uma forma de conduta ou de contra conduta. Trabalhei de forma muito sumária isto em minha tese de mestrado. No que tange ao proceder nas prisões ver Adalton. MARQUES, Adalton . "Faxina" e "pilotagem": dispositivos (de guerra) políticos no seio da administração prisional. Lugar Comum (UFRJ), v. 25-26, p. 283-290, 2008.

MARQUES, Adalton . "Dar um psicológico": estratégias de produção de verdade no tribunal do crime. In: VII RAM - Reunião de Antropologia do Mercosul, 2007, Porto Alegre (RS). VII Reunião de Antropologia do Mercosul - Desafios Antropológicos (CD-Rom), 2007. v. 1. Existe ainda um excelente texto acerca do proceder do mesmo autor em que discute uma entrevista de Marcola, que não encontrei a referencia.

Mas isto não significa que ele seja pura e simplesmente uma instrumentalização dos apoios comunitários para o bom funcionamento das atividades econômicas criminais. Também é evidente que o debate é uma forma de resolução de conflitos que busca de toda a maneira impedir a presença da polícia nos lugares onde ocorrem atividades ilícitas. Mas resumir uma coisa a outra ou criar uma relação de determinação entre uma coisa e outra seria uma redução de um problema mais fundo, dado que não é prioritariamente a razão instrumental que ordena a condução do julgamento. Por hora, no que tange aos debates, gostaria apenas de enfatizar que ele não pode ser reduzido ao interesse instrumental. A questão da morte e da vida é um centro reflexivo muito mais complexo que em hipótese nenhuma poderia ser pensado somente como uma maneira de garantir o funcionamento de uma transação comercial.

Considero o proceder e os debates uma forma de recusa e reflexão acerca dos caminhos que conduzem a morte, e desta maneira, uma forma de experimentação das formas dignas de vida, ou dos critérios de respeito entre os homens, portanto, uma maneira de defesa da vida.

O proceder é uma forma de experiência dos critérios de respeito entre os homens e uma tentativa de estabelecer formas de dignidade no que tange a questão da morte, neste sentido é também uma reflexão e, talvez, uma recusa dos caminhos que conduzem a morte, portanto uma forma de defesa da vida.

* * *

História Pessoal e memória coletiva

Os patrões são portadores de muito mais coisas que o dinheiro usado no pagamento de seus funcionários. São o ponto mais alto de um sistema social que se organiza ao redor de histórias pessoais e uma memória coletiva do bairro. Os patrões, que não por acaso normalmente são os mais velhos do grupo, são “considerados” acima de tudo pela sua história pessoal, isto quer dizer, pela longa série de episódios que remetem a um complexo sistema de trajetórias em comum dos outros patrões do bairro e dos bairros vizinhos. São histórias que colocam em cena uma rede de pequenos percursos individuais que passam por momentos de alianças e desalianças entre grupos, lealdades e traições, lutas contra tentativas de usurpação e proteções entre amigos, busca de poder ou submissões. Paulo, o Patrão do crack na “firma”, como foi narrado, fora personagem central da famosa guerra dos cinco meses em meados dos anos 1990, que envolveu duas das quadrilhas mais importantes da época. Anos mais tarde, o Patrão que vendia cocaína fora uma peça chave nas negociações que envolveram as transferências do poder do PCC para além das prisões na escala do bairro pesquisado e a instalação da biqueira no bairro. Como já foi sinteticamente narrado, através de seus contatos dentro e fora do PCC, conseguiu negociar a posse do ponto de vendas de drogas sem que fosse obrigado a fazer parte desta organização, tudo isto para manter o bairro “nas mãos de moradores”. O Patrão que vendia as drogas sintéticas, fora ainda um dos moradores do bairro que ficou preso mais tempo, durante mais de dez anos, tendo vivido a partir do Carandiru o massacre de 1992, a formação do PCC e conhecido boa parte dos criminosos mais conhecidos de São Paulo.

Neste sentido, e em outros que irei explorar mais a frente, os padrões são aqueles que têm um alcance mais amplo que as relações de proximidade que cercam o ponto de venda de drogas. De outro lado, e isto que desejo desenvolver neste momento, os padrões possuem uma história local que é ao mesmo a construção de seu nome e reputação, tendo já estabelecido e desenvolvido toda a experiência das disposições estratégicas e diplomáticas que é exigido pelos criminosos. O prestígio de um padrão se deve ao valor do indivíduo na construção de uma história comum. Infelizmente não poderei reconstituir em detalhes esta história social da violência no bairro e suas relações com a história dos padrões que se ocupam do ponto de drogas atualmente. Importa aqui dizer que todos reconhecem esta história individual/coletiva e local/geral no que tange ao “conceito” de cada padrão. A história de um padrão, de seu nascimento até a morte, é uma narrativa de atos espetaculares e situações memoráveis, que se confunde com própria história coletiva do bairro. Evidentemente que outras pessoas não ligadas ao crime também fazem parte deste grupo de pessoas em que história pessoal produz os destinos coletivos, cada qual por um motivo distinto. O motivo que faz da história de um padrão parte decisiva do destino coletivo é a sua relação com o uso da força, o seu poder de ator na disputa pela ordem¹⁷¹.

Os outros que cercam o padrão admiram esta história que ele faz parte e querem eles mesmos pertencer à memória do bairro, da região ou da cidade e sabem que a primeira maneira de realizar isto é em sua proximidade com o padrão. Nas imediações do ponto de venda de drogas, pode-se ver isto nas muitas rodas de gente que conversam durante todos os dias. Impressionante notar que quase

¹⁷¹ Evidentemente que a história das relações das diversas figuras da ordem local e suas relações com o governo e a populações foi se modificando ao longo do tempo, através de feixes de relações que são situadas historicamente. Os padrões também tem uma história de metamorfoses do justiceiro, o matador e traficante. Ver TELLES, Vera. *Cidade: tramas, dobras, percursos*. Tese de livre docência apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, 2010.

seria possível descrever espacialmente estas rodas em relação à centralidade do patrão. Quando este está presente ou seus gerentes, a maior ou menor proximidade a esta roda é como uma sinalização de maior ou menor proximidade com as figuras centrais de hierarquia da "firma". A roda do patrão é a mais prestigiada, em que se discutem os assuntos que são considerados os mais relevantes, mas mesmo que se fale de futebol ou qualquer outra amenidade, é o lugar onde todos querem estar para falar. As pessoas que não fazem parte desta roda somente se aproximam quando tem alguma coisa importante a ser dita e logo depois se afastam. O patrão por sua vez, circula livremente entre as diversas rodas e conversa com todos um pouco de cada vez. Como a minha maior proximidade era com os patrões, sempre tomei o cuidado de também circular entre as outras rodas para tentar uma aproximação com pessoas de outros círculos, mas isto não evitava que certos olhares desconfiados ou ciumentos fossem dirigidos ou uma certa distancia quase não pudesse ser rompida. A meu ver, encontrava-me em uma posição pouco clara, já que não fazia parte da historia comum dos habitantes do bairro e, em certas ocasiões isto fosse motivo para que alguns pensassem que eu não merecia ocupar a posição espacial mais prestigiada.

Certo dia estava conversando com os patrões, os gerentes e outros patrões de outros bairros e depois de algumas cervejas e um grande parceiro do patrão do crack, conhecido ladrão de cargas da zona sul começou a me interrogar sobre os "reais motivos" de minha presença. Disse que trabalhava acerca das condições de vida dos moradores do bairro e pretendia escrever algo que fosse de encontro com os estereótipos dominantes para o conjunto da sociedade. A resposta foi imediata, dizendo que ele fazia muito mais pela periferia que eu, contou que vendia cigarros contrabandeados para a prisão e fora dela, e que a taxaçoão estatal do cigarro era uma maneira abusiva do uso do poder. Com isso queria dizer que o

seu negocio era legitimo e que ajudava as pessoas que não poderiam comprar cigarros no mercado formal, ainda mais aqueles que estavam em dificuldades na prisão. Neste momento, o patrão tentou intervir, pois seu amigo falava de uma maneira provocativa comigo, fato que fez o homem falar ainda mais alto para todas as outras rodas escutarem. Disse que não havia problema para mim de discutir esta questão, assim como aquela de minha presença, e que gostava muito de ter a possibilidade de fazer isto francamente, que não me incomodava com a situação e que não estava me sentindo intimidado. No mesmo momento, meu interlocutor abriu um sorriso franco e disse que havia gostado de minha atitude, pediu mais uma cerveja, se acalmou, e disse de maneira também alta o suficiente para todos ouvirem que eu não era um "almofadinha" como aqueles "políticos" que criaram os impostos sobre os cigarros e começou a contar em mais detalhes sobre o seu "trabalho social".

É através desta lógica do merecimento e da capacidade de "se fazer respeitar pelos outros" que parte da hierarquia social é construída ao redor do ponto de vendas de drogas. Mas isto não necessariamente tem o sentido de uma imposição tirânica da força, mas sim como uma demonstração de coragem, não apenas no sentido militar, mas também no sentido político, ou seja, a coragem da exposição publica. O que é valorizado é a capacidade de tomar a palavra em publico e falar francamente, de se expor em suas opiniões, de ter coragem para uma enunciação frente aos outros dizendo o que às vezes não é bom de ser ouvido, certo combate da falácia e a adulação características da maneira como é percebido muitas vezes o político profissional. Aqui estamos longe das desvalorizadas "meias palavras ou meias verdades", da maneira cortês de se dirigir aos outros ou de certa forma indireta de se pronunciar através de opiniões sensatas. Uma das características admiradas dos patrões é justamente a capacidade de se colocar a

prova, a exposição e o enfrentamento como uma das virtudes que devem ser cultivadas.

Depois deste dia, percebi que algo havia mudado em relação às outras pessoas e que podia circular mais livremente nas outras rodas que não fossem a dos patrões. Compreendi que na verdade, precisava passar por esta espécie de prova que todos passam de um jeito ou de outro, mesmo que a situação não fosse à mesma, mas que em todos os momentos a atitude é testada diariamente e, julgada na mesma intensidade. Este tipo de situação é a especialidade dos patrões e é através delas que todos aprendem a se defrontar com o perigo da exposição que é realizada todos os dias. Os mais jovens quase nunca percebem, como eu não percebi, que estas situações são apenas provas, e desta maneira comportam-se com seriedade. São como que ensaios para situações difíceis, momentos onde é preciso estar atento e ser corajoso, e isto tem uma intensidade ainda maior quando se nasce e cresce em um mesmo bairro e todos conhecem a sua história e os rumos que cada um a conduziu. Uma das formas mais freqüentes de se começar uma conversa nas rodas era contar uma situação que algum conhecido havia passado e depois especular durante muito tempo o que deveria ter sido dito ou feito. Nestas situações era impressionante a capacidade de restituir cada pequeno detalhe do fato ocorrido, as palavras utilizadas, as posições das pessoas, até mesmo a postura e os menores gestos que cada um realizou, as reações a cada momento da discussão, enfim toda uma descrição e análise do contexto, as palavras e os atos de cada um dos envolvidos. Seguia-se a isto a parte mais longa da conversa, onde cada um posicionava-se sobre a conduta dos participantes, promovendo-se nestes momentos debates e polemicas que poderiam durar horas.

É neste registro micro social que começam a se construir as relações entre as pessoas que fazem ou não parte da "firma" ou que

já fazem parte e que pretendem postular posições mais elevadas em sua hierarquia. O que parece é que apesar de ser possível distinguir quem faz parte ou não desta estrutura organizacional, esta separação é fluida e constantemente permeável entre as pessoas que circulam entre as rodas de conversa que estão localizadas ao redor do ponto de venda de drogas. A permeabilidade entre a economia ilícita que a “firma” produz e sociabilidade dos moradores destes bairros das periferias paulistanas ilumina uma questão central para a compreensão das formas pelas quais se realiza a dimensão propriamente social do fenômeno. As imagens mais comuns do senso comum são de traficantes associiais e de uma cooptação dos moradores pela economia das drogas ilícitas. Em primeiro lugar os padrões longe de serem associiais, são na verdade o topo de uma escala social que valoriza certo tipo de conduta, como por exemplo, a capacidade de se expor ou de se colocar a prova diante das pessoas do meio de socialização próximo ou distante. Não acredito que de forma nenhuma o padrão seja a única pessoa a agir desta maneira e, isto será discutido posteriormente, mas com certeza é uma dos tipos sociais que desenvolve esta capacidade e por isso mesmo é reconhecido. Entre os mais jovens, esta é uma qualidade que os fascina, o que faz deste personagem (entre outros) um modelo de conduta e de admiração. Desta maneira, é através desta valorização deste tipo social que se pode compreender que não é necessário que a “firma” tenha sempre pessoas que queiram fazer parte de sua organização.

Uma das razões pelas quais uma grande parte dos jovens que eu conversei justifica fazer parte da “firma” é justamente este tipo de admiração na conduta dos padrões. Se é verdade que existe também um fascínio exercido pelo poder e o dinheiro dos padrões, é verdade também que isto somente não explica exatamente a decisão de fazer parte de uma atividade ilícita, porque os habitantes dos bairros pobres são muito cientes dos riscos deste tipo de

atividade. Sabem muito bem dos perigos reais do confronto com a polícia ou com outros grupos rivais, também conhecem os artigos e as sentenças por quase todo o tipo de infração do código penal, assim como o que significa as condições de quase abandono nas prisões. Quando ainda estão distantes de participarem de alguma atividade ilícita, já conversaram muitas vezes com pessoas de sua idade ou mais velhas sobre todas estas variáveis, também já viram pessoas que passaram pelo sistema judiciário e a prisão, situações corriqueiras para muitas das pessoas de seu círculo social próximo. Não acredito que somente o cálculo entre os rendimentos de poder e dinheiro e os riscos assumidos de uma atividade possam explicar o que faz alguém trabalhar em uma atividade como o tráfico de drogas e outras atividades ilegais e ilícitas. Para além de uma racionalidade de tipo econômica, o que deve também ser levado em consideração nesta decisão são as experiências e condições sociais das pessoas que habitam estes bairros.

* * *

O Aprendizado dos limiares entre o legal e o ilegal

A “firma” é um dos lugares onde os jovens adquirem e desenvolvem a experiência de viver entre a legalidade e a ilegalidade, aprendem um modelo de ação vinculado a uma forma de inteligência engajada na prática que afronta as diversas passagens entre o legal e o ilegal. Ao contrario do que se pensa, a “firma” não é um lugar completamente “fora da lei”, mas sim é um lugar onde se concentra uma grande transitividade entre o legal e o ilegal, um dos pontos nodais da economia subterrânea, não apenas porque vende mercadorias ilícitas, mas também porque é onde passam muitas outras mercadorias de proveniência duvidosa, porque circulam informações sobre os esquemas possíveis de serem realizados, onde enfim toda uma trama é tecida entre o legal e o ilegal. Esta expansiva trama de novos e velhos ilegalismos é o dado inicial da experiência dos moradores das periferias paulistanas. Mas aqui não interessa listar toda a gama de atividades que se desenvolvem nos meandros do legal e do ilegal, entre empregos mal pagos e atividades ilícitas, entre o desemprego e o pequeno tráfico de rua, mas sim como as pessoas fazem para circular entre estas atividades. Este é o grande aprendizado dos meninos que circulam entre as rodas da “firma”.

Desde muito cedo os jovens que circulam nas rodas de conversas próximas da “firma” realizam pequenas atividades ligadas as trafico, como já foi dito, podem comprar e trazer a comida para quem está em serviço, transportar o dinheiro da venda para o caixa central, ser porta voz de recados entre os diversos estratos da hierarquia da firma, chamar a atenção de algum perigo que se aproxima. De outro lado, estes meninos podem acompanhar os mais velhos e com isto aprendem uma grande variedade de coisas

que poderão ser úteis não somente para fazer parte da “firma”, como também para circular com segurança em qualquer parte da zona cinzenta dos expedientes que se desenvolvem entre a legalidade e a ilegalidade. Mesmo parados em silêncio em uma parte da roda, escutam como se produzem os “esquemas” os mais diversos em diferentes áreas do mercado informal em suas minúcias: formas de compra e venda das mercadorias ou serviços, maneiras de contornar ou comprar a fiscalização da prefeitura ou da polícia, tipos de problemas possíveis e suas formas de resolução, prospecções de crescimento ou durabilidade do “esquema”, lucratividade, etc.

Entre uma coisa e outra, são também testados nestas habilidades que aprendem e desenvolvem, ou seja, saber exatamente qual é o procedimento através do qual deve se conduzir. Este me parece o elemento chave para a compreensão do que está em jogo nesta experiência social que se move entre o legal e o ilegal, ou seja, mais do que adquirir competências rumo a uma carreira criminal, os jovens são inseridos em um universo social que exige certa inteligência prática e certa conduta. Para além da evidente transmissão de técnicas específicas ligadas a ofícios criminosos, como por exemplo, como roubar um aparelho de som de um carro no menor tempo possível ou como roubar um caixa eletrônico sem ser descoberto, o que aprendem efetivamente é uma conduta certa que permite que cada “esquema” funcione. A rua é muito mais do que a “escola do crime”, trata-se de um lugar do aprendizado de como transitar em um terreno instável, que passa pelas regras do direito e suas maneiras de se fazer contornar, de conhecer tão bem a fiscalização ao ponto de às vezes fazer um uso estratégico dela, de negociar com a polícia em um jogo que pode ser de vida e morte. As lições mais importantes que estes jovens aprendem dizem respeito a uma forma de inteligência e pensamento, uma série de atitudes mentais que combinam o

discernimento, a sagacidade, a análise dos perigos, a “malandragem”, a vigilância, o senso de oportunidade, enfim, habilidades diversas que são importantes para conseguir transitar entre uma série de passagens existentes entre as dimensões do legal e do ilegal.

Ainda que esta atitude mental necessária para conseguir transitar neste mundo incerto dos meandros do legal e do ilegal faça parte de uma experiência secular das classes pobres no Brasil, ou seja, que exista uma dimensão de acúmulo desta experiência que é intergeracional, ela é adquirida na maior parte das vezes fora do ambiente doméstico, no enfrentamento com as outras pessoas do bairro. Esta descontinuidade entre a vida privada e a vida na rua é parte estruturante desta experiência dos jovens. De um lado as mães muitas vezes não gostam que os filhos fiquem muito tempo nas ruas por imaginarem que estes podem acabarem como traficantes e passarem por perigos de vida e morte. De outro os jovens sentem-se muito atraídos pela descoberta de um universo que se desenvolve diante de seus olhos. A tensão de gerações é grande e dramática ao mesmo tempo. Ao conversar com os pais que não gostavam de ver seus filhos freqüentarem, por exemplo, as rodas que se formam em torno da “firma”, estes sempre relatavam as suas próprias experiências. Muitas vezes migrantes que vieram para São Paulo para trabalharem fabricas próximas ao bairro estudado, diziam como tinha conseguido “vencer em São Paulo”, e que depositavam em seus filhos uma grande expectativa de conseguir “subir mais ainda na vida” por já nascerem na cidade e, conseqüentemente terem a possibilidade de estudarem mais que eles próprios e, portanto, conseguirem acender a postos mais altos na hierarquia do trabalho. Neste sentido, depositam uma grande expectativa na formação educacional dos seus filhos. De outro lado, os meninos que freqüentavam as rodas da “firma” argumentavam que “os tempos são outros” e que dificilmente conseguiriam um

emprego como o de seus pais e, mesmo que estudassem isto teria pouca importância para conseguirem “sobreviver hoje em dia”. Muitas vezes eles próprios ou seus amigos próximos são objeto de inúmeras frustrações nas tentativas de trabalho formal, mesmo quando colecionam muitos cursos que promovem a inserção no mercado de trabalho, sejam eles de computação, línguas estrangeiras, formação e qualificação profissional. Assim valorizam muito mais o conhecimento adquirido nas rodas da “firma”, porque sentia que este aprendizado sobre as astúcias e as formas de “se virar” seriam mais importantes para as atividades que pensam em desenvolver.

De fato, a escola pouco ensina sobre este tipo de conhecimento prático das passagens do legal e do ilegal e das maneiras de conduta vinculadas a esta realidade. De maneira nenhuma trata-se aqui de avaliar o que se deve aprender na escola ou de fazer uma avaliação quanto a isto, mas sim de entender o que significam as vidas que se passam nestes lugares incertos e instáveis e as práticas que produzidas frente a isto. As rodas da “firma” são um dos lugares onde se ensina e aprende como circular nestes terrenos aparentemente incertos e imprevisíveis. Lá se encontram os profissionais deste saber das grandes “viradas de mesa”, dos estratagemas, das opiniões inconstantes ou da pura charlatanice mesmo. Tudo isto se encontra desordenadamente misturado na experiência de aprendizado que estes jovens têm por ali.

Tudo isto poderia ser quase romantizado como uma experiência das formas de inventividade social se o perigo da morte ou de um desfecho violento não estivesse a todo o momento presente neste mesmo aprendizado e em sua vivência futura. Todos os “esquemas” têm um potencial de terminar em uma situação perigosa na medida em que circulam nos meandros do sistema legal. Quanto mais próximo do ilícito, maior o perigo em um duplo

sentido: de um lado o risco da sanção legal, de outro o perigo do encontro com outro grupo que tem os mesmos objetivos. Vender brinquedos chineses contrabandeados tem um perigo muito distinto de realizar um seqüestro, pois tratam-se de tipificações jurídicas diferentes e ao mesmo tempo ligações para se produzir o “esquema” que passam por outras mediações e outras pessoas, com perfis completamente diferentes. Mas de qualquer maneira não são incomuns mortes violentas como forma de resolução de conflitos em “esquemas” que aparentemente são muito menos ligados a posse de armas e conflitos permanentes, como o trafico de drogas. A necessária implicação da vida deve-se ao fato de serem terrenos em disputa, mesmo quando o Estado é uma das organizações nesta disputa, ou seja, que não aja nenhuma forma de organização que se sobreponha as demais o suficiente para impor uma regra e uma uniformidade das formas de regulação e estabilização destes mercados. A única forma de se proteger frente aos perigos de vida e morte em situações como estas são os verdadeiros operadores destes mercados, que não são organizações mas sim o conjunto complexo de acordos e desacordos, ao saber pratico do transito entre fronteiras diversas do legal e do ilegal, acrescenta-se a conduta correta em cada situação, os avanços e recuos estratégicos, o bom uso da palavra certa no momento certo, e também o saber se calar quando é o caso, são os momentos de saber “ter atitude”, mesmo quando isto significa não fazer nada.

No mesmo espaço incerto e imprevisível que se constrói o saber pratico da “viração” é que se desenvolvem as condutas que procuram dar certo ordenamento a força. Este é um ensinamento essencial para conseguir também sobreviver, ou seja, conseguir circular também entre os fluxos da violência, do perigo eminente do conflito. Isto não significa necessariamente contornar os perigos do enfrentamento físico, mas tentar fazer deste o ultimo recurso, ou melhor, buscar enfrentar o perigo através das escolhas certas, que

podem não ser as mais justas de um ponto de vista que tem a moral como centro, mas com certeza são as que devem ser feitas. Este é todo um sofisticado jogo de ações e avaliações estratégicas que conduz os seus participantes a um fim não determinado de antemão, é um sistema de provas pelas quais estes devem ser submetidos para provar o seu correto procedimento. Primeiro é necessário saber distinguir o que depende de si e de todas as outras condições, sejam elas outras pessoas ou "casualidades" como um problema inesperado ou uma chuva de verão. O que se pode fazer para evitar o conflito violento em primeiro lugar deve ser pensado a partir de uma consciência das suas próprias atitudes, das ações ou o curso que cada um conduziu cada situação, ou seja, como se a única coisa que poderia ser feita para impedir o desfecho violento não fosse contorná-lo, mas sim o enfrentamento a partir de uma consciência de suas próprias atitudes. É comum escutar frases do tipo "o que não me mata me fortalece", pois mais uma vez é a exposição que aparece para dar forma ao caótico movimento da ausência de sentido da vida.

Estas são as lições que se aprende nas rodas da "firma", são basicamente o que os jovens precisam saber para "sobreviver na adversidade", expressão que indica uma forma de apreciação da realidade que não mantém relação com os cálculos de custo benefício dos cálculos dos riscos, mas sim uma avaliação estratégica dos perigos a partir de condutas valorizadas socialmente. O drama dos meninos que passam a frequentar as rodas da "firma" é que o que os permite sobreviver na adversidade pode ser também, e muitas vezes é o que os conduz a morte violenta.

Representações de Guerreiros e Vermes

É através de uma espécie de situação limite, um estado quase intolerável de exposição à violência a qual estão submetidas certos grupos sociais que poderemos compreender o fundamento das formas pela quais esta violência é refletida e enfrentada pelas pessoas que fazem parte desta parcela da população. Esta situação limite lança uma imagem do que nem mesmo as pessoas que vivenciam a brutalidade do estado de ameaça permanentemente a vida podem suportar. Existem, naturalmente, diferentes graus de exposição à morte e, a maior parte das pessoas que moram nas periferias paulistanas vivencia graus variados desta exposição. O problema não é exatamente o risco da morte, porque os riscos podem ser geridos cotianamente se abstendo de situações que potencialmente são perigosas. De modo contrário, a exposição à morte é uma espécie de risco sem variáveis de controle, sem probabilística. Trata-se de uma espécie de perigo permanente e inexplicável, algo como uma ausência de determinações que justifiquem a morte. São situações onde a maior parte das pessoas, quando perguntadas sobre o porquê da morte do “sobrinho da dona Tereza” não conseguem explicar o fato ocorrido, divergindo sobre as causas, os motivos, as razões da morte. A maior parte das mortes que acontecem em um bairro, contudo, são “explicáveis”, mas nos casos das que não o são, pairam sobre o caso hipóteses inusitadas, fatos controversos, situações confusas e desordenadas. Quando um grande bandido de um bairro é morto, geralmente é desta maneira que as coisas procedem, e finalmente esta morte tem conseqüências para o futuro de todo o conjunto de pessoas que moram na região onde este detinha influencia. É evidente e, isto já foi demonstrado por inúmeros autores, que a maior parte das pessoas que moram nos bairros mais pobres não são bandidos, mas é inegável também a importância dos que vivem fora da lei para a

vida coletiva do bairro e isto por inúmeras razões que já foram discutidas. Pelo momento, o importante é somente dizer que pelo fato dos bandidos estarem expostos e criarem situações que expõem outras pessoas a morte, de alguma maneira estes personagens são elementos chave para a compreensão destas situações que envolvem a vida e a morte.

O curioso é que as pessoas que experimentam a situação limite do jogo de vida e morte das periferias raramente são os padrões dos pontos de venda de drogas. Quem se encontra nesta situação são pessoas que provavelmente já até passaram pela “vida do crime”, podem ou não terem construído carreiras criminosas mais ou menos duradouras, mas isto já não é o mais o que os define. São os chamados vermes, já não pertencendo mais ao círculo de estabelece uma certa partilha que define o humano, isto porque ultrapassaram um limite que os impede de retornar ao convívio normal com as outras pessoas. A morte de um verme é mais fácil de ser explicada, e mesmo quando ocorre sob circunstâncias obscuras, ninguém procura entender, como se já estivesse dado que ele iria morrer. É comum encontrar explicações como “tanto fez que conseguiu o que queria”, ou “foi melhor assim”, pois como o bandido, o verme caminha em direção a morte, mas com a diferença que esta morte não causa alívio (como no caso de um patrão tirânico) ou revolta (como no caso de um patrão querido), mas sim uma espécie de resignação. Na gíria popular o verme é alguém “que pesa”, pois “pesa” sobre ele tudo o que as pessoas não querem ser, tudo que as pessoas não valorizam em uma pessoa, é uma espécie de modelo invertido de uma certa conduta, de uma certa maneira de proceder. Uma das tarefas da vida das pessoas é não se tornar um verme e, isto a maior parte delas consegue realizar. Pode-se ser desempregado, pobre, talvez até mesmo miserável, pode-se mesmo ser sujo, mas nunca um verme. Por isto que o verme é o caso limite em um certo sentido: é

o limite do que uma pessoa pode ser, para além do verme já não há mais nada, a não ser a morte. É neste sentido que muitos vêem na morte um alívio para a existência de um verme, e isto muitas vezes mesmo para as pessoas que estão próximas desta figura considerada sinistra. Paira sobre o verme algo como a imagem do horror. Sob esta imagem do horror, o que torna o verme repulsivo é talvez o seu efeito de contaminação, a impressão que pela proximidade poderia afetar outras pessoas.

Ao mesmo tempo, o verme pode ser a imagem comum de todos os problemas que ocorrem nas periferias pobres de São Paulo, como as dificuldades para acesso a moradia, o desemprego, as chamadas famílias desestruturadas. Quando procuramos restituir a trajetória biográfica de um verme, alias tarefa de pesquisa realmente árdua de realizar devido às condições em que este se apresenta, só encontramos uma cascata de situações realmente trágicas: passagens pela prisão, violência policial ao extremo, parentes alcoólatras, violência sexual, uso abusivo de drogas, especialmente o crack, loucura, etc. Todos os estereótipos da chamada conduta desviante, sejam em suas determinações sociológicas, psicológicas ou médicas, todas parecem estar presentes em muitas das histórias que transformaram alguém em verme. Este personagem parece ser o conjunto de todas as formas de objetivação das populações pobres concentrada em um só indivíduo. Passagens certas em todos os pontos do que Foucault chamou de arquipélago carcerário, em resumo, é o delinqüente. É como se as pessoas soubessem disto e por isso mesmo que, de um lado detestam o verme, e de outro sentem pena: trata-se de um duplo sentido de um mesmo sentimento, desprezo e piedade. Verso e reverso de uma mesma distância a ser tomada em relação ao verme talvez por uma necessidade de resistência contra estas muitas formas de objetivação da vida, que somente terminam com a morte. A trajetória de um verme poderia ser descrita como a vida

que foi conduzida para a morte. O verme neste sentido aparece sendo o estereotipo de todas as determinações das teorias da pobreza que descrevem objetivamente a conduta desviante, como tipo ideal é o indicador que consegue sobrepor todas as variáveis de vulnerabilidade em sua intensidade negativa no mais alto grau.

De outro lado, todas as pessoas possuem algumas das características do verme e, talvez seja isto que assuste mais na figura do verme, o reconhecimento dos muitos problemas comuns da difícil vida nas periferias. Os problemas do verme não são exteriores aos outros habitantes das periferias, mas a tentativa evidente das pessoas é sempre se afastar deste conjunto de precariedades e deste tipo de comportamento. O que se encontra nas periferias de uma maneira geral são pessoas que tentam de todas as maneiras escapar as chamadas “determinações” da pobreza e da violência, isto significa conseguir superar as dificuldades de acesso a moradia, vivendo em loteamentos clandestinos, em programas habitacionais do Estado, que escapam do desemprego e de miséria através dos expedientes de trabalho os mais precários, e desta forma poderíamos listar toda a rede de incertezas e aleatoriedades que isto tudo envolve: viver sempre em uma ampla zona cinzenta que torna incertas e indeterminadas as diferenças entre o trabalho precário, o emprego temporário, os expedientes de sobrevivência, assim como as atividades ilegais, clandestinas ou delituosas; superar as difíceis situações de perigo a que estão submetidas, seja pelas arbitrariedades da polícia, seja pelas disputas pelo controle de territórios próprios as grupos criminais; lutar contra o bloqueio ao acesso aos bens e serviços públicos de saúde, de lazer, de educação, de assistência social e de transporte. Isto tudo, contudo, é percebido pela maior parte das pessoas como a luta diária de todos, como as condições da luta pela vida cotidiana, e contra isto existem inúmeras estratégias que as famílias e as pessoas próximas desenvolvem a algumas gerações.

Desta maneira, apesar das pessoas reconhecerem os seus próprios problemas na figura do verme, a repulsão a este parece ser realizada como uma forma de não aceitação de sua atitude em relação à vida. O verme é neste contexto o que não conseguiu suportar estas dificuldades, de alguma maneira visto como aquele que aceita passivamente o papel de vítima. Ele não luta para viver, mas ao contrario, parece buscar a morte, aceita a condução de sua trajetória em direção a morte e se conduz neste mesmo sentido.

* * *

A figura que se contrapõe ao verme neste sistema de representações é o guerreiro. Denominação usual e comum entre as pessoas que vivem nas periferias paulistanas, o termo é utilizado quando se referem a alguém que admiram ou simplesmente gostam. Esta denominação não é casual e diz muito a respeito da maneira pela qual as pessoas organizam certa partilha entre os diferentes tipos de pessoas. Se o verme se caracteriza pela passividade e a conduta em direção a um horizonte de vitimização, o guerreiro possui uma característica inversa, a vitalidade com que busca ativamente a luta pela vida. Ao contrario do verme, o guerreiro não procura se deixa determinar ou dominar pelas condições adversas, nem mesmo se adaptar: sua busca é sempre no sentido de apropriar-se destas condições adversas criando novas maneiras de explorar as circunstancias. A infelicidade, as decepções e os fracassos são os desafios através dos quais o guerreiro deve afirmar a sua capacidade de enfrentamento. A expressão "o que não me mata me fortalece" parece apontar nesta direção, ou seja, receber os infortúnios como exercício de afirmação. Ao contrário do verme, que espera os infortúnios para se defender ou rebaixar, atuando sempre em condições que lhe escapa e ultrapassa, o

guerreiro procura criar o território em que circula. O desafio substitui a resignação como o centro do sentido da ação: o fortalecimento que a expressão remete é conquistado através das provações, fontes da força do guerreiro.

O guerreiro não é necessariamente um traficante de rua que luta em guerras com armas na mão, não é um termo usado somente entre criminosos. A imagem ultrapassa os lugares chamados criminais, se generalizando, porque em primeiro lugar, o fundamental do guerreiro é que age como se estivesse em um jogo de forças permanente: move-se em um campo de batalha das dificuldades reais, e, pode correr o perigo da morte violenta se não souber como atuar neste jogo de forças. Estes jogos de forças são as circunstâncias onde os problemas e conflitos estão expostos em sua clareza, onde os constrangimentos econômicos, sociais, políticos, raciais são evidentes. Na vida cotidiana estes conflitos estão sempre presentes, mas somente nos momentos críticos eles emergem com maior clareza, apresentando-se como realidade imanente da vida. O ato guerreiro se faz quando encontra estes problemas, não aceitando agir adaptativamente, mas sim os enfrentando, às vezes contornando-os. Quando alguém diz que outra pessoa é um guerreiro, exalta a sua distinção frente ao comportamento comum e ordinário, portanto expressa um tipo de admiração a alguém que não age de maneira tida como conformista ou anônima. O guerreiro não atua em uma zona de aprendizado das regularidades das coisas, mas é estado de desordem que o informa como agir nas fronteiras e nos limiares do mundo. É neste sentido que a idéia de pertencimento a uma memória coletiva se faz coerente, ou seja, do feito prodigioso que não se limita a reprodução de um comportamento, fazendo assim parte de uma narrativa coletiva cujos atos singularizam a pessoa. Conhecimento prático instruído a partir de situações incertas que devem encontrar

os seus limites em um tipo de ação que se inicia a partir dos conflitos cotidianos.

Falar particularmente do proceder, uma maneira particular, mas não única onde a figura do guerreiro é presente, é exatamente compreender como situado em certas circunstâncias se procura dar uma forma a sua existência a partir de um conjunto conflituoso de forças. Não se deixar levar passivamente em certa direção, ou melhor, não se deixar conduzir, e neste caso específico, não se deixar conduzir em direção à morte. O caso específico dos criminosos e suas práticas relacionadas ao proceder parecem ser claros em relação às formas através das quais o guerreiro lida com a morte. A relação com a morte travada pelos criminais parece ser menos construída através de um cálculo dos riscos ou de uma loucura insana ligada ao consumo e o poder, e muito mais de uma reflexão de acerca das dinâmicas obscuras que podem conduzir a morte ou a manutenção da vida. Certa vez ouvi de Paulo, a respeito do proceder, dizer "todo mundo estava cansado dos caminhos que levam a morte". Não por acaso o proceder opera sempre próximo a morte, porque este parece ser o centro da reflexão do proceder. Por outro lado, esta reflexão parece-me distinta das grandes narrativas da "bela morte" ou da "morte que singulariza" dos campos de batalhas dos antigos. Trata-se, sobretudo de evitar a morte, evidentemente não pelo medo que se faz furtar ao conflito, mas pelo valor da vida. A vida é o valor que coloca a morte como o centro da reflexão de uma conduta que é o proceder, talvez uma contra conduta, uma oposição a condução das condutas em direção à morte.

Mas isto não significa que o guerreiro tem como busca a proteção, mas sim a exposição. Exposição da condição mortal e vulnerável para se colocar a prova das dificuldades e não se subtrair delas. Outra expressão que pode ajudar a compreender a figura do guerreiro é aquela que diz "aqui o papo é direto e reto". Esta frase

tem o sentido exato da exposição como um colocar-se a prova, de se mostrar para o mundo social mais amplo que o domínio privado, de se encontrar apto a se confrontar francamente a partir da enunciação diante de outros. Em diversos momentos deste capítulo esta coragem da exposição frente aos outros foi discutida, e o que aparece como elemento central é sempre esta valorização da tomada de palavra e da exposição ao debate. Mais importante que isto é que, a exposição é uma característica do domínio do agir sobre a realidade do mundo e seus conflitos. O jogo das “belas palavras” ou do discurso retórico que são pronunciadas aos outros, é desprezado pelo guerreiro, que considera isto “enrolação” ou falsidade. Curiosamente associado ao discurso do político profissional, esta maneira de se colocar frente aos outros sem a franqueza do “direto e reto”, é tida como falsificação da realidade. É contra a isto que a exposição é um preceito de realidade, porque somente através da exposição franca as circunstâncias deveriam revelar os indivíduos. A correspondência entre atos e palavras e sua demonstração separam os que usam do recurso retórico apenas para se esconder e não para se mostrarem. A realidade conflituosa do mundo não é o lugar da não correspondência entre intenções certas e as suas contaminações, mas o lugar da revelação de uma verdade, portanto as circunstâncias instáveis e incertas da vida são os lugares onde é possível compreender a coerência das pessoas, não isentá-las de sua falta. Em todas as circunstâncias onde a imprevisibilidade e a uma aparente desordem estão colocadas como a condição a priori, os guerreiros constroem os rumos de sua própria história, produzem a sua existência como forma singular e exemplar, como forma valiosa de vida.

Por fim, a última característica do guerreiro, a sua palavra. A importância do valor da palavra se encontra no valor ético da responsabilidade, ou seja, da capacidade de responder sobre si no futuro. Esta é a maneira de desafiar a dinâmica aleatória deste

futuro incerto e de suas circunstâncias imprevisíveis. Ao empenhar a palavra e se comprometer sobre os seus atos no futuro diante de outra pessoa, estabelece-se a fiabilidade de certo compromisso. Ao contrário do verme que distorce a palavra que foi empenhada ou encontra sempre uma justificativa para a mudança de um acordo estabelecido, o guerreiro não se sente pressionado pelo que foi prometido, mas estabelece uma segurança para si e os outros no futuro. Trata-se de uma capacidade de construir o tempo futuro, portanto, procedimento quase inverso do enquadramento jurídico moral da responsabilidade, sob o qual se responde pelo que fez no passado. Aqui, a responsabilidade se constrói a partir da capacidade de realizar inteiramente uma promessa no futuro a partir de certa conduta, de um proceder. Ao contrário de contratos escritos que podem ser revistos, modificados e anulados em um momento posterior, a palavra empenhada é esta promessa de construção do futuro pretensamente certo, em um presente incerto.

* * *

Conclusão

Vida Loka

Prelúdio

Cheguei à praça para assistir o show dos Racionais Mc´s, sem dúvida o grupo de Rap mais importante do Brasil. Eram mais ou menos às 4 da manhã, o show estava prestes a começar, claro, como é de costume em quase todas as apresentações de Rap na cidade, a atração principal estava atrasada. Isto porque já é uma tradição que os grupos mais conhecidos utilizem o espaço de tempo de suas apresentações para promover outros grupos menos conhecidos, grupos de seus parceiros que estão começando. Neste dia, havia ainda uma apresentação de um conhecido DJ americano que antes, havia realizado oficinas de técnicas de produção musical em alguns lugares da periferia de São Paulo.

Era dia 6 de Maio de 2007, o lugar era a Praça da Sé, localizada no centro da cidade de São Paulo e o show, promovido pela prefeitura da cidade, era parte da chamada “Virada Cultural”. Segundo a municipalidade, inspirada nas “noites brancas” europeias, o grande evento tem como objetivo a apropriação do espaço público¹⁷². Curioso que a apresentação acontecesse exatamente naquele lugar. Marco zero da fundação da cidade, a Praça da Sé foi alvo de uma grande reforma pela prefeitura, parte de um projeto de “embelezamento” do centro da cidade, processo comum em muitas outras cidades do planeta.

172 Durante 24 horas, em cinco palcos principais localizados no centro da cidade e outros 4 em regiões mais afastadas, diferentes apresentações musicais acontecem na cidade, assim como, teatro, circo, cinema, dança, literatura, visitas a museus, exposições e festas. Fonte, site da PMSP

A praça estava lotada, milhares de pessoas vieram prestigiar os Racionais Mc's, gente dos mais diferentes bairros da capital, com certeza, o show que mobilizou a participação mais popular de série de eventos que foram promovidos. Em uma cidade da grandeza e com os problemas de São Paulo, não é nada desprezível o fato que pessoas de lugares tão distantes se deslocem para o centro da cidade para fazer algo em plena madrugada. Como sabia que o show iria atrasar, cheguei uma hora depois do horário previsto, consegui ver ainda o fim da última apresentação dos grupos preliminares, de outro lado, fiquei de frente ao palco, mas muito ao fundo.

Quando o show começa a sensação é de um transe coletivo, todos cantam as musicas como se fossem hinos religiosos, as letras são grandes e não tem refrão, mas as musicas dos Racionais os espectadores presentes conhecem muito bem. Como o grupo sempre se recusou a fazer parte das grandes gravadoras, dos shows na televisão, do marketing musical e tudo o que cerca o business musical brasileiro, eles tem uma liberdade muito maior de produção, não precisam fazer um álbum por ano para vender. Cada CD demora muitos anos para ficar pronto, todos esperam com ansiedade, e quando começa a ser vendido, sempre em um certo mercado alternativo de distribuição, todas as pessoas ouvem muito atentamente. Nestes momentos Racionais se torna a trilha sonora da periferia, por onde se caminha se escuta as musicas. Todos cantam as musicas.

Depois de mais ou menos quatro musicas, ironicamente durante a canção "negro drama", musica que critica os abusos contra os negros no Brasil, uma pequena confusão inicia-se exatamente no lado esquerdo da praça. Do lado esquerdo do palco, algumas pessoas sobem em uma banca jornal para ver melhor o show, alguns deles discutem com a polícia que fazia a vigilância do show. A polícia reage de forma totalmente desproporcional ao pequeno incidente e resolve dissipar toda a multidão que assistia ao show, avançando sobre o publico que recua. Recua, mas não corre

em um primeiro momento, todos gritam para que as pessoas não corram, logicamente um atitude perigosa com tamanha concentração de gente em um espaço que havia se tornado pequeno. Mano Brown pede calma, pede a todos que esqueçam a policia e o acidente, diz que é um dia de festa, para todos não darem atenção a policia e continuarem o show, diz que o confronto com a policia naquele momento seria "Uma rebeldia desnecessária". Os Racionais retomam o show. Parece que o clima ficou mais tranqüilo. Não. Mesmo depois de duas tentativas de retomada do show e das pessoas envolvidas voltarem para seus lugares, a polícia retoma o confronto. Ainda do lado esquerdo aparecem muitas viaturas da policia de choque, dezenas de policias, que avançam em direção ao publico. Bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral são atiradas contra a multidão que corre em pânico. Viaturas são lançadas contra pessoas em uma atitude de ameaça. Uma fileira da tropa de choque avança sob as pessoas já espremidas, que não conseguem correr. Do palco, os Racionais tentam manter a calma. Já não é mais possível. A correria já é generalizada, cada um corre em uma direção diferente, eu corro para o lado direito do palco, subo algumas escadas e chego a um lugar seguro onde consigo ver a selvageria que ocorre com as pessoas que se mantêm na praça. A polícia continua atirando bombas e agredindo as pessoas, mesmo que já não aja mais nenhuma relação com o pequeno incidente inicial. Enfrentamento que coloca em evidencia os traços típicos de um Estado autoritário, que mais uma vez usa a violência de modo arbitrário, sempre contra as populações mais pobres.

O show termina, uma grande onda de violência se espalha pelo centro da cidade: telefones públicos são destruídos, portas de lojas depredadas, banheiros químicos danificados, um carro é incendiado. No dia seguinte, os jornais noticiam o "vandalismo" destas pessoas contra o centro da cidade. O que fica no ar é um certo desconforto com o grande evento organizado pela prefeitura. Um importante jornalista do maior jornal da cidade diz que o conflito foi um fato isolado, que durante todo o evento, enquanto

caminhava tranquilamente pelas ruas do centro da cidade havia se lembrado de sua infância tranqüila, mas lamentava que os “arruaceiros” o tenham atentado para a realidade paulistana.

Neste conflito, os integrantes do grupo só não foram massacrados pela grande mídia por conta da internet: dezenas de pequenas câmeras, muitas de celulares, estavam presentes na praça e, rapidamente espalhou-se pela internet (sobretudo no youtube) imagens que demonstravam que o grupo tentava conter a multidão em direção ao conflito com a polícia. Ao mesmo tempo, ficara evidente que a polícia continuou o confronto mesmo após o pequeno distúrbio ser controlado, em uma atitude de clara indisposição com o grupo e o público presente.

Efetivamente, toda a confusão nesta madrugada ocorreu muito em função da polícia e sua enorme indisposição com o grupo de rap e os espectadores. É conhecida a aversão da polícia com os Racionais, que sempre denunciaram a violência e arbitrariedade desta corporação com as populações mais desfavorecidas. Horas depois do problema na Praça da Sé, um comandante da polícia declarou que “já sabia” que o show terminaria desta maneira. Mas não deixa de ser surpreendente que em um evento organizado pela municipalidade, com o caráter de promover a apropriação do espaço da cidade, a polícia produza toda esta situação. Mais do que isto, neste conflito parece ter ficado evidente o enorme antagonismo entre a polícia e as pessoas presentes. A explosão de revolta que se seguiu à apresentação deve ser compreendida exatamente a partir desta distancia: uma grande desconfiança entre o Estado e a população ali representada e, ao mesmo tempo, uma enorme proximidade com os Racionais. Por incrível que possa parecer, foi polícia que criava a desordem na praça, enquanto o grupo de rap tentava usar de sua influencia para controlar a desordem, ou manter uma certa ordem.

* * *

Sobre a Guerra e os Guerreiros.

Este pequeno episódio ilustra um aspecto fundamental da relação que se produz entre os Racionais Mc's e as periferias paulistanas. A hostilidade com a polícia não é desprovida de significação, ela é fortemente ligada a sentimentos de injustiça e desrespeito, sobretudo em relação a polícia, mas que não se restringe a esta corporação. De certa maneira, todo o conjunto de precariedades que compõem o drama cotidiano a que são submetidas às populações pobres de São Paulo produz uma proximidade entre seus moradores e os Racionais Mc's. Seja porque estes são os grandes cronistas deste drama, seja porque em cada uma destas crônicas está presente o sentimento de uma injustiça profunda e um desrespeito absoluto que viola alguns princípios considerados fundamentais por estas pessoas. Este é o solo da identidade do grupo e as periferias paulistanas, ou seja, a cumplicidade no que tange a atitudes, comportamentos e valores. É por este motivo que os Racionais são um grupo que tem o poder de conduzir multidões. Os milhões de mãos não aceitam cegamente a condução da lei e da ordem estatal, a ordem constituída não lhes parece completamente justa, e a lei se transforma em opressão. Desejam ser conduzidos de outra maneira, por outros condutores, sobre outros objetivos, através de outros procedimentos. Este drama cotidiano das vidas precárias, incertas, sempre no limiar entre a vida e a morte, os Racionais chamam de vida loka. E, esta vida loka é o que exige e ativa um certo proceder nas periferias paulistanas. As perguntas seguintes seriam então: o que é vida loka? O que é este proceder? Bom, estas são as questões que este texto tentará explorar de forma experimental, ou seja, quais os significados de uma expressão que parece nomear a incerta vida nas periferias (a vida loka) e o que é este proceder que é exigido em função desta condição.

As musicas dos Racionais Mc's são uma fonte inesgotável de referências para a compreensão da vida loka e deste proceder que

circula pelas periferias paulistanas. Estas músicas poderiam ser vistas como uma singularidade, expressão de uma composição de traços heterogêneos que em sua combinação produzem algo novo, produto e produção de uma grade de possibilidades diferentes do repertório conhecido das periferias de São Paulo. Não se trata aqui, portanto, de pensar os Racionais Mc's apenas como grupo emblemático do repertório discursivo do Hip Hop, do mundo das prisões e do crime, da religião evangélica, e de tantos outros elementos que estão presentes em suas músicas. Antes, a partir de uma composição singular de todos estes discursos, trata-se de refletir sua singularidade na relação com algo que poderia ser considerado uma referência nova nas condutas presentes nas periferias paulistanas. A tentativa deste texto será, portanto, de destacar alguns dos elementos mais expressivos presentes nas músicas dos Racionais Mc's.

Como ponto inicial, a percepção da vida como guerra. A vida é uma guerra, não apenas porque ela é difícil de ser vivida, não se trata somente das dificuldades que as pessoas têm para conseguir sobreviver e vencer a pobreza. Pensar a vida como guerra é uma maneira de conferir inteligibilidade a todas as relações sociais a partir da ideia do conflito e do enfrentamento. São múltiplos os conflitos que organizam a vida: conflitos entre brancos e pretos, conflitos entre ricos e pobres, conflitos com a polícia, com o Estado, contra a ideia de sistema, mas também conflitos entre homens e mulheres, e, também, conflito entre os pobres, com tipos sociais como o Zé povinho ou o verme, voltarei neste ponto adiante. A guerra cotidiana é uma maneira de compreensão do que se passa no interior do corpo social, portanto guerra entendida como relação social permanente. De outro lado, a paz é uma utopia desejada, mas considerada como algo quase impossível de ser realizada. A paz habita o terreno do sonho ou do desejo inatingível, nunca como uma percepção da realidade.

Tira o zóio, vê se me erra,
Eu durmo pronto pra guerra,
E eu não era assim, eu tenho ódio,
E sei que é mau pra mim,
Fazer o que se é assim,
VIDA LOKA CABULOSA,
O cheiro é de Pólvora,
E eu prefiro rosas,

E eu que...E eu que...

Sempre quis um lugar,
Gramado e limpo, assim verde como o mar,
Cercas brancas, uma seringueira com balanço,
Desbicando pipa cercado de criança...

How...How Brow

Acorda sangue bom,
Aqui é Capão Redondo Tru,
Não Pokemon,
Zona Sul é invés, é Stress concentrado,
Um coração ferido, por metro quadrado...

Quanto mais tempo eu vou resistir, Pior
Que eu já vi meu lado bom na U.T.I,
Meu anjo do perdão foi bom,
Mais ta fraco,
Culpa dos imundo, do espírito opaco,
(Vida Loka Parte II)

Constatação de que o desejo de paz deve ser suplantado a todo o momento pela realidade da guerra. Relutante, Mano Brown por um instante pensa, imagina, um lugar diferente, mas alguém chega para lhe fazer "acordar" e perceber o lugar onde vive. O sentido de Pokemon é justamente de algo que está fora da realidade concreta da luta cotidiana e permanente. O brinquedo japonês parece ilustrar bem uma tentativa de escapar do mundo real, e desta forma é preciso lembrar que ele vive no Capão Redondo, um dos bairros mais violentos do Brasil. A guerra não é apenas um simbolismo ou uma idéia abstrata, mas diz respeito a confrontos reais, batalhas que fazem parte da vida cotidiana. De um lado a guerra aparece como uma fatalidade ou um dado da própria realidade social, de outro, como uma tarefa a ser realizada, uma

missão a ser cumprida para a superação desta realidade que os submete.

Falo pro mano,
Que não morra, e também não mate,
O Tic Tac,
Não espera veja o ponteiro,
Essa estrada é venenosa,
E cheia de morteiro,

Pesadelo,
Hum,

É um elogio,
Pra quem vive na guerra,
A Paz
Nunca existiu,
No clima quente,
A minha gente soa frio,

tinha um Pretinho,
Seu caderno era um Fuzil,

Além do apelo a realidade, a guerra é a maneira pela qual é possível entendê-la. Neste sentido, a idéia é de que sempre existiu e sempre irá existir uma batalha entre dois grupos sociais, conflito contínuo e permanente, que perpassa toda a sociedade e, portanto, todos os indivíduos são forçadamente adversários de alguém, impossível existir um sujeito neutro. Sendo esta guerra antiga e permanente, e sendo necessário sempre redescobrir a guerra, formam-se dois grupos, duas categorias de indivíduos, dois exércitos em confronto. Desta forma é sempre importante lembrar as batalhas que passaram e que ainda estão ocorrendo, mesmo sobre a paz aparente. É desta forma que se faz a leitura histórica do que passou e de como devem se comportar atualmente os membros destes grupos rivais. Com as batalhas antigas se aprende como elas são feitas, portanto, como devemos nos comportar, como vencer os inimigos que nos ameaçam.

* * *

A Herança da Guerra.

Sente o Drama,
O preço, a cobrança,
No amor, no ódio,
A insana vingança,

NEGRO DRAMA,
Eu sei quem trama,
E quem tá comigo,
O trauma que eu carrego,
Pra não ser mais um Preto Fudido,

O drama da Cadeia e Favela,
Tumulo, sangue,
Sirene, choros e velas,

Passageiro do Brasil,
São Paulo,
Agonia que sobrevivem,
Em meia zorra e covardias,
Periferias, vielas e cortiços,

Você deve tá pensando,
O que você tem a ver com isso,
Desde o início,
Por ouro e prata,

Olha quem morre,
Então veja você quem mata,
Recebe o mérito, a farda,
Que pratica o mal,

me vê, Pobre, preso ou morto,

Já é cultural,
Histórias, registros,
Escritos,
Não é conto,
Nem fabula,
Lenda ou mito,

Não foi sempre dito,
Que preto não tem vez,
Então olha o castelo e não,
Foi você quem fez Cuzão,

Eu sou irmão,
Dos meus truta de batalha,

Eu era a carne,
Agora sou a própria navalha,

Tim..Tim..

Um brinde pra mim,
Sou exemplo, de vitórias,
Trajetos e Glorias,

O dinheiro tira um homem da miséria,
Mas não pode arrancar,
De dentro dele,
A Favela,
(Negro Drama)

A história que passou de exploração deve ser suplantada por um futuro conflito que levara a vitória, assim, em um passado os negros foram explorados “por ouro e prata”, e aqueles que os exploraram e os mataram recebem “o mérito e a farda”. A nova união dos negros deve se transformar de “carne em navalha”, isto quer dizer, deixar de carregar as marcas de um passado e de um presente de exploração passiva do corpo (a carne) e passar a cortar os inimigos que os submetem, ou seja, tomar uma postura ativa e lutar contra a posição de subordinação a que lhes é imposta. Neste sentido que o prêmio da guerra é “Morrer como um homem” e sem “menção honrosa”, status conferido aos inimigos em um tempo passado. “Os trutas de batalha” agora devem seguir um trajeto de “vitórias e glórias”, mesmo em um momento diferente, de aparente paz. A idéia é de que os inimigos ainda estão a ameaçar, que esta guerra não vai terminar em um momento conciliatório ou uma pacificação, mas somente na medida em que este grupo se tornar vencedor.

Se a guerra é a relação social permanente, as pessoas que jogam este perigoso jogo social são os guerreiros. Este é um ponto sensível e extremamente controverso, que necessita ser bem explicado. Uma boa pergunta poderia ser: o que significa ser guerreiro? Imagem recorrente em muitas das letras de Rap, esta

figura geralmente é interpretada por certa visão extremamente exterior a periferia como parte de uma cultura viril, do fascínio pelas armas, da vida fora dos padrões de sociabilidade civilizados, do autoritarismo, da propensão para matar, do consumo orgástico, da apologia ao crime e assim por diante. Creio que esta visão pode ser uma chave para interpretar estas letras, contudo deixa de fora o mais importante, na medida em que esquece de se colocar a questão do sentido pelo qual a idéia é evocada. Isto quer dizer que, esta interpretação convém mais para a auto comprovação do sentimento de medo que assola certos grupos sociais. Mais importante do que isto, o que me parece incorreto nesta interpretação é que ela elabora a leitura das musicas baseando-se em uma certa noção de modernidade que tem por referencia a argumentação racional, o princípio de universalidade, da civilidade nas relações humanas e do reconhecimento do outro como sujeito de direito. Assim cria-se um desconforto frente a letras-posicionamentos que não se pautam pelos ideais de civilidade e universalidade desta concepção de modernidade. As musicas dos Racionais Mc's não compartilham deste conceito abstrato de justiça e de igualdade construído a partir de um sujeito universal neutro e justo, como a lei e o discurso do direito. As musicas dos Racionais são feitas segundo uma lógica totalmente distinta, quer dizer, a partir de uma oposição entre dois grupos em conflito e, mais do que isto, tomando o partido de um dos lados, portanto, a partir de um ponto de vista específico e critico. Mas isto não significa que sejam o inverso deles (não-civilidade), são criações que partem da imanência da vida loka, a vida incerta, insegura e violenta, da guerra cotidiana e do confronto diário, e, sobretudo, a partir de uma posição neste combate.

Hey,

Senhor de engenho,
Eu sei,
Bem quem é você,
Sozinho, se num guenta,

Sozinho,
Se num guenta a peste,

e disse que era bom,
E a favela ouviu, lá
também tem
Whisky, e Red Bull,
Tenis Nike,
Fuzil,

Admito,

Seus carro é bonito,
Hé,
E eu não sei fazer,
Internet, Videocassete,
Os carro loco,

Atrasado,
Eu to um pouco se,
To,
Eu acho sim,

Só que tem que,

Seu jogo é sujo,
E eu não me encaixo,
Eu sô problema de montão,
De carnaval a carnaval,
Eu vim da selva,
Sô leão,
Sô demais pro seu quintal,

Problema com escola,
Eu tenho mil,
Mil fita,
Inacreditável, mas seu filho me imita,
No meio de vocês,
Ele é o mais esperto,
Ginga e fala gíria,
Gíria não dialeto,

Esse não é mais seu,
Hó,
Subiu,

Entrei pelo seu rádio,
Tomei,
Se nem viu,
Mais é isso ou aquilo,

O Que,
Senão dizia,
Seu filho quer ser Preto,
ráh,
Que ironia,
(Negro Drama)

O alvo das críticas dos Racionais vão do senhor de engenho, que conduzia o processo de escravidão, às grandes empresas multinacionais atuais, fazendo referências aos objetos de consumo que agora existem na favela, sejam eles roupas, bebidas ou armas. Mas este “jogo sujo” cria também como “efeito colateral¹⁷³” o conflito violento, no sentido em que miséria e consumo conjugadas, duas dimensões produzidas pelo “outro lado”, são constitutivas do problema da violência. Este “efeito colateral que o seu sistema fez” (a selva) cria um conflito evidente, transformando as antigas vítimas em “leões”, que não são contidos em seus limites de exclusão (o quintal), e se tornam perigosos a cada ano que passa (de carnaval a carnaval). Este tipo de construção é recorrente ainda em outras músicas, como na já referida metáfora da “carne que virou navalha”, ou ainda quando Brown diz que “Não tem dom pra vitima”.

Poderíamos então, esboçar a primeira característica deste proceder expresso nas músicas dos Racionais, ou seja, um discurso de caráter histórico e político, que tem como referência a vida como guerra a partir de uma perspectiva específica e crítica. Sobre este ponto acredito que o mais importante é que este discurso não se pretende universal, totalizador ou neutro, mas sim uma perspectiva parcial e crítica. Desta maneira, aquele que fala, narra uma história, que reconta a história, está de um lado ou de outro, ele está na

¹⁷³ CD Sobrevivendo no inferno. Música “Capítulo 4, versículo 3”

batalha, ele tem adversários, trabalha para uma batalha particular. Diferente da idéia de um direito universal e neutro, este direito que se faz valer é conquistado através da luta, é um direito arraigado numa história e descentralizado em relação a uma universalidade jurídica. É neste sentido que é um discurso da perspectiva, na medida em que visa a totalidade entrevedo-a, atravessando-a de seu próprio ponto de vista, portanto a verdade só pode se manifestar a partir da sua posição no combate, da vitória buscada, de certo modo no limite da própria sobrevivência do sujeito que está falando. De fato, parece que a somente a partir das relações conflituosas do combate que a verdade pode aparecer, é esta relação que revela a verdade que esta oculta pela aparente paz do direito formal. Trata-se de impor um direito pela dissimetria, não impor uma lei geral e fundar uma ordem, é exatamente por isso que o sujeito que fala é um guerreiro. O nós que é proclamado é o nós de um grupo que esta em guerra com outro grupo, não ocupa a posição do sujeito universal. É assim que, a partir desta verdade liberta pelo conflito, esta mesma verdade é perseguida na medida em que pode se tornar uma arma na luta, na busca de um direito singular¹⁷⁴.

Revolução!!
Não é pra qualquer um,
só quem é
Kamikase, leal, guerreiro de fé,
Se o rap é o jogo eu sou jogador nato
Errou,
O Rap é uma guerra e eu sou gladiador
(um por amor, dois pelo dinheiro)

* * *

¹⁷⁴ FOUCAULT, Michel. Em Defesa da Sociedade (Curso no Collège de France- 1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

O Guerreiro e o Verme.

Como plano de referencia a percepção da vida como guerra, como primeira característica um discurso arraigado numa historia e uma perspectiva especifica e critica. Mas afinal de contas, o que é a vida loka? Provisoriamente poderíamos caracterizar a vida loka como uma experiência social das incertezas da guerra. Como tal, trata-se de universo onde só é possível lhe conferir inteligibilidade através de um conjunto de fatos que escapam a generalização das categorias explicativas baseadas nas medidas precisas, nos cálculos exatos ou em uma razão rigorosa. As determinações, se é que podemos chamar desta maneira, estão embebidas nos acasos, nas contingências, nas circunstancias, de maneira que, sempre a situação deve ser analisada de forma situacional e posicional. Um certo jogo de luzes e sombras cerca a vida loka, sendo necessário navegar por dentro de terrenos incertos, condenados ao acaso e imersos na imprevisibilidade. Isto tem um motivo: a cifra que permite entender a vida loka é da ordem do que normalmente se considera o acaso e o aleatório: as paixões, a violência, os ódios e os amores intensos, os rancores e as desforras.

A música vida loka (parte I) pode ajudar a compreender de que se trata este universo. A música começa com dois homens preparando uma emboscada. Logo após uma conversa de Brown bebendo com seus amigos. Conta uma pequena história que lhe aconteceu, uma mulher que, com raiva, inventa uma história de traição e, a partir deste momento, um desfecho violento quase acontece. Diz que não sabe quem eram as pessoas que o procuraram, os amigos sugerem "ir atrás desses pipocas", Brown diz que nem ao menos sabe quem o procurou para mata-lo, mas que ao mesmo tempo "não deve e não teme". Logo após um telefonema, conversa agora com um amigo de infância que está

preso, uma conversa que vai continuar durante toda a música. Falam pelo telefone celular, seu amigo reclama que não pôde sair da prisão por ocasião da morte de seu pai, diz que está muito mal por isso, Brown diz que mesmo do lado de fora da prisão a vida está difícil, comenta que sempre existem pessoas e situações que o colocam a prova, seja por desavenças pessoais seja por dinheiro. Resolve então dizer algumas palavras de força a seu parceiro.

Fé em Deus que Ele é Justo,
Ei irmão nunca se esqueça, na guarda, guerreiro,
Levanta a cabeça truta, onde estiver seja lá como
for,

Tenha fé porque até no lixão nasce flor,
Ore por nós pastor, lembra da gente no culto dessa
noite, irmão segue quente,
Admiro os crente, da licença aqui, mó função, mó
tabela
Pô, desculpa ai.

Eu me, sinto as vezes meio Pá, inseguro,
Que nem um vira-lata 100 fé no futuro,
Vem alguém lá, quem é quem, quem será meu bom,
Dá meu brinquedo de furar moletom,
Porque os bico que me vê com os truta na balada,
Tenta vê, que saber de mim não vê nada,
Porque a confiança é uma mulher ingrata,
Que te beija, e te abraça, te rouba e te mata,
Desacredita, nem pensa, só naquela
Se uma mosca ameaça me cata piso nela
(Vida Loka (parte I))

Após esta mensagem de apoio ao amigo, inicia-se a narrativa da história propriamente dita. Apesar de contar uma única situação entre as muitas que podem ocorrer na vida loka, a música apresenta alguns dos elementos mais importantes a partir do caso relatado. A música é extremamente complexa ao trabalhar no limite de uma análise da vida loka em geral e uma descrição de um caso específico exemplar. Trata-se de uma história quase comum, como muitas que ocorrem na periferia, mas talvez seja justamente por isto que esta história foi escolhida. Na vida loka, os caminhos que

conduzem a vida ou a morte podem se cruzar a todo o momento, a morte violenta pode ocorrer através de motivos corriqueiros, circunstâncias da vida cotidiana. São movidas por histórias de paixões e ódios, ou seja, de grandes amores e paixões, mas também do ódio de quem foi traído, do rancor e da mágoa, do fato de viver sempre dentro de situações arriscadas, da humilhação e da luta por uma imediata reparação do dano causado. Por estar imersa nesta trama densa e complexa, os motivos parecem arbitrários ou incoerentes, pouco claros por serem quase passionais. No caso relatado na música, trata-se de uma história de amor e traição muito mal explicada, com um sentido difuso, cujos elementos chave para a sua compreensão não são descritos. Sabe-se que uma mulher mentiu para o marido acerca de uma suposta relação com Brown, mas não se sabe as circunstâncias e os personagens. Talvez o mais importante seja a brutalidade da situação e a cadeia de efeitos perversos que conduzem a um possível desfecho violento que a clareza de uma verdade dos fatos, isto quer dizer, a brutalidade e os caminhos perigosos que uma situação simples pode conduzir são mais importantes que o caso em si. Ainda, neste universo tão tenso, é necessária toda uma maneira específica de pensar e analisar cada situação, saber mesmo como agir na guerra eminente. Toda esta expressividade construída na reflexão das relações humanas é um elemento central da vida dos guerreiros.

O bico deu mó guela, Ró
Bico e bandidão vão em casa na missão, me tromba na
COHAB,
De camisa larga, vai sabe Deus que sabe,
Qual é a maldade comigo inimigo num me quer,
Tocou a campainha PLIN, pá trama meu FIM, dois maluco

armado SIM, um isqueiro e um STOPIM,
Pronto pra chama minha preta pra fala,
Que eu comi a mina dele, Rá, se ela tava Lá
Vadia, mentirosa, nunca vi tão mó faia, espírito do
mal,

cão de buceta e saia...

Talarico nunca fui, é o seguinte,
Ando certo pelo certo, como 10 e 10 é 20,
Já penso doido, e se eu to com o meu filho no sofá de

VACILO,
desarmadão era AQUILO,
sem culpa, sem chance, nem pra abri a boca
la nessa sem sabe
(Pô cê vê) VIDA LOKA...
(Vida Loka(parte I))

Ao imaginar que poderia estar com o filho no sofá desarmado quando o marido que se imaginava traído aparecesse para matá-lo, Mano Brown pensa em como a vida é loka, como ela é fugaz, incerta e imprevisível. E tal imprevisibilidade está condicionada aos elementos já destacados acima, contudo, neste momento aparece um sistema de aliança fundamental, onde a lealdade dos parceiros se manifesta com toda a força. A lealdade entre os guerreiros cria um sistema de confiança e proteção entre eles, são as pessoas que se pode contar e confiar nas incertezas da vida loka. Por isso, volta a falar com seu amigo dentro da prisão, ele diz que está preso, mas com certeza quer ajudar a resolver essa situação, Brown diz que não gostaria de criar ainda mais problemas para seu amigo. Passam a conversar sobre um evento que querem organizar juntos, é um jogo de futebol dentro do presídio que todos vão participar. Sobre este assunto ele comenta que em dia de visita só vão pessoas confiáveis e que pessoas de má índole não vão participar, Brown responde que do lado de fora não acontece da mesma maneira, as mentiras e traições são constantes, as intrigas e o jogo de vaidades são as regras das relações.

Mais na rua num é não, até Jack
Tem quem passa um pano,
Impostor pé de breque, passa pro malandro,
A inveja existe, e a cada 10, 5 é na maldade,
A mãe dos Pecado Capital é a Vaidade,
Mais se é para resolver, se envolver, vai meu nome,
Eu vou faze o que, se a cadeia é pra homem,
Malandrão eu, NÃO, ninguém é bobo,

Se quer Guerra terá,
Se quer Paz, quero em dobro,
Mais verme é verme, é o que é,
Rastejando no chão, sempre embaixo do pé,
E fala 1, 2 vez, se marcar até 3,
Na 4º xeque-mate, que nem no xadrez,

Eu sou guerreiro do RAP,
E sempre em alta voltagem pro mundo,
Um por um, Deus por nós, to aqui de passagem,
VIDA LOKA

Eu não tenho dom pra vitima,
Justiça e Liberdade, a causa é legitima,
Meu Rap faz o cântico do loucos e dos românticos,
Vô por o sorriso de criança, onde for,
Os parceiros tem a oferece a minha presença,
Talvez até confusa, mais Real e Intensa,

Meu melhor Marvin Gaye, sabadão na Marginal,
O que será, será, é nós vamo até o final,
Liga eu, liga nós, onde preciso for,
No Paraíso ou no dia do Juízo Pastor,
E liga eu, e os irmão,
É o ponto que eu peço, FAVELA, FUNDÃO,
Imortal nos meus versos,
VIDA LOKA.

(Vida Loka(parte I))

Dentro da enorme densidade e complexidade desta parte final da musica, considero importante destacar mais uma importante caracterização da vida loka, o proceder. Aqui pode-se começar a entender que os acasos e contingências característicos da vida loka não são completamente arbitrários, sendo possível restabelecer os seus nexos de causalidade. O proceder é, ao mesmo tempo, o critério de uma certa partilha do mundo social e, por isto mesmo, um grande tema de discussão. Aqui mais uma vez aparece a figura do guerreiro, sendo este o grande portador do proceder. É sob o signo deste que se distingue o guerreiro dos homens que não são dignos de confiança, pois o proceder é a condição de existência do guerreiro. De outro lado, aquele que não pauta suas ações através do proceder, em uma posição simetricamente oposta aos guerreiros, é o chamado verme. O verme é aquele que possui uma conduta contraria a do guerreiro, sempre tentando aproveitar das

situações confusas da vida loka para se promover. O verme é o covarde, o mesquinho, o que sempre faz os cálculos para se sair bem das situações a partir de seu benefício próprio, em suma, o que age somente pelo interesse. O verme é também o traidor, que se deixa maltratar e rebaixa a si mesmo e depois dissimula as situações com inverdades, em uma palavra, é o mentiroso. Incapaz de cumprir a palavra empenhada, o verme ou esquece a promessa feita ou a dissimula, inventa situações e não é responsável sobre as suas ações futuras porque mede suas ações somente pelo interesse próprio. Por tudo isso, trata-se um tipo que não merece respeito ou confiança, sendo relegado a uma posição exterior ao círculo de pertencimento dos homens de proceder.

Firmeza Total, mais um ano se passando aê
graças a Deus agente tá com saúde aê, morô, com
certeza
muita coletividade na quebrada, dinheiro no bolso, sem
miséria
eh nós, vamo brindar o dia de hoje, o amanhã só
pertence a Deus
a VIDA É LOKA...

Deixa eu fala, pocê,
Tudo, tudo, tudo vai, tudo é fase irmão,
Logo mais vamo arrebentar no mundão,
De cordão de elite, 18 quilate,
Põe no pulso, logo bright,

Que tal, tá bom,

De lupa, mochilon, bombeta branca e vinho,
Champanhe para o ar, que é pra abri nossos caminhos,
Pobre é o Diabo, eu odeio ostentação
Pode rir, ri, mais não desacredita não,

É só questão de tempo, o fim do sofrimento,
Um brinde pros guerreiro, Zé povinho eu lamento,
Vermes que só faz peso na Terra,

Tira o zóio,

Tira o zóio, vê se me erra,
Eu durmo pronto pra guerra,
E eu não era assim, eu tenho ódio,
E sei que é mau pra mim,

Fazer o que se é assim,
VIDA LOKA CABULOSA,
O cheiro é de Pólvora,
E eu prefiro rosas,

O proceder aparece sempre como uma ideal de conduta, que deve sempre ser respeitado, mas que ao mesmo tempo ela é testada a todo o momento pelos vermes, e pelo mundo dominado pela lógica mercantil, visto desta forma como um mundo em decadência. A difícil relação entre a tentativa de escapar das condições de pobreza e o consumo é tema do trecho a seguir, como o guerreiro deve se posicionar frente a esta questão? O verme é aquele que pensa sempre em termos de benefícios próprios, adula e mente para conseguir dinheiro, quer sempre mais e não importa como. De outro lado, o homem de proceder deve pensar em conseguir se realizar como tal, e em um mundo dominado pela lógica mercantil, isto cria um dilema de como o fazer, impasse que não tem solução. Em outra musica Brown resume este dilema com a seguinte frase: "Dinheiro é bom sim, se esta é a pergunta, mas dona Ana (sua mãe) fez de mim um homem e não uma puta!". No trecho abaixo este é um pouco o sentido das muitas voltas dos pensamentos que cercam a questão. Brown não deseja o "luxo", mas a "fartura que alegra o sofredor", deseja acabar com a "miséria que traz tristeza e vice e versa". Faz ainda um alerta de que "dinheiro é puta e abre as portas", mas sendo estas portas de "castelos de areia", ou seja, de ilusões passageiras. E, mesmo que para um homem como Brown o sonho de prosperidade seja outro, isto quer dizer quase uma idéia de paraíso na terra, com frutas colhidas diretamente das arvores e água abundante para se banhar, a realidade se impõe, e São Paulo é caracterizada como uma cidade onde "Deus é uma nota de 100".

Não é questão de luxo,
Não é questão de cor,
É questão que fartura,
Alegra o sofredor,

Não é questão de Presa,
Nem cor,
A idéia é essa,
Miséria traz tristeza, e vice-versa,
Inconscientemente,
Vem na minha mente inteira,

Uma loja de tênis,
O olhar do parceiro,
Feliz de poder comprar,
O azul, o vermelho,
O balcão, o espelho,
O estoque, a modelo
Não importa,
Dinheiro é puta,
E abre as porta,
Dos castelo de areia que quizer,

Preto e dinheiro,
São palavras rivais,
É,
Então mostra pra esses Cú,
Como é que faz,

O seu enterro foi dramático,
Como o blues antigo,
Mais de estilo,
Me perdoe de bandido,

Tempo pá pensar,
Qué para,
Que se quer,
Viver pouco como um Rei,
Ou então muito, como um Zé,

As vezes eu acho,
Que todo preto como eu,
Só quer um terreno no mato,
Só seu,

Sem luxo, descalço, nadar num riacho,
Sem fome,
Pegando as fruta no cacho,

Aê truta, é o que eu acho,
Quero também,
Mas em São Paulo,
Deus é uma nota de 100,
VIDALOKA.

* * *

A Palavra, promessa de futuro.

A música "Jesus Chorou" é aqui de grande interesse pela grande trama de elementos que a compõe, extremamente intensa e reflexiva, nela estão contidas todas as características que foram descritas até agora no presente texto. Nesta musica aparecem com muita força a concepção de vida como guerra, a aleatoriedade da vida loka e a distinção de guerreiros e vermes.

Trata-se de uma difamação direcionada a Mano Brown, que se segue de uma resposta imersa em uma grande profusão de pensamentos sobre si e o mundo que o cerca. Isto porque quando se coloca em xeque a conduta de um guerreiro e questiona-se o seu proceder, ele realiza um exercício reflexivo sobre si mesmo e o mundo. Se a vida loka apresenta-se como a vida incerta, arriscada, improvável e sob risco permanente, sobre ela pairam a incerteza sobre o futuro e a impossibilidade de um domínio sobre a própria vida. De outro lado, o proceder parece ser a maneira pela qual a figura do guerreiro consegue dar uma forma ao terreno caótico desta vida. Mas é justamente por isso que a dor aparece com força, na medida em que este controle sobre a própria vida lhe escapa a todo o momento. Esta dor é aqui representada sob a forma do verso mais curto da bíblia, "Jesus chorou", a lagrima é o primeiro elemento evocado, em forma de um enigma, que se segue.

O que é, o que é??

Clara e salgada, cabe em um olho e pesa uma
tonelada...tem sabor de mar,

pode ser discreta, inquilina da dor, morada
predileta....na calada ela vem, refém da vingança,
irmã do desespero, rival da esperança... pode ser
causada por vermes e mundanas...e o espinho da flor,
cruel que você ama

amante do drama, vem pra minha cama, por querer, sem

me perguntar

me fez sofrer...e eu que me julguei forte...e eu que
me senti...serei um fraco, quando outras delas vir...se o
barato é louco e o processo é lento...no
momento...deixa eu caminhar contra o vento...o que
adianta eu ser durão e o coração ser vulnerável...o
vento não, ele é suave, mas

é frio e implacável....(é quente) borrou a letra
triste do poeta (só)correu no

rosto pardo do profeta...verme sai da reta...a lágrima
de um homem vai cair...esse é o seu B.O. pra
eternidade...diz que homem não chora...ta bom,
falou...não vai pra grupo irmão ai JESUS CHOROU !
!!

O pequeno enigma é interrompido. Um amigo acorda Brown, diz que vai lhe contar uma historia, que alguém disse coisas a seu respeito, coisas sobre Brown que acabariam manchar o seu proceder, colocado a prova os seus princípios. De forma geral, questionando a sua lealdade para com os seus pares pobres, a sua humildade como pessoa e a maneira pela qual ele procede em suas relações. Acusações contra o proceder de Brown que o caracterizam quase como um verme, como uma pessoa que só pensa em si mesmo, ignorando as suas origens e as pessoas que fazem parte da periferia, ainda mais, ainda lança um desafio e ameaça Brown. Esta é a figura do Zé povinho, pessoa que gosta de falar da vida dos outros, normalmente com a intenção de prejudicar as pessoas de quem falou. Sabendo que isso pode comprometer o seu prestígio e, ainda ser talvez uma ameaça, a tal historia incomoda muito Brown.

Porra vagabundo ó, vou te falar, tô chapando...êta mundo bom de acabar...o que fazer quando a fortaleza tremeu...e quase tudo ao seu redor, melhor, se corrompeu... (êpa pera lá, muita calma ladrão, cadê o espírito imortal do Capão?? lave o rosto nas águas sagradas da pia, nada como um dia após o outro dia...sou eu seu lado direito, tá balado porque veio, negô, é desse jeito)...Durmo mal, sonho quase a noite

inteira, acordo tenso, tonto e com olheira, na mente
sensação de mágoa e

rancor...uma fita me abalou na noite anterior...Alô!!
(Ae dorme em doidão, mil fita acontecendo e cê
ai)...que horas são?? (meio dia e vinte ó..a fita é o
seguinte ó....não é isqueirando não ó, fita de mil
grau, ontem eu tava ali de CB, no peão, com um truta
firmeção, cê tem que conhecer, se você liga ele vai
saber de repente, ele fazia até um Rap no passado
recente...vai vendo a fita, se não acredita, quando
tem que se é Jão, presta atenção, vai vendo...parei
pra fumar um de remédio,

com uns moleque lá e pá, grafitando os prédios...o
que chegou depois, pediu pra dar uns 2...irmão, um
patrício ó, novão e os caráio...fumaça vai, fumaça vem
hein chapou o côco, se abriu que nem uma flor, ficou
louco...tava eu mais dois truta e uma mina num Tempra
prata show filmado ouvindo Guina...o bico se atacou ó,
falou uma pá do cê)...tipo o que??

(Esse Brown aí é cheio de querer ser, deixa ele moscar
e cantar na quebrada, vamo ver se é isso tudo quando ver
as quadrada, periferia nada, só pensa nele mesmo,
montado no dinheiro e vcs aí no veneno...e a cara dele
truta?? cada um no seu corre, durmo pelas veia, uns
mata, outros morrem...eu mesmo se eu catar voa numa
hora dessa, vou me destacar do

outro lado de pressa, vou comprar uma house de boy
depois alugo, vão me chamar de senhor...não por
vulgo... mas pra ele só a zona sul que é a pa... diz
que ele tira nós, nossa cara é cobrar...o que ele
quiser nós quer, vem que tem, porque eu não pago pau pra
ninguém...E eu?? só registrei né, não era de lá, os
manos tudo só ouviu, ninguém falou um A)...

Mas através da musica Brown pode responder a esta pessoa,
diz que o tal Zé povinho só pretende chamar a atenção das pessoas
e que na verdade ele não o compreende. Justifica sua atitude e
seus valores e lamenta este tipo de comentário em termos do
resultado de um mundo condenado a decadência. Diz que este tipo
comportamento entre as pessoas que habitam a periferia é
lamentável, mas freqüente e, que é por conta deste tipo de situação

que não consegue ser uma pessoa tranqüila, lembrando sempre da decadência do mundo e seus princípios. Mesmo que todos dizem para ele desistir de acreditar que um mundo de homens de proceder seja possível, inclusive sua mãe, a pessoa que ele considera a mais importante, ainda assim ele não pode agir de outra maneira, mesmo condenado ao sacrifício. Lembra que até Jesus chorou pela humanidade em decadência.

Quem tem

boca fala o que quer pra ter nome, pra ganhar atenção
das muié e/ou dos homens...amo minha raça, luto pela
cor, o que quer que eu faça é por nós, por amor, não
entende o que eu sou, não entende o que eu faço, não
entende a dor e as lágrimas do

palhaço...mundo em decomposição por um triz,
transforma um irmão meu em um verme infeliz...e a
minha mãe diz: Paulo acorda, pensa no futuro que isso
é ilusão, os próprio preto não tá nem ai com isso não,
ó o tanto que eu sofri, que eu sou, o que eu fui, a
inveja mata um, tem muita gente ruim...Pô mãe não fala
assim que eu nem durmo, meu amor pela

senhora já não cabe em Saturno, dinheiro é bom, quero
sim se essa é a pergunta, mas dona Ana fez de mim um
homem e não uma puta...ei você, seja lá quem for, pra
semente eu não vim, então, sem terror ...inimigo
invisível, Judas incolor, perseguido eu já nasci,
demorou...apenas por 30 moedas o irmão corrompeu,
atire a primeira pedra quem tem rastro meu...cadê meu
sorriso?? onde tá?? quem roubou??
é...humanidade é má, e até Jesus
Chorou...Lágrimas...Lágrimas...Jesus

* * *

Os caminhos incertos da vida loka.

A parte final da musica é o momento em que ele não consegue se decidir, entre muitas imagens e exemplos, descreve a sua indecisão, suas hesitações e suas decepções sobre a violência que assola a periferia. Cita pessoas que admira e morreram como vitimas da violência, lembra da falta de lealdade de pessoas que cercaram Jesus, da cultura sem proceder ético, de conselhos de amigos sobre todas as desconfianças entre parceiros. Em relação à violência sem proceder, diz que prefere seguir as palavras do pastor, que aconselha a não invejar e seguir os caminhos dos homens que usam da violência de maneira desmedida.

Chorou...vermelho e azul, hotel, pisca só luz, nos
escuros do céu...Chuva cai lá fora e aumenta o ritmo,
sozinho eu sou agora o meu inimigo intimo...lembranças
más vem, pensamentos bons vai...me ajude, sozinho penso
merda pra caráio...gente que acredito, gosto e admiro,
brigava por justiça e em paz levou tiro: Malcon X,
Ghandi, Lennon, Marvin Gaye, Che Guevara, Tupac, Bob
Marley e o evangélico Martin Luther King...

lembrei de um truta falar assim: não
joga pérola aos porco irmão, jogue lavagem, eles
prefere assim, se tem de usar piolhagem!! Cristo que
morreu por milhões, mas só andou com apenas 12 e um
fraquejou...periferia...corpos vazios e sem ética
lotam os pagodes rumo a cadeira elétrica...eu sei você
sabe o que é frustração...máquina de fazer vilão...eu
penso mil fita, vou enlouquecer...e o piolho diz assim
quando me vê: (famoso pra caráio, durão, ih truta...faz
seu mundo não Jão,

hã, a vida é curta...só modelo por ai dando boi, põe
elas pra chupar e manda andar depois...rasgar as
madrugadas só de mil e cem..se sou eu truta hã, tem
pra ninguém...Zé Povinho é o Cão, tem esses defeitos,
o que, cê tendo ou não cresce os zóio de qualquer
jeito...cruzar se arrebentar, de repente vai, de
ponto quarenta, se querer tá no pente)...se só

de pensar em matar já matou, prefiro ouvir o pastor:
Filho meu, não inveje o homem violento e nem siga
nenhum dos seus caminhos...

Lágrimas...molha a medalha de um vencedor...chora
agora ri depois, aê, Jesus Chorou...Lágrimas...

Nos dois casos relatados em cada uma das músicas, muitos pontos em comum podem ser destacados: primeiro o fato que motivos corriqueiros podem desencadear desfechos violentos, pequenas histórias que acabam por colocar seus participantes entre a vida e a morte. Segundo, que os acasos e as contingências obscuras cercam sempre estas histórias porque são imersas em histórias de amores e ódios, de paixões e rancores. Terceiro que a palavra ligada ao proceder é o centro da discussão e da disputa pela razão do todo litígio, assim se produzem as disputas, mas também as alianças, sendo desta forma que os parceiros constituem suas cumplicidades e lealdades, mas desta mesma forma se produz a diferença entre os guerreiros e os vermes, estes últimos indivíduos fora da zona de dignidade e no limite de humanidade.

Este é o território que circulam os guerreiros, a figura dos que conseguem "sobreviver na adversidade"¹⁷⁵, sabendo circular em um universo incerto, violento, de realidades fugazes, que mudam a cada instante, também da informalidade, de relações ambíguas entre o lícito e o ilícito, espaços onde é difícil construir medidas precisas, cálculos exatos ou uma razão rigorosa. Poderíamos então esboçar a segunda caracterização: a inversão dos valores e dos equilíbrios das polaridades tradicionais da inteligibilidade, porque busca uma explicação pelo mais confuso, mais obscuro, mais desordenado, mais condenado ao acaso, pois o princípio de decifração dadas relações sociais e de sua ordem visível é a confusão da violência, das paixões, dos ódios, das cóleras, dos rancores, dos amargores, é a obscuridade dos acasos, das contingências, de todas as circunstâncias miúdas que produzem os

¹⁷⁵ Hirata, Daniel. Tese de mestrado em sociologia: Futebol de várzea: praticas urbanas e disputa pelo espaço na cidade de São Paulo, 2005. Universidade de São Paulo, USP, Orientador: Vera da Silva Telles.

conflitos com desfechos violentos. Disto se extrai um uma conseqüência: são os fatos brutos, os elementos morais e seus feixes de causalidade que buscam os procedimentos de sobrevivência entre a vida e a morte. De um lado produz uma dignidade e o círculo de pertencimento dos guerreiros, das pessoas que possuem em proceder verdadeiro, uma lógica de alianças que tem como base relações de lealdade. São estes que pensam o mundo pela medida do seu proceder e isto os permite empenhar a palavra dada. De outro um universo dos vermes, o outro da relação que não pode e não deve ser desejado como modelo de conduta pelo fato de pensarem sempre em termos de utilidade e de forma mesquinha, não sendo capazes de empenhar a palavra e mantê-la.

A importância do valor da palavra se encontra no valor ético da responsabilidade, ou seja, da capacidade de responder sobre si no futuro. Esta é a maneira de desafiar a essência aleatória deste futuro incerto e de suas circunstâncias imprevisíveis. Trata-se de uma capacidade de construir o tempo futuro, portanto, procedimento quase inverso do enquadramento jurídico moral da responsabilidade, sob o qual se responde pelo que fez no passado. Aqui, a responsabilidade se constrói a partir da capacidade de realizar inteiramente uma promessa no futuro a partir de uma certa conduta, de um proceder. Qual futuro? Impossível responder, este é um mundo sem transcendência nenhuma, pura imanência inscrita na mais radical contingência das situações da vida loka, um mundo que não promete nada, a não ser a incerteza e a imprevisibilidade.

* * *

Bibliografia

- ADORNO, Sérgio. *A criminalidade urbana no Brasil: um recorte temático*. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, 1993.
- ADORNO, Sérgio. *Conflitualidade e violência: reflexões sobre a anomia na contemporaneidade*. Tempo Social; 10(1):, maio de 1998.
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.
- AGAMBEN, Giorgio. *Moyens sans Fins: notes sur la politique*. Paris: Rivages poche, 2002.
- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGAMBEN, Giorgio. *O Que Resta de Auschwitz*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- AGAMBEN, Giorgio. *Note Liminaire sur le concept de démocratie*. In *Democratie, dans quel état ?* Paris : La Fabrique, 2009.
- ALVAREZ, Marcos César. *Controle Social: notas em torno de uma noção polêmica*. São Paulo em perspectiva, 18(1): 168-176, 2004.
- ALVAREZ, Marcos César. *O homem delinqüente e o social naturalizado: apontamentos para uma História da Criminologia no Brasil*. Teoria & Pesquisa, São Carlos, v. 47, 2005.
- ANDERSON, Nels. *The hobo*. Chicago: University of Chicago Press, 1923.
- ARLACCHI, P. *Máfia et cie. L'éthique mafiosa et Le esprit Du Capitalisme*. Grenoble : PUG, 1986.
- BARBOSA, Antonio Rafael. *Um Abraço para todos os amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1998.
- BARBOSA, Antonio Rafael. *O baile e a prisão – onde se juntam as pontas dos segmentos locais que respondem pela dinâmica do tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria v. 9, n.15, jan./jun., 2006.
- BARRINGTON MOORE JR. *Injustiça. As bases sociais da desobediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BAYART, Jean-François. *Le crime transnational et la formation de l'État*. Politique africaine n° 93, 2004.
- BENEVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- BENJAMIN, Walter. *Crítica da violência - crítica do poder*. In *Documentos da cultura, documentos de barbárie*. São Paulo: Cultrix; Edusp, 1986.
- BIONDI, Karina. *Junto e Misturado: Imanência e Transcendência no PCC*. Dissertação de mestrado apresentada na Universidade Federal de São Carlos, 2009.
- BOURGOIS Philippe. *In Search of Respect*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- BOURGOIS Philippe. *Une nuit dans une "shooting gallery"*. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, Année 1992, Volume 94, Numéro 1.
- BOURGOIS Philippe. *Résistance et autodestruction dans l'apartheid américain*. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, Année 1997, Volume 120, Numéro 1.

- BOURGOIS Philippe. *Homeless in El Barrio*. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, Année 1992, Volume 93, Numéro 1.
- BRASILEIRO, Anísio e Henry Etienne (orgs.). *Viação Ilimitada*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1998.
- BROWN, Wendy. *The Governmentality of Tolerance*. In *Regulating Aversion: a critique of Tolerance in the Age of Identity*. Princeton: Princeton University Press, 2006.
- BROWN, Wendy. *Sovereignty and The Return of the Repressed* artigo on line in: http://www.law.berkeley.edu/centers/kadish/workshop_2006/brown.pdf
- BROWN, Wendy. *Le cauchemar américain : le néoconservatisme, le néolibéralisme et la dé-démocratisation des Etats-Unis*. Raisons politiques numero 28, 2007/04.
- BURCHELL, Graham; GORDON, Colin e MILLER, Peter. *The Foucault Effect: studies in Governmentality*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.
- BUTLER, Judith. *Vida Precária*. Buenos Aires: Paidós, 2006.
- CABANES, Robert. *Travail, Famille, Mondialisation*. Paris: IRD/Karthala, 2002.
- CABANES, Robert e GEORGES, Isabel. *São Paulo, La ville d'en Bas*. Paris: L'Harmattan, 2009.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.
- CANGUILHEM, Georges. *La Connaissance de La Vie*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1985
- CANGUILHEM, Georges. *O Normal e o Patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia. *Homens livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- CASTEL, Robert. *De la dangerosité au risque*. Actes de la recherche en sciences sociales, Volume 47, Numéro 1, 1983.
- CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault*. Belo Horizonte : Autentica Editora, 2009.
- CÉFAI, Daniel. *Le naturalisme dans La sociologie americaine au tounant Du siecle. La gênese de La perspective de l'École de Chicago*. Revue Du MAUSS 1/2001(número 17), pg. 261-274.
- CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Vozes 2009.
- CHAPOULIE, Jean-Michel. *La Tradition Sociologique de Chicago 1892-1961*. Paris : Editions du Seuil, 2001.
- CHOAY, Françoise. *O Urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- DARDOT, P. E LAVAL C. *La nature du néolibéralisme : un enjeu théorique et politique pour la gauche*. Mouvements N° 50, 2007/2.
- DARDOT, P. E LAVAL C. *Néolibéralisme et subjectivation capitaliste*. Cités 41, Paris, PUF, 2010
- DAS, Veena e POOLE, Deborah. *Antropology in the margins of the State*. Oxford, Santa Fe: James Currey, School of American Research Press, 2004.
- DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- DEAN, Mitchell. *Governmentality*. : Londres: sage Foundation, 1999.

- DEAN, Mitchell. *Always Look on the Dark Side: Politics and the Meaning of Life*. Artigo on line in: <http://apsa2000.anu.edu.au/confpapers/dean.rtf>
- DEAN, Mitchell. *Four Theses on the Powers of Life and Death*. Contretemps 5, 2004.
- DERRIDA, Jacques. *Força de lei*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- DETIENNE, Marcel e VERNANT, Jean-Pierre. *Les Ruses de l'intelligence : la métis des grecs*. Paris : Champs essais, 2008.
- DONZELOT, Jacques. *Quand La Ville se Défait*. Paris : Éditions du Seuil, 2006.
- DONZELOT, Jacques. *Le Social de Competition*. Revue Esprit, Novembre 2008.
- DUPREZ, D. e KOKOREFF, M. *Les mondes de la drogue*. Paris: Odile Jacob, 2000.
- EPSTEIN, Renaud. *Gouverner à distance: quand l'État se retire des Territoire*. Revista Sprit, novembro de 2005.
- EUFRASIO, Mário. *A temática da sociabilidade na Escola Sociológica de Chicago*. Sociabilidades, volume II, número 1, 2002.
- EUFRASIO, Mário. *Estrutura urbana e ecologia humana: a Escola Sociológica de Chicago (1915-1940)*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- FASSIN, Didier. *Entre politiques du vivant et politiques de la vie : Pour une anthropologie de la santé*. Anthropologie et Sociétés, vol. 24, numero 1, 2000.
- FEFFERMANN, Marisa. *Vidas Arriscadas*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. *Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/FAPESP, 2005.
- FELTRAN, G. S. . *Notes sur les 'débats' du 'monde du crime'*. In: CABANES, Robert; GEORGES, Isabel.. (Org.). São Paulo: la ville d'en bas. 1 ed. Paris: L'Harmattan, 2009.
- FELTRAN, G. S. . *A punição extra-legal nas periferias de São Paulo: situações etnográficas*. In: 33o Encontro Anual da ANPOCS, 2009, Caxambu. Anais do 33o Encontro Anual da ANPOCS. São Paulo : Anpocs, 2009.
- FERNANDES, L. *Acteurs et territoires psychotropiques : ethnographie des drogues dans une périphérie urbaine*. Déviance et Société 2002/4, 26, p. 427-441.
- FERREIRA, Maria Inês Caetano. *A ronda da pobreza: violência e morte na solidariedade*. Novos Estudos CEBRAP No. 63, pp 167- 177, julho 2002.
- FERREIRA, Maria Inês Caetano. *Trajetórias urbanas de moradores de uma favela de uma distrito de elite da capital paulista*. Tese de doutorado em Sociologia defendida junto à Universidade de São Paulo, 2003.
- FISCHER, N. e SPIRE, A., *L'État face aux illégalismes*. Revista Politix, Volume 22, 2009/3.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. *Surveiller Et Punir*. Paris: Gallimard, 1975.
- FOUCAULT, Michel. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 2- o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade* (Curso no Collège de France- 1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território e População* (Curso no Collège de France- 1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica* (Curso no Collège de France- 1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrites*. Paris: Gallimard, 1994.
- FOUCAULT, Michel. *O que é a Crítica?* In. BIROLI, Flavia e ALVAREZ, Marcos (orgs.). *Cadernos da F.F.C. Marília: UNESP-Marília publicações*, 1991.
- FOURQUET, François e MURARD, Lion. *Les Équipements du Pouvoir*. Paris : Union Générale d'éditions, 1973.
- FREITAS, Wagner Cinelli de Paula Freitas. *Espaço Urbano e Criminalidade: lições da escola de Chicago*. São Paulo: IBCCRIM, 2002.
- GAMBETTA, Diogo. *The Sicilian Máfia. The Bussiness of private protection*. Cambridge: Harvard University Press, 1993.
- GARLAND, David. *The Culture of Control*. Chicago: The University of Chicago Press, 2001.
- GARLAND, David. *Governamentality and the problem of crime*. *Theoretical criminology*, vol 1(2), 1997.
- GARLAND, David. *The Culture of High Crimes societies*. *British Journal of criminology*, número 40, pg. 347-375, 2000.
- GARLAND, David e SPARKS, Richard. *Criminology, social theory and the challenge of our times*. *British Journal of criminology*, número 40, pg. 347-375, 2000.
- GARLAND, David. *As contradições da sociedade punitiva*. *Revista de Sociologia e política da universidade federal do Paraná*, número 13, 1999.
- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp.
- GRAFMEYER, Yves. *Sociologia Urbana*. Mira-Sintra : Publicações Europa-América, ?.
- GRAFMEYER, Yves. *La Coexistence en Milieu Urbain: échanges, conflits, transactions*. *Recherches sociologiques*, Louvain-la-Neuve (Belgique), 1999, vol XXX-1, p. 157-176.
- GRAFMEYER, Yves e JOSEPH, Isaac. *L'École de Chicago: Naissance de l'écologie urbaine*. Paris : Champs Flammarion, 2004.
- GROS, Frédéric. *États de Violence*. Paris: Gallimard, 2006.
- GROS, Frédéric e CASTILLO, Monique e GARAPON, Antoine. *De la sécurité nationale à la sécurité humaine*. *Raisons politiques* numero 32, 2008/04.
- GUATARRI, Félix. *Espaço e Poder: a criação de territórios na cidade*. *Espaço e Debates*, ano V número 16, 1985.

GUTWIRTH, Jacques. *Isaac Joseph et la naissance de l'anthropologie urbaine en France*. Texte revu par l'auteur (octobre 2005) d'une communication présentée le 17 juin 2004 lors d'une séance intitulée « Lieu-mouvement : en hommage à Isaac Joseph » au séminaire « Formes d'appropriation de l'espace urbain » du Laboratoire d'Anthropologie urbaine 2003-2004 (direction scientifique Eliane Daphy et Anne Raulin).

HANNERZ, Ulf. *Exploring the city: inquiries toward an urban anthropology*. New York: Columbia University Press, 1980.

HARVEY, David. *Do Gerenciamento ao Empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio*. Revista Espaço e debates, ano XVI, número 39, 1996.

HOBSBAWM, E.J. *Rebeldes Primitivos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

INGOLD, Alice. *Savoirs urbains et construction nationale. La ville, au delà de l'État-nation ?* Revue d'histoire des sciences humaines 2005/1, N° 12, p. 55-77.

JEANPIERRE, Laurent. *Une sociologie foucauldienne du néolibéralisme est-elle possible ?* Sociologie et sociétés, vol. 38, n° 2, 2006.

JUNICHI, Saga. *Memoires d'une Yakuza*. Paris: Picquier poche, 2007.

KANT DE LIMA, Robert. *Cultura Jurídica e Práticas Policiais: a tradição inquisitorial*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.10, n.4, p.65-84, jun. 1989.

KANT DE LIMA, Robert. *Constituição, Direitos Humanos e Processo Penal inquisitorial: Quem Cala Consente?* Dados, Rio de Janeiro, volume 33, número 3, 1990.

KANT DE LIMA, Robert; MISSE, Michel; MIRANDA, Ana Paula M. *Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia*. BIB Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n. 50, 2.º sem. 2000.

KARSENTI, Bruno. *La politique du dehors. Une lecture des cours de Foucault au Collège de France (1977-1979)*. Multitudes numero 22, 2005/3.

KOBRIN, Solomon. *The Chicago área Project – a 25 year assessment*. In: PLUMER, Kenneth (éditeur). *Chicago School of Sociology: critical assessments*. Londres; Nova York: Routledge, 1997.

KOKOREFF, Michel. *Faire du business dans les quartiers*. Déviance et société, 24(4), 403-424, 2000.

KOKOREFF, Michel. *Trafics de drogues et criminalité organisée : une relation complexe*. Criminologie vol 37, número 1, 2004.

KOKOREFF, Michel. *L'économie de La Drogue: dès modes d'organisation aux espaces de trafic*. Les Annales de La recherche Urbaine, número 78.

KOKOREFF, Michel. *Doing "Business" in Suburban Neighbourhoods. Data on Sociohistorical Changes in the Drug Economy in Working-Class Areas. The Case of the Hauts-de-Seine Department*. Mimeo.

KOKOREFF, Michel e PERALDI, Michel e WEINBERGER, Monique. *Économies Criminelles et mondes urbaines*. Paris : PUF, 2007.

KOWARICK, Lúcio. *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LAE, Jean-François. *Travailler au Noir*. Paris: Éditions Métailié, 1989.

LAPEYRONNIE, Didier. *Guetto Urbain*. Paris: Editions Robert Laffont, 2008.

- LARNER, Wendy. *Neo-liberalism: Policy, Ideology, Governmentality*. Studies in Political Economy 63: 5-25, 2000.
- LE BLANC, Guillaume. *Vies Ordinaires, Vies Précaires*. Paris : Seuil, 2007.
- LE GOFF, Jacques. *Por Amor às Cidades*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- LELOUP, Gilles. *Le phénomène criminel dans la théorie du capital humain*. Revue française d'économie, Volume 11, Numéro 3, 1996
- LEMKE, Thomas. 'The birth of bio-politics': Michel Foucault's lecture at the Collège de France on neo-liberal governmentality. *Economy and Society* Volume 30 Numero 2, 2001.
- LEMKE, Thomas. *Foucault, Governmentality, and Critique*. Paper apresentado no seminário Rethinking Marxism Conference, University of Amherst (MA), September 21-24, 2000.
- LEPETIT, Bernard. *Por uma Nova História Urbana*. São Paulo: Edusp, 2001.
- LEPOUTRE, David. *Coeur de Banlieue: codes, rites et langages*. Paris: Odile Jacob, 2001.
- LETKEMANN, Peter. *Crime as Work*. New Jersey: Spectrum Book, 1973.
- LIMA, Renato Sérgio de. *Criminalidade Urbana*. São Paulo: Sicurezza, 2002.
- LIMA, William da Silva. *Quatrocentos contra um: uma história do comando vermelho*. São Paulo: Labortexto editorial, 2001.
- LUPO, Salvatore. *História da Máfia*. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. *Sociabilidade Violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano*. Sociedade e Estado, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. *Criminalidade Violenta: por uma nova perspectiva de análise*. Revista de Sociologia e Política da Universidade Federal do Paraná, numero 13, 1999.
- MANSO, Bruno Paes. *O Homem X: uma reportagem sobre a alma do assassino em São Paulo*. São Paulo: Record, 2005.
- MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. Estudos Urbanos 10, São Paulo, Hucitec, 1996.
- MARQUES, Eduardo e TORRES, Haroldo (orgs.). *São Paulo: Segregação, Pobreza e Desigualdade sociais*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2005.
- MARQUES, Adalton . "Faxina" e "pilotagem": dispositivos (de guerra) políticos no seio da administração prisional. *Lugar Comum (UFRJ)*, v. 25-26, p. 283-290, 2008.
- MARQUES, Adalton . "Dar um psicológico": estratégias de produção de verdade no tribunal do crime. In: VII RAM - Reunião de Antropologia do Mercosul, 2007, Porto Alegre (RS). VII Reunião de Antropologia do Mercosul - Desafios Antropológicos (CD-Rom), 2007. v. 1.
- MARTUCCELLI, Danilo. *Michel Foucault et les impasses de l'ordre social*. Sociologie et sociétés, vol. 38, n° 2, 2006.
- MAUGER, Gérard. *Les Bandes, Le milieu et La bohème populaire*. Paris : Belin, 2006
- MILLER, Peter e ROSE Nikolas. *Governing the Present*. Cambridge: Polity Press, 2008.

- MINGARDI, Guaracy. *Tiras, Gansos e Trutas: cotidiano e reforma na policia civil*. São Paulo: Scritta, 1992.
- MINGARDI, Guaracy. *O Estado e o crime organizado*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, 1998.
- MISSE, Michel. *Malandros, marginais e vagabundos. A Acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em Sociologia IUPERJ, 1999.
- MISSE, Michel. *Crime e Violência no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.
- MISSE, Michel. “Sobre a construção social do crime no Brasil: esboços de uma interpretação”. In: MISSE, Michel (org.). *Acusados e Acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações*. Rio de Janeiro: Faperj/Editora Revan, 2008.
- MONOD, Jean. *Les Barjots*. Paris: Hachette Littératures, 2006.
- MONOD, Jean-Claude. *La Police des Conduites*. Paris: Éditions Michalon, 1997.
- MOZÈRE, Liane. *Foucault et le CERFI : instantanés et actualité*. Le Portique [En ligne], 13-14 | 2004, mis en ligne le 15 juin 2007. URL : <http://leportique.revues.org/index642.html>.
- MUCCHIELLI, Laurent. *La découverte du social. Naissance de la sociologie en France (1870-1914)*. Paris, la Découverte, 1998.
- MUNFORD, Lewis. *A Cidade na História*. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia, 1965.
- NAÍM, Moisés. *Ilícito*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2006.
- NANCY, Jean-Luc. *Juste Impossible*. Paris: Bayard, 2007.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da Moral*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- NORONHA, Eduardo G. “informal”, *Ilegal, Injusto: percepções do Mercado de trabalho no Brasil*. RBCS Vol. 18 nº. 53 outubro/2003.
- OLIVEIRA, Francisco de. *O Estado e o Urbano no Brasil*. In: Espaço e Debates, Número 6, 1982.
- OLIVEN, Ruben George. *Violência e Cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: 1983.
- PARK, Robert E. e BURGUESS, Ernest W. *Introduction to the Science of Sociology*. Chicago: University of Chicago Press, 1921.
- PARK, Robert E. e BURGUESS, Ernest W. *The City suggestions for Investigation of Human Behavior in the Urban Environment*. Chicago: University of Chicago Press, 1925 (1984).
- PARK, Robert E.. *The City as a Social Laboratory*. In SMITH, T.V. e WHITE, Leonard D. (editores). Chicago: an Experiment in Social Science Research. Chicago: University of Chicago Press, 1929.
- PARK, Robert E. *The City as a Natural Phenomenon*. In, PARK, Robert E. Human Communities. New York: Free Press, 1952.
- PERALDI, Michel (org.). *La fin des norias?* Paris : Maisonneuve & Larose, 2002.
- PERALDI, Michel. *Aventuriers du nouveau capitalisme marchand: essai d'anthropologie de l'éthique mercantil*. In: Adelkhah, Fariba e Bayart, Jean-François (orgs.). *Voyage du développement: émigration, commerce et exil*. Paris: Karthala, 2007.

- PORTES, Alejandro. *La mondialisation par le bas*. Actes de la recherche en sciences sociales. Vol. 129, 1999.
- PESSOA, Fernando. *O livro do desassossego*. São Paulo: Companhia das letras, 2006.
- REUTER, Peter. *Disorganized Crime*. Massachusetts: MIT Press, 1985.
- REUTER, Peter e TRUMAN Edwin. *Chasing Dirty Money*. Washington: Institute For International Economics, 2004.
- REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escala - a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.
- RIVELLOIS, Jean. *Drogue et Pouvoirs: du Mexique aux Paradis*. Paris : L'Harmattan, 1999.
- RONCAYOLO, Marcel. *La Ville et ses Territoires*. Paris: Gallimard, 1990.
- ROSE, Nikolas. *Powers of Freedom: Reframing Political Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- RUELLE, Charles. *Population, Millieu et Normes: note sur l'enracinement de la biopolitique de Foucault*. Labyriente, 22, 2005.
- RUGGIERO, Vincenzo. *Crime and Markets*. New York: Oxford University Press, 2000.
- RUGGIERO, Vincenzo. *Delitos de los Débiles y de los Poderosos*. Buenos Aires: AD-HOC, 2005.
- RUGGIERO, Vincenzo e SOUTH, Nigel. *The late-modern City as a Bazaar*. British Journal of Sociology, vol 48, numero 1, 1997.
- SALLA, Fernando; GAUTO, Maitê e ALVAREZ, Marcos César. *A contribuição de David Garland: a sociologia da punição*. Tempo social, vol.18, n.1,2006.
- SASSEN, Saskia. *As Cidades na Economia Mundial*. São Paulo: Estúdio Nobel, 1998.
- SAUVADET, Thomas. *Le Capital Guerrier*. Paris : Armand Colin, 2006.
- SAVIANO, Roberto. *Gomorra*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- SENNELART, Michel. *As Artes de Governar*. São Paulo: Editora 34, 2006.
- SENNETT, Richard. *Carne e Pedra*. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2008.
- SHAW, Clifford R. *The Jack Roller. A Delinquent Boy Own Story*. Chicago: The University of Chicago Press, 1930.
- SILVA, José Fernando Siqueira da. *Justiceiros e Violência Urbana*. São Paulo: Cortez, 2004.
- SIMMEL, Georg. *Philosophie de l'Argent*. Paris: PUF, 1987.
- SIMMEL, Georg. *Pour Comprendre Nietzsche*. Mayenne: Le Promeneur, 2006.
- SIMMEL, Georg. *The morality of nobility*. In Nietzsche: Critical Assessments. CONWAY, Daniel W. Londres; Nova York: Routledge, 1998.
- SIMMEL, Georg. *Sobre la Individualidad y las Formas Sociales*. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 2002.
- SIMMEL, Georg. *Questões Fundamentais da Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

- SIMMEL, Georg. *As grandes cidades e a vida do espírito*. Mana, vol.11, n.2, 2005.
- SNODGRASS, Jon. *Clifford Shaw and Henry D. McKay: Chicago Criminologists*. In: PLUMER, Kenneth (editor). *Chicago School of Sociology: critical assessments*. Londres; Nova York: Routledge, 1997.
- SNODGRASS, JON. *The Jack roller: A fifty-year follow-up*. In: PLUMER, Kenneth (editor). *Chicago School of Sociology: critical assessments*. Londres; Nova York: Routledge, 1997.
- SOUTH, Nigel; PLUMMER, Kenneth et ali. *Criminology: a sociological introduction*. Londres ; Nova York: Routledge, 2009.
- STRANGE, Susan. *Mad Money*. Michigan: University of Michigan Press, 2000.
- TAFFERANT, Nasser. *Le Bizness: une économie souterraine*. Paris: PUF, 2007.
- TARRIUS, Alain. *Les nouveaux cosmopolitisme*. Paris: L'Aube, 2000.
- TARRIUS, Alain. *La mondialisation par le bas: les nouveaux nomades de l'économie souterraine*. Paris: Balland, 2002.
- TARRIUS, Alain. *Au-delà des Etats nations: sociétés, cultures et réseaux de migrants en Méditerranée occidentale*. In: PERALDI, Michel (org.). *La fin des norias?* Paris : Maisonneuve & Larose, 2002.
- TARRIUS, Alain. *La remontée des Sud : migrations en réseaux, villes et territoires transnationaux dans les Bassins Est et Ouest méditerranéens*. L'année sociologique, 2006.
- TELLES, Vera e CABANES, Robert (orgs.). *Nas Tramas da Cidade; trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: associação editorial Humanitas, 2006.
- TELLES, Vera e HIRATA, Daniel. *Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito*. Revista Estudos Avançados da USP, vol. 21, nº 61, 2007.
- TELLES, Vera. *Ilegalismos Urbanos e a Cidade*. Novos Estudos CEBRAP, numero 84, julho de 2009.
- TELLES, Vera. *Cidade: tramas, dobras, percursos*. Tese de livre docência apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, 2010.
- THOMPSON, E.P. *Senhores e Caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THRASHER, Frederic. *The Gang. A Study of 1313 Gangs in Chicago*. Chicago: University of Chicago Press, 1927.
- TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus*. São Paulo: Edusp, 1996.
- TILLY, Charles. *War Making and State Making as Organized Crime*. in *Bringing the State Back In* edited by EVANS, Pete e RUESCHEMEYER, Dietrich e SKOCPOL, Theda. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- TOPALOV, Christian. *Fazer a História da Pesquisa Urbana: a experiência francesa desde 1965*. Espaço e Debates, ano VIII, número 23, 1988.
- TOPALOV, Christian. *Os Saberes da Cidade: tempos de crise?*. Espaço e Debates, ano XI, número 34, 1991.

TOPALOV, Christian. *Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX*. In : RIBEIRO, L. C. Q. & PECHMAN, R.(orgs.). Cidade, povo, nação. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1996.

TOPALOV, Christian. *La Ville des Sciences Sociales*. Paris: Belin, 2001.

TOPALOV, Christian. *Écrire l'histoire des sociologues de Chicago*. Genèses 2/2003 (no51), p. 147-159.

TOPALOV, Christian. *La Ville, catégorie de l'action*. (apresentação do dossier). *L'Année sociologique* 2008.

TOPALOV, Christian. *Sociologie d'un étiquetage scientifique : urban sociology*. (Chicago, 1925), *L'Année sociologique* 2008.

VALLADARES, Licia do Prado (org.) *A Escola da Chicago: impacto de uma tradição no Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG e Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara. *Transporte Urbano, Espaço e Equidade*. São Paulo: Annablume, 2001.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel; Fapesp; Lincoln Institute, 1998

VILLANI, Tiziana. *Michel Foucault et le territoire : gouvernement et biopolitique*. In PAQUOT, Thierry e YOUNÈS, Chris. *Le Territoire des Philosophes*. Paris: Éditions de La Découverte, 2009.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem E Outros Ensaios de Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naif, 2002.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *O nativo relativo*. *Mana*, abr. 2002, vol.8, no.1, p.113-148

WACQUANT, Loïc J.d. *The Zone*. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Année 1992, Volume 93, Numéro 1.

WACQUANT, Loïc J.d. *"Désordre dans la ville"*. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Année 1993, Volume 99, Numéro 1.

WACQUANT, Loïc J.d. *Le gang comme prédateur collectif*. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Année 1994, Volume 101, Numéro 1.

WACQUANT, Loïc J.d. *L'ascension de l'État pénal en Amérique*. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Année 1998, Volume 124, Numéro 1.

WACQUANT, Loïc J.d. *Symbiose fatale*. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Année 2001, Volume 139, Numéro 1.

WAIZBORT, Leopoldo. *As Aventuras de Georg Simmel*. São Paulo: Editora 34, 2000.

WEBER, Max. *A Dominação não legítima (tipologia das cidades)*. In *Economia e Sociedade* (vol 2). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

WHYTE, William Foote. *Sociedade de Esquina*. Rio de Janeiro: Jorge zahar Editor, 2005.

WIRTH, Louis. *The Ghetto*. Chicago: The University of Chicago Press, 1928.

WIRTH, Louis. *O urbanismo como modo de vida*. In VELHO, O. G. (org.), *O fenômeno urbano*, Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1987.

YOUNG, Jock. *A Sociedade Excludente*. Rio de Janeiro: REVAN: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta. As Organizações Populares e o Significado da Pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ZALUAR, Alba. *A Criminalização das Drogas e o Reencantamento do Mal*. In: Condomínio do Diabo. Rio de Janeiro: Ed. Da UFRJ, 1994.

ZALUAR, Alba. *Da Revolta ao Crime S.A.* São Paulo: Ed. Moderna, 1996.

ZALUAR, Alba. *Violência e Crime*. In: O que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995). São Paulo: Editora Sumaré, 1999.

ZALUAR, Alba. *Integração Perversa: Pobreza e Tráfico de Drogas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

ZARATTINI, Carlos. *Circular (ou não) em São Paulo*. Revista Estudos Avançados da USP, vol.17, número 48, 2003.

ZORBAUGH, Harvey W. *The Gold Coast and the Slum. A Sociological Study of Chicago's near North Side*. Chicago: The University of Chicago Press, 1929.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)